

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

LUCIANO GALVÃO DAMASCENO

**30 ANOS DO COLÉGIO BRASILEIRO
DE CIÊNCIAS DO ESPORTE:
Educação Física e a construção de uma
hegemonia.**

Campinas
2011

LUCIANO GALVÃO DAMASCENO

**30 ANOS DO COLÉGIO BRASILEIRO
DE CIÊNCIAS DO ESPORTE:
Educação Física e a construção de uma
hegemonia.**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física na Área de Concentração Educação Física e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Campinas
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

D18t Damasceno, Luciano Galvão.
30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia / Luciano Galvão Damasceno. - Campinas, SP: [s.n], 2011.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 2. Educação física. 3. Hegemonia. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

(asm/fef)

Título em inglês: 30 years of Brazilian College of Sport Sciences: physical education and the contruction of a hegemony.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Brazilian College of Sport Sciences. Physical Education. Hegemony.

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestrado em Educação Física.

Banca Examinadora: Lino Castellani Filho. Silvio Ancizar Sanchez Gamboa. Edson Marcelo Húngaro.

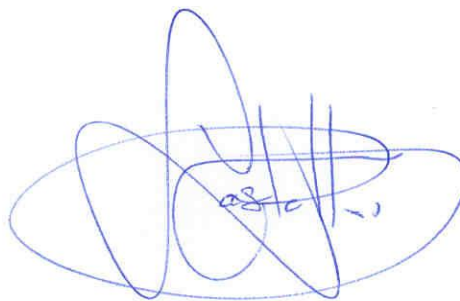
Data da defesa: 21/02/2011.

Programa de Pós-Graduação: Educação Física.

LUCIANO GALVÃO DAMASCENO

**30 ANOS DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO
ESPORTE:
Educação Física e a construção de uma hegemonia.**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado defendida por
Luciano Galvão Damasceno e aprovada pela
Comissão julgadora em: 21 de fevereiro de
2011.



Prof. Dr. Lino Castellani Filho
Orientador

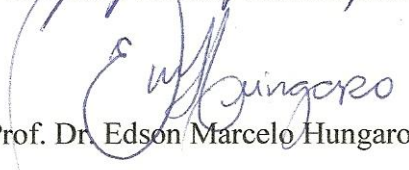
Campinas
2011

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Lino Castellani Filho
Orientador



Prof. Dr. Silvio Ancizar Sanchez Gamboa



Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro

Dedicatória

À Renata (minha esposa),

*Talvez bem tarde nossos
Sonos se uniram na altura e no fundo.
Em cima como ramos que um mesmo vento move,
Em baixo como raízes vermelhas que se tocam.
(Pablo Neruda)*

Ao Pablo (meu filho),

*De repente eu vejo se transformar num menino igual à mim
Que vem correndo me beijar quando eu chegar lá de onde eu vim
Um menino sempre a me perguntar um porque que não tem fim
Um filho a quem só queira bem e a quem só diga que sim
Dorme menino levado, dorme que a vida já vem
Teu pai está muito cansado de tanta dor que ele tem.
(Toquinho)*

À minha mãe (Neide)

*Em tempo algum teve um tranquilo curso o verdadeiro amor.
(Shakespeare)*

Ao meu pai (Enival)

*Tem amigos que nunca aos outros importuna.
(Shakespeare)*

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Lino Castellani Filho pela orientação e aprendizagem, e mais que isso, pela plena disposição, amizade e camaradagem em todos os momentos desde que o conheci.

Aos ex-presidentes do CBCE: Laércio E. Pereira, Valter Bracht, Celi Taffarel, Fernando Mascarenhas, Elenor Kunz, Ana Márcia Silva e Lino Castellani Filho, pela generosa disposição em contribuir com este estudo, e pela grande contribuição que deram (e dão) à Educação Física.

Aos professores: Dr. Silvio A. S. Gamboa e Dr. Edson Marcelo Hungaro pelas sugestões precisas e fundamentais para a realização deste estudo.

Ao grande camarada Marcelo (Hungaro) por ter me chamado à atenção para os grandes problemas da vida e a necessidade de superá-los, por sua inesgotável generosidade como amigo e por ter me apresentado um pensador (G. Lukács) o que mudou a minha vida.

Ao grande camarada Wilson Lino (Corrente) por constantemente e em alguns momentos, teimosamente, ter contribuído com minha formação, além da amizade agradável e generosa dos tempos do escritório.

À dupla de teimosos amigos – que de mim não se afastam e eu não me afasto deles – Anderson (Zebú) e Evaldo (Tainha), pelos quais nutro um imenso carinho e admiração.

Aos amigos do GEPOSEF (IMES): Anderson Gomes, Bruno Assis, Daniella Rocco, Débora Barosi, Débora Schausse, Dener Matteazzi, Evelise Dall’Anese, Flávio Honorato, Jairo Santos, Karla Michelin, Lívia Rodrigues, Luciana Custódio, Lúcio Leite, Mariana Custódio, Michele Batista, Milton Vaz, Nicole Rojo, Rafaela Pedrozo, Rafael Martim, Reinaldo Mattes, Robson Fiório, Robson Gonçalves, Róbson Santos, Thiago Castezana, Vanessa Lopes, e Vitor Húngaro, pelos anos de aprendizagem e amizade.

Aos camaradas Erick Fernandes e Robson (Robsbawn), que conheci através do GEPOSEF e de lá para cá, temos construído uma amizade dessas que não passa.

Aos amigos da USCS: Carla Cristina Garcia, Eduardo Aguiar, José Solazzi e Aylton Figueira Jr., pela atenção, ajuda e solidariedade em momentos difíceis e pelas constantes conversas agradáveis.

Aos amigos do CEU EMEF Conceição Aparecida de Jesus: em especial, Marli, Cláudia, Roseli, Alice, Lúcia, Solange, Isaura, Vera, Fernando, (Seu) Edson, Vanira, Daiane, Gorete, Sirlene, Dalva, Sílvia, Francisco e Marcos Medeiros, não somente pela amizade, mas pela compreensão acerca das minhas constantes ausências.

Ao companheiro Roberto Lião Jr. pela convivência fraterna e estimulante de quase dois anos. A luta continua!

Aos professores: Dr. César Nunes, Dra Sílvia Cristina do Amaral e Dr. Gustavo Gutierrez pela aprendizagem possibilitada em suas instigantes e férteis aulas.

Aos meus sobrinhos: João Victor, Luíza, Pedro e Isadora pela felicidade que as suas companhias me proporcionam e pelo futuro.

À minha cunhada Bianca pela sua teimosa e agradável amizade.

Ao meu concunhado Luciano (Black) pela amizade companheira que temos construído em meio as nossas maneiras distintas e colidentes de ver a vida.

À minha sogra Dora e ao meu sogro Joilce por cuidar com tanto amor e carinho do meu filho.

Às minhas irmãs Ana Paula e Mariana pelos momentos difíceis que passamos juntos e que hoje estão na lembrança.

À minha mãe Neide por não deixar que sofrêssemos com a vida que não escolhemos; por batalhar para que estudássemos e nos tornássemos pessoas felizes e pelo seu inenarrável e incomparável amor de todos esses anos.

Ao meu pai Enival por superar o quase insuperável; pelas nossas longas conversas que de alguma forma estão presentes aqui; e pela nossa amizade a qual não falta carinho e amor.

Ao meu filho Pablo que amo muito! Pelo futuro!

À minha esposa Renata por seu amor e companheirismo nos momentos em que mais precisei. Sem ela dificilmente eu teria terminado este estudo.

DAMASCENO, Luciano Galvão. **30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia**. 2011. 329f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RESUMO

Este estudo visou compreender os 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Para cumprir tal intento estabeleceu dois objetivos: o primeiro, de compreender a sua história em compasso com a constituição acadêmica da Educação Física; e o segundo, de compreender como determinada perspectiva da Educação Física chega à direção do CBCE, num processo de construção de hegemonia, se torna predominante somente na entidade, o que a coloca numa posição contra-hegemônica em seu campo em geral. Como os termos indicam, partimos de alguns indicativos teórico-metodológicos desenvolvidos por Antônio Gramsci, a saber, a formação de uma teoria ampliada do Estado em que a luta por hegemonia através dos aparelhos privados situados na sociedade civil ganha central vitalidade. Desse modo, entendemos que o CBCE se constituiu em sua história num aparelho privado de hegemonia, mas que não manteve sempre a defesa da mesma hegemonia. Ou seja, na medida em que passa a se constituir com o avanço da qualificação da Educação Física, especialmente, em seu segmento acadêmico, ganha novos contornos distintos dos da sua fundação que expressavam determinada hegemonia não colidente com a sociedade estabelecida. Assim, o CBCE passa a defender e agir como um aparelho privado de hegemonia de forma contra-hegemônica, uma vez que é constituído por intelectuais e por uma programática progressista característica de uma perspectiva da Educação Física. No entanto, mesmo a hegemonia consolidada por dentro da entidade, de tempos em tempos, vai sendo questionada e se tornando matizada, à medida que a entidade vai sofrendo os impactos da área acadêmica e prático-interventiva da Educação Física. Tal fato pode ser notado na contemporaneidade a partir do neotecnicismo, do neoliberalismo e a ambiência pós-moderna. Concluí-se que a resposta a ser dada pela entidade para que continue ativa na contra-hegemonia dependerá da capacidade de seus intelectuais orgânicos organizados em meio ao produtivismo acadêmico, somada à articulação das instâncias constitutivas da entidade – o elo entre o político e o científico –, num processo de expansão demográfico-territorial e fortalecimento crítico.

Palavras-Chaves: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Educação Física; Hegemonia.

DAMASCENO, Luciano Galvão. **30 years of Brazilian College of Sport Sciences: physical education and the construction of a hegemony**. 2011. 329f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ABSTRACT

This study examines the 30 years the Brazilian College of Sports Science (BCSS). To fulfill this intent has set two objectives, namely: first, to understand its history in tandem with the academic formation of Physical Education, and the latter to understand how certain perspective of Physical Education gets the direction of BCSS, a process of construction of hegemony, becomes predominant only in the entity, which places it in a counter-hegemonic position in its field in general. As the terms suggest, we begin with some theoretical and methodological indications developed by Antonio Gramsci, to knowledge, the formation of an enlarged theory of the State in what the struggle for hegemony through the private appliances situated in the civil society gained central vitality. Thus, we believe that the BCSS was constituted in its history in a private apparatus of hegemony, but not always maintained the same defense of hegemony. That is as it is to be constituted with the advancement of qualification of physical education, especially in their academic sector, acquires new distinct from its founding that expressed particular hegemony is colliding with the established society. Thus, the BCSS is to advocate and act as an private apparatus of hegemony in a counter-hegemonic, since it is composed of intellectuals and a programmatic feature of a progressive perspective of Physical Education. However, even the hegemony within the consolidated entity, from time to time, is being challenged and becoming nuanced, as the body will suffer the impacts of academic and practical hands-off of Physical Education. This fact can be noticed from the contemporary neotecnism of neoliberalism and post-modern ambiance. We concluded that the answer to be given the authority to continue in active counter-hegemony depend on the ability of their organic intellectuals organized in the midst of academic productivism, coupled with the articulation of the constituent bodies of the entity - the link between political and scientific - in a process of demographic-territorial expansion and strengthening critical.

Keywords: Brazilian College of Sport Sciences; Physical Education; Hegemony.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	V CONBRACE 1987.....	115
Quadro 2 -	VI CONBRACE 1989.....	116
Quadro 3 -	VII CONBRACE 1991.....	120
Quadro 4 -	VIII CONBRACE 1993.....	141
Quadro 5 -	OFICINAS DO VIII CONBRACE.....	141
Quadro 6 -	IX CONBRACE 1995.....	144
Quadro 7 -	X CONBRACE 1997.....	150
Quadro 8 -	VIII CONBRACE 1993 – Temas livres.....	151
Quadro 9 -	VIII CONBRACE 1993 – Comunicações coordenadas.....	151
Quadro 10-	IX CONBRACE 1995 – Temas livres.....	152
Quadro 11-	IX CONBRACE 1995 – Comunicações coordenadas.....	152
Quadro 12-	X CONBRACE 1997 – GTT.....	155
Quadro 13-	XI CONBRACE 1999.....	157
Quadro 14-	XI CONBRACE 1999 – GTT.....	158
Quadro 15-	TEMÁTICAS DA RBCE NO <i>BLOCO QUATRO</i>	164
Quadro 16-	XII CONBRACE 2001 – SEMINÁRIOS	204

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DRA ANA MÁRCIA SILVA.....	297
Anexo 2 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DRA CELI N. Z. TAFFAREL.....	301
Anexo 3 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. ELENOR KUNZ.....	307
Anexo 4 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. LAÉRCIO E. PEREIRA.....	311
Anexo 5 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. LINO CASTELLANI FILHO	315
Anexo 6 -	EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. VALTER BRACHT.....	323
Anexo 7 -	MENSAGEM AOS EX-PRESIDENTES DO CBCE.....	328

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Apontamentos teórico-metodológicos	26
Estrutura e organização da exposição da pesquisa	32
1 – BLOCO UM – A GÊNESE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE 35	
1.1 – Antecedentes da fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte	35
1.2 – A gênese do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte	41
2 – BLOCO DOIS – O CBCE E A FORMAÇÃO DA HEGEMONIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: o processo inicial	55
2.1. O contexto econômico e sócio-político brasileiro dos anos oitenta	56
2.2 – O surgimento do novo no seio do velho	66
2.3. O início da transição do CBCE acerca de sua tradição política e epistemológica	75
3 – BLOCO TRÊS – A TRANSIÇÃO PARA A HEGEMONIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CBCE	87
3.1. O pré-1989	89
3.2 – 1989: o ano da luta pela hegemonia no CBCE	98
4 – BLOCO QUATRO – A INFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA: a complexa relação entre política e ciência ou intervenção e conhecimento.	123
4.1 – Breves notas sobre o contexto histórico-social dos anos noventa	125
4.2 – A inflexão epistemológica	131
4.3 – A centralidade pedagógica na intervenção	160
4.4 – O início da informatização e da internet no CBCE	174
5 – BLOCO CINCO – CONSOLIDAÇÃO CIENTÍFICA E COMPROMISSO POLÍTICO: novos desafios para a relação intervenção e conhecimento.	177
5.1 – A política da qualificação e a qualificação da política	192
5.2 – A Revista Brasileira de Ciências de Esporte e a necessária qualificação científica	246
6 – CONCLUSÃO: posições e questionamentos sobre o ser e o dever ser do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte	261
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285

INTRODUÇÃO

A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender.

Eric J. Hobsbawn

A história dos 30 anos de formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte foi tecida desde seus primórdios essencialmente com os fios da Educação Física. Não diria que se confundam, mas que estabeleceram uma inter-relação dialética de retroalimentação não prevista nos “sonhos” de seus fundadores. Desse modo, compreender a história recente de um ou de outro implica considerar este aspecto constitutivo.

Se os “sonhos” de seus fundadores eram o de formar um colegiado de diferentes áreas do “saber” que realizassem pesquisas sobre o esporte – foi o que disse Victor Matsudo no Painel Comemorativo dos 30 anos da entidade – eles não foram, de certo modo, ou na perspectiva de seus fundadores, concretizados.

No entanto, o CBCE e a Educação Física avançaram muito a partir de sua fundação, principalmente, à medida que esta passa por um movimento de renovação nos anos oitenta, impactada pelas transformações societárias ocorridas em meio ao processo de redemocratização do Brasil. Nesse processo uma perspectiva progressista da Educação Física começa a tomar corpo, dentro mesmo da entidade, e dar outros encaminhamentos políticos e científicos condizentes com um entendimento crítico sobre a forma com que na história a Educação Física, em seus aspectos científicos e prático-interventivos, havia reduzido a compreensão de homem ao seu aspecto biológico/orgânico e contribuído significativamente com a construção de uma sociedade burguesa.

O momento político da redemocratização tornou propícia a formação de críticas e a busca dos elementos que as dessem a substância necessária para que fosse conseqüente. E o Colégio mesmo nas gestões de médicos (as três primeiras) não usou em nenhum momento da censura ou impedimento acerca da divulgação e debate sobre uma compreensão crítica da Educação Física. Em verdade, faltava era produção teórica consistente para que as críticas fossem levadas a cabo. Conforme, a Educação Física aprofunda a sua “crise” os efeitos passam a invadir o CBCE.

A entidade passa a ser um espaço tão significativo – talvez único – para os debates, reflexões, circulação de idéias, participação nos rumos da política científica, educacional e esportiva, que se torna estratégica na disputa pela hegemonia no âmbito da Educação Física.

De lá para cá uma perspectiva progressista da Educação Física se tornou hegemônica na entidade. Num primeiro momento esta perspectiva se tornou progressista porque esboçou uma “intenção de ruptura” com a Educação Física tradicional, portadora dos referentes ideológicos tardo-burgueses de esporte, educação e saúde, indicando a necessidade da construção de pilares para outra sociedade que fosse humanamente emancipada – a referência era o socialismo, e que a Educação Física poderia contribuir com a formação de um homem de tipo novo entendido em sua totalidade.

O CBCE terá um papel importante neste período, pois é o momento em que a hegemonia desta perspectiva de Educação Física é alcançada. Desse modo, a entidade vai passar a socializar esta perspectiva, ao ponto de ser taxada como político-partidária e ideológica. Mas, não foi somente na questão da socialização das idéias que a entidade contribuiu. Ela teve um papel fundamental no processo de qualificação e ampliação do espectro de temáticas tratadas pela Educação Física. Foi esta perspectiva progressista em conjunto com o CBCE que possibilitou com que a Educação Física no geral se qualificasse academicamente, na medida em que problematizaram profundamente o que até ali vinha se produzindo teoricamente. Todavia, tais fatos não conduziram a perspectiva renovadora e progressista a uma hegemonia na Educação Física como um todo.

Com o passar do tempo, devido as conjunturas pouco propícias, os aspectos revolucionários desta perspectiva passaram ao segundo plano. No entanto, se manteve uma posição crítica em relação às perspectivas empírico-analíticas que hegemonizam a área. Manteve-se um entendimento de homem e sociedade que se constituem mutuamente, e que para serem entendidos é preciso que essa relação seja levada em conta. Manteve-se a defesa de democratização do conhecimento, de democratização de práticas esportivas críticas ao alto rendimento e a espetacularização. Mantiveram-se as preocupações com uma formação educacional em que a Educação Física contribuisse enquanto componente curricular, e não enquanto uma prática pedagógica menor no âmbito curricular. Mantiveram-se as preocupações com as desigualdades sociais que assolam o país, como também, as desigualdades na estruturação da Pós-Graduação que se deu e continua se dando numa ordem Sul-Sudeste.

E nesse processo de manutenção de perspectivas progressistas o CBCE teve que se qualificar não só nas questões científicas e políticas por meio do CONBRACE e da RBCE, mas também, nas questões organizacionais, em torno de suas Secretarias Estaduais e GTTs. O CBCE, com vistas ao protagonismo na luta pela hegemonia na área da Educação Física, requisito básico para manter a sua hegemonia interna, teve que começar a participar mais sistematicamente dos rumos da política científica brasileira, se preocupar com intercâmbios internacionais, além de se fazer presente nos mecanismos de comunicação, informação e disponibilização do conhecimento da internet.

Diante desses pontos apresentados entendemos que a necessidade de estudar os 30 anos do CBCE se justifica.

E para realizarmos o intento de compreender a história dos 30 anos desta entidade científica, estabelecemos dois objetivos, quais sejam: o primeiro, de compreender a sua história em compasso com a constituição acadêmica da Educação Física; e o segundo, de compreender como determinada perspectiva da Educação Física chega a direção do CBCE, num processo de construção de hegemonia, que se tornou predominante somente na entidade.

Para tanto tivemos que levar em conta a produção bibliográfica e documental existente e acessível, o que é razoável em qualquer estudo, mas requer em particular neste estudo, de uma explicação inicial.

Ao realizarmos um levantamento bibliográfico percebemos que a história do CBCE tem sido pouco tratada em nossa área de pesquisa. Temos, nesse sentido, uma produção teórica escassa, principalmente, no que diz respeito à pesquisa sistemática. Há certa produção, digamos, de conjuntura e ensaística, que por um lado trata da história político-institucional e científica, e por outro, busca dar respostas a determinados problemas que passam pelo Colégio (sua característica identitária, tanto epistemológica quanto política, questões relacionadas à Educação Física e a sua relação com a entidade), e ao fazê-lo de alguma maneira trata de sua história. Existe ainda toda a documentação acumulada nos trinta anos de vida da entidade. Portanto, poderíamos dizer que temos dois tipos de fonte, a bibliográfica (secundária) e a documental (primária), e que no caso da primeira, se divide em duas, isto é, uma produção sistemática e uma mais conjuntural e ensaística.

No primeiro caso, existe somente um estudo da Fernanda Paiva publicado em 1994¹. Como a data indica a pesquisa parte da fundação do CBCE, em 1978, e vai até 1993, o que nos deixa em aberto – do ponto de vista da pesquisa sistemática e tendo o Colégio como objeto – outros dezesseis anos. Porém, no segundo caso, alguns estudos, artigos e ensaios,² que tratam da produção teórica em Educação Física e Ciências do Esporte (EF/CE) de alguma maneira se referem ao papel do CBCE, como ente que desde a sua fundação tem tido a intenção e o papel de organizar, socializar, estimular, protagonizar e direcionar debates acerca do que se pesquisa, se pratica, se discute, se propõe e se delibera em EF/CE. Há que mencionar, ainda, toda uma documentação acumulada durante a vida do Colégio, que é composta por cartas-programas, editoriais dos Anais e da RBCE, boletins, estatutos e regimentos.

Ainda no que diz respeito às fontes, temos percebido que existem alguns acontecimentos fundamentais na história do Colégio pouco tratados ou polemizados, como por exemplo, a curta vigência da gestão de Cláudio Gil S. de Araújo, ou a forma com que foi conduzida a construção da chapa em torno do nome de Fernando Mascarenhas. Por isso resolvemos entrevistar os ex-presidentes³, uma vez que estes não cumpriram só uma função executiva e já haviam passado por outras gestões nas instâncias organizativas da entidade, o que os colocam numa boa posição para depor.

No entanto, nos deparamos com a dificuldade de encontrá-los, visto que teríamos que nos deslocar para diferentes regiões brasileiras a fim de realizarmos a entrevista.

¹ O livro de Carlos da Fonseca Brandão, cujo título é: “Batendo bola, batendo cabeça: problemas da pesquisa em educação física no Brasil”, publicado pela editora paulista, Humanidades, em 1994, trata especificamente da produção teórica veiculada pela Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE), ou seja, parte do CBCE, não podendo ser considerado uma obra específica e direta sobre o Colégio.

² Nos referimos a: Gabriel H. M. Palafox. **Educação física no Brasil: aspectos filosófico-pedagógicos subjacentes à política nacional em ciência e tecnologia para esta área no período 1970-1985**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990; Rossana V. S. Silva. **Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1997; **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, número especial, 1998 (voltado para um balanço do CBCE); Silvana Vilodre Goellner (Org.). **Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999; Amarílio Ferreira Neto (Org.). **Leituras da natureza científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005; Yara Maria de Carvalho e Meily Assbú Linhares (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. Existem alguns artigos publicados esparsamente ou relacionados a temáticas sobre pós-graduação, epistemologia e produção do conhecimento, principalmente na RBCE, que serão apresentados no decorrer da exposição.

³ Estabelecemos contato por email com todos os ex-presidentes, com exceção de Cláudio Gil S. de Araújo, visto que a sua gestão teve pouca duração, além dele se encontrar afastado da Educação Física. Todos responderam o email (ver Anexo 7) atenciosamente e responderam as questões, com duas exceções: Fernando Mascarenhas optou por gravar as respostas numa fita cassete enviá-la, posteriormente. Victor Matsudo pediu que as questões fossem enviadas, mas até o momento de finalização desta pesquisa não as devolveu respondida.

Decidimos utilizar a tecnologia de comunicação existente, ou seja, utilizar a internet e a comunicação por email. Para tanto tivemos que mudar a técnica de pesquisa.

De acordo com Alves-Mazotti (2001), Lakatos & Marconi (2001) e Fachin (2006) há uma distinção entre entrevista e questionário. A entrevista necessita da presença do entrevistador, o que no questionário não se faz necessário. Porém, há vantagens e desvantagens em ambos os casos. O que nos afeta e que nos fez optar pelo questionário é a possibilidade de envio para diferentes pessoas e locais e o fato de o entrevistador ser dispensável. Por outro lado, uma desvantagem que nos afeta é a de não podermos interferir nas respostas, isto é, esclarecer questões não compreendidas, colocar questões como continuidade de respostas que não satisfazem o entrevistador e seus objetivos, etc, uma vez que tal operação é demasiado cansativa à distância, mesmo com as suas possibilidades virtuais de encurtamento do tempo e do espaço. Esses aspectos são comuns em entrevistas semi-estruturadas. Para que pudéssemos explorar ao máximo o uso do questionário tivemos que formá-lo por questões abertas. Segundo Fachin (2006, p. 163),

Questões abertas são aquelas que dão condição ao pesquisando de discorrer espontaneamente sobre o que se está questionando; as respostas são de livre deliberação, sem limitações e com linguagem própria. Com essas respostas, pode-se detectar melhor a atitude e as opiniões do pesquisado, bem como sua motivação e significação. Este tipo de questão, em geral, tem o propósito de colher informações amplas, permitindo coletar um maior número de opinião. É importante lembrar que, para a pesquisa ter legitimidade, é necessário registrar as respostas literalmente, conforme o pesquisado as emite.

É importante ressaltar que escrevemos questionários distintos para os distintos presidentes, por nos baseamos nas necessidades de informações sobre as gestões de cada presidente, em seus matizes ideológicos, políticos e científicos, para formularmos as perguntas. Quando possível fizemos perguntas iguais vislumbrando obter os pontos de vistas sobre as mesmas questões. Em síntese, os questionários foram formulados acerca de problemas particulares de cada gestão e de problemas gerais do CBCE.

Enfim, o uso dos questionários visa muito mais completar, afirmar e infirmar as fontes e as informações do que constituir-se em dados para uma análise específica. Não é nosso objetivo, portanto, tornar as respostas dos ex-presidentes matéria de um capítulo ou item em separado, e sim, torná-las parte constituinte de uma fonte.

Exporemos a seguir alguns fundamentos teórico-metodológicos que deram suporte a nossa pesquisa.

Apontamentos teórico-metodológicos

Notaremos neste item algumas questões teórico-metodológicas, que consideramos pressupostos elementares para o entendimento da história do CBCE. Ao iniciarmos o estudo da história do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, percebemos que a vida desta instituição se forma como um complexo, no âmbito do que segundo Netto (2006) alguns intelectuais marxistas italianos chamam de “mundo da cultura”. E a partir desse “mundo da cultura”, que se dá numa relação dialética com o “mundo do trabalho”, sempre com autonomia relativa, o CBCE acaba desempenhando uma função de *aparelho privado de hegemonia*, uma vez que a entidade passa em suas atividades científicas a expressar determinada perspectiva de Educação Física que se torna contra-hegemônica no campo acadêmico, e que por isso passa a disputar espaços de construção ídeo-cultural. Antes de estabelecermos as relações com o CBCE e com a Educação Física, exporemos abaixo um excurso sobre estas bases analíticas. Para isso exporemos sucintamente as relações entre o “mundo da cultura” e o que Gramsci chamou de *aparelhos privados de hegemonia*.

“A expressão ‘mundo da cultura’, divulgada especialmente por alguns marxistas italianos, denota à diferença do que se reenvia com aquela de ‘mundo do trabalho’, o contraditório, rico e diversificado complexo de manifestações, representações e criações *ideais* que se constitui nas sociedades capitalistas contemporâneas, envolvendo a elaboração estética, a pesquisa científica, a reflexão sobre o ser social e a construção de concepções de mundo” (NETTO, 2006, p. 44). As aspas e os itálicos são do original.

É válido ressaltar que Netto (2006) está tratando do “mundo da cultura” moderno, ou seja, o que pressupõe um estado moderno e o aumento relativo da autonomia de criação cultural. Desse modo, o “mundo da cultura” estabelecerá uma inter-relação dialética com o estado, e não uma subsunção formal. Evidentemente, que há instituições que contribuem com a organização da cultura que se subsumem formalmente – trabalham pelos interesses do estado –, e outras relativamente – estabelecem relação, mas mantém a autonomia correndo sempre o risco de

sofrer influência em suas decisões. Assim, a autor nos chama a atenção para o protagonismo do Estado que diferente da política econômica e de algumas políticas sociais, que são projetadas e implementadas de forma direta, o caso da política cultural – e nesta estão contidas a política educacional, científica, esportiva, de lazer entre outras – a realização desse protagonismo se dá indiretamente. Isso quer dizer que a sociedade política, nos termos de Gramsci, não produz diretamente cultura. A sua ação é muito mais de fomento e de difusão.

Só *indiretamente* a intervenção projetada do Estado, pela mediação da política cultural, pode incidir na produção da cultura, ao criar (ou não), difundir e generalizar condições que concorrem subsidiariamente na produção cultural (condições materiais: infra-estrutura, equipamentos, alocação de recursos etc.; condições ideais: estímulo e/ou repressão de modelos, movimentos, tendências etc.). A intervenção imediata do Estado se dá no circuito da *difusão* dos produtos culturais; neste domínio é que a política cultural se instrumentaliza diretamente, mediante os mecanismos mais variados (repressão, censura, divulgação segmentar e seletiva, programas de apoio econômico, subsídios e convênios diversos etc.). De qualquer maneira, porém, esta intervenção direta acaba por rebater, se não na produção cultural *stricto sensu*, pelo menos na *existência social* do produto cultural: esta é uma variável da sua possibilidade de comunicação, que determina a sua apropriação social – se não for socializado (o que a política cultural, enquanto ordenadora da difusão, pode obstar) ele carecerá de existência social efetiva. Numa palavra: a seletividade e o estrangulamento na *difusão* comprometem o próprio desenvolvimento da *produção* (NETTO, 2006, p. 46). Os itálicos são do autor.

É relevante a citação acima porque nos mostra que o fato de a intervenção projetada do Estado ser indireta e se dar no âmbito da difusão, não quer dizer que ela não interfira relativamente na orientação da produção cultural.

É possível no caso do CBCE, notarmos que este em alguns momentos da sua história, principalmente, em seus primórdios se subsume relativamente à sociedade política. Podemos perceber isso nas participações da entidade na projeção de políticas esportivas e da configuração dos padrões de formação profissional no início da Pós-Graduação, constatáveis nos Planos Nacionais, bem como, nos editoriais da RBCE. Já na atualidade a relação que a entidade estabelece com as instâncias governamentais, principalmente, com Ministério do Esporte, é um pouco mais autônoma, o que não quer dizer que não haja risco de uma subsunção relativa, bem como, formal.

E nesse sentido, instituições como o CBCE, que não se encontra no Estado de forma direta e imediata (no sentido de sociedade política), e sim, no âmbito da sociedade civil

(nos termos gramscianos) possuem um papel fundamental para a difusão e inevitavelmente para a orientação da produção. Isso quer dizer que tal função social deterá mais ou menos autonomia de acordo com o ordenamento econômico, político e cultural em que se efetiva concretamente e que determina a sua particularidade, o que nos casos da Educação Física e do CBCE, se deu em meio a autocracia burguesa, a redemocratização e a ofensiva neoliberal com o fim do “socialismo real”.

Isto nos leva a considerar alguns apontamentos de Antônio Gramsci acerca do Estado moderno, e de como se viabiliza a participação e a construção de uma hegemonia ou contra-hegemonia vislumbrando a construção de um novo homem, de um novo “bloco histórico”. Nessa viabilização o “mundo da cultura” e a ideologia são fundamentais, uma vez que possibilita a tomada de consciência. Veremos que em Gramsci, diferente de Marx, os espaços de tomada de consciência através das diversas formas ideológicas – religiosas, políticas, jurídicas, artísticas ou filosóficas (MARX, 1978, p. 130) – fazem o momento do Estado, através dos *organismos privados* situados na sociedade civil.

Carlos Nelson Coutinho (2006) nos alerta para o caminho feito por Gramsci para chegar a tal noção de Estado, e mais, chama a atenção para a correta avaliação de Marx e Engels acerca do Estado até 1848, em que ambos julgavam o executivo do Estado como o comitê próprio para gerir os negócios da burguesia. O autor ressalta que Marx (Engels teve o privilégio) não pode ver os grandes movimentos, partidos e sindicatos de massa (muito embora tenha reconhecido na diminuição da jornada de trabalho para dez horas em 1864, uma vitória da economia política do trabalho sobre a do capital)⁴ isto é, Marx não se deparou efetivamente com o processo de socialização da política no capitalismo, o que foi crucial para a sua avaliação do Estado como ente restrito à coerção.

Segundo Coutinho (2006) Gramsci amplia a teoria marxista do Estado, na medida em que percebe a sociedade civil como uma nova esfera do ser social, espaço de criação de sujeitos políticos coletivos. Dessa forma, assevera Coutinho (2006, p. 34-5) “a teoria ampliada do estado em Gramsci (que se apresenta como conservação/superação da teoria marxiana “clássica”) se apóia nessa descoberta dos ‘aparelhos privados de hegemonia’, o que leva nosso

⁴ Vede a Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, proferida por Marx em 1864. Acessado em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>

autor a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas”. As aspas e os apóstrofes são do original.

Citaremos o próprio Gramsci para esclarecer o entendimento ampliado de Estado em que figura o bloco histórico. Porém, primeiro exporemos a distinção que o comunista sardo faz entre o Estado “Oriental” – como o caso do Estado russo à época de Lênin –, e o Estado “Occidental”, que à época dizia respeito aos países de capitalismo avançado.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 1991, p. 74-5).

No que diz respeito ao Estado Ocidental ou o que comumente veio a se chamar de Estado ampliado, Gramsci dá uma sucinta explicação.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o de “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são *precisamente* organizativas e conectivas (GRAMSCI, 1978, p. 10-11).

Dizendo o mesmo, mas numa interpretação didática segue a citação de Coutinho (2006, p. 35)

Temos assim que o Estado em sentido amplo, enriquecido com novas determinações, comporta duas esferas principais: 1) a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido restrito” ou de “Estado-coerção”, formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência e da execução das leis, mecanismos que se identificam com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar, ou seja, com o governo em sentido estrito; e 2) a *sociedade civil*, formada precisamente pelo **conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura**

(**revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa**) etc. Os *itálicos* são do original e os **negritos** não são.

A partir disso é necessário ressaltar, segundo Coutinho (2006), que Gramsci dá um tratamento autônomo para essas duas esferas do Estado, e desse modo, a sua *função* na organização da vida social, também se distingue do tratamento dado por Marx e Lênin. Ambas são encaminhadas, conforme os interesses de uma classe social fundamental, no sentido de conservar ou romper e promover uma determinada base econômica. Porém, o modo como isso se dá em cada esfera do Estado é variável. Na sociedade civil se busca a hegemonia através da *direção política* e do *consenso*, o que diverge da sociedade política em que a *dominação* é o fim e a *coerção* é o meio. Outro aspecto de diferenciação é o fato de que ambas as esferas possuem uma materialidade social (institucional) própria. A sociedade política tem sua materialidade nas burocracias executivas e policial-militar, enquanto a sociedade civil forma a sua materialidade nos organismos sociais coletivos voluntários (“aparelhos privados de hegemonia”)⁵, que possuem uma relativa autonomia funcional e material da sociedade política. Essa autonomia relativa da sociedade civil esta no fato dela realizar a mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política.

Gramsci registra um fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito. Em outras palavras: a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e / ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre estrutura econômica (que Gramsci chama muitas vezes de “sociedade econômica”) e o Estado-coerção (ou “sociedade política”) (COUTINHO, 2006, p. 36-37).

⁵ Coutinho (2006, p. 39-40) relaciona os “aparelhos ideológicos de Estado”, que Althusser conceitua em contraponto aos “aparelhos repressivos de Estado, ao Estado restrito e pré-capitalista, isto é, no tempo em que Igreja e Estado não se separavam, por exemplo, e que usavam muitas vezes da direção e do consenso através de formas ideológicas. Coutinho crítica e usa os termos althusserianos pelo fato de o pensador francês não reconhecer a novidade em Gramsci, isto é, Althusser não reconhece a função e autonomia relativa da sociedade civil em relação à sociedade política.

Desse modo, há segundo Coutinho (2006) uma dialética da unidade na diversidade, e não uma identidade como muitos interpretes e críticos de Gramsci dizem haver⁶. De todo modo, o nosso objetivo não é desenvolver exaustivamente a teoria do Estado de Gramsci, e sim, apontar os pressupostos segundo os quais nos guiarão na análise dos 30 anos do CBCE. Como foi exposto acima, é necessário que tenhamos uma noção do que possibilita o surgimento de uma instituição científica específica.

O CBCE no nosso entendimento surge no âmbito da sociedade civil, estimulado, evidentemente por ações do Estado, que à época fomentavam a criação de entidades científicas tendo em vista a incipiente atividade desse tipo em nossa sociedade e a necessidade de formação de quadros que contribuíssem com o processo monopolista do capital. Portanto, inicialmente, coube ao CBCE cumprir um papel de organizar a cultura específica relacionada à pesquisa sobre esporte, e participar, como já aludimos acima, numa perspectiva diríamos conservadora. Mas, tal fato não elide a sua ação enquanto aparelho privado de hegemonia, até porque diante de seus limites agia de forma que contribuía com a manutenção de determinada hegemonia. Poderíamos dizer, a partir de outra elaboração de Gramsci (1978) que os intelectuais que compunham a entidade são orgânicos desde o princípio. O que muda é a que grupo social fundamental estes se vinculavam.

A nossa preocupação neste sentido vai ao encontro da periodização da entidade em consonância com renovação da Educação Física, que conduziu a transição do CBCE em meio a uma correlação de forças com a hegemonia reinante, a um novo tipo de hegemonia e, conseqüentemente, não imediatamente, a transformação substancial de sua atividade como aparelho privado de hegemonia. Assim, o CBCE passa a agir no âmbito da EF/CE não mais como defensor dos interesses hegemônicos, e sim, de uma perspectiva renovada e crítica de Educação Física, o que o conduziu a contra-hegemonia.

Posto isto, se faz necessário os apontamentos sobre a estrutura e organização da exposição da pesquisa.

⁶ Nas notas escritas no cárcere que compõem o seu livro sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno, Gramsci (1991, p. 12) indaga-se sobre como entender o “... conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. Tal dúvida evidencia como o comunista sardo não identificava sociedade política e sociedade civil.

Estrutura e organização da exposição da pesquisa

Neste aspecto fomos muito influenciados inicialmente pela pesquisa de Paiva (1994, p. 95), principalmente, na forma com que ela elabora a periodização de seu estudo. Desse modo, concordamos com a autora na quase totalidade de sua periodização. No entanto, os motivos que nos conduzem a adotar a periodização não são os mesmos da autora.

Paiva (1994) busca em seu estudo provar que em períodos distintos os dirigentes do CBCE, mesmo com suas divergências mais profundas acerca da ciência e da política, usam de formas de “poder simbólico” – elaboração pautada em Pierre Bourdieu – que variam, mas que conduzem aos mesmos objetivos, qual seja, o de pronunciar uma representação superdimensionada e que não é a verdadeira.

No nosso entendimento a autora chega a estas conclusões por não levar em conta o que pretendemos demonstrar: que é preciso entender como se deu as relações de poder e de construção de hegemonia *pari passu* a constituição acadêmica da Educação Física, bem como, os seus nexos causais à medida em que as relações de hegemonia se invertem, e o Colégio passa a cumprir no espectro da Educação Física uma função contra-hegemônica. Isto nos possibilita entender, por exemplo, os limites da atividade científica da época e não caricaturá-las, e do mesmo modo, os motivos da entidade ter se fundado numa perspectiva de colegiado, distinta, por exemplo, do que ocorria na SBPC, o que elide as idéias abstratas de democracia que a autora apresenta.

Diante desta compreensão seguiremos com a nossa periodização. Dividimos o estudo para a exposição, em cinco *blocos*⁷. Esta periodização busca ser fiel o máximo possível com as afinidades científicas, epistemológicas e políticas entre as gestões buscando matizar – na

⁷ Tanto na qualificação como na defesa nos foi cobrado a imprecisão da noção de *bloco* em relação a alguns períodos do CBCE. Adotamos a idéia de construir *blocos* de gestões visando homogeneizar aspectos políticos, ideológicos e epistemológicos semelhantes. Em alguns aspectos e períodos da entidade tal composição analítico-expositiva se mostrou abstrata, uma vez que a homogeneização escondeu os processos heterogêneos que a tornou possível. Desse modo, a maior ênfase da banca examinadora recaiu sobre o *bloco cinco*, o qual foi constituído por gestões compostas por elementos mais heterogêneos do que homogêneos. Por conseguinte, considerando as críticas da banca examinadora procedentes e corretas, buscamos revisar os pontos do texto que não expressam as distinções que travejam cada gestão e que as diferenciam estruturalmente. Todavia, mantivemos a exposição dividida por *blocos*, uma vez que a sua reestruturação implicaria na escrita de uma nova dissertação, o que, de um lado, não agradaria a banca examinadora à medida que esta aprovou o estudo, e doutro lado, o tempo que nos resta para a entrega da versão final é escasso.

perspectiva da hegemonia e da contra-hegemonia – a história do CBCE. Em outras palavras, sabemos da continuidade existente entre as gestões, mas há em alguns casos mais descontinuidades e inovações do que em outros. Por isso, o que nos levou, por exemplo, a discordar de Paiva (1994) em torno de sua periodização, foi o fato de ela ter mantido com as mesmas características a segunda gestão de Celi Taffarel e a primeira gestão de Valter Bracht. É evidente que há continuidade, notória na questão do balanço da produção de conhecimento, todavia, as orientações políticas e epistemológicas são outras, ao ponto de a vigência de Bracht trabalhar sob a idéia de “divergência científica com vigilância democrática” correspondente ao processo de arrefecimento da “intenção de ruptura”.

Desse modo, o *bloco um* foi formado pelas gestões de Victor Matsudo (1978-1981), Cláudio Gil S. de Araújo (1981-1983) e Osmar de Oliveira (1983-1985). O *bloco dois* foi formado pela gestão de Laércio Elias Pereira (1985-1987). O *bloco três* foi formado pelas gestões de Celi Taffarel (1987-1989/1989-1991). O *bloco quatro* pelas gestões de Valter Bracht (1991-1993/1993-1995) e Elenor Kunz (1995-1997/1997-1999). E o *bloco cinco* pelas gestões de Lino Castellani Filho (1999-2001/2001-2003), Ana Márcia Silva (2003-2005) e Fernando Mascarenhas (2005-2007/2007-2009).

1 BLOCO UM – A GÊNESE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

1.1 – Antecedentes da fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte é fundado em 1978. Segundo Paiva (1994) e Pereira (2007) o CBCE teve sua reunião de fundação no dia 17 de setembro de 1978, em São Paulo, mas a ata de fundação é do dia 02 de novembro de 1978, redigida no Paraná, pois lá se realizava a II Jornada de Medicina Desportiva e Treinamento de Londrina, oportunidade que os 26 participantes da primeira reunião não desperdiçaram para registrar a fundação do Colégio. Ele é fundado num contexto em que o Brasil se encontrava (atenção: encontra-se ainda!) estruturado a partir da lógica do grande capital (nacional e internacional), que tinha no momento um ordenamento político com face ditatorial (IANNI, 1981). Este último se constituía e se efetivava concretamente e estabelecia seus lastros com a economia (“mundo do trabalho”) e com o “mundo da cultura”, no âmbito do planejamento que era a tônica do período do grande capital monopolista. Isso é demonstrado pelos diagnósticos e planos realizados. Octavio Ianni (1981) nota como a ditadura, a partir de 1964, ao se instalar no poder e mobilizar as vias acumulativas e expansivas para o grande capital, trata a questão do planejamento como fulcro do “desenvolvimento com segurança”, mas envolto de uma névoa ideológica com a intenção de dizê-lo neutro, isto é, imunizado de questões ideológico-políticas, e tratado como técnico tão somente.

A rigor, o planejamento foi erigido em técnica fundamental da retórica e prática dos governantes. Planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral. Numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante “legitimar” a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização, etc. da política econômica (IANNI, 1981, p. 6).

Por mais que Ianni não evidencie no trecho supracitado, tais disposições servem e são seguidas para além do vetor sócio-econômico. Essas disposições estabelecem nexos com diferentes vetores para que possa se efetivar. No nosso caso, o nexo foi estabelecido no que Netto (2006, p. 44 et seq.) nomeia de “mundo da cultura,”⁸ em que o rebatimento pode ser percebido na política educacional e de Ciência e Tecnologia (C&T), ambas entendidas como política social, e estas na política de Educação Física e Esporte, e conseqüentemente, na estrutura e ordenamento do CBCE⁹.

Como o Colégio é fundado num momento em que a Pós-Graduação em Educação Física está iniciando sua constituição, e esta guarda na visão dos técnicos a serviço do governo ditatorial, relações íntimas com o esporte, têm-se certa influência dos diagnósticos, planos, comissões, etc, na sua formação inicial. Ora, o diagnóstico de 1971, indicará não só as deficiências e ausências no que diz respeito às “condições materiais”, mas também, apontará os caminhos para as “condições ideais”, o que será corroborado e ampliado no Plano Nacional de Educação Física e Desportos de 1975. O CBCE em sua gênese, como mostraremos, traz consigo concepções formadas na década de setenta pela autocracia burguesa acerca da função social da Educação Física e do Esporte. O fato de sofrer influência do entendimento governamental sobre a política esportiva, de formação profissional e científica, não quer dizer que houvesse por parte do CBCE em sua gênese, concordância ideológica com a autocracia burguesa. O depoimento que Victor Matsudo deu a Daolio (1997), bem como, a sua exposição no Painel Comemorativo dos 30

⁸ “A expressão ‘mundo da cultura’, divulgada especialmente por alguns marxistas italianos, denota à diferença do que se reenvia com a aquela de ‘mundo do trabalho’, o contraditório, rico e diversificado complexo de manifestações, representações e criações *ideais* que se constitui nas sociedades capitalistas contemporâneas, envolvendo a elaboração estética, a pesquisa científica, a reflexão sobre o ser social e a construção de concepções de mundo” (NETTO, 2006, p. 44) grifos do autor.

⁹ Parece-nos que em relação às políticas de C&T, educacionais, culturais e esportivas, o esgotamento dos governos militares não trarão nexos reflexivos imediatamente. Isso não quer dizer que não houvesse contestação contra-hegemônica latente, e sim, que as mudanças estarão, especificamente no caso brasileiro, relacionadas aos condicionamentos econômico-políticos que desencadearam a abertura política. A produção cultural – cinema, teatro, música e literatura – teve desde os anos sessenta um ápice de criatividade combativa. Coutinho (2006) diz que dos anos sessenta até meados dos anos oitenta temos grandes criações, ou seja, justamente num período de vigência ditatorial. No caso da educação, segundo Saviani (2007), o maio de 1968 possibilitou, do ponto de vista da teoria educacional, uma crítica contra-hegemônica – o crítico-reprodutivismo –, que deu bases para a preocupação com uma pedagogia de esquerda nos anos oitenta, e conseqüentemente, toda uma organização e mobilização emergiu. No caso esportivo os desdobramentos são outros. Se acompanharmos a RBCE até o número 3 do volume 6, entendendo-a como referência para os estudos sobre o esporte, e os congressos do CBCE até 1985, veremos que o esporte é tratado numa lógica do alto rendimento e da medicina “preventiva”, o que segundo Bracht (1992) se encontra numa ideologia condicionante para uma educação capitalista. Mas, alguns autores, como o próprio Bracht, sofrerão as influências das ciências sociais e humanas e passarão a problematizar o tratamento dado ao esporte pela Educação Física, principalmente, pois as disciplinas e áreas relacionadas às biomédicas continuarão a tratar o esporte de forma unilateral.

anos do CBCE, afirmando a sua discordância da lógica de pesquisa dos laboratórios implantados pela política de formação de pesquisadores, a partir dos dados consignados no Diagnóstico de Educação Física e Desportos de 1971, e a criação do Laboratório de Atividade Física de São Caetano do Sul (LAFISCS) desvinculado da política governamental da época, indicam a não aceitação acrítica. Por outro lado, a aproximação, mesmo sem aceitação acrítica, se dava mediante as perspectivas sobre as pesquisas em torno do esporte e da Educação Física. Ou seja, é possível achar que o CBCE em sua gênese foi conivente com a autocracia burguesa porque não negava a visão de esporte fundada na pirâmide esportiva e a visão de Educação Física como veículo para aptidão física. Mas, esta concordância não pode ser generalizada para as questões econômicas, políticas e científicas.

O CBCE foi fundado num momento de gênese da Pós-Graduação em Educação Física, que passa a ser planejada em decorrência dos resultados alcançados com o Diagnóstico de 1971. Este trazia em seu bojo a mesma tônica mobilizada a partir de 1964, e evidenciada acima pelos autores, sobre o planejamento econômico e cultural. O Diagnóstico de Educação Física e Desportos de 1971 foi coordenado pelo então comandante, Prof. Lamartine Pereira da Costa. Segundo o autor (1971), através de um estudo realizado por Ginzburg, havia uma escassez de dados sobre o nível de vida econômico em vários países do mundo, e tais dados eram imprescindíveis para a sistemática do planejamento. Nas palavras do autor:

Portanto, a tomada de posição inicial para as *condições brasileiras* é a de que não há alternativa teoricamente válida além da adoção da sistemática de planejamento – que inclui necessariamente o diagnóstico em sua implantação – se a opção for o acompanhamento dos cânones das modernas ciências administrativas (COSTA, 1971, p. 10).

Tal “sistemática de planejamento” estava amarrada a um projeto de sociedade, ou seja, tinha um projeto de homem funcional à ordenação que se instituía. Assim, asseverava na apresentação do Diagnóstico, o Secretário Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), Arlindo Lopes Corrêa, os motivos pelos quais em maio de 1969, foi assinado o convênio para a realização do diagnóstico:

A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do Governo Revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os

seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida. As atividades de Educação Física e Desportos estão intimamente ligadas às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação. A par dessas implicações, que por si só justificariam a execução deste trabalho, já não podem ser ignoradas as manifestações psicossociais ligadas ao setor, que também projeta sua influência no plano da política internacional (CORRÊA, 1971, p. 7).

Como o objetivo do Diagnóstico de Educação Física e Desportos (Cf. COSTA, 1971 e PALAFOX, 1990, p. 17 et seq.), era o de indicar o estado de coisas que se encontrava a Educação Física e Desportos no Brasil, é nos indicado uma série de deficiências e ausências (basilares) em relação à pesquisa, Pós-Graduação *stricto sensu*, laboratórios, infraestrutura, cursos de formação, espaços recreativos, clubes e entidades classistas e afins, como também, nos são apontadas as bases científicas e teóricas a serem seguidas, evidentemente à luz de certa orientação ídeo-política defendida pelo governo “revolucionário”. Vale notar que as ciências (ou disciplinas científicas) almejadas e que davam bases para a “pesquisa científica” do esporte era ancorada na *medicina esportiva*, sendo o parâmetro a ser seguido e o estado a serem alcançados pelo desenvolvimento acadêmico-científico da Educação Física e Desportos, a *aptidão física*¹⁰. Nota-se que as preocupações com o desenvolvimento da pesquisa e formação de recursos humanos, em geral, e especificamente, relacionada à Educação Física e Desportos, não era *neutra* em nenhum sentido. O horizonte vislumbrado para a Educação Física e Desportos, pelo Diagnóstico, indica certa escolha que não era aleatória, visto que contribuía para a busca “revolucionária” do “aperfeiçoamento” do “homem” brasileiro. Palafox (1990, p. 17) cita as conclusões do diagnóstico:

Dentre as principais conclusões do Diagnóstico de Educação Física e Desportos, encontramos, provavelmente, umas das primeiras informações vinculadas diretamente ao desenvolvimento da Ciência aplicada a este setor, pois, ao referir-se a uma série de deficiências qualitativas dessa área, se afirma que: ***“As Escolas Superiores de Educação Física ainda não se adequaram efetivamente às imposições da Medicina Esportiva, não realizam pesquisa e não possuem formas rotineiras de intercâmbio”***. Os itálicos são do original.

¹⁰ O Diagnóstico segue a proposição do *Manifeste sur le Sport* propagado pelo *Conseil International pour l'Education Physique et le Sport* da UNESCO. No sentido do *Manifeste* “... o objetivo prioritário da Educação Física/Desportos é o da melhoria da aptidão física da população como um todo”. A acepção de *aptidão física* segue tal *Manifeste*: “... é aqui compreendida, em sua definição técnica, no sentido psicossomático, incluindo necessariamente o estado de saúde, a capacidade mental, etc.” (COSTA, 1971, p. 20).

Parece ficar evidente, que para os intelectuais e técnicos orgânicos da autocracia burguesa que dominava o país, o aperfeiçoamento do homem está na Medicina Esportiva e no desenvolvimento da aptidão física. Como nos mostra Castellani Filho (1988), ambas se relacionavam e autocompletavam-se. Essas questões são expressas, como bem notou o autor, nas legislações da Educação, Educação Física e Esporte, do final da década de sessenta e início da década de setenta. Segundo Castellani Filho (1988) as legislações educacionais se pautavam na Teoria da Economia da Educação¹¹, sendo que vão ser exaltados para a prática de Educação Física e Esporte os aspectos técnicos subsumidos às necessidades desenvolvimentistas, como também, os ídeo-políticos e ídeo-culturais que visavam a formação de um homem com uma civilidade e moralidade subsumidas às legitimações pseudo-éticas do regime, sob o lema da “segurança” e “desenvolvimento” conforme nos atentou Ianni (1981). Desse modo, constitui-se como base, tanto no sentido de componente curricular, como no sentido de parâmetro esportivo, a aptidão física.

A compreensão da Educação Física enquanto “matéria curricular” incorporada aos currículos sob a forma de atividade – ação não expressiva de uma reflexão teórica, caracterizando-se, dessa forma, no “fazer pelo fazer” – explica e acaba por justificar sua presença na instituição escolar, não como um campo de conhecimento dotado de um saber que lhe é próprio, específico – cuja apreensão por parte dos alunos refletiria parte essencial da formação integral dos mesmos, sem a qual, esta não se daria – mas sim enquanto uma mera experiência limitada em si mesma, destituída do exercício da sistematização e compreensão do conhecimento, existente apenas empiricamente. Como tal, faz por reforçar a percepção da Educação Física acoplada, mecanicamente, à “Educação do Físico”, pautada numa compreensão de saúde de índole bio-fisiológica, distante daquela observada pela Organização Mundial de Saúde, compreensão essa, sustentadora do preceituado no §1º do artigo 3º do Decreto nº 69.450 71, que diz constituir a aptidão física, “...a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível de estabelecimentos de ensino...”. O prevalecer do entendimento de saúde em seu aspecto bio-fisiológico, tão-somente, encontra eco na legislação desportiva brasileira, quando ela – no inciso do artigo 5º da Lei nº 6.251 75 – afirma ser um dos objetivos básicos da Política Nacional de Educação Física e Desportos, o “... aprimoramento da aptidão física da população...”. Externava-se, dessa forma, a caracterização de uma outra faceta, qual seja, aquela voltada às questões afetas a “performance esportiva”, simulacro, na Educação Física, da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerentes ao modelo da sociedade no qual, a brasileira,

¹¹ Ver: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

encontra identificação” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 66-67). As aspas são do original.

Se o diagnóstico de 1971 apontava para a aptidão física, como horizonte, e a Medicina do Esporte, como possibilidade teórica de dar base para o alcance do horizonte, este também apontava para a pobreza infraestrutural, laboratorial, isto é, pobreza relacionada ao desenvolvimento e ampliação da pesquisa e da formação de recursos humanos. Fato subsequente e lógico, segundo Palafox (1990, p. 19), é o investimento governamental e impulso na instalação de laboratórios ligados à Educação Física e a medicina esportiva. A própria estruturação inicial da pós-graduação *stricto sensu* da Educação Física aponta para tal horizonte. Nesse particular, Silva (1997) diz que os primeiros programas de Pós-Graduação em Educação Física e Desportos foram constituídos na vigência do Primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (PPNPG) a partir de 1975. Indica a autora corroborando com Castellani Filho (1988) e com Palafox (1990), o caráter teórico-metodológico e ídeo-político dominante do início da pós-graduação no Brasil, que pautava-se no paradigma da aptidão física.

Nos anos 70, a Educação Física/Esportes esteve marcada pelos conceitos de rendimento, de eficiência e eficácia. Esta visão, centrada nos pressupostos de uma concepção positivista de ciência, oriunda de uma filosofia de justificação da ordem burguesa, caracterizada por uma visão fisicalista, neutralista e quantitativa de ciência que reduz a realidade ao matematizável, foi difundida em grande escala no meio da Educação Física nacional. O surgimento acelerado de laboratórios de fisiologia do esforço, a importação de máquinas de musculação e aparelhos sofisticados de cicloergometria, bem como a publicação de vários artigos em revistas com ênfase no caráter mecânico e anatomo-fisiológico da atividade física, e ainda o destaque nos eventos científicos da área, aos rigorosos métodos de treinamento, são alguns exemplos da manifestação deste fenômeno. Pode ser dito, de forma resumida, que nesse período predomina uma visão estritamente biológica de Educação Física/Esportes, alicerçada nos princípios de controle dos parâmetros fisiológicos e biomecânicos. Os cursos de pós-graduação tornam-se importante espaço para a expansão dessa concepção que se viabiliza através dos conteúdos das disciplinas ministradas, nas bibliografias indicadas e, principalmente, no desenvolvimento de pesquisas. Apesar disso, não se pode deixar de considerar que, embora não fossem dominantes, outras tendências na Educação Física/Esportes coexistiam, nesse mesmo período, no âmbito nacional e também estiveram presentes nos cursos de pós-graduação, como foi o caso das concepções “biopsicológicas”, “populares” e de “Esporte para Todos”. (SOUZA E SILVA, 1997, p. 71-72)

É válido notar que o desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, esteve atrelado ao interesses do chamado regime militar que era consoante com a efetivação expansiva do capitalismo brasileiro. Segundo Souza e Silva (1997) esse foi o seu maior objetivo. O que foi desenvolvido *pari passu* às particularidades de cada área de conhecimento e intervenção, e a necessidade mais ou menos de qualificá-las.

Buscamos evidenciar até aqui, como a partir de 1964, com a enfática e em desenvolvimento tese da busca de um “Brasil Potência”, “Brasil Grande” ou “milagre brasileiro” (Cf. IANNI, 1981), foram despendidos uma série de esforços relacionados ao “mundo da cultura” (especialmente, C&T e Educação), visando a formação de recursos humanos e o desenvolvimento da pesquisa, que geraram nexos na constituição acadêmica, no desenvolvimento da Pós-Graduação, na idéia de componente curricular e inevitavelmente na fundação da instituição científica de maior relevância da Educação Física/Ciências do Esporte, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que não se deu sem contradições, mesmo em seus primeiros anos.

1.2 – A gênese do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

O CBCE tem sua formação nos marcos dessa empreitada brasileira supracitada, e como mostraremos, não destoou na sua gênese dessa herança. A sua fundação se deu pela impossibilidade protagonica dos professores de Educação Física dentro da Federação Brasileira de Medicina do Esporte (FBME) – desde 1995 é Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (SBME) – visto que para ser eleito presidente, ou mesmo sócio desta instituição, deveria ser médico (PAIVA, 1994, DAOLIO, 1998 e PEREIRA, 2007). Por isso se funda o “Brazilian College”¹² com profissionais de outras áreas, mas tendo como “objetos” o esporte (PEREIRA,

¹² Laércio Elias Pereira, presidente do CBCE, na gestão 1985-1987, diz que o modelo de entidade científica que os fundadores do CBCE se espelhavam à época da fundação, era o *American College of Sports Medicine*. Diz mais, “... estávamos em plena ditadura, com problemas para reunir pessoas, e fazer o Brazilian College certamente aliviaria um pouco; pareceria não comunista” (PEREIRA, 2007 p. 14). O interessante é que Laércio não faz alusão ao tipo de pesquisa que era veiculada pelo CBCE, isto é, pesquisa mais ao gosto da ditadura e da ciência do capital do que ao gosto dos comunistas. Será mesmo que a grafia em inglês era para despistar? Paiva (1994, p. 189) ao citar em nota de rodapé uma carta de Eduardo de Rose enviada a Victor Matsudo em 29 de agosto de 1980, nos ajuda a ilustrar a ascendência do recém nascido CBCE. “Parece que a única coisa que não copiamos do American College of Sports

2007) e a “atividade física”¹³ (Cf. SOUZA E SILVA, 2007, p. 141). Parece-nos pelo que assevera Laércio Elias Pereira (2007, p. 13) que o problema era tão-somente de ordem político-corporativa, e não de ordem epistemológica¹⁴. Segundo Pereira (2007, p. 14) a idéia era criar um colégio que fosse dominado, em sua direção, por médicos, o que indicava uma predisposição para a constituição de um colégio que comportasse diversas áreas acadêmicas que de alguma forma se voltassem para o estudo do esporte e da “atividade física”¹⁵. De acordo com o autor: “A proposta era que o CBCE viesse a ser uma espécie de SBPC na área do esporte. Já tínhamos o ICSSPE (International Council of Sport and Physical Education), criado em 1958, que adotaria Ciências do Esportes (sic!), em 1982, e hoje tem dezenove áreas de atuação”(PEREIRA, 2007, p. 14)¹⁶.

O que ocorreu na história parece ter sido algo distinto do almejado na gênese do Colégio, e acreditamos que a resposta, para tal desvio de projeto se encontra já nas três primeiras gestões, ou para usarmos nossa divisão, no *bloco um*. Todavia, é necessário apontarmos, antes, os traços estruturais e genéticos do *bloco um*. Paiva (1994) nos dá alguns indicativos nesse sentido. Na ótica dos temas elencados pela autora, a saber, ciência, educação física, ciências do esporte e esporte, vislumbrando o entendimento de como se constituiu a comunidade acadêmica da Educação Física, temos tais indicações:

Medicine foi aquele espírito altruístico e democrático (sic!) de fazerem anualmente um Membership Directory, ao que fui informado, por ‘razões de ordem política’”.

¹³ De acordo com Paiva (1994, p. 188) o termo “atividade física” esteve presente somente no 1º estatuto. A partir de 1987, com a reforma estatutária ele desaparece. Ora, não é uma desapareição sem sentido! Ela está de acordo com os novos rumos da instituição. Lembremos que o coordenador a reforma estatutária foi Lino Castellani Filho. Bracht (1999, p. 28-29) nos dá uma síntese importante para clarear o conceito de “atividade física” e o protagonismo da medicina na EF, como também, para nos dar pistas da característica nodal do CBCE nos seus primeiros anos. “AEF moderna sofre a influência, desde seus primeiros passos, do pensamento científico. Vale o princípio: exercitar cientificamente o corpo, ou exercitar o corpo de acordo com o conhecimento científico a respeito. Ling e Amoros esmeraram-se em construir seus métodos ginásticos em estreita consonância com os conhecimentos oriundos da fisiologia e da anatomia humana. Ling falava, inclusive, em movimento racional com economia de esforço. Ou seja, desde logo, esta prática, qual seja, este conjunto sistematizado de exercícios corporais, buscou fundamentar-se no conhecimento das disciplinas científicas emergentes (como a física orgânica = fisiologia). Portanto, não é gratuita a presença influente da instituição médica na EF”.

¹⁴ Laércio Elias Pereira (2007, p. 13) menciona algo que nos parece infirmar que a questão era somente político-administrativa. Atenção, no nosso juízo, somente parece. “Na segunda metade da década de 1970, os ‘não-médicos’ apresentavam mais trabalhos nos congressos do que os médicos, mas a Federação só aceitava médicos como sócios. Criar uma sociedade mais abrangente foi a saída para atender às áreas não contempladas pela FBME”.

¹⁵ Ver o editorial da RBCE 1 (1), setembro de 1979. No texto fica claro qual é o objetivo do Colégio no entender de seus fundadores.

¹⁶ Não fica claro se a criação do CBCE, aos moldes da SBPC, tinha também como modelo o ICSSPE, ou se a idéia era complementar as lacunas deste último. Vejamos a sua composição atual, assim podemos ter claro a qual acepção de Educação Física que tal instituição veiculava. “Adapted Physical Activity, Biomechanics, Coaching Science, Comparative PE and sport, Kinanthropometry, Neuromotor psychology motor learning em control, Philosophy os sport, Political science of sport, Sociology of sport, Sport and Exercise Physiology, Sport and exercise psychology, Sport facilities, Sport history, Sport information, Sports law, Sports management, Sports medicine, Sport pedagogy, Sports vision” (PEREIRA, 2007, p. 14).

A ciência e a prática científica são neutras e “possuem” a verdade. Fazer ciência é medir e comparar dados. Educação física é capacitar fisicamente os indivíduos. É praticar atividade física sistemática ou assistemáticamente. As ciências do esporte são as diversas ciências instrumentalizando a “melhor” forma de fazer atividade física e praticar esportes. Esporte é a prática de uma modalidade esportiva. É fazer uma atividade física sistemática ou assistemáticamente (PAIVA, 1994, p. 93). As aspas são do original.

Como é possível perceber a autora criou representações abstratas do período de 1978 a 1985, como se estas fossem ontológicas. A própria autora afirma (p. 93) que as representações são criação da entidade. É interessante que a autora não desenvolve e demonstra em que sentido estas representações se efetivavam. Quem será que estava criando representação? O que a autora não aponta e que aparece na letra de alguns editoriais da RBCE na vigência de Matsudo, é o fato de o Colégio se pronunciar como se fosse uma só pessoa, mas que agia dessa maneira visando levar a ciência para uma área incipiente academicamente, e vista como profissional majoritariamente – releva notar que os fundadores do CBCE não pensavam exclusivamente na Educação Física. Desse modo, o CBCE estava iniciando e parecia se reduzir a posição de ciência de seus dirigentes, em forma e conteúdo, uma vez que não se podia – e nos dias de hoje isso também não ocorre – tirar uma posição da maioria de seus associados no que diz respeito à ciência e a intervenção política. Por isso acreditamos que a RBCE era tratada como órgão de divulgação oficial, pois os seus dirigentes compreendiam a completa ausência da ciência no tratamento do esporte. Desse modo, o que era enviado à RBCE era passado na peneira ideológico-epistemológica, como ocorre em todos os periódicos, além desta trazer as posições oficiais, os artigos de fundo e os editoriais, que sempre traziam determinada posição científica, ideológica e política.

Uma amostra de como a preocupação inicial do Colégio era estimular a produção científica e a sua socialização, pode ser notada desde o início, em que se lê no editorial que (1979, p. 2) a preocupação era congregiar pesquisadores isolados com vistas as pesquisas nas chamadas Ciências do Esporte. Noutro momento (EDITORIAL, 1980, p. 4) já se percebe a preocupação dos representantes do CBCE em se posicionarem ou exporem suas idéias acerca das Ciências do Esporte quando em encontros formais ou informais com “representantes” de instituições públicas e privadas de peso no cenário esportivo. Nesses encontros “(...) procuramos falar pouco ou quase nada do nosso Colégio Brasileiro, mas muito ou quase tudo das Ciências do

Esporte”. O que se defendia como Ciências do Esporte passa a ser propagado por onde andassem os seus dirigentes.

Agora, vá anotando: estive representando no Colégio Americano de Medicina Esportiva, no Havaí, em 1979; também na I Jornada Internacional de Medicina Esportiva e Educação Física, no Paraguai, em 1979; ainda no Congresso de Medicina Esportiva dos Jogos Panamericanos, em Porto Rico; fui à Argentina no Congresso Mundial de Estudo Integral do Esporte, em 1979; voltei aos Estados Unidos em 1980, desta vez em Las Vegas em outro Congresso do Colégio Americano de Medicina Esportiva. No meio dessas andanças, como se não bastasse o sucesso *no meu* I Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, ano passado, em São Caetano do Sul, fiz três Congressos Regionais neste 1980. Porto Alegre, Maranhão e Volta Redonda. E nesse sobe-desce, passei pelo Comitê Olímpico Brasileiro, pelo Conselho Nacional de Desportos e pela Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério de Educação e Cultura, *para levar nossas idéias e deixar nossa marca de “ciência do esporte”* (EDITORIAL, 1980, p. 6). Os itálicos são nosso.

Em verdade, a constituição do Colégio nesse período era incipiente e precária, e a produção acadêmica a qual se vinculava a entidade, também o era. Ou seja, os estudos em Medicina Esportiva tinha a FBME, o Colégio estava na militância para socializar a suas idéias que estavam assentadas nos colegiados de áreas acadêmicas que estudassem o esporte. Quais áreas acadêmicas estudavam o esporte? Numa época de gênese da Pós-Graduação qual área estava mais próxima do esporte historicamente? A resposta é simples. Por isso o CBCE em pouco tempo terá em seu quadro associativo uma maioria de professores de Educação Física. Mas, eram professores, e não pesquisadores no entendimento de hoje.

Tal formação inicial levou o Colégio a dificuldades. É fácil de constatar que os autores se repetem na RBCE. O que poderia indicar uma corporação ideológica se existisse uma grande produção teórica, o que não era o caso. Desse modo, a crítica de Paiva (1994) supracitada, sobre a verdade é infundada e equivocada, uma vez que, qual é a prática científica que não defenda a verdade. Quem produz conhecimento sem afirmar a verdade? E a gênese do CBCE é um caso específico, pois os seus fundadores estavam em processo de convencimento daqueles que poderiam contribuir com a formação da entidade. O que poderia sugerir uma personificação da entidade era muito mais uma empreitada em nome de algo que se vislumbrava no horizonte.

Se observarmos os índices da RBCE na vigência do *bloco um*, perceberemos certa constância na publicação de artigos de membros da DN e de editores e consultores da própria revista, que pode nos levar a entender a escassez de produção teórica e outros tipos de

pesquisa. Por exemplo, Victor K. R. Matsudo – como único autor ou como co-autor – publicou onze vezes em sua gestão e seis vezes nas gestões de Cláudio Gil S. de Araújo e Osmar P. S. de Oliveira. Após Matsudo os que mais publicaram foram: Cláudio Gil S. de Araújo, Jorge P. Ribeiro, Sandra M. Cavisini e Dartagnam P. Guedes com quatro artigos cada.

Outro fato que corrobora com a busca de socializar as idéias sobre as possibilidades das Ciências é o de colocar o CBCE como produtor de ciência e teoria. Cito: “O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte emergiu da necessidade de *estudar* o esporte ... (...) O CBCE poderá *estudar* a política do esporte, sem fazer política no esporte” (EDITORIAL, 1979, p. 2). E ao se referirem à necessidade de utilizarem o papel de forma econômica diminuindo a letra, asseveram: “Afiml, quem *faz* ciência é acima de tudo um prático” (EDITORIAL, 1980, p. 7). Os itálicos não são do original.

Os membros da diretoria (editores) do CBCE, além de o colocarem na condição de fazedores de ciência, em vários momentos seus “representantes” estão levando posições “oficiais”, o que demonstra a puerilidade do seu início e a necessidade de arregimentação organizativa. E essa representação carrega consigo uma visão de ciência, e no caso ciências do esporte que estava se constituindo. No que diz respeito às questões organizativas, principalmente, de representação, é importante notar que a lógica colegiada não é contraditória a forma como o CBCE criava as suas representações. Desse modo, a discussão sobre democracia trazida por Paiva (1994), segundo a qual, neste período do *bloco um* “democracia é participar sem incomodar o dominante” é problemática¹⁷, para não dizer equivocada. Será que a democracia é uma instituição democrática e abstrata, isto é, pode ser tratada do mesmo modo em entidades científicas e em instituições políticas? É possível afirmar que o Colégio, ao contrário do que afirmou no primeiro editorial da RBCE, não se manteve neutro politicamente. Como também, é possível afirmar, que o CBCE na sua perspectiva de se espriar tenha mantido uma interlocução com os órgãos governamentais ligados as políticas científicas e esportivas, o que a partida não indica que participou sem incomodar. Se o fato de participar pressupõe não incomodar, todas as gestões do CBCE até os 30 anos deverão ser acusados de praticarem este tipo de democracia. É possível por meio do primeiro editorial da RBCE notarmos o que estamos argumentando contra

¹⁷ Ver os editoriais da RBCE 1 (3) e 2 (1). Veja também em Palafox (1994, p. 30) a participação do presidente do CBCE, Victor K. R. Matsudo, e de um membro do CELAFISCS, Maria de Fátima Duarte, na Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos. Ora, a citada comissão asseverou que o CBCE era a única instituição científica que estava à altura do almejado pela pesquisa científica no Brasil (cf. PALAFOX, 1994, p. 30).

Paiva (1994), ou seja, que a discussão sobre democracia não procede e que a preocupação do CBCE era construir uma perspectiva colegiada, que se liga muito mais a um entendimento aristocrático, indevido também, do que democrático. Outrossim, é possível pelo editorial perceber a falsa consciência sobre a neutralidade científica, isto é, a própria condução científica da entidade estava relacionada a uma ação política, o que era negado à época. Vejamos o que diz o editorial:

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte emergiu da necessidade de estudar o esporte num contexto tão amplo quanto científico. O cooperativismo multiprofissional é sem dúvida o estilo moderno de melhores resultados para se alcançar objetivos em qualquer linha da atividade humana. No esporte brasileiro, este sistema já existe algum tempo nos centros de treinamento, clubes, módulos esportivos e laboratórios de avaliação. *Mas era necessário que esse trabalho em ambientes fechados tivesse abertura suficiente para ganhar um intercâmbio nacional além de incrementar o estudo científico e a pesquisa da atividade física integrando profissionais e estudantes das áreas de Ciências do Esporte. Foi com esse objetivo maior que o CBCE cresceu e fez entender sua filosofia em apenas um ano.* E esse crescimento baseou-se na simplicidade e na pureza de seus ideais e de suas origens. Em absoluto vai negar a existência e o valor de todas as associações que congregam isoladamente profissionais dos ramos esportivos. Procurará acima de tudo juntar forças, colaborar nas iniciativas e empunhar com denodo as bandeiras que se proponham a oferecer conclusões de ciência para o esporte. Nada de credos políticos e religiosos, nada de favorecimentos, mas a ética em primeiro lugar. *O CBCE poderá estudar a política do esporte, sem fazer política no esporte* (EDITORIAL, 1979, p. 2). Os itálicos não são do original.

Diante da citação é notório o que vínhamos argumentando, ou seja, que os esforços iniciais do CBCE buscavam alcançar pesquisadores, grupos, etc. em escala nacional. Tal empenho fez com que o CBCE passasse a ter uma intensa atividade e interlocução com os órgãos governamentais, que tinham evidentemente a sua frente oficiais de carreira, tendo em vista o contexto econômico-político. Vale à pena uma longa citação para ilustrar como se dava a relação do CBCE com as instituições da autocracia burguesa.

Nestes últimos meses, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte manteve importantes contactos com personalidades da mais alta representatividade do esporte brasileiro. Primeiro um encontro em Brasília, depois repetido em São Paulo, com o Cel. Péricles Cavalcanti, Secretário de Educação Física e Desporto do Ministério de Educação e Cultura; em seguida, uma conversa com o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Major Sílvia de Magalhães Padilha, quando em visita ao Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, em São Paulo; depois, um encontro informal com o presidente do Conselho Nacional de

Desportos, Gal. César Montagna de Souza e seu assessor-técnico, Cel. José Maria Covas Pereira. A rigor, nessas conversas procuramos falar pouco ou quase nada do nosso Colégio Brasileiro, mas muito ou quase tudo das Ciências do Esporte. Foi com alegria e entusiasmo que pudemos sentir, sem excessões (sic!) ou restrições, que o estudo científico, a racionalização do trabalho, o treinamento embasado na ciência e a importância multidisciplinar, já estão incorporados ao nosso esporte – na filosofia desses órgãos e nas ‘mangas arregaçadas’ de seus Presidentes (EDITORIAL, 1980, p. 4).

Se havia uma concordância do CBCE com as políticas esportivas ela se dava em grande medida na matriz epistemológica e na função social do esporte e da Educação Física. As pesquisas sobre esporte e as realizadas na Educação Física, que serão criticadas veementemente nos anos oitenta, se restringiam a um rasteiro empiricismo¹⁸, em que a política pode ser abstraída e eludida da atividade e dos condicionantes de pesquisa, e a ética uma conduta ilibada, como sugere o editorial

Releva notar, visando corroborar com o exposto acima, que há indicações de que os intelectuais orgânicos do CBCE fizeram uma avaliação do estado da pesquisa, seus espaços infraestruturais, etc., acerca do esporte, pois isso transparece quando apontam que a *missão* do Colégio era poder unir os esforços isolados, como também, efetivar o multiprofissionalismo existente em torno do esporte. Poder-se-ia afirmar que tal multiprofissionalismo estava ancorado numa espécie de lógica multidisciplinar cujo objeto era o esporte, que emanava da política de C&T e Pós-Graduação vigente e não *neutra*. Se nos apoiarmos nos apontamentos de Palafox (1990, p. 29 et seq.) podemos aclarar tal assertiva, e compreender o que os membros da DN do CBCE chamavam de multidisciplinar. O autor nos chama a atenção para duas ações realizadas pela Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1979. Citando Eliana M. Caram, indica-nos que uma das ações foi enviar 38 docentes de universidades federais para cursos de pós-graduação em universidades nos EUA, conforme a política de pós-graduação para Educação

¹⁸ Hermas Arana (2007) em instigante ensaio nos adverte para o caráter variado e interpretativo, como também, pouco rigoroso, do que chamamos de positivismo. Nota que mesmo os historiadores da filosofia pouco se debruçaram na obra de Comte. Indica-nos, a variabilidade em torno da concepção e abordagem do dado empírico, do entendimento de história, ciência e filosofia, existente entre Spencer, Stuart Mill, Mach e o Círculo de Viena, este último até apropriador da obra de Marx, a partir do entendimento de que este tratava “cientificamente” a história. Arana (2007, p. 47) assevera que “a verdadeira ciência e a verdadeira filosofia atêm-se ao dado empírico, *mas não do mesmo modo, uma e outra*”. E vai além, afirmando que a abordagem do dado empírico é distinto entre filosofias e ciências distintas. Parece óbvio mas há confusão! Na Educação Física muitas vezes relaciona-se a pesquisa que resulta em dados vertidos em estatísticas com pouca análise, com pesquisa positivista. E mais: são tratadas como científicas e os resultados dados empíricos! É preciso avaliarmos o que realmente há de positivismo na EF/CE.

Física, elaborada pela SEED/MEC e Departamento de Assuntos Universitários (DAU) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Universitário (CAPES). Outra ação foi criar uma comissão para avaliar a situação da pesquisa em Educação Física e Desportos, tendo em vista o quadro de retração e apatia notado a partir de 1977. Palafox (1990, p. 30) nos mostra que de 92 questionários enviados para Centros e Escolas de Educação Física e Esporte (ou Desportos), 45 não foram respondidos (48,91%), entre os 47 respondidos, 25 (27,17%) faziam pesquisa e 22 (23,91%) não tinham condições para a prática da pesquisa.

Na introdução do relatório apresentado como resultado dessa investigação, é mencionado que, a maioria dos Centros de Pesquisa se encontravam inoperantes nesse momento (1979). A Federação Brasileira de Medicina Esportiva teve sua ação restringida. **A divulgação de trabalhos estava praticamente restrita à atuação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que promoveu jornadas regionais e nacionais, e estava publicando uma revista científica que, segundo este relatório, apresentava “periodicidade e conteúdo às necessidades nacionais.** Parece interessante fazer notar aqui que, sem considerar aos representantes do CNPq e CAPES, os especialistas desta comissão especial, atuavam dentro da área de pesquisa BIOMÉDICA (5 médicos, 4 professores de Educação Física e 1 Psicólogo) ¹⁹. Se partirmos do pressuposto de que esta linha de pesquisa se encontrava em perfeita sintonia com a linha ideológico-estatal que fundamentava a prática tanto docente como científica em Educação Física e Esportes desde inícios dos anos 70, entendemos que a avaliação feita por esta comissão, em relação ao conteúdo da revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, representou mais um fenômeno ideológico do que uma avaliação crítica relacionada com tipo de produção de conhecimento científico que seria mais adequado para favorecer o desenvolvimento de uma concepção de ciência mais ampla (epistemológica e sociologicamente) e de real interesse às “necessidades nacionais” da sociedade brasileira (PALAFOX, 1990, p. 30). Os negritos não são do original.

Palafox (1990) sugere que houve uma avaliação ideológica por parte da Comissão. O próprio autor (p. 29) nos dá dados que podem suspender a sua afirmação, quais sejam, a de que os subsídios à FBME e aos laboratórios de fisiologia, responsáveis pela pesquisa majoritariamente, diminuiria significativamente. No trecho supracitado o autor também indica que os artigos científicos estavam em sua grande maioria sendo publicados na RBCE, por não haverem opções. Palafox (1990) estaria afirmando que tudo isso ocorreu para beneficiar o CBCE?

¹⁹ Entre eles o médico Victor K. R. Matsudo (CELAFISCS/CBCE) e a profa. Maria de Fátima Duarte (CELAFISCS). (PALAFOX, 1990, p. 30). Será coincidência o destaque do CBCE e da RBCE?!

O que é possível afirmar é que não há discrepância entre o que se constituía no CBCE como pesquisa sobre o esporte e o que para os intelectuais orgânicos e técnicos do “Governo Revolucionário” devia ser estimulado e investido em termos de pesquisa em Educação Física e Esportes. Na verdade o que prevalecia era o entendimento hegemônico em torno do Esporte e da Educação Física, que contribuía para não diferenciar um do outro. Isso se torna ainda mais claro quando o autor compara as linhas de pesquisa das Escolas e Centros Superiores de Educação Física constatadas em 1979, com o conteúdo veiculado pelas sete primeiras publicações do CBCE.

Em relação às primeiras encontram-se num total de 74 linhas de pesquisa, tal disposição: Fisiologia (18=24,32%); Cineantropometria (15=20,27%); Avaliação (13=17,57%); Crescimento e desenvolvimento (7=9,46%); Biomecânica (3=4,05); Formação profissional, Aptidão Física, Habilidades motoras e Postura (2=2,70%); Treinamento, Nutrição, Metabolismo, EF. Experimental, Sociometria, Psicologia, Técnica, Organização, Sociologia aplicada e Currículo (1=1,35%) (PALAFOX, 1990, p. 31). No caso das publicações do CBCE, num total de 124 trabalhos, temos tal disposição: Aptidão física (46=37,10%); Fisiologia do esforço (22=17,74%); Cineantropometria (12=9,68%); Psicologia esportiva (10=8,06%); Medidas e avaliação e Treinamento físico (7=5,65%); Formação profissional e Didática aplicada (3=2,42%); Odontologia (2=1,61%); Anatomia aplicada, Biomecânica, Dança/EF, EF para portadores de deficiência, Informatização, Metodologia da pesquisa, Nutrição, Oftalmologia, Traumatologia e Outras (1=0,81%) (Ibidem, p. 32).

Tais informações nos mostram como a pesquisa em Educação Física e Ciências do Esporte concentrava-se nos vetores bio-anátomo-fisiológico no âmbito das Ciências Naturais em seu vetor biomédico. E o CBCE iniciava suas atividades como instituição científica consonante com esse quadro. Porém, a própria comissão, segundo Palafox (1990, p. 33-34) considera haver uma quantidade incipiente de estudos científicos, além de haver um unidirecionamento dos objetos de pesquisa para a área biomédica. Para o autor a causa destes problemas se deve ao tipo de política de pesquisa encaminhada desde o Diagnóstico de 1971:

(...) direcionamento de uma política-pedagógica para pesquisa e Escolas de Educação Física fundamentada em pressupostos internacionais (1. adequação da pesquisa em Educação Física à Medicina do Esporte; 2. aprimoramento da aptidão física da população; 3. Educação Física como causa e Esporte de alto nível como efeito do processo, etc.) e; (...) tanto o incipiente número de

pesquisas como o seu unidirecionamento, podem ter sido provocados pelo mesmo encaminhamento da área de Educação Física à Medicina e o Esporte de alto nível, limitando por isso, um maior acesso à pesquisa aos próprios professores de Educação Física (p. 34).

Nesse sentido, é possível compreendermos o protagonismo da FBME, e o caráter inicial do CBCE. Ora, os fundadores do Colégio, no nosso entender, eram dissidentes críticos somente no que diz respeito à organização política e administrativa (corporativa) da FBME, e não no que diz respeito a sua base epistemológica e a necessidade de responder a demandas sociais que não eram tratadas no espectro da FBME. Desse modo, consideramos correta a avaliação de Paiva (1994, p. 65) quando afirma que

... é na década de 70, já sob a égide da fisiologia do esforço e da antropometria, que a “comunidade científica da EF” tem como seu fórum de discussões (científicas) a Federação Brasileira de Medicina Desportiva (FBMD). Se especificamente objetivarmos a *prática científica* agremiar pessoas que tem em comum a crença de que é possível discutir cientificamente a EF/CE, veremos que a fundação do CBCE deu-se menos pela existência de uma demanda social consciente da importância/necessidade deste tipo de reflexão e mais pelos desacordos e desafetos surgidos dentro da FBMD acerca do peso político dos professores de EF que desenvolviam trabalho nestas áreas de pesquisa.

O ex-presidente Laércio Elias Pereira deixa isso claro quando diz,

O CBCE veio de uma **evolução** na Federação Brasileira de Medicina do Esporte (FBME)... (...) Na segunda metade da década de 1970, os “não-médicos” (sic!) apresentavam mais trabalhos nos congressos do que os médicos, mas a Federação só aceitava médicos como sócios. Criar uma sociedade mais abrangente foi a saída para atender às áreas não contempladas pela FBME (PEREIRA, 2007, p. 13). Grifo nosso.

A questão é que só temos indícios de que tal abrangência tenha ocorrido nas gestões do *bloco um*, no que diz respeito à possibilidade de participação de qualquer área e subárea acadêmica que desenvolvesse pesquisa sobre o esporte. Agora, no que concerne à base epistemológica não há distinção. Se observarmos a comparação entre as linhas de pesquisa e as sete primeiras publicações do CBCE – como faz Palafox - os temas dos três primeiros congressos, as mesas e os temas livres que os compuseram, como também, os artigos e cursos

veiculados na RBCE²⁰ até 1985, perceberemos que o espectro do Colégio era unidirecional, para usar o termo da comissão de 1979. Focava-se no paradigma da aptidão física, como costuma conceituar Castellani Filho (2002), ou na área de biologia como vai aparecer nos editoriais da RBCE de 1983 vol. 4 n. 2 a 1986 vol. 6 n. 3 nos “Comunicado dos editores da RBCE”: “Gostaríamos de ressaltar que até hoje muitos trabalhos publicados foram da área biológica, não por culpa dos editores, mas porque foram os trabalhos enviados para a Revista e que obedeceram as normas da mesma”. Isto nos leva a indagar se havia produção para além da perspectiva da aptidão física? Ou seja, o que poderia não ser unidirecional?

É válido sublinhar que o fato de o Colégio nas gestões do *bloco um* ter sido unidirecional na veiculação das pesquisas, esboços, e afins, como também, na escolha das temáticas, palestras e mesas realizadas nos congressos, leva-nos a indagar se a sua vinculação ideológica com a política de C&T e de Educação e Cultura era consciente, e sobretudo, se contribuía para a manutenção da ordem estabelecida. Ou seja, não podemos tratar, a princípio, o CBCE e o seu *órgão oficial de divulgação*, como intelectuais orgânicos do grande capital e das políticas governamentais, e igualmente, tratá-lo como um bloco monolítico. Todavia, devemos duvidar. Podemos dizer que se havia uma postura contrária aos ordenamentos políticos, ou seja, uma postura política crítica – Cf. Daolio (1998) especialmente o trecho sobre Matsudo –, o mesmo não se dava com a posição epistemológica, ao passo que havia concordância com os rumos das políticas de esporte e com as políticas de C&T que eram endereçadas à área.

Como tentamos mostrar, o imaginário social e as mentalidades acadêmicas foram impregnadas de uma noção de EF/CE atrelada à noção estadunidense dessas manifestações (cf. TAFFAREL, 2007). Acreditamos que no caso da C&T e da preocupação com recursos humanos para a formação (Pós-Graduação) a vinculação com o modelo estadunidense é consciente, e não só, com o grande capital e suas necessidades. Já no caso da constituição acadêmica da EF/CE, acreditamos ser consciente somente a vinculação com o modelo estadunidense de pesquisa, e com todos os penduricalhos conceituais. É evidente que tal modelo defendia uma aura de neutralidade científica, logo política, o que convenceu muitos por aqui. Basta lermos novamente o editorial da primeira RBCE supracitado. A questão é que a Educação Física brasileira (não só) tem historicamente um lastro com a medicina, e fato disso é a

²⁰ Podemos observar nos números e volumes da RBCE de 1979 a 1985, incluindo os anais dos três primeiros congressos.

participação de professores-pesquisadores na FBME. Tal constituição histórica gera uma *consciência possível* (Cf. Goldmann, 1972 e 1976)²¹ que esteve ensimesmada nas discussões da Educação Física e Ciências do Esporte, ou “esporte e atividade física”. Somente a partir de 1983, com o texto de Lino Castellani Filho sobre a necessidade de descaracterizar a Educação Física, ou seja, pensá-la e realizá-la de outra forma²², é possível perceber na RBCE indícios de pesquisas fundadas em discussões políticas e questionamentos ao paradigma da aptidão física. É também em 1983, que João Paulo S. Medina e Vitor Marinho de Oliveira, publicam seus livros, respectivamente, *A Educação Física cuida do corpo ... e “mente”* e *“O que é Educação Física”*, que vão estremecer os pilares da área e desencadear uma série de discussões e novas publicações. Tais fatos irão contribuir para a formação de uma *consciência possível* conforme a *consciência real* passa a ser questionada. É sempre sensato notar, que estamos nos referindo a indícios, uma vez que, principalmente, no caso da RBCE, textos com temáticas e problemáticas vinculadas às ciências sociais e humanas, continuarão sendo raros e exceções, nos marcos do *bloco um*. Ora, é fundamental lembrarmos o que diz Marx (1999) no prefácio ao “Para a crítica da economia política”, a saber, que o novo é gerado no seio do velho, e nesse sentido, poder-se-ia afirmar que a história do CBCE é formada por superações dialéticas, visto que no nosso entender os blocos subsequentes caracterizam um salto de qualidade e complexidade, mas que carrega consigo algumas características estruturais e genéticas.

Portanto, concordamos com a posição de Victor Matsudo, que afirma que o CBCE se desviou do seu *destino*, que seria a criação de um grande “guarda-chuva” que reuniria entidades específicas de cada subárea (Cf. DAOLIO, 1998). Mas, tal não realização não se deve somente ao que veio depois. As gestões do *bloco um* esboçam somente a pretensão de criação do tal “guarda-chuva”, mas a produção teórica da Educação Física/Ciências do Esporte estava determinada pelas “subáreas da medicina esportiva, da fisiologia e da cineantropometria” (Bracht, 1999, p. 62), o que inviabiliza naquele momento a concretização do pretendido.

²¹ Lucien Goldmann (1972, p. 99 et seq. e 1976, p. 94 et seq.) se apropria das discussões de Max Weber e György Lukács sobre a *possibilidade*, e nos oferece essa noção de *consciência possível*, ou seja, ter consciência do que os patamares de humanidade alcançados *possibilitam*. Isso remete para além da realidade *fatual*. Remete ao uso da consciência (teleologia), irrealizável sem a consideração da história. Na história do CBCE, os anos oitenta, principalmente a partir de 1985-87, há o desenvolvimento da *consciência possível*, que passa a ser *real*. Por isso os embates no interior do Colégio, visto que o que era *consciência real* estava muita preza ao *status quo*, e a *consciência possível* estabelecia nexos com as transformações sócio-políticas em curso.

²² Respectivamente: RBCE 4 (2) e 4 (3). É interessante notar que o texto de Lino Castellani Filho é tratado como revisão de literatura, como se houvesse um acúmulo na Educação Física daquele tipo de análise dispensada pelo autor.

Como apontamos acima, as temáticas dos congressos, e as publicações do CBCE indicam o estudo do esporte e da “atividade física” sob determinada ótica, qual seja aquela vinculada à área biomédica ou biológica como quer o próprio Colégio. Mesmo com os diversos apelos encontrados na RBCE para o envio de trabalhos e as constantes justificativas da não publicação de trabalhos que não fossem da “área de biológicas”, não houve mudanças. Se a intenção era a constituição de um Colégio que congregasse um amplo espectro de pesquisa sobre o esporte, e que tal espectro viesse constituir as tão ditas ciências do esporte, parece-nos que a intenção não foi alcançada, uma vez que cada vez o que predominou no Colégio foram as pesquisas advindas da Educação Física.

Desse modo, concordamos com Victor Matsudo, quando assevera que a Educação Física tomou conta do CBCE (Cf. DAOLIO, 1998). No entanto, Matsudo não menciona a ampliação que sofreu a Educação Física na década de oitenta e manteve no limiar do século XXI, na medida em que estabeleceu diálogos com as Ciências Sociais e Humanidades – veremos adiante que a partir de 1997, com a criação dos GTTs, abre-se espaço para a política, para o lazer, para o corpo, e permanece atividade física e saúde e treinamento – e não abandonou o que havia estabelecido com as Ciências Naturais. O que houve no nosso entender foi uma luta pela hegemonia no controle dos rumos (culturais, ideológicos e políticos) do CBCE, e evidentemente determinados grupos e pessoas se afastaram dos congressos e das publicações, por não concordarem com o teor das discussões políticas travadas, e por não entenderem o âmbito do CBCE, enquanto instituição científica, como propício ao debate ídeo-político (Cf. DAOLIO, 1998).

Como veremos na exposição da gestão do *bloco dois*, a questão deve ser tratada à luz da história, o que implica entendermos, mesmo que de uma forma geral, o contexto sócio-histórico brasileiro e os nexos gerados no Colégio, com vistas a apreendermos os motivos de terem sido travados no interior do Colégio debates que buscavam estabelecer relações entre o papel da EF/CE e o movimento de redemocratização do país, debates esses que no *bloco três*, com o aclaramento da relação entre ciência, ideologia e política, uns diziam que o CBCE estava sofrendo uma partidarização política, e outros insinuavam que os acusadores estavam a serviço da manutenção da ordem capitalista.

O CBCE, como sugerimos na introdução, se constitui num processo de *supremacia* que envolvia claramente posições científico-epistemológicas, que se lastreavam num

espectro mais geral da vigência de sua fundação e do *bloco um*, com posições políticas e científicas acerca da função social da EF/CE caras ao governo vigente. E será na vigência do *bloco um* que surgirá o germe de posições contra-hegemônicas que ganharão força nos outros *blocos*. Como veremos isto se deu pela inter-relação dialética entre o acerto de contas na Educação Física com orientações político-epistemológicas remotas e os processos econômico-políticos mais gerais desencadeados pelo ocaso da autocracia burguesa brasileira.

2 BLOCO DOIS – O CBCE E A FORMAÇÃO DA HEGEMONIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: o processo inicial

No *bloco um* vimos que se iniciava a formação de críticas por parte de um segmento da Educação Física que se postava numa perspectiva progressista. Ou seja: criticavam a forma com que se tratava historicamente a Educação Física enquanto prática interventiva e acadêmica, a saber, numa lógica biológico-orgânica de ser humano, que culminava no que Castellani Filho (2002) nomeia de paradigma da aptidão física. E nesse bojo da Educação Física tradicional despendia-se um tratamento ao esporte numa perspectiva da pirâmide em que era necessário estar atento para a sua prática desde a tenra infância para no futuro se colher os frutos, isto é, atletas de alto nível de performance. Victor Matsudo no Painel Comemorativo dos 30 anos do Colégio expõe com clareza este entendimento quando discorre sobre os motivos que os levaram a fundar o LAFISCS.

Se a crítica estava sendo realizada é porque passaram a existir as possibilidades de formá-las, ou seja, a gênese do CBCE, com a sua impenitente e entusiástica busca pela constituição de um colegiado nacional que levasse a centelha do conhecimento científico onde este fosse pouco considerado, proporcionou a constituição da sua própria negação. Veremos adiante que não se trata de externalização de algo latente, no que concerne a crítica e a construção de uma Educação Física progressista. Trata-se de um processo de formação e de respostas as necessidades sociais e acadêmicas. Se notarmos, muito do que constituiu o caldo crítico da Educação Física progressista e renovadora, se deu fora dela na busca por respostas às desumanidades decorrentes dos nexos causais da autocracia burguesa. Foi um processo de conscientização que trouxe à tona as perplexidades e necessitou de respostas. Ora, não havia na época da fundação do CBCE substrato teórico-político na EF/CE para esta percepção, tendo em vista a forma como se conformou a área acadêmica da Educação Física e a sua influência estadunidense e alemã. É preciso, portanto, que reconheçamos os limites daqueles que fundaram a entidade, limites estes que estavam condicionados pela constituição acadêmica – forte influência estrangeira na conformação da Pós-Graduação, que no caso da Educação Física, restringi-se as matrizes epistemológicas das Ciências Naturais, Exatas e Biomédicas – e social – a

ideologia da esportivização (Esporte Para Todos) e da prática da atividade física como prevenção, ambas utilizadas como ferramenta para a saúde e para a formação de uma nação forte e soberana aos moldes do “Brasil Grande” da autocracia burguesa. As possibilidades de contraposições surgiriam a partir do questionamento destes limites. Por conseguinte, para que isto possa ser exposto é preciso um excursão sobre a época.

2.1. O contexto econômico e sócio-político brasileiro dos anos oitenta

Para compreendermos as transformações ocorridas no CBCE, a partir da gestão de Laércio E. Pereira se faz necessário um excursão sobre o ocaso da autocracia burguesa o que nos proporcionará apontar alguns motivos que precipitaram as “lutas populares”, que culminaram nas “diretas já”, no Congresso Constituinte e nas eleições diretas de 1989.

Evidentemente que não se defende um determinismo mecanicista, e sim, um condicionamento sócio-histórico em que o Colégio sofre nexos imediatos, configurando sua estrutura de forma não neutra e como síntese de muitas determinações. Ou seja, como apontamos no *bloco um*, outros determinantes, que não a estrutura econômica e o ordenamento político interferiram imediatamente no Colégio, como por exemplo, a política científica. Ora, pode-se infirmar tal entendimento afirmando que a política científica anda em conformidade com a estrutura econômica e com o ordenamento político. É verdade, porém, não podemos abstrair os nexos imediatos, e que fez com que a nossa instituição científica se constituísse, no *bloco um*, mais condicionada às questões postas pelos diagnósticos, políticas e planos de Educação Física e Desporto, do que pelos determinantes econômicos e políticos. Tais condicionamentos são razoáveis uma vez que a entidade é científica.

Doutro modo, no *bloco dois* as determinações econômico-políticas e sociais impactaram com maior incidência na entidade devido ao processo de democratização da sociedade brasileira. Todavia, estas se deram mediadas pelos estudos de intelectuais da Educação Física que renovaria progressivamente a área acadêmica. Nesse sentido, é possível afirmar, que a intervenção do Colégio, ou seja, a sua resposta nessa inter-relação dialética com os determinantes da sociedade brasileira será o que caracterizará a entidade neste período, somado, evidentemente, com as questões particulares que conduziam o CBCE às determinações da Educação Física.

As transformações sócio-históricas sofridas pelo Brasil entre o fim dos anos setenta e toda a década de oitenta, não podem ser vistas como somente de ordem política, ou seja, de mudança de regime. Elas estão travejadas pela crise estrutural do capital que assolava e fazia ruir os “anos de ouro” dos países de capitalismo avançado. A formação da economia brasileira no pós-64, só foi possível na medida em que os “anos de ouro”²³ entraram em colapso na Europa, Estados Unidos e Japão, devido a uma crise clássica de superprodução²⁴. Foi por conta das respostas à crise de superprodução que foi possível ao Brasil, num breve momento, fazer o “bolo crescer”, entre 11 e 14% ao ano, e realizar o “milagre econômico”.

A busca por novos mercados produtivos, assim como a busca pela valorização de capitais, vislumbrando, evidentemente, restaurar as taxas de crescimento, foi uma das respostas dadas pelo capital monopolista. O Brasil, por conseguinte, se constituía num desses novos mercados. Os nossos técnicos da ditadura (do grande capital) perceberam a liquidez de capitais e deram andamento ao processo de substituição de exportação – incentivado e conduzido

²³ Ernest Mandel (1982, p. 85) vai desenvolver a idéia de “ondas longas” no capitalismo. Elas podem ser expansivas ou depressivas/estagnação. “Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da onda longa, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos”. Os “anos de ouro” foram constituintes de uma onda longa expansiva do capitalismo monopolista. Nunca na história do capitalismo houvera resultados de crescimento econômico tão expressivo como os obtidos entre os anos quarenta e setenta. Netto e Braz (2006, p. 196) citam Koslov, Mandel, Harvey e Husson para expressar as taxas de crescimento: a produção industrial dos países capitalistas aumentou 2,8 vezes; entre 1947 e 1966 o Japão cresceu 9,6% e a Comunidade Econômica Européia cresceu 8,9%; o Produto Interno Bruto (PIB) dos países de capitalismo avançado aumentou, entre 1950 e 1973, 4,9%; entre os anos de 1960 e 1968, o crescimento médio anual da economia dos Estados Unidos foi de 4,4%, do Japão de 10,4%, da Alemanha de 4,1%, da França de 5,4%, e da Inglaterra de 3,8%. Incluindo a Itália, esses mesmos países tiveram um aumento no crescimento, nos anos sessenta, de 5% a 6% ao ano, e uma taxa de lucro numa margem elevada.

²⁴ Com a crise de superprodução, a onda longa expansiva, aludida na nota 34, chega ao fim. Temos uma nova onda longa, só que agora, depressiva. Tanto a taxa de lucro como a taxa de crescimento econômico declinaram rapidamente. A queda da taxa de lucro: “... entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1%, e no Japão, de 26,2% para 20,3%” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 213). A queda de crescimento nos países de capitalismo avançado será significativa. Nos Estados Unidos caiu de 4,0%, entre 1960-1973, para 2,4, entre 1973-1979, passando por -0,1%, entre 1979-1982, com um relativo crescimento de 3,6%, entre 1982-1990, chegando a 1,2%, entre 1990-1993. Europa, Japão e OCDE, respectivamente, apresentaram: entre 1960-1973, 4,8, 9,6 e 4,9%; entre 1973-1979, 2,6, 3,6 e 2,7%; entre 1979-1982, 0,9, 3,7 e 0,8%; entre 1982-1990, 2,7, 4,5 e 3,5%; e entre 1990-1993, 0,6, 2,1 e 1,1% (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 128). Entre 1971 e 1973 dois detonadores, de acordo com Netto e Braz (2006, p. 213) irão por fim a ilusão do “capitalismo democrático”, a saber, o colapso da ordem financeira mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro, e o choque do petróleo, em que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevou os preços. Somados a isso, tivemos, de forma não menos importante, a pressão organizada dos trabalhadores, além do movimento de contracultura e revolução dos costumes, que colaram em ação novos movimentos de categorias sociais específicas, tais como, o feminismo, a lutas dos negros nos EUA por direitos civis e o movimento estudantil.

pelo Estado – atraindo os capitais estrangeiros. Esse processo fez o bolo crescer, porém, posteriormente não foi dividido (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Antunes (1992) aponta que a economia da autocracia burguesa instaurada no Brasil, se erigiu no fortalecimento da produção de bens duráveis (fordismo-taylorismo), mantendo a extração e produção de matéria-prima em detrimento da produção de bens não-duráveis. Esse encaminhamento possibilitou a centralização e concentração monopólica, o enriquecimento das classes detentoras dos meios de produção fundamentais, o acesso a bens de consumo às classes médias, e uma exploração e pauperização relativas das classes dos “de baixo”, em geral, e classes operárias urbanas e rurais.

Antunes (1992, p. 108) cita uma síntese de Paul Singer para notar que tipo de economia o Brasil estava desenvolvendo pós-68.

1. uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3. forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem eliminar os focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica.

Segundo Antunes (1992, p. 108-110) do ponto de vista da classe dos “de baixo”, os que não tiveram a sua parte do “bolo”, e nessa, dos operários da indústria, a extração de mais valia absoluta e relativa se concretizava através da diminuição salarial, do aumento do custo de vida e do incremento tecnológico na produção, que necessariamente, conduziu ao aumento na intensidade do trabalho casado com o aumento do tempo de trabalho. Nesse contexto, as perdas salariais foram iguais ou superiores aos 30%. Noutras palavras, a conjunção desses aspectos causou um empobrecimento constante das classes trabalhadoras.

“... o padrão de acumulação tem na superexploração do trabalho um pilar decisivo, com conseqüências extremamente nefastas: ao mesmo tempo em que o arrocho salarial constitui-se num instrumento capaz de sustentar e impulsionar o ‘modelo econômico’, sua vigência traz como resultante o empobrecimento crescente das massas assalariadas, e isso inclusive durante o auge expansionista. (ANTUNES, 1992, p. 110-11).

Esse quadro sócio-histórico se constitui em meio a um paradoxo, cada vez mais intenso, à medida que adentra a década de oitenta. Qual seja: sucessiva e simultaneamente temos uma crise econômica que se aprofunda no final da década de setenta, ao ponto de muitos chamarem a década de oitenta, de perda, e um avanço sócio-político que se deu através das lutas sociais e de classes, poucas vezes alcançados na história do Brasil.

É importante ressaltar que a economia da ditadura não ampliou de forma significativa o mercado consumidor (BERHING e BOSCHETTI, 2006), o que levou rapidamente à crise. Como vimos acima, nas citações de Antunes (1992), a desvalorização salarial real chegou à casa dos 30%, o que evidentemente impossibilitava a entrada dos “de baixo” no consumo de bens duráveis²⁵. Este se restringia aos “de cima” e aos das classes médias. Não obstante, não foi esse o pilar do ocaso da ditadura e do aprofundamento da crise econômica, e sim, apenas um dos vetores.

Behring & Boschetti (2006, p. 138-139) citando os estudos sobre a dívida brasileira na ditadura de Brandford e Kucinski, e sobre a dívida externa na América do Sul de Toussaint e sobre o Brasil de Cano, nos indica os principais motivos do ocaso da ditadura e a crise econômica dos anos oitenta²⁶. A intensificação do endividamento externo foi o pilar. A política econômica norte-americana que visava valorizar e tornar hegemônico o dólar, fez com que países como o Brasil, que estavam em processo de substituição de importação, e que, por isso, abrissem espaço para entrada de capital, tivessem as taxas de juros elevadas pelos credores de 19% em 1981 para 27,5% em 1982. Isso fez com que houvesse uma fuga de capitais, o que levou o Brasil e os países da América Latina a se endividar num curto lapso de tempo. Além disso, para piorar o quadro, houve uma baixa na exportação de matéria-prima.

²⁵ Santos e Silveira (2006, p. 226-227) notam que em 1975, bens duráveis como fogão, geladeira, televisão e rádio estavam presentes em poucos domicílios urbanos e eram escassos nas áreas rurais. “Nas regiões Sul e Nordeste, por exemplo, menos de 30% dos domicílios urbanos contavam com fogão. No Sudeste, região onde a geladeira alcançava maior difusão na década de 1970, 46,3% dos domicílios urbanos tinham esse artefato, presente em apenas 8,6% dos domicílios urbanos nordestinos. Por outro lado, apenas 18% das residências urbanas sulistas havia um aparelho de televisão, e em 23,1% delas havia rádio. No Sudeste esses índices eram de 10,9% e 31,9%, respectivamente.

²⁶ Nos anos oitenta tivemos uma queda de 26,9% de investimento interno bruto; de 8,9% do PIB *per capita*; o fluxo de importações caiu 41,1%, e o PIB cresceu muito pouco. De 1981-1985 2,3%. A inflação de 1981 a 1985 saltou de 91,2% para 217,9%. O Fluxo de investimento externo caiu de 4,2% para 1% no Brasil e de 12% para 6% na América Latina.

Por conta do endividamento²⁷, o investimento no setor público irá diminuir de 26% em 1974 para 15-16% em 1989, e a taxa média de crescimento na “década perdida” foi de 2,1% (1% na indústria), o que dificultou a ação do Estado, enquanto ente estruturante, além de impedir a atualização industrial brasileira (a entrada na chamada “terceira revolução industrial”).

Diante do endividamento acelerado, da quase hiperinflação, da queda nas importações e exportações, na queda das taxas de crescimento, e na diminuição do investimento externo, os efeitos são bárbaros:

... empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980, quando a estagnação chega à periferia, fazendo cair os índices de crescimento, deslegitimando os governos militares e dando fôlego às transições democráticas, tendo como sua maior expressão o endividamento (BERHING e BOSCHETTI, 2006, p. 139).

Com a crise do “milagre econômico”, surge o momento da reordenação do bloco do poder que deveria ser organizado visando às possibilidades de expansão do capital monopolista (nacional e estrangeiro), como também, a necessidade da manutenção da hegemonia, isto é, diante do crescimento do movimento operário nos sindicatos e partidos – fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entretanto, a luta já se dava cada vez mais publicizada, segundo dois historiadores (Cf. FAUSTO, 2002 e SILVA, 2000), em meados dos anos setenta, se levamos em conta as mudanças políticas iniciadas por Geisel, cuja premissa do processo de transição era “gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático” (SILVA, 2000, p. 376), e o impacto da morte de Wladimir Herzog que mobilizou a sociedade civil²⁸.

²⁷ Cano apud Berhing & Boschetti (2006) assevera que 70% da dívida desse período era privada, mas por pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), impôs-se uma socialização do ônus. Ora, de privada tornou-se pública!

²⁸ Usamos “sociedade civil” quando a categoria for distinta do entendimento gramsciano, segundo o qual, a sociedade civil é uma dimensão do Estado por meio dos aparelhos privados de hegemonia, o que ampliou o espaço e o tempo de luta pela construção da hegemonia (Cf. GRAMSCI, 1968 e 1991e COUTINHO, 1999 e 2006). Na atualidade tem-se utilizado a conceito “sociedade civil” para designar toda ação social que, “aparentemente”, se dá fora do Estado. Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre outros, são consideradas pertencentes a essa dimensão societária. Como consequência, se tem utilizado o termo “terceiro setor” (“primeiro setor” o Estado e “segundo setor” o mercado) como sinônimo de “sociedade civil”. A este último aspecto ver Montaña (2007).

Desse modo, com a crise do endividamento, teremos uma forte pressão empresarial, dos setores da classe média, dos movimentos sociais urbanos e rurais (forte participação de padres da igreja católica) e do novo sindicalismo²⁹.

A transição “transada” teve três aspectos: proteger política e ideologicamente os algozes (militares) da autocracia burguesa, viabilizar a saída da crise econômica elevando a patamares nacionais os novos ricos (graças à corrupção) e os técnicos militares que se tornaram técnicos civis e conter o avanço das classes dos “de baixo” na luta por democratização da política.

Em relação aos dois primeiros aspectos, temos o florescimento de uma cultura política e financeira clientelista – desde empreiteiras da infra-estrutura até a indústria bélica – de acordo com a lógica do capital monopolista. Forma-se uma “nova classe social” que aos poucos ocupará sem cerimônia o lugar público da aristocracia *declasée* (LOPES e MOTA, 2008).

No caso do Brasil, o que mais chocava era o fato de essa nova classe emergente – que incluía seus guardiões, os austeros militares que assumiram o poder em nome da restauração moralizadora (Castello Branco e Geisel, expressões de uma classe média educada e discreta) – ter agora se tornado promíscua com o capital. Nova formação societária, agora incluindo militares-administradores que, em trajes civis de executivos não resistiram às “gentilezas” no convívio com as multinacionais, empreiteiras, indústrias de automóveis, de autopeças, de material bélico, companhias de seguros, de aviação, etc. Nova classe promíscua e deslumbrada com o capitalismo, agora selvagem (a expressão surgiu naqueles anos), que pagou contas do DOI-Codi e financiou a igualmente selvagem Oban – a temida Operação Bandeirantes (...). Não raro tais empresas multinacionais utilizaram-se de “altos funcionários” recrutados nas beiradas da aristocracia *declasée* paulistana para, com algum domínio da língua alemã, inglesa ou francesa, atuarem como relações públicas nesses jogos do capitalismo associado e dependente. Semelhante ao que ocorreu na Alemanha nazista ou na França da ocupação, processava-se aqui a velha cumplicidade de estamentos pretéritos com as novas frações da mal-formada classe burguesa (LOPES e MOTA, 2008, p. 886-887).

É importante ressaltar, ainda em relação aos dois aspectos supracitados que, segundo Lopes e Mota (2008), existe nesse processo de transição “transada” o despertar da

²⁹ Segundo Armando Boito Jr (2005, p. 281), “a liderança emergente do ABC surgiu falando em livre-negociação e defendendo a separação entre sindicalismo e luta política. Não se tratava de um retorno ao anarco-sindicalismo, uma pregação doutrinária sobre o caráter necessariamente burguês da atividade política, mas sim de uma atitude que consistia menosprezar a importância da política na solução dos problemas dos trabalhadores. Livre-negociação, apoliticismo e base social nos trabalhadores qualificados do setor mais moderno da indústria: parecia que o ABC caminhava, de fato, para um sindicalismo de tipo norte-americano”. Vale lembrar que o contexto histórico e os embates sindicais geraram essas tomadas de posicionamento. Ver também: Frederico (1990) e Vianna (1980).

vanguarda empresarial (José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, entre outros), à medida que o atraso industrial do Brasil vai se tornando central. A imprensa, nesse sentido, passa a dar audiência a essa vanguarda, o que os coloca na posição de críticos da condução político-econômica do regime militar.

Esse movimento, de posicionamento público via imprensa, por parte dos empresários, só foi possível, obviamente, com o aprofundamento da transição democrática. Assim, com o processo de redemocratização, até mesmo os velhos caciques da ex-União Democrática Nacional (UDN) e da ex-Aliança Renovadora Nacional (ARENA), se posicionam a favor das liberdades democráticas, mas terão que se atualizar, pois de acordo com Lopes e Mota (2008, p. 889) uma “nova sociedade civil” levantava a voz a partir de novos agrupamentos,

(...) de um grupo muito pequeno porém ativo de empresários esclarecidos, de novos sindicatos, de organizações urbanas e rurais, laicas e eclesiais, de associações universitárias e de jornalistas, professores, advogados, médicos, arquitetos, etc. Gente formada no calor das campanhas contra a tortura, contra a censura, pela redemocratização política, atuando junto à OAB, à SBPC, à ABI, à CNBB, à ABA, à AASP e a uma dezena de outras, inclusive muitas associações de professores, como a Adusp e a Apeoesp. (...) Não se tratava mais da “sociedade civil” dos tempos liberais de outrora, do patriciado reunido a volta de JK, mas de novas frações de classe que procuravam romper a carapaça dos estamentos senhoriais e administrativos abrigados nos aparelhos de Estado. Manifestavam-se lideranças indígenas, das comunidades eclesiais de base, de vanguardas do protestantismo renovado, das oposições sindicais, agora ampliadas pelo país, além de associações de amigos de bairros, movimentos de ecologistas, de feministas, de lideranças da população negra e de lutas pela democratização da universidade. Todos se tornaram mais presentes, impondo a atualização e redirecionamento do debate político nacional.

É importante notar que mesmo diante da pressão da “sociedade civil”, as diretas já falharam, e a criação de uma Assembléia Constituinte culminou no Congresso Constituinte. A tendência, bem notada por Florestan Fernandes (1989 e 1990), de que a transição para a “democracia” estava se dando pelo “alto”³⁰, não foi mais dramática para os de “baixo” por conta

³⁰ Carlos Nelson Coutinho (2000) num conhecido ensaio afirma que as transformações estruturais (econômica, política e cultural) no Brasil sempre seguiram a *via prussiana* (Lênin) ou a *revolução passiva* (Gramsci), isto é, o protagonismo popular (dos *de baixo*) quando houve foi escasso. Os historiadores Adriana Lopes e Carlos Guilherme Mota (2008, p. 885) ao nos falar da “transição pelo alto” em que se deu a passagem do governo de Figueiredo para o de Sarney, fazem comparações históricas ilustrativas. “Aqui se encontra o leito profundo da ‘história’ em que as elites brasileiras atuam. História antiga, que remonta ao marquês de Paraná, nos meados do século XIX, quando se logrou estabelecer a discutida ‘paz imperial’ costuradas entre os senhoriatos regionais. O impasse – agora embutido

da intensa participação dos movimentos operário e popular na Constituinte. Tal protagonismo teve impacto na agenda política dos anos oitenta além de assegurar a pauta de alguns eixos da Constituinte, que ressoariam, posteriormente, na Constituição de 1988. Os eixos foram: “reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária” (BERHING e BOSCHETTI, 2006, p. 141).

Os anos oitenta, do ponto de vista político, foi um período progressista, cujo busílis estava na democratização. Esta por sua vez só foi possível através da participação dos sujeitos vinculados a grupos, frações de classes e classes sociais. Por isso não podemos perder de vista, que todo o ordenamento societário dos anos oitenta, principalmente, no que diz respeito à luta pela democratização política é muito matizado. Como notamos acima, participam dessa luta distintos vetores da sociedade, alguns particulares vislumbrando somente o seu quinhão, como foi o caso do empresariado, outros, novos e fragmentados (movimento negro, feminista, ecológico, etc.) e amplos (operários, trabalhadores da cidade e do campo, cientistas, etc.) mesmo que em alguns casos corporativos (professores, advogados, arquitetos, etc.), porém vislumbrando a democratização política e a diminuição da desigualdade, e em alguns casos a transição para uma sociedade socialista.

Um dos vetores de todo este movimento de redemocratização que impactou no CBCE, por meio dos seus intelectuais³¹ que participavam ativamente da renovação crítica da Educação Física, foi o da educação. No entanto, tal impacto não se deu de forma direta e imediata. Primeiro, ele passa a ressoar no Colégio através de trabalhos publicados na RBCE de forma esparsa e contingente (Cf. CASTELLANI FILHO, 1983 e BRACHT, 1986). Veremos que a partir do momento em que o CBCE passa a se preocupar com os aspectos sociais da Educação Física e do Esporte (a partir dos *blocos dois e três*), teremos uma relação direta e imediata com a educação incorporando suas discussões realizadas na década de oitenta. É interessante como a

nessa ‘transação pelo alto’ em que se deu a passagem do governo de Figueiredo para o de Sarney – marcou o contexto político ambíguo e brumoso que, sonhando a participação popular pelo voto direto, fazia recordar o clima, a mentalidade e os costumes do Segundo Reinado, às vésperas daquele impasse de 1868, quando o barão de São Lourenço desabafara: ‘Opus-me à conciliação como bandeira, porque logo receei alguma mistificação. A Nação, porém, tomou-a sério, porque de fato havia cansaço e o caráter brasileiro tende sempre a fraternizar...’”.

³¹ A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sempre concedeu espaço para o CBCE, através da participação de seus intelectuais. Somente nos anos 2000 é que se filiará na condição de sociedade científica. Laércio E. Pereira, por exemplo, sempre participou dos encontros da SBPC. Mesmo antes da criação do CBCE, ele já militava em tal sociedade (Anexo 4).

Educação irá se mobilizar e se organizar na chamada “década perdida”, passando a ter até mesmo um movimento de renovação crítica como ocorrerá na Educação Física. Evidentemente, que no caso da Educação o espectro é amplo e mobilizará todo o país.

Saviani (2007) em seu imprescindível livro, “História das idéias pedagógicas no Brasil” nos indica como ao contrário da economia e semelhante à política, a década de oitenta não foi perdida para a educação. Ou seja, conforme se inicia a transição pelo alto para a democracia, no final dos anos setenta, criaram-se associações para congregar educadores, independente de sua vinculação profissional. Desse modo, em 1977, 1978 e 1979 fundaram respectivamente a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE). Teremos, também, iniciando a década de oitenta, associações que congregaram professores de diferentes níveis de ensino e especialistas em diferentes habilitações pedagógicas, que depois se verterão em sindicatos.

A partir do final dos anos de 1970, as entidades de professores das escolas públicas de 1º e 2º graus vão filiando-se à Confederação Brasileira de Professores (CPB), chegando, em 1986, a 29 associações estaduais filiadas. No Congresso realizado em janeiro de 1989, foi aprovada a mudança no nome de CPB para Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). E, no ano seguinte, a ela foram incorporadas a Confederação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas (CONAFEP), a Federação Nacional de Supervisores Educacionais (FENASE) e a Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE). Com isso, ascendeu a dois milhões o número de profissionais da educação (professores, especialistas e funcionários das escolas públicas de 1º e 2º graus) representados pela CNTE. Os professores do ensino superior seguiram o mesmo caminho. No final da década de 1970, foram sendo criadas, em cada instituição, as respectivas associações de docentes. Em 1981, no Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), com a participação de 67 associações de professores de instituições de nível superior. Por seu turno, os funcionários das universidades já haviam criado, em 1978, sua entidade nacional. Trata-se da Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas (FASUBRA)³²... (SAVIANI, 2007, p. 401).

Segundo Saviani (2007, p. 402-403) é possível perceber na organização dos educadores na década de oitenta, dois vetores distintos. O primeiro, preocupado com as características sócio-políticas da educação, que envolve a busca pela escola pública de qualidade,

³² Saviani (2007, p. 401) cita Luiz Antônio Cunha para notar que a FASUBRA foi uma criação formal do MEC para contrabalançar o peso do movimento docente. Todavia, esta federação irá seguir a orientação dada pela ANDES, tendo até, em 1984, participado na articulação de uma greve que durou 79 dias.

universal e atenta com as necessidades da maioria da população (classe trabalhadora), que terá sua maior expressão nas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), nas publicações das revistas da ANDE e do CEDES e na Reunião anual da ANPED. O segundo, preocupado com as questões econômico-corporativas, marcado pela reivindicação através das diversas greves entre o final dos anos setenta e toda a década de oitenta. Esse vetor foi protagonizado pela CNTE e pela ANDES, e foi evoluindo e incorporando as questões tratadas pelo primeiro vetor, ao ponto de, em 1991, realizar o XXIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, intitulado, “Os sindicatos dos trabalhadores em educação diante das diversas concepções de escola”.

Ainda na década de oitenta haverá uma ampliação significativa da produção acadêmico-científica – provavelmente decorrente do esforço envidado no primeiro vetor – sendo perceptível, segundo Saviani (2007, p. 405 et seq.), através da circulação das idéias pedagógicas por meio das revistas (cerca de sessenta) e livros que se ampliaram significativamente nos anos oitenta. Soma-se a isso o reconhecimento da educação pela SBPC e pelas agências de fomento, culminando neste último aspecto, com a instalação do Comitê de Educação no CNPq com cinco membros representando a área.

Toda essa mobilização e organização da educação só foi possível devido ao processo de transição democrática, como já notamos acima. Porém, Saviani (2007, p. 412) ressalta o caráter ambíguo desse processo, uma vez que a transição realizada pelo “alto” tinha determinados objetivos – os quais já apontamos – distintos dos interesses dos de “baixo”. Por isso o termo “transição” pode camuflar as lutas de classes e dar entender que os interesses são convergentes. Essa ambigüidade estava contida também, nas idéias pedagógicas contra-hegemônicas, que estavam carregadas por uma heterogeneidade que transitava entre os liberais progressistas, passando pelos anarquistas e por marxistas revolucionários dos mais diversos matizes. O autor assevera que o entendimento de Georges Snyders, segundo o qual, a expressão vaga “pedagogia de esquerda” serviria para comportar diversas pedagogias contra-hegemônicas, seria o apropriado para o caso brasileiro. Assim, Saviani (2007) agrupa as idéias pedagógicas contra-hegemônicas em duas modalidades. A primeira tem seu cerne no saber do povo e na autonomia de suas organizações, que muitas vezes, no caso da educação, passa a margem da estrutura escolar. Quando considerava a escola, buscava torná-la um espaço de expressão das idéias populares e no exercício de sua autonomia. A segunda tinha como cerne a centralidade da educação escolar, valorizando o acesso dos de “baixo” ao conhecimento sistematizado.

A primeira tendência inspirava-se principalmente na concepção libertadora formulada e difundida por Paulo Freire, estando próxima da Igreja em afinidade com a “teologia da libertação” e secundariamente nas idéias libertárias constitutivas da tradição anarquista. Em termos da conjuntura política, a referência principal era dada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua relação com a educação pública era marcada por ambigüidade, introduzindo-se a distinção entre público e estatal. A segunda tendência encontrou na Revista da ANDE um canal de expressão e comunicação e aglutinou representantes cuja orientação teórica predominante se inspirava no marxismo, entendido, porém, com diferentes aproximações: uns mantinham como referência a visão liberal, interpretando o marxismo apenas pelo ângulo da crítica às desigualdades sociais e da busca da igualdade de acesso e permanência nas escolas organizadas com o mesmo padrão de qualidade; outros se empenhavam em compreender os fundamentos do materialismo histórico, buscando articular a educação com uma concepção que se contrapunha à visão liberal. No que se refere à conjuntura política do país, a proximidade dava-se principalmente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e os partidos comunistas e secundariamente com o PT. A defesa intransigente da escola pública foi a marca distintiva dessa corrente (SAVIANI, 2007, p. 413).

São essas idéias pedagógicas contra-hegemônicas, ou as pedagogias de esquerda, surgidas no caldo econômico-político e sócio-histórico da *transição lenta, gradual e segura*, que incidirão, a partir do *bloco dois*, por meio da Educação Física e dos seus intelectuais que se pós-graduaram nesse contexto, com cada vez mais força no CBCE.

Todavia, é importante que levemos em conta a complexidade desse período da história do Brasil, que buscamos sintetizar acima, pois não só as idéias pedagógicas irão impactar no Colégio. Veremos que toda a discussão acerca da democratização da política ressoará nessa instituição de forma significativa por toda a segunda metade dos anos oitenta e a início dos anos noventa, colocando em segundo plano, muitas vezes, as questões acadêmico-científicas, o que de fato era demanda do espírito daquele tempo, como também, das mudanças realizadas na entidade. Antes, porém, apontaremos indícios no seio do *bloco um* do substrato inicial que daria corpo as mudanças no Colégio a partir do *bloco dois*.

2.2 – O surgimento do novo no seio do velho

Mencionamos na introdução e apontamos no capítulo um, as inter-relações entre a formação da área acadêmica de Educação Física e a formação do Colégio. Nunca é demais lembrar que o *bloco um* esteve mais próximo de áreas e disciplinas enraizadas epistemologicamente nas Ciências Naturais e Exatas, em que a Educação Física era somente mais uma. Mas, a Educação Física ganha força no Colégio devido ao seu grande número de sócios e do protagonismo crítico de seus intelectuais. Aqueles que não eram da Educação Física eram da Medicina, e um caso ou outro da Psicologia e da Nutrição. É evidente que a Educação Física pensava de acordo com as determinações da sua própria constituição ancorada na Medicina e nas instituições militares. O que ocorre é que conforme alguns pesquisadores vão problematizando as perspectivas teórico-metodológicas hegemônicas da nossa área, o movimento desencadeado causa nexos dentro do Colégio. Poder-se-ia dizer que outro aspecto intimamente relacionado é o de descompasso sócio-histórico entre os cursos de licenciatura (graduação) em Educação Física e o contexto brasileiro, no sentido geral, e a realidade escolar, no sentido específico.

Podemos apanhar esses aspectos em obras basilares do início dos anos oitenta. Os já clássicos: O que é educação física e Educação Física humanista, de Vitor Marinho de Oliveira. De João Paulo S. Medina, A Educação Física cuida do corpo... e “mente”. E os livros dos autores portugueses, em especial, Manuel Sérgio (Cf. CASTELLANI FILHO, 2007b), que muito influenciaram a formação e a pesquisa na década de oitenta.

Os aspectos acima aludidos, também são possíveis de serem percebidos através da mobilização de professores de Educação Física (especialmente, Laércio E. Pereira e Lino Castellani Filho) no início dos anos oitenta, nos marcos do *bloco um*, para organizar um Congresso Regional do CBCE, em São Luiz do Maranhão, cujo primeiro título “Desporto e pobreza”, foi vetado pela co-patrocinadora do evento, a SEED/MEC, levando ao título alternativo, “Desporto em Regiões em Desenvolvimento”.

Fazia parte da programação, a realização paralela de 5 cursos. Para um deles – um dos dois reconhecidos pelo MEC – o de “Sociologia do Esporte”, convidamos a socióloga Maria Izabel de Souza Lopes, então professora da PUC/SP e da Faculdade de Educação Física de Santo André, FEFISA. O referido curso, realizado dias antes do congresso propriamente dito, teve influência marcante nos rumos das reflexões levadas a efeito no evento, o qual foi taxado, por representantes da SEED/MEC nele presentes, de um “Congresso de comunistas” (CASTELLANI FILHO, 2001, p. 197).

Castellani Filho (2001, p. 198-199) nos conta que por meio do contato da socióloga, soube de um trabalho de estudantes da FEFISA, que foi realizado na disciplina de Sociologia, ministrada por esta professora, cujo cerne era questionar o tipo de formação tecnicista e ahistórica que era dispensada aos alunos do curso de Educação Física, e aproveitava para denunciar e questionar o mito do Esporte responsável pela idéia de ascensão social meritocrática inata ao Homem, isto é, independente das questões sócio-culturais. Os alunos ainda, no mesmo trabalho, chamaram a atenção para o desprezo do Esporte para Todos (EPT) para com a maioria da população. Outra questão importante notada pelo autor, e relacionada ao protagonismo dos estudantes, foi a criação do Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEEF), cuja idéia de realização se deu no 31º Encontro da União Nacional dos Estudantes (UNE). O I ENEEF ocorreu no mesmo ano (1980), com a discussão de temas ligados à conjuntura política nacional, a participação de estudantes e professores em entidades, o problema dos cursos de curta duração, entre outros. Oliveira (1994, p. 24) nos oferece uma síntese das preocupações de uma parte dos estudantes de Educação Física nos anos oitenta, que se organizavam em torno do ENEEF.

Essa iniciativa estende-se ao longo dos anos 1980, denotando, sempre, preocupações fundadas na questão social. Os três primeiros Eneefs (Salvador, 1980; Goiânia, 1981; e Vitória, 1982) não tiveram um tema central, mas a preocupação com a conjuntura política nacional estava presente. A partir de 1983 aparecem os temas centrais: “Educação Física na sociedade” (Juiz de Fora, 1983); “Educação Física ou a arte de adestrar seres humanos?” (Florianópolis, 1984); “Educação Física: perspectivas de uma nova prática” (João Pessoa, 1985); “A Educação Física diante da realidade brasileira: reprodução ou transformação?” (Curitiba, 1986); “Existe uma outra Educação Física?” (Rio de Janeiro, 1987); “Condições para uma nova prática” (Recife, 1988); e “10 anos: a EF avançou...?” (Vitória, 1989). O número de estudantes congressistas é significativo, tendo atingido uma média de acima de 500 nos dez encontros realizados nos anos 1980. Em João Pessoa (1985) atinge o público recorde de 1.100 participantes, com representação de 33 escolas de Educação Física, de 16 estados da Federação, além do Distrito Federal.

Como sabemos, nem todo aluno que participa de movimento estudantil ou que se coloca numa perspectiva contra-hegemônica em relação a sua formação profissional, se torna pesquisador e intelectual. Por isso citaremos uma síntese de um importante intelectual da Educação Física, para indicarmos parte das bases materiais anteriores a crítica feita pelos estudantes da FEFISA com a ajuda da sociologia, ou seja, algo que não estava posto no momento em que estudava Lino Castellani Filho nos anos setenta na Universidade de São Paulo (USP), e

cuja síntese à respeito nos serve para indicar que a tomada de consciência e a realização da crítica necessitava de substrato que não se dava na Educação Física. Em outras palavras, o que possibilitou a crítica dos anos oitenta foi a busca por respostas nas Ciências Sociais e Humanidades, visto que eram nestas que estavam as sistematizações sobre o que carecia a EF/CE, a saber, as explicações e compreensões acerca da vida em sociedade. Estes questionamentos só foram possíveis na medida em que o processo de democratização descortina continuamente as contradições sociais, e vai ficando clara a mediação da Educação Física com a escola e esta com a sociedade em que se efetiva concretamente. Assim, a formação de Lino Castellani Filho ilustra parte das bases materiais da crítica posterior.

Recordo-me da dedicação com que nos debruçávamos sobre o *conduzir a bola em batimentos alternados* sem deixá-la fugir ao nosso controle, o mesmo repetindo-se com a *cabeça, coxa...* percorrendo distâncias estimadas em 25/30 metros. Lembro-me, ainda, das tantas e quantas vezes executamos o ato de *lançar a bola para o alto com os pés*, partindo dela descansada no chão, com o intuito de *abafá-la* com o peito do pé, buscando impedi-la de quicar...E em quantas outras ocasiões não *conduzimos a bola*, não realizamos *fintas, dribles, arremates ao gol*, chutando das mais distintas formas possíveis? Sim. Durante 2 ou 3 anos que terminalizavam o curso naquela época, essas foram práticas rotineiras, mesmo porque éramos, ao final, avaliados predominantemente no nosso *saber fazer*. Quanto às avaliações teóricas, circunscreviam-se às perguntas relacionadas às regras do jogo, às suas formulações técnicas e táticas, extrapolando, às vezes, para outras que nos argüiam sobre seqüências pedagógicas par o desenvolver do aprendizado do *jogar futebol*. Tudo isso era-me enormemente prazeroso, pois, tanto quanto hoje, tinha pelo futebol um fascínio apaixonado! Porém, por mais gostosamente que me envolvesse com aquelas aulas, sentia-me incomodado com o fato de – passados 2 anos estudando futebol – não saber explicar os motivos que levavam os pais a pendurarem uma *chuteirinha*, nos quartos – na maternidade – das mães que tivessem parido meninos! Sim, meninos, pois as meninas não tinham acesso ao mundo do futebol! De outra forma, queríamos saber - e não tínhamos apreendido conhecimento que nos levasse a conhecer – como se constituía a identidade cultural corporal esportiva de um povo. Por que era o Brasil, na expressão do dramaturgo Nelson Rodrigues, a *pátria de chuteiras* e não a pátria de raquetes de tênis, das bolas de vôlei, de basquete, dos pés-de-pato?... Por que nunca nos tinham chamado a atenção para a *plasticidade* e o *sentido estético* do gesto esportivo no futebol?... Já reparam a beleza de uma *matada de bola no peito*, de uma *bicicleta*, de um *peixinho*? Por que ainda não tinham nos levado a conhecer a característica ímpar do jogador de futebol que, por conta da *lei do passe*, configura-se ainda hoje, mesmo com a *lei Zico* em vigor, como trabalhador que não possui a propriedade sobre sua própria força de trabalho, sendo talvez mais pertinente nos referirmos a ele como *escravo da bola*? (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 43-44) Os itálicos são do original.

A partir deste fragmento somado ao desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes no curso dos anos oitenta, podemos notar que o que foi chamado de movimento renovador (CAPARROZ, 1997) da Educação Física se deu a partir de bases materiais em que a consciência da pobreza da sua formação veio somente anos depois. A consciência se torna possível quando se depara com a realidade e com a bibliografia sobre Educação Física e Esporte, fundada nas Ciências Sociais e Humanidades, o que o leva a estabelecer uma relação com o seu tipo de formação e com o tipo de Educação Física e de Esporte hegemônicos.

No entanto, esse movimento renovador não se deu somente do ponto de vista da pesquisa. Se notarmos autores considerados fundamentais na construção de uma crítica a Educação Física hegemônica, participaram desde os primórdios do CBCE, em sua DN, ou promovendo encontros regionais, coordenando mesas e temas livres, apresentando trabalho no CONBRACE e publicando na RBCE. Refiro-me ao próprio João Paulo S. Medina, ao Laércio E. Pereira, ao Lino Castellani Filho, à Celi Taffarel, ao Apolônio A. do Carmo, ao Manuel Sérgio, Valter Bracht e outros³³. Estes professores e intelectuais orgânicos da Educação Física estavam engajados numa atividade que inter-relacionava a militância política e a arma da crítica vislumbrando a construção de uma Educação Física consonante criticamente com o seu tempo.

Conforme o CBCE se torna um espaço importante de circulação da produção teórica das chamadas Ciências do Esporte e da Educação Física, a luta ídeo-política também se faz presente, uma vez que ela está associada aos pontos de vistas teórico-metodológicos e aos aportes epistemológicos inerentes às pesquisas e às intervenções. Dessa forma, se estivermos correto, um projeto histórico-político de Colégio distinto do imperante tem início na medida em que veiculação e produção são retro-alimentadoras. Assim, temos já no *bloco um* a formação de um movimento contra-hegemônico descontente com a maneira de condução da entidade, tanto no sentido administrativo-organizacional, como no sentido científico, mas que não possui condições de emergir, tendo em vista sua incipiência perto da estrutura que consolidava a entidade. Por conseguinte, as possibilidades de formação da crítica contra-hegemônica se constituía e iria começar a ganhar corpo no *bloco dois* na vigência de Laércio E. Pereira.

³³ Estes professores e intelectuais aparecerão vinculados ao CBCE desde seus primeiros anos. Alguns desde sua fundação (Laércio E. Pereira), e outros a partir de 1980. É possível notá-los através da RBCE, a partir do vol. 4 n. 3 (Lino Castellani Filho) de maio de 1983, evidentemente, com certo intervalo de tempo no início entre uma publicação e outra, e através das listas de autores do II, III e IV CONBRACE, como também, da exposição de temas livres e participações na coordenação de mesas e outras atividades.

Podemos ilustrar esse movimento aludido acima se observarmos o já citado, CONBRACE (Região Norte/Nordeste) em 1980, a RBCE e a constituição programática do CONBRACE nos marcos do *bloco um*. A própria vinda ao Brasil, no III CONBRACE em Guarulhos, nos idos de 1983, de um autor português de referência – no que diz respeito às discussões do Esporte e da Educação Física sob o prisma das Ciências Sociais e Humanidades – e que segundo Castellani Filho (2007b) mudou a vida do CBCE, é um indício do movimento desencadeado pela pesquisa dos problemas da Educação Física e do Esporte à luz das Ciências Sociais e Humanidades.

Naquele III Conbrace (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte), realizado em Guarulhos, SP, ao lado de uma programação forjada majoritariamente por debates circunscritos a abordagens biomédicas do esporte e das práticas corporais, constituiu-se uma *Mesa Redonda* intitulada **Desporto e Desenvolvimento Humano**. Medina (João Paulo Subirá) e Laércio (Elias Pereira) a compuseram com ele, cabendo a mim a sua coordenação. O nome da Mesa fora desavergonhadamente extraído de um livro editado em Portugal pela *Seara Nova*. Fazia parte de uma lavra de publicações que começara a chegar às nossas mãos a partir do final dos anos 70, início dos 80. Mãos ávidas por textos que nos ajudassem a construir bases teóricas sólidas às reflexões que começávamos a arriscar fazer sobre a problemática da educação física e do esporte à luz de uma realidade brasileira vista por nós, marcados pelos anos passados no nordeste brasileiro — mais precisamente em São Luiz do Maranhão —, como sinônima do que por aqui foi batizado de Belíndia, expressão da divisão do país em dois Brasis, um rico como a Bélgica, outro pobre como a Índia... Manuel Sérgio foi agraciado naquela ocasião com o título de *sócio benemérito* daquela sociedade científica — único ofertado por ela até hoje —, que nunca mais foi a mesma depois daquele Congresso. Às portas de seus trinta anos (foi fundada em 1978) é hoje referência obrigatória para os que se inscrevem na área acadêmica denominada *Educação Física*, notadamente para aqueles que assumiram ao longo desses anos uma postura comprometida com uma prática profissional e acadêmica sintonizadas com a construção de um Brasil mais justo e democrático. Manuel Sérgio foi partícipe dessa construção...

Pois foi um gesto de arrojo do já então *garimpeiro da informação*, Laércio, de escrever ao Manuel Sérgio, mais ao final da segunda metade dos anos 70, que nos colocou em contato com ele. Foi através dele e de duas distribuidoras brasileiras de livros, a *Ebradil* e a *Século XXI*, que passamos a saciar nossa ânsia por estudos sobre a educação física e o esporte a partir dos referenciais epistêmicos próprios às ciências humanas e sociais, às artes e à filosofia. Dele, àquela altura lemos sofregamente *Desporto e Democracia*, *Desporto como Prática Filosófica*, o já mencionado *A Prática e a Educação Física e Filosofia das Atividades Corporais*. De Noronha Feio devoramos o *Desporto e política: Ensaio para a sua compreensão* e o *Desporto para a Liberdade*; de José Esteves *O Desporto e as Estruturas Sociais*; de Melo de Carvalho *Cultura Física e Desenvolvimento* e *Desporto e Revolução*; de Teotônio Lima *Alta Competição: Desporto de dimensões humanas?* De A.Paula

Brito, *Ensaio no Tempo*. Isso para ficarmos com os portugueses, autores e editoras (Compendium, Seara Nova, Livros Horizonte, Diabril, Prelo [através de quem conhecemos P.C. Mac Intosh e o seu *O Desporto na Sociedade e Os Comunistas e o Desporto* de P. Laurent, R. Barran e J.J. Faure]). Que coisa! Há aproximadamente 27 anos, quando criamos coragem para escrever ao autor de uns livros que começavam a chegar até nós por conta da *abertura política* da qual ainda mal nos dávamos conta, não havia como suspeitar que passadas essas quase três décadas estaríamos diante da possibilidade concreta de refletirmos a educação física a partir de paradigmas histórico-sociais, deixando para trás a necessidade de fazê-lo por conta da exclusiva relação paradigmática da educação física com a famigerada aptidão física! (CASTELLANI FILHO, 2007b, p. 150-151).

Esta longa citação ilustra bem como havia por parte de alguns membros do CBCE um movimento de busca de referenciais que não os hegemônicos pautados nas Ciências Naturais e Exatas. Indica também um movimento de ampliação do espectro temático (ou disciplinar) do CBCE, na medida em que houve aceitação por parte da DN – do *bloco um* – de dar espaço para a mesa redonda que falaria Manuel Sérgio³⁴.

Se acompanharmos a RBCE, as mesas redondas e cursos no CONBRACE até a posse de Laércio E. Pereira, em setembro de 1985, notaremos por outra via, o movimento crescente de busca de respostas a problemas postos à prática interventiva da Educação Física que ia além das discussões lastreadas pelo paradigma da aptidão física. São artigos não tão próximos às Ciências Sociais e Humanidades, mas que discutiam outros problemas da Educação Física e Esporte postos pela conjuntura. Por isso perceberemos que, tanto o CBCE como a produção teórica passaram a tratar de respostas aos problemas do seu tempo, conforme vão sendo possíveis tematizá-las. Assim, esse processo indica que o Colégio vai seguindo a produção acadêmica e, na medida em que esta vai ganhando corpo na Educação Física que se renovava os reflexos se davam no Colégio. É importante notar que mesmo o que se convencionou chamar de Ciências do Esporte, a qual a Educação Física seria parte constituinte, tem a sua produção acadêmica veiculada e debatida. Em verdade, na constituição acadêmica as problemáticas das Ciências do Esporte estavam sendo desenvolvidas na Educação Física. Desse modo, o que vimos ocorrer no Colégio no *bloco dois* foi o início da ampliação acadêmica e social da Educação Física. Abaixo veremos as pistas precedentes deste processo.

³⁴ Os fundadores e dirigentes do CBCE no *bloco um* não podem ser acusados de controle ideológico e censura.

Notamos no II CONBRACE cuja temática central era “Esporte no Brasil”, uma mesa redonda intitulada, “Formação e mercado de trabalho em Ciências do Esporte”³⁵. Há nesse congresso alguns temas livres que se restringem à psicologia, mas num sentido restrito ao esporte de alto rendimento. Na RBCE vol. 4 n. 2 de janeiro de 1983, num total de cinco artigos, podemos notar dois mais próximos das Ciências Sociais e Humanidades. São eles: o de Ana Maria Pellegrini, cujo título é, “O desenvolvimento da atenção em crianças: implicações teóricas e práticas”. E o de, Eliana de M. Caram, com o título, “Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no Ensino Superior”. Na RBCE vol. 4 n. 3 de maio de 1983, entre quatro artigos um se relacionava às Ciências Sociais e Humanidades. A saber: “A (Des)caracterização profissional filosófica da Educação Física”, de Lino Castellani Filho.

No III CONBRACE que tinha como temática central o “Treinamento Desportivo”, é possível notar duas mesas redondas: “Desporto e desenvolvimento humano” e “Legislação e publicidade no esporte”³⁶. Na RBCE vol. 6 n. 1 de setembro de 1984, que teve um total de quatro artigos, temos o de Celi N. Z. Taffarel, que não consideramos exceção³⁷. O título é: “Capacidade e habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do curso de licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos da UFPE, segundo a taxionomia de Bloom e colaboradores”. Na RBCE vol. 6 n. 3 de maio de 1985, impressa com 5 artigos, entre os quais dois se aproximam das Ciências Sociais e Humanidades, quais sejam: “Diagnóstico do funcionamento da prática da Educação Física de 1ª a 4ª série do 1º grau, em escolas da rede oficial de ensino, da zona urbana de Maringá-PR”, de Amauri A. Bássoli de Oliveira. O outro não é propriamente um artigo, e sim, um relato de experiência, cujo título é, “Atividades físico-recreativas para deficientes”, de Márcia Dib Oliveira.

No IV CONBRACE cuja temática central foi “As Ciências do Esporte na Nova República”, tivemos algumas mesas redondas destinadas a pensá-la a partir de perspectivas particulares. Consideramos como próximas das Ciências Sociais e Humanidades as seguintes mesas redondas: “Perspectivas políticas nas Ciências do Esporte na Nova República e

³⁵ Compunham a mesa: Osmar P. S. de Oliveira (Coord.), Laércio E. Pereira (Sec. Exec.), José Guilmar Mariz de Oliveira (Educação), Osmar P. S. de Oliveira (Medicina), Laércio E. Pereira (Treinador Desportivo) e Sandra M. Cavasini (Psicologia).

³⁶ Compunham a primeira mesa: Lino Castellani Filho (Coord), Manuel Sérgio V. Cunha (Desporto na sociedade internacional), João Paulo S. Medina (Desporto na sociedade brasileira) e Laércio E. Pereira (Desporto e pobreza). E a segunda: Osmar P. S. de Oliveira e Theódulo Dias Júnior (Coord.), Lamartine P. Costa (Publicidade no esporte), Juca Kfoury (Dopagem “branca”) e Emigdio Marques Mesquita (Lei e obediência).

³⁷ É interessante o descompasso e a não linearidade entre a produção teórica e a militância dessa importante intelectual orgânica da Educação Física.

Perspectivas psicopedagógicas das Ciências do Esporte na Nova República”³⁸. Outra mesa redonda, que embora esteja próxima das Ciências Exatas, aponta preocupações para além das chamadas Ciências Biomédicas, foi relacionada à informática. Ela tinha como tema: “Perspectivas da Informática nas Ciências do Esporte na Nova República”³⁹. Com a mesma temática foi realizado um curso paralelo ministrado por Gabriel H. M. Palafox e Laércio E. Pereira intitulado: “Informática em Educação Física e Esportes”. Outros dois cursos que elencamos foi o ministrado por Eliana de M. Caram, intitulado, “Administração Esportiva”, e o ministrado por Apolônio A. do Carmo, que levou o título de “Atividade física para deficientes”. Para fecharmos as menções ao CONBRACE de Poços de Caldas, é importante notar a palestra intitulada, “Criança, pobreza e desnutrição”, ministrada por Maria Beatriz R. Ferreira.

Com a posse de Laércio E. Pereira o processo de veiculação de produções teóricas e relatos de experiência vinculados próximos às Ciências Sociais e Humanidades se aprofundará. No entanto, teremos, ainda, com uma pequena superioridade numérica a veiculação de resultados de pesquisa, produções teóricas e relatos de experiência que são debitárias das Ciências Naturais e Exatas. No entanto, o caldo epistemológico do Colégio passa a cambiar na medida em que este passa a sofrer transformações estruturais com características político-administrativas e político-ideológicas. Tais transformações, como veremos, tiveram como determinante e condicionante, de um modo geral, o contexto sócio-político e econômico pelo qual transitava o Brasil, e de um modo específico, o debate realizado na Educação Física e Esportes que seria levado à entidade. Assim, há uma ampliação do espaço da entidade para a Educação Física que não se daria somente em relação a filiação, quer dizer, agora o espaço aumentava do ponto de vista acadêmico, e por parte de um segmento que apontava para uma nova compreensão de Educação Física. É bem verdade que tal processo era incipiente, ao passo que a produção acadêmica também era. Mas, havia uma vanguarda que estava avançando teoricamente e organizativamente em suas proposições. De todo modo, havia a percepção de que a Educação Física havia avançado mais do que as outras áreas pensadas para formar o colegiado. E isto, segundo Castellani Filho (2007, p. 112) conduziu a escolha de Laércio E. Pereira, pois este tinha os requisitos, a saber: “(...) era professor de educação física, participante da fundação do

³⁸ Compunham a primeira mesa: Bruno Silveira (SEED/MEC), Victor K. R. Matsudo (CELAFISCS), Lino Castellani Filho (UFM) e Celi N. Z. Taffarel (UFPE). A segunda mesa foi composta por: Go Tani (USP), Apolônio Abadio do Carmo (UFU), Vera Lúcia C. Ferreira (UFMG) e Jefferson T. Canfield (UFSM).

³⁹ Compunham a mesa: Mário Donato (UFRJ), Laércio E. Pereira (CBCE), Gabriel H. M. Palafox (CELAFISCS/ENED), Antônio Carlos P. Futuro (SI/MEC) e Sandra Caldeira (CBCE/CELAFISCS).

CBCE e merecedor da confiança dos que vinham conduzindo os destinos da entidade”. Laércio E. Pereira tinha os requisitos, mas estava desde o início da entidade vinculado, também, na construção de uma Educação Física renovada. E neste sentido, com sua eleição conduziu a presidência honrando, de acordo com Castellani Filho (2007, p. 112), o “(...) compromisso de fazer uma reforma estatutária e assumir desde aquele momento uma ação de diretoria mais condizente com o modelo que defendíamos implantar (...). É a partir desse momento, ou seja, da posse de Laércio E. Pereira que a Educação Física inicia a construção da sua hegemonia na entidade. Não obstante, como veremos, esta hegemonia não diz respeito a toda a Educação Física. Ela foi construída por uma minoria progressista, o que a garantiu somente dentro da entidade e não fora dela.

2.3. O início da transição do CBCE acerca de sua tradição política e epistemológica

Iniciemos com uma citação:

O CBCE foi criado em 1978. Os primeiros anos de sua existência expressam o perfil de uma entidade com forte vinculação às ciências biológicas. Até meados dos anos de 1980, o que prevaleceu em seu interior foi um entendimento de ciência coerente com a concepção daqueles que definiram suas metas e passos iniciais. A partir daí, essa entidade científica viu seus rumos serem redefinidos por uma comunidade que, em sintonia com os acontecimentos que marcavam o contexto sociopolítico brasileiro da segunda metade dos anos de 1980, lutava por uma sociedade mais livre do autoritarismo e intervencionismo militar, que desde 1964 vinha tolhendo as possibilidades de crítica, diálogo e de construção de uma sociedade mais justa, na qual os preceitos democráticos fossem respeitados (SOUZA E SILVA, 2005, p. 64).

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte foi fundado em setembro de 1978, como já notamos acima. Do ponto de vista histórico-social poderíamos afirmar que obviamente o CBCE sofreria as transformações sócio-políticas imediatamente. Mas, como apontamos no capítulo um, o nosso Colégio sofreu muito mais consequências relacionadas às políticas científicas (pós-graduação, formação de quadros, etc.), às políticas esportivas e às políticas educacionais preocupadas com a formação de professores e pesquisadores.

Do ponto de vista epistemológico há indícios de mudanças nas veiculações do Colégio via RBCE e CONBRACE no *bloco um* como apontamos no item 2.2. No entanto, esta mudança ainda era incipiente, assistemática e inconstante.

Do ponto de vista político a estrutura do Colégio será impactada pela luta contra a ditadura, a partir de 1985, de forma definitiva. A este respeito notamos ainda no *bloco um* no CONBRACE de Poços de Caldas (MG) em 1985, a relação estabelecida com o contexto sócio-político brasileiro. O tema oficial deste congresso foi “As Ciências do Esporte na Nova República”. Vejamos o que diz o editorial dos anais:

O IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, acolhido na hospitalidade de Poços de Caldas, acontece num momento especial de esperança e participação. Os políticos convencionaram chamar esse ponto de culminância de luta do povo brasileiro – que chegou a tomar as ruas e praças pelas diretas-já – de Nova República. Existe uma saudável controvérsia sobre o batismo; uns acreditam que é pra valer, outros duvidam, aumentando a expressão para Senil Nova República. Esse clima de mudança pela *participação* tem um fato realmente novo. Todos estão tomando atitude. De aplauso ou reprovação. As mesas redondas do IV Congresso proporcionarão os debates que trarão a crítica a várias áreas de atuação das Ciências do Esporte na Nova República. (...) Há esperança. Temos todos um ponto em comum na base das nossas divergências com respeito às Ciências do Esporte. Lutamos, a princípio na mesma trincheira. Queremos ver os brasileiros e brasileiras exercendo plenamente o direito fundamental de serem felizes (EDITORIAL, 1985, p. 8).

Muito embora o editorial indique uma visão do Colégio distinta do que predominou em toda a sua existência até aquele momento, isto é, certa discussão política em pauta *al pari* com o seu tempo, as mesas do Congresso de Poços de Caldas indicam o que de fato ocorria. Ou seja, o Congresso era da gestão de Osmar de Oliveira. O editorial apresentava uma constatação inevitável naquele momento, a saber, a influência do contexto econômico-político. No entanto, a carência de produção acadêmica que tendesse a realidade social da Educação Física e do Esporte ainda era grande. E isto não vai ser diferente em todo o *bloco dois* e início do *bloco três*. É bom que não esqueçamos que a matéria fundamental da formação do CBCE era a produção de conhecimento. E esta indicava e indica as nuances seguidas pela área acadêmica e pela própria entidade. O CBCE só passará a circular, debater e influenciar determinada produção de conhecimento específica, após 1989. Até lá é possível acompanharmos a constituição em geral da Educação Física no plano acadêmico.

E neste sentido a assertiva de Marx que aparece como epígrafe no início deste capítulo é certa, pois tanto o tender da Educação Física para as Ciências Sociais e Humanidades, como o movimento de transição para outro tipo de Colégio, estão impelidos pela realidade, isto é, pela inter-relação dialética entre realidade e pensamento, mas uma inter-relação dialética específica, fazendo com que ao mesmo tempo em que o Colégio fosse tomado pelos novos ares democráticos que circulavam por todo o Brasil, ele também se voltasse pra si e caminhasse de acordo com suas necessidades de democratização política e epistemológica. Assim, o Colégio procurava alterar a sua estrutura organizativa visando construir possibilidades de organização da entidade nos estados e, coetaneamente, avançar estimulando uma proposição de Educação Física alinhada com as transformações da sociedade brasileira. Tais encaminhamentos contrarrestavam o estabelecido na entidade até aquele momento. Principalmente, naquilo que se relacionavam as questões organizativo-administrativas. E isto pode ser notado nas questões relacionadas a participação.

Com o ocaso da ditadura e toda sua repressão a preocupação com mecanismos políticos de reivindicação e participação ganham centralidade, uma vez que a noção de cidadania adquire um *status* distinto do que eram as noções liberais e ditatoriais que se restringiam ao voto, e esta última, forte ocasionalmente na década de setenta.

Diante de todas as mobilizações sócio-políticas e culturais, o CBCE será tomado pela tônica da participação, isto é, pela democratização, mas nem sempre sem conflitos e divergências. Houve no Colégio, logo no início da vigência Laércio E. Pereira, toda uma preocupação na participação dos sócios na construção de uma entidade de cariz consonante com o seu tempo. Paiva (1994) nos chama a atenção para os processos ocorridos na vigência de Laércio E. Pereira⁴⁰, que modificaram desde o símbolo do CBCE com os seus dois “ésses” que

⁴⁰ Na nota 85, Paiva (1994, p. 198) nos informa o conteúdo de uma carta de Laércio E. Pereira de 17 de agosto de 1985, endereçada a Lino Castellani Filho com o objetivo de discutir o conteúdo que seria veiculado na apresentação da chapa Sem Nome. Diz o remetente: “Esta primeira carta serve para aprofundar um pouco mais as nossas primeiras conversas - em que pudemos nos identificar pelo entendimento de não neutralidade da ciência e pelo compromisso do CBCE com as mudanças sociais - e listar linhas gerais que deverão ser enriquecidas com sugestões dos componentes da chapa para a montagem de uma carta de princípios, a ser apresentada aos eleitores antes (no dia ?) da Assembléia Geral. ‘A proposta de plataforma sugerida por Laércio inclui: 1) mudança de estatuto, 2) acompanhamento e participação com propostas nas políticas nacionais em sua área de atuação (o Brasil se preparava para a elaboração de uma nova constituição ...), 3) conscientização de que cada sócio seja responsável pela importância de sua área ante seus pares de especialidade e ajude na tarefa de ‘transfertilização da ciência’ no âmbito das ciências do Esporte, 4) representação de cada segmento (educação, esporte, medicina, sociologia, recreação, dança...) perante seus pares através de instituições e eventos e 5) consolidação do lugar conquistado pelo CBCE no Conselho de Entidade da SBPC””.

remetiam ao *American College*, isto é, que do ponto de vista formal colocava fim a americanização do Colégio, passando pelo estatuto até a menção a “valores éticos”.

Assim, o CBCE procurava sob a égide da nova direção se engajar ao seu tempo e precisava modificar a forma como se relacionava com os seus sócios, e mais, aumentá-los,⁴¹ além de estabelecer relações com outras entidades científicas (ensino, fomento e pesquisa). Laércio E. Pereira considerava quando assumiu a presidência do Colégio que uma forma de constatar a efetividade do CBCE no país, naquele tempo, era o estado da arte das Ciências do Esporte, e que, portanto, era preciso reconhecer a pouca importância que esta ostentava. Julgava ele ser necessário que os sócios fossem o elo entre a entidade e suas regiões, pois seria uma forma de tornar o Colégio conhecido, e em consonância relativa, aumentar o número de associados (PAIVA, 1994, p. 126-127).

Parafraseando Paiva (1994) o CBCE tinha que fazer jus ao Brasileiro no seu nome e em busca disso tinha que “... tomar providências no sentido de aumentar a participação dos sócios, tanto buscando junto a eles sugestões para alteração no seu estatuto na articulação de grupos de trabalho, como na dinamização da gerência administrativa na forma das representações estaduais” (PAIVA, 1994, p. 124-125). De imediato com a posse de Laércio E. Pereira, a presidenta eleita Celi Taffarel, pediu demissão e assumiu a Coordenação das Representações Estaduais⁴². “Com a abertura, mudava um pressuposto básico: em vez de o colégio ser representado nos estados, eram os estados que se faziam representar no CBCE” (PEREIRA, 2007, p. 15). Ou, dito doutro modo por Celi Taffarel:

... erguer-se a partir da base, pelas representações e secretarias estaduais ou, ao contrário, seguir o modelo estadunidense de representação da entidade/autoridade nos locais. Consoante essa reflexão, foram alterados os estatutos da entidade para desenvolver o CBCE pela base nas representações e, posteriormente, pelas secretarias (2007, p. 33).

⁴¹ Pereira (2007, p. 14-15) relaciona a forma como era conduzida a filiação ao Colégio até a sua posse aos “anos de chumbo” e todos os problemas decorrentes. Sabemos que era necessária a indicação de pelo menos dois sócios e a aprovação da diretoria. Já Paiva (1994, p. 102-103) relaciona a idéia de “distinção” e de “acúmulo de capital simbólico”, o que conduzia a um mecanismo de filiação seletivo e em busca de “notáveis” e “dignos” de pertencerem a “corporação”. Com a reforma estatutária de 1987 a associação ao CBCE se simplificou. A necessidade de recomendação dos sócios e o aceite da diretoria deixaram de existir.

⁴² Ver sobre a Representação Estadual nos vinte anos do CBCE (Cf. MELO e OLIVEIRA, 1998).

Havia, por conseguinte, a necessidade de uma reforma estatutária para dar andamento nesse processo de mudança de pressuposto, isto é, no aumento da participação dos sócios. Nas palavras do coordenador da reforma estatutária:

É no novo estatuto aprovado em 1987, que se formaliza a figura das diretorias e das secretarias estaduais, tal e qual – com nuances – as vemos nos dias de hoje, oferecendo-lhe base legal e organizativa para expressar maior eficiência e eficácia no seu agir institucional, voltamos a dizer, comprometido com o seu tempo (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 113).

Há indicações de que a busca pela ampliação social do CBCE se deu pela articulação entre as representações estaduais, as diretorias estaduais e os grupos de trabalho. No caso da reforma do estatuto houve uma ampla divulgação através de cartas, boletins, ofícios, entre outros, e também quatro encontros para discussões. Mas, mesmo com essa insistência a adesão não foi a esperada, até mesmo das representações estaduais que não contribuíram (Cf. PAIVA, 1994, p. 125-127). No caso dos grupos de trabalho houve iniciativa por parte da vice-presidência de esporte que buscava efetivar o compromisso assumido na posse da DN, a saber, “suscitar no corpo associativo do CBCE um envolvimento nos debates pertinentes às Políticas de esporte no Brasil, bem como a questão relativa ao Esporte na Escola: seus propósitos, sua prática” (CBCE apud PAIVA, 1994, p. 127). O direcionamento que o CBCE passava a suscitar necessitava para que seu metabolismo funcionasse, da adesão e participação efetiva das representações estaduais e dos sócios em geral. Esperava-se que os representantes estaduais organizassem em seus estados discussões (debates, seminários, simpósios, grupos de trabalho, grupos de estudos, mesas-redondas, etc.) sobre as temáticas propostas pela vice-presidência de esporte. Conforme fosse sendo desenvolvidas as discussões caberia a vice-presidência de esporte realizar uma síntese tornado-a posição oficial do Colégio. Algumas pessoas são convidadas através de ofícios a coordenarem os grupos de estudos em seus estados e os sócios são convidados através de boletim a participarem, mas o que nos consta é que esses projetos não avançaram (Cf. PAIVA, 1994, p. 127).

Já a reforma no estatuto foi algo um pouco mais processado e que gerou nexos para outras gestões. Esta reforma dizia respeito aos sentidos do CBCE. Noutras palavras: ela deveria conduzi-lo a navegar em águas nunca dantes navegadas. Lino Castellani Filho em

entrevista⁴³ concedida ao autor foi indagado sobre a reforma estatutária de 1987⁴⁴ (o referido professor foi, também, coordenador da reforma de 2002) e como seria possível a secretaria e diretoria de cada estado “... expressar maior eficiência e eficácia no seu agir institucional (...) comprometido com seu tempo” (Cf. CASTELLANI FILHO, 2007, p. 113), nos dá esta resposta:

Perspectivava-se uma ação político-acadêmica... Recorde que à época experimentávamos a frustração com o malogro das “Diretas-Já” e de um governo (“Nova República”) que não contava com legitimidade junto a setores progressistas da nossa sociedade. No âmbito das “Ciências do Esporte”, a área acadêmica EF ganhava contornos ratificadores da concepção de ciência que refutávamos e o CBCE passou a ocupar o lugar de crítico dessa lógica e detentor do esforço contra-hegemônico para sua superação. Daí uma ação político-acadêmica sintonizada com uma sociedade científica contra-hegemônica. As aspas são do original.

É possível notarmos como estas questões aparecem e adquirem corpo no Colégio através do editorial da primeira RBCE do *bloco dois*. Ora, a própria capa da revista ilustra o cambio político e epistemológico que dava o Colégio. Vamos ao editorial:

Não é fácil, para os desportistas e para alguns profissionais das Ciências do Esporte, questionar as atividades físicas à luz de uma nova filosofia. Todavia, sopra pelo mundo um vento de mudança a que a Educação Física e o Desporto não podem ficar alheios. **O homem está a recomçar. E é isso que pretendemos: que o CBCE recomece.** Que o CBCE, quebrando as amarras do conformismo, se apresente como centro desmistificador e desmistificador da ciência e da pesquisa, descaracterizando desta forma o saber enquanto instrumento de poder e opressão. Que o CBCE, quebrando as amarras do absentismo, se apresente como centro produtor, fomentador e veiculador da produção de conhecimentos nas Ciências do Esporte, envolvendo-se nos debates pertinentes às definições das políticas nacionais de Educação Física e Esportes, vindo a identificar-se, assim, com uma prática que perceba as atividades físico-desportivas não mais como um reduto de formação de máquinas de bater recordes, mas sim como um espaço onde o Homem aprenda a se tornar cada vez mais humano (EDITORIAL, 1986, p. 55). Os negritos não são do original.

O editorial da RBCE vol. 7 n. 2 de janeiro de 1986, do qual retirei o fragmento da citação aponta com clareza a negação do passado da entidade e o que deve ser feito do presente ao futuro – de fato ainda não era uma descontinuidade, tendo em vista a simpatia de

⁴³ Entrevista realizada em 5 de setembro de 2009.

⁴⁴ A reforma estatutária ocorreu em 1º de maio de 1987, portanto, na gestão de Laércio E. Pereira.

Laércio E. Pereira pela idéia do colegiado de áreas do conhecimento, e a produção acadêmica que permanecia sendo publicada na Revista e nos Congressos.

A clareza aludida é qualificada na medida em que podemos notar o jaez tanto político como epistemológico. Se nos atentarmos para o que diz respeito à política é possível perceber uma referência tanto a questão do ordenamento político-social como a questão sócio-econômica ou do capital. Em primeiro lugar, aponta a necessidade do novo, que pode ser lido no trecho grifado em negrito. Em segundo lugar, aponta para uma ciência que sirva a democratização do conhecimento, que não se renda ao poder (e é possível uma leitura desse trecho do editorial que sugira que o CBCE devesse defender uma ciência contrária a lógica do capital). Em terceiro lugar, a defesa de uma intervenção pela ciência, ou seja, um afastamento de todo e qualquer entendimento de neutralidade científica, na medida em que assevera que a ciência e a pesquisa serviram ao poder e a opressão, como reconhece como tarefa do novo, participar dos debates e intervir na formação das políticas nacionais de Educação Física e Esportes.

Já do ponto de vista epistemológico põe-se em relevo a distinção das matrizes filosóficas e científicas as quais o Colégio até então se amarrava, como também, outro entendimento filosófico e científico sem o qual o novo ficaria carente, incompleto e fadado ao fracasso, visto que as raízes epistemológicas em que o Colégio se amarrava não eram contrárias no que diz respeito às políticas científica, esportiva e educacional defendidas pelo ordenamento sócio-político da ditadura. Portanto, as mudanças epistemológicas e políticas estavam amarradas. Vejamos o editorial.

Sob a custódia da curiosidade, o Homem busca compreender-se e compreender o mundo. Colocando-se cada vez mais e mais problemas, não se deteve ante os obstáculos e construiu gestos e pensamentos, máquinas e métodos. O Homem criou, finalmente, e só há pouco, a Ciência, destacando Homens que pensam cientificamente de Homens que pensam de acordo com o senso comum. Eis que, às portas de mais um século, com os adventos da conquista da Lua, de Cubatão e Chernobyl, da teoria da relatividade e das mais recentes descobertas da Biologia e da Cibernética, quedam-se pasmos os que pensam nosso universo: o Homem não se compreende a si mesmo e nem ao que está à sua volta. Para Edgar Morin, a Ciência do Homem encontra-se no ano zero. Para esse cientista, a teoria dominante sobre o Homem se fundamenta na oposição entre as noções de Homem e de animal, de cultura e de natureza. **E as Ciências do Esporte, a que vêm, que curiosidade têm? Trata de Homens, Homens que fazem esporte, esporte que reflete sociedades e culturas. Esporte é uma atividade caracteristicamente humana. Gazelas também correm, correm mais que seres humanos, mas não fazem esporte.** Palavras deste nosso homem de ciência, o Dr. Manuel Sérgio, do nosso vizinho Portugal, **para quem o Homem**

não é uma máquina e como tal não deve ser tratado. As ciências do Esporte integram-se na Ciência do Homem. Estudar cientificamente a atividade do homem que faz esporte é estudar um capítulo importante da história do mundo, é tentar compreender-se e compreender o que nos rodeia. No palco do esporte revelam-se os mesmos mistérios que pesquisadores de outras áreas procuram decifrar. **Colocar-se frente ao problema corretamente, adaptando-lhe o método mais compatível, é questão a ser resolvida pelos seres que constroem essa ciência voltada para a motricidade humana** (EDITORIAL, 1986, p. 55). Os negritos não são do original.

O que é central na negação epistemológica encaminhada pelo CBCE é a impostação de totalidade. E esta só é possível na medida em que se estabelece uma indissociabilidade entre inorgânico, orgânico e social – que com a citação de Morin sobre o ano zero da “Ciência do Homem” e a generalização de uma ótica da ciência e do mundo que estaria terminando e levando consigo as oposições entre homem e animal e cultura e natureza, pode conduzir a equívocos e desprezar toda a tinta e papel gasto pela modernidade para explicar e compreender o mundo. Quando se cita a famosa frase de Manuel Sérgio, a saber, “gazelas também correm, correm mais que seres humanos, mas não fazem esporte” isto se torna notável. No entanto, é fundada na noção de motricidade humana defendida por Manuel Sérgio que é elevada à potência de ciência. É evidente que do ponto de vista epistemológico a negação ira se constituir em superação e se complexificar nos anos que virão, mas é válido notar que o papel de Manuel Sérgio nesse processo de transição foi ímpar e contribuiu para a formação de amarras entre a epistemologia e a política nos rumos do *bloco dois*.

No editorial da RBCE vol. 8 n. 1 o pensador português nos dá algumas pistas dessa relação (entre epistemologia e política) a partir das teorias dos modernos o que já indica em que totalidade se fala e na sua distinção absoluta em relação ao totalitarismo. Ainda nos lembra da salutar importância da dúvida e da crítica que no seu entender era algo pouco considerado pela Revista e que naquele momento havia indícios de caminhar noutros rumos.

Olho para esta revista e vejo que, também ela, se apresenta para mudança, nos termos e nos objetivos, não se deixando coagular numa mentalidade impermeável à crítica. Há nela mesmo uma dúvida socrática que permite passar do total ao totalitário (como é habitual nalgum analfabetismo hiperpoliticado que nos rodeia) e mantém, vivo, um espírito de reflexão crítica e interrogativa. Esta atitude mental insere-se na tradição das grandes filosofias da questão e do pôr-em-causa (com Sócrates,

Descartes, Hume, Kant, Hegel e Marx) que sugeriram, na história do pensamento, vias de libertação integral. Tradição essa que representa a alma de toda cultura rebelde às sínteses prematuras propostas (impostas) pelos sistemas repressivos filosóficos e políticos. Perante o assalto à subjugação da palavra, para fazer dela escrava dócil do furor demagógico do Ter de do Poder, nunca será demais apontar revistas, como esta, onde pensar não se recusa o respeito pela Liberdade e pela Justiça não se cobra (EDITORIAL, 1986, p. 114).

A dúvida e a crítica mencionada por Manuel Sérgio não serviram tão-somente para a orientação epistemológica até àquele momento hegemônica no Colégio, e no mesmo sentido, para as suas disposições políticas. Se estas palavras do pensador português serviam ao passado, também, cabiam naquele momento, uma vez que a dúvida e a crítica entre àqueles que encarnavam a negação e buscavam superá-la conduzindo o Colégio em consonância com as necessidades imperativas do seu tempo sócio-histórico, existia igualmente. O Brasil pulsava participação política na medida em que a ditadura ia se dissolvendo, e esta pulsação passava pelo Colégio. No entanto, há uma crítica a esse período do CBCE, principalmente no que concerne à representação (disposições democráticas) – e refiro-me a Paiva (1994, p. 131 et seq.) – como se a busca pela democratização do Colégio, fosse talvez a vontade da DN sendo realizada pelos representados, ou a vontade de um dos diretores tornada vontade da DN, sobrepujar os outros diretores fazendo com que eles se afastem de seus eleitores. Veja nas palavras da autora:

À essas observações sobre o mecanismo de autoconsagração do delegado e da homologia e os efeitos de desconhecimento produzidos pelo jogo de duplo eu que o mandatário desempenha, deve se somar uma última que examina a relação entre o corpo de mandatário e a organização onde, no caso que estamos a enfocar, se estabelece quando o corpo de delegados – a Direção – afirmando suas tendências próprias faz prevalecer os interesses da organização – “do CBCE” – sobre os interesses de cada diretor. Assim, deixam esses de ser responsáveis (e representantes) perante o grupo que lhes delega poderes (os sócios que os elegeram) para se tornarem responsáveis (e representantes) da própria organização (PAIVA, 1994, p. 133). As aspas são do original.

Parece-me que a autora endereça essas críticas ao vice-presidente de esportes (Lino Castellani Filho), pois este cobrava uma unidade de ação entre as diretorias. Para a autora a vice-presidência de esportes que queria ver em seus sócios o que defendia (não podemos esquecer os grupos de trabalho e a síntese visando uma posição oficial) com vistas à construção

de uma entidade científica que contribuísse para a formação de uma sociedade democrática. Para a autora, que se baseia em Bourdieu, tal fato era um “excesso de luz”.

O CBCE ou a sua diretoria ou a vice-presidência de esportes, que, enfim, colocavam-se como sujeitos da ação, ao investir uma “consulta as bases” quer se ver em seus representantes (eles próprios!), representados e representativos, às realizações que lhes dão força e legitimidade perante seus mandantes pouco aclarados em sua maioria sobre o melhor caminho a seguir. Num momento em que a EF/CE vislumbrava o início de uma “vida reflexiva”, as consultas as bases só poderiam assim se processar: modestos retornos, de pessoas de boa vontade, que se sentiam esclarecidas para se pronunciar (isso no caso do processo de mudança de estatuto) (PAIVA, 1994, p. 134-135).

É preciso considerar que não houve, no nosso entendimento, uma relação de autoritarismo e dominação simbólica como entende Paiva (1994), supondo que havia por parte da vice-presidência de esportes uma busca de legitimação de suas ações e idéias que seriam propostas e realizadas. É prudente ressaltar que o momento que o CBCE transitava requeria ao mesmo tempo, uma abertura para a participação e uma diretividade. Não obstante, ambas só tinham sentido se fosse numa perspectiva democrática. Se recordarmos a carta de Laércio E. Pereira a Lino Castellani Filho, a referência a entidade como contributa ao processo de democratização e de formação de uma sociedade justa, é clara. É evidente que houve, com esse processo, cada vez menos espaço para a vice-presidência de Medicina (João Ricardo Turra Magni) que era uma tendência, à medida que o Colégio passaria a privilegiar a Educação Física.

Esses fatos do CBCE são vistos como “violência simbólica” (Paiva, 1994), uma vez que há uma imposição de direção, o que não concordamos, pois se não há diretividade é preciso aguardar uma espécie de evolução em que as pessoas pudessem participar por si só, o que nega até mesmo a idéia de sociedade ou de ser social. Entendemos que tal imposição se dava no âmbito de uma luta contra-hegemônica que requeria convicção política. Desse modo, era necessária a criação de uma cultura distinta que a entidade era pouco afeita e que o país desenvolveu poucas vezes. Noutras palavras, a formação para a participação se dava pela própria participação. É óbvio que as disposições democráticas do Colégio eram pobres. É óbvio que a qualidade da participação fosse empobrecida. Nunca havia ocorrido na história da entidade o convite para os sócios participarem das tomadas de decisão dos seus rumos – os sócios só eram convidados a quitar a anuidade, a se manterem vinculados, a trazerem novos sócios e a enviarem textos.

Assim, entendemos que a tentativa de criar mecanismos de participação democráticos obteve dificuldades por conta da incipiente formação da área acadêmica da Educação Física, no que diz respeito aos aspectos específicos dessas participações, como também, da pobre formação política de quem lida com a Educação Física e com os esportes. Ao Colégio protagonizar a criação de mecanismos de comunicação e decisão não estava violentando simbolicamente quem aderisse ao passo que nenhuma entidade, associação, instituição, etc., age sem projeto e espontaneamente de acordo com a imediaticidade. Ora, não podemos perder de vista, neste sentido, que não se pode pensar na organização participativa de uma entidade científica, da mesma forma que se pensa na administração da sociedade por parte do Estado. Isto é, não podemos esperar e crer que a democracia seja abstrata, ou seja, que ela sirva da mesma forma a questões distintas. Quero dizer com isso que a construção de mecanismos de participação para uma entidade científica depende de requisitos acadêmicos em conjunto com disposições políticas. Talvez os projetos da gestão de Laércio E. Pereira tenham menosprezado a precariedade da formação acadêmica consonante com o que o CBCE passava a defender. Sem falar que a participação é sempre voluntária, o que dificulta ainda mais a organização. Desse modo, se a relação entre consciência real e consciência possível cabia ao *bloco um*, o mesmo pode ser dito sobre essa empreitada em torno da participação no *bloco dois*.

Em síntese, tivemos no *bloco dois* um esforço de levar o CBCE para outros mares, tanto do ponto de vista político, com todas as críticas e polêmicas que possam existir, como do ponto de vista epistemológico. É verdade que nesse último aspecto a “Ciência da Motricidade Humana” influenciou. Todavia, não tínhamos à época uma discussão teórico-metodológica e epistemológica aprofundada, e muito menos uma alternativa as teorias fundadas nas Ciências Naturais e Exatas. Como a teoria proposta por Manuel Sérgio partia de uma visão humanista de homem, e não apenas organicista, ela foi sendo incorporada na medida em que não era contraditória com os rumos políticos que passava a seguir a entidade. Nesse sentido, aqueles que dirigiam o CBCE na vigência de Laércio E. Pereira, o faziam (nem todos) em busca de criar um acervo científico, mas não em qualquer sentido ou de qualquer modo, isto é, de forma neutra, e sim, comprometida com as respostas para os problemas pedagógicos e sociais da EF/CE. Por isso a preocupação com os caminhos (ou descaminhos) das Políticas Nacionais de Esporte e Educação Física. Por isso a preocupação com as participações e com os grupos de estudos e seus corolários.

Se no *bloco um* o norte do CBCE era criar uma “Ciências do Esporte” forte, uma espécie de “guarda-chuva” aglutinadora dos esforços isolados e que respondesse as grandes questões do Esporte, mas desconectada de qualquer espécie de compromisso social, no *bloco dois* o norte foi fortalecer a Educação Física/Ciências do Esporte, a partir das necessidades sociais e pedagógicas que nela impactava.

Enfim, será no *bloco três* na vigência de Celi Taffarel que a radicalização política e a democratização se entrelaçará com a produção teórica, o que não quer dizer que esta última não existisse. O fato é que, no segundo lustro dos anos oitenta começará a ser veiculada a produção crítica da Educação Física com amplitude e densidade. Boa parte daqueles que participavam da vida do CBCE estavam publicando e/ou defendendo suas pesquisas que formariam o substrato crítico da Educação Física da década de 1980⁴⁵. Isso fará com que o Colégio veicule em seus congressos, na RBCE, e que intervenha politicamente, com maior qualidade e quantidade. Porém, ainda o que conduz, determina e direciona é a prática social e a intervenção política.

⁴⁵ Alguns intelectuais da Educação Física – nem todos orgânicos do CBCE – já haviam concluído o mestrado e publicado em forma de livro. Pensem em: Apolônio A. do Carmo, Celi N. Z. Taffarel, João Paulo S. Medina, Vitor Marinho de Oliveira, Valter Bracht, entre outros. Há casos de intelectuais que somente irão terminar o mestrado no final da década de oitenta, mas contribuíram com artigos que são considerados clássicos nos dias de hoje. Vejam: Lino Castellani Filho e Carmem L. Soares.

3 BLOCO TRÊS – A TRANSIÇÃO PARA A HEGEMONIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CBCE

(...) a gênese não se confunde nem com o desenvolvimento nem com a estrutura.

José Paulo Netto

Se a gestão de Laércio E. Pereira deu-se na ambiência das *Diretas Já* e da saída pelos fundos do General Figueiredo com a eleição indireta e transição da presidência militar para a presidência civil, Sarney sabemos nós tinha um bom trânsito entre os udenistas e os liberais dissidentes que formaram o PDS (Cf. LOPES e MOTA, 2008, FAUSTO, 2002, e SILVA, 2000). A gestão de Celi Taffarel deu-se na ambiência de um governo Sarney “ambíguo e brumoso”, e nesse contexto, a preparação para a Assembléia Nacional Constituinte que como sabemos virou Congresso Constituinte. Portanto, permanecia à ordem do dia a valorização da participação política na construção de um país democrático. E como já vimos, esta participação se dava em várias instâncias da “sociedade civil”.

Foi nesses tempos de Congresso Constituinte e de mobilizações e movimentos sociais de todos os matizes, que o CBCE na vigência de Celi Taffarel, buscará aprofundar alguns projetos e algumas ações iniciadas na gestão de Laércio E. Pereira, no entanto, estimulará a produção de conhecimento acerca das questões pertinentes a Educação Física e ao Esporte que mantenha de alguma forma lastro com as questões sociais brasileiras. E nesse sentido, na medida em que a produção procurará se pautar em questões pedagógicas e sociais para poder criar condições de participar política e cientificamente como entidade, ou seja, valendo-se da produção teórica de seus associados, o Colégio contribuirá para a Educação Física como área acadêmica e aglutinadora de temáticas referentes a ela enquanto prática pedagógica, e enquanto área acadêmica que teoricamente trata do esporte, da saúde e do lazer.

É, portanto, no *bloco três* que a Educação Física se tornou hegemônica. No entanto, tal hegemonia é relativa, isto é, se dá apenas no CBCE e na sua perspectiva progressista que ganhara força acadêmica e socialmente. A constituição dessa hegemonia se dá muito mais devido à participação dos intelectuais progressistas da Educação Física do que pela sua própria

produção teórica. Não obstante, pelo menos a minoria progressista da produção teórica será fortalecida em conjunto com o CBCE.

Após a eleição de Laércio E. Pereira cada vez mais o Colégio será dominado por sócios formados em Educação Física e cada vez mais as produções veiculadas serão provenientes de intelectuais progressistas da Educação Física. Ressalta-se que nem sempre essas produções foram provenientes de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Educação Física. Não é necessário mencionar que boa parte dos intelectuais que foram considerados “progressistas/renovadores” nos anos oitenta se titularam em outros programas. Somente quando os programas de pós-graduação *stricto sensu*⁴⁶ em Educação Física vão se consolidando e qualificando a formação é que teremos a qualificação da produção veiculada na RBCE e no CBCE em geral, do ponto de vista progressista, uma vez que os intelectuais progressistas responsáveis pela “intenção de ruptura” da Educação Física (Cf. HUNGARO, 2010) passam a orientar pesquisas na Pós-Graduação.

Do ponto de vista político será no final da primeira gestão de Celi Taffarel que teremos uma superação de fato da gênese do CBCE, agora diferente do ocorrido no *bloco dois*, em que tivemos uma negação no âmbito político-administrativo, mas não da orientação político-científica. Com a eleição de Brasília em 1989, única na história do CBCE, os sócios ligados ao CBCE defensor do ideal de Ciências do Esporte se vão. Tivemos uma tensão nuclear que explodiu. Os resultados foram um Colégio voltado para a participação na formulação das políticas nacionais de Educação, Educação Física e Esporte e na estimulação do desenvolvimento de pesquisas que estivessem comprometidas politicamente com uma prática pedagógica voltada para a construção de uma Educação Física crítica.

Consequentemente, do ponto de vista epistemológico, houve uma ênfase em negar a neutralidade científica, como também, em realizar críticas aos aportes teórico-metodológicos e epistemológicos que eram sustentados por aqueles que realizavam pesquisas apoiadas nas matrizes epistemológicas empírico-analíticas.

⁴⁶ A pesquisa feita por Rossana V. Souza e Silva (1990 e 1997) no seu mestrado e no seu doutoramento sobre a pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física no Brasil indica-nos, além de dados quantitativos que apontam a evolução, as tendências epistemológicas das *produções*. Como o principal órgão de divulgação do CBCE, possui uma editoria consonante com a visão filosófica, científica, política, ideológica e cultural da DN, é possível perceber, partindo da pesquisa de Silva, um compasso histórico do CBCE e o que tem *veiculado* pela revista, distinto da *produção* teórica hegemônica da Educação Física, a partir, do *bloco três*. De acordo com Souza e Silva (1998) o que tem predominado é o que ela chamou de pesquisa “empírico-analítica”. Depois com uma quantidade em ascensão temos a “fenomenológico-hermenêutica” e por último temos a crítico-dialética.

Foram ambos os complexos – político e epistemológico – que fizeram da primeira gestão (1987-1989) de Celi Taffarel motivo para os sócios afeitos ao espírito inicial do CBCE – àquele efetivado parcialmente no *bloco um* – se organizarem e trazerem à tona uma oposição que terá seu ápice na assembléia geral do VI CONBRACE. Nesse sentido, exporemos como se deu a formação política e epistemológica do Colégio na vigência de Celi Taffarel em sua primeira gestão.

3.1. O pré-1989

Sabemos que manda a tradição do CBCE, que toda a posse do novo presidente ocorra no CONBRACE, e que este é sempre da responsabilidade da gestão que se findará. E isso não foi diferente na posse de Celi Taffarel. Contudo, consideramos, devido ao tom dado pela futura presidenta, que sua primeira gestão se inicia com a organização do V CONBRACE.

Houve por sua parte, enquanto coordenadora das representações estaduais e organizadora do evento, toda uma ênfase na busca de sugestões – incluindo daqueles associados que passaram a ser questionados e que representavam uma visão de ciência que a partir do *bloco dois* passaria a ser questionada e em alguns casos refutadas – para a construção temática do Congresso, que se deu através de cartas pedindo a sugestão para as diversas Secretarias Estaduais e para os Laboratórios, Centros de Pesquisa, etc. Todavia, segundo nos esclarece Paiva (1994), não existiu resposta alguma aos pedidos. A não ser reclamações após a publicação da programação prévia.

De acordo com Paiva (1994) se pode compreender que esta ênfase foi acionada tendo em vista a necessidade de manter os sócios que possuíam afinidades com as Ciências Naturais e Exatas vinculados ao Colégio, como aumentar os participantes dos novos encaminhamentos políticos e epistemológicos. Se as sugestões não existiram e a direção entendeu que deveria construir uma programação que estivesse de acordo com a sua visão de ciência e de mundo, no nosso entender não há uma indução de um “debate uníssono” como sugere a autora.

O que se esboça na luta simbólica dentro do CBCE é uma inversão na representação da “prática democrática”. Enquanto forma específica de

organização não se efetiva uma “cordial” vontade de participar sugerindo temas mesmo que fora do prazo. O que pleiteava a “área médica” era a garantia de *domínio*, no amplo sentido, sobre as representações e representatividade dos diferentes tipos de temáticas e tematizações legitimadas nesse e por esse fórum de discussão. Se as *condutas democráticas* podem ser nas primeiras gestões caracterizadas pela participação de cada um com a sua contribuição desde que não molestassem aquilo que era “eticamente” conveniente para a *direção* (no duplo sentido) do Colégio como sugeria o 1º estatuto, neste período elas se caracterizam pela indução da maioria a um tipo de “debate uníssono”, atitude prudente “do Colégio” em fazer participar (d)as decisões da *direção* o maior número de associados possível (PAIVA, 1994, p. 144).

Ora, ter-se-ia ocorrido tal debate se não houvesse a criação de possibilidade de participação na construção do congresso? Evidentemente, que não. A autora sugere que se criou todo o debate supondo que este não ocorreria, isto é, que seria “uníssono”. E que o fato de a “direção” do debate não ser dada pelos associados do *bloco um*, faria com que estes não participassem, pois a possibilidade de “domínio” “simbólico” era escassa. A autora praticamente acusa a gestão de simular um ambiente democrático visando legitimar as suas posições.

Mediante a inexistência de sugestões, algo que já indicava a diáspora de associados que se daria em 1989, o que se esboçou no projeto do V CONBRACE, do ponto de vista teórico-metodológico, será a tônica da primeira gestão de Celi Taffarel, a saber, a ênfase no tratamento das questões sociais pela Educação Física, do ponto de vista acadêmico. O que passa a ser fomentado/desenvolvido, e que havia sido iniciado na gestão de Laércio E. Pereira, umas das traves da transição, é a perspectiva de totalidade iniciada pelos intelectuais progressistas da Educação Física, e que conseqüentemente, levará em seu bojo o Esporte, tão caro a perspectiva das Ciências do Esporte. No entanto, sabemos que no *bloco dois* e na primeira gestão do *bloco três*, essa perspectiva ainda era incipiente.

Nesse sentido, concordamos com Paiva (1994) quando ela afirma ter havido uma estimulação à produção teórica voltada para compreender os problemas sociais inerentes à Educação Física e Esportes, com vistas à democratização e que esta estimulação tinha pouca resposta de caráter teórico de qualidade. Esta estimulação era fundada nos debates que ocorriam no Brasil devido ao processo de “transição para a democracia”, e tinha o seu equivalente na Educação Física e nos Esportes e na Ciência da Motricidade Humana. Noutras palavras, se nos basearmos na RBCE, serão poucos os textos de qualidade que tratarão especificamente do que era estimulado pela diretoria. Há, sim, produções teóricas sintonizadas com a não neutralidade da ciência, com as Ciências Sociais e Humanidades e com a “renovação progressista” da área. Não

há no nosso entendimento nenhuma estranheza em relação ao descompasso, entre o que fomentava a DN e o que era produzido teoricamente. Temos que observar a pouca idade das produções teóricas da Educação Física referenciada nas Ciências Sociais e Humanidades, e convir que o seu desenvolvimento, culminado no fim dos anos oitenta, foi rápido, intenso e denso. Desse modo, do ponto de vista qualitativo, era pouco possível um compasso ideológico-teórico imediato.

Outrossim, podemos afirmar que essa tendência iniciada no *bloco dois*, estava se equiparando quantitativamente às que se referenciavam nas Ciências Naturais e Exatas. Teremos no *bloco três* um predomínio do referencial advindo das Ciências Sociais e Humanidades e uma diminuição, eu diria até, um progressivo escoamento e a formação de outras entidades científicas e Revistas referenciadas nas Ciências Naturais.

É importante notar que a primeira gestão de Celi Taffarel não fecha as portas, e sim, constrói possibilidades de participação e veiculação com temáticas (no caso da RBCE) que necessitavam mediações que os intelectuais vinculados às Ciências Naturais não costumavam realizar. Se notarmos a programação do V CONBRACE⁴⁷, a qual se fez reclamações, há espaços para publicação por parte de todos que pesquisavam em Educação Física ou nas chamadas Ciências do Esporte. Por outro lado, é notório que este espaço diminui em relação ao congresso realizado no *bloco dois* e diminui muito em relação aos outros três congressos realizados no *bloco um*.

Quando Celi Taffarel é empossada estabelece uma relação com a área médica, ou seja, com o que representava a gênese do Colégio, de tolerância para manter, na ótica da credibilidade científica, o que havia conquistado até então o Colégio. Isto pode ser notado na busca do diálogo construído para comemorar os dez anos do CBCE e o espaço aberto pelo CELAFISCS em seu Simpósio de Ciências do Esporte em 1988 (PAIVA, 1994).

No entanto, tal busca de formação transitória do CBCE, dava espaço e conduzia inevitavelmente a uma organização contra-hegemônica. Ou seja, o novo fundado no caldo político de teorias que sustentavam a luta pela construção de uma sociedade democrática se

⁴⁷ O tema central era, “Criança e Esporte no Brasil” e os sub-temas eram, “Esporte na escola brasileira”, “Esporte e saúde social”, “Esporte e sociabilidade da criança”, “Esporte: subdesenvolvimento e ideal olímpico”, e “Criança, esporte e constituinte”. Também foi criado os cursos teórico/práticos: “Esporte e pedagogia”, “Nutrição e motricidade humana”, “A pesquisa-ação do jogo – uma abordagem fenomenológica”, “Políticas de esporte: Administração e gerência estatal” e “Vivência corporal através da dança”. A programação preliminar completa pode ser consultada na RBCE 7(3) ou em Paiva (1994, p. 142-143).

encontrava numa situação privilegiada (ainda não era hegemônica) dentro do Colégio por poder ditar os rumos a seguir. Nesse sentido, a primeira gestão do *bloco três* conduziu a uma avaliação política os intelectuais – sócios renomados e com aproximação ideopolítica das direções do *bloco um* – enraizados na área médica e nas Ciências Naturais (próximos a Biologia e a Fisiologia), mas também, alguns vinculados teórico-metodologicamente às Ciências Sociais e Humanidades, ávidos pelas Ciências do Esporte, ou por uma pretensa produção do conhecimento neutro ideologicamente. Isto se deu porque a gestão de Laércio E. Pereira e a primeira gestão de Celi Taffarel levaram o Colégio para uma direção científica, epistemológica e política distinta e de tipo novo. O norte do CBCE não era mais a busca de unir esforços isolados para construir uma Ciência do Esporte forte. O norte agora era outro, e será enfatizado em todos editoriais até 1989. Isto pode ser notado no editorial da RBCE vol. 9 n. 3 de maio de 1988. Essa RBCE traz a temática, O que é “Deficiência?”.

A história da revista do CBCE, até então marcada pela estreita visão de ciência, visão está que sempre privilegiou o lado biológico do homem, com temas como: a performance, o rendimento e a eficiência dos treinamentos físicos, colocando em destaque o rigor, a “neutralidade” e o poder da concepção positiva de ciência, não possibilitou até este momento que outros níveis de abordagens fossem publicados. Hoje, porém, este mesmo periódico aparece com outra roupagem. Numa linguagem sem muitos jargões, mais rigorosa, comprometida e séria apresenta uma outra forma de abordagem, que pretende levar aos membros do CBCE, não um conhecimento sagrado e de difícil compreensão e aplicação, mas um conhecimento comprometido com a denúncia, com a crítica, na busca de soluções concretas para os problemas sociais (...) Os estudos e pesquisas que envolvem a Educação Física, os Esportes e os “deficientes” ainda são incipientes no Brasil. Por isto, os artigos que compõe este número representam alguns dos ensaios conseguidos junto aos profissionais que trabalham nesta área. Toda a seleção e organização dos mesmos, foi pautada muito mais pela necessidade de informar, de engajar os membros do CBCE nesta luta social, do que pelo desejo de homenagear os “deficientes” ou tornar público resultados empíricos de pesquisas nesta área (EDITORIAL, 1988, p. 1).

O que é perceptível agora é o início de um equilíbrio entre a crítica e a convocação para transformar a sociedade brasileira contribuindo com o processo de democratização – a convocação se deu de forma hipertrofiada na gestão de Laércio E. Pereira – e a busca, apoio e incentivo por uma formação teórica equivalente com a politização. Isto implica necessariamente em defender uma ótica epistemológica que não despreze os aspectos inorgânicos, orgânicos e sociais que conformam a totalidade social, mas que, coerentemente, não

se postule neutra e não despreze a historicidade. Não obstante, na primeira gestão de Celi Taffarel, esta ótica epistemológica tem como base a tese da Ciência da Motricidade Humana.

Aparecerá nesse contexto uma nova convicção, qual seja, a que o desenvolvimento científico deve ser garantido a todos, tanto no que concerne à produção como no que diz respeito ao usufruto. Desse modo, não bastava somente construir no CBCE instâncias participativas que contribuíssem para a construção de uma entidade democrática e popular. Agora se tornava necessário estimular a pesquisa, veiculá-la e intervir nas políticas nacionais de Educação, Educação Física e Esportes, além de reforçar a participação institucional em associações como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Aqui tem início um entendimento de que é fundamental nos marcos do metabolismo social do capital socializar não só o conhecimento produzido com vistas ao usufruto, mas também, socializar as condições e possibilidades de produzi-lo.

Não é possível afirmar se este entendimento se deu por conta do baixo nível de participação dos sócios nas empreitadas participativas do Colégio, o que poderia levar a conclusão da necessidade de formação e de acesso ao conhecimento, ou se deu-se devido a luta contra a *via prussiana* que inevitavelmente estava em jogo naquele período de Constituinte, em que uma das várias questões defendidas era a democratização da cultura e, portanto, da ciência. Ou uma terceira possibilidade, a mais plausível de que ambas estavam em andamento inter-relacionadas. De todo modo, temos iniciada no CBCE uma tendência inédita, porém antiga na filosofia, qual seja, a defesa da ciência como esclarecedora e condutora da emancipação humana aliada a uma posição de classe claramente postada ao lado dos *de baixo*. É possível notarmos estas questões no editorial da RBCE vol. 10 n. 1 de setembro de 1988.

Da pretensão inicial de incentivar a produção científica, tem-se atualmente o entendimento de que o desenvolvimento científico, também na área de ciências do esporte, se dá em determinadas condições históricas e de acordo com determinados interesses, estando inter-relacionados e conectados com outros fenômenos sociais, contraditórios e próprios de uma sociedade que se estrutura sob a égide do modo de produção capitalista. Esta perspectiva de entendimento tem nos levado a considerar a necessidade imprescindível de aliarmo-nos as demais organizações sociais que se apresentam atualmente na sociedade civil e que objetivam também, a democratização da ciência, entendendo-se isto como sendo o acesso da maioria, tanto ao processo de produção, quanto ao usufruto do conhecimento científico, por ser este em nossa sociedade um dos principais elementos de emancipação e de humanização, portanto, instrumento de luta, nos interesses de classe. Compõe atualmente o CBCE, juntamente com demais

entidades científicas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Além disto, entendemos que um dos grandes desafios atuais, vencidas as etapas para a promulgação da Nova Constituição Nacional, é a elaboração das novas leis orgânicas dos Estados e municípios, e a elaboração dos Planos Nacionais dos setores da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, etc. A comunidade científica tem manifestado o firme propósito de não mais ser mera executora de leis, mas sim, chama a si a responsabilidade de interferir no processo de decisão. Para tanto, além da atuação organizada, torna-se imprescindível a utilização do saber crítico historicamente elaborado. É assim que, neste número especial, em comemoração aos DEZ ANOS DO CBCE, além de contribuições para a discussão das Novas Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional... (...) Portanto, acreditamos ser o CBCE uma instituição científica cuja existência é primordial, para que também na área de Ciências do Esporte, a sociedade encontre um canal competente na luta pelo desenvolvimento e estabelecimento de novas formas de relações entre os poderes constituídos e os interesses da maioria do povo brasileiro, para que a produção e usufruto dos benefícios que poderão advir do desenvolvimento científico, também nesta área, não sejam privilégios de poucos, mas sim, direito de todos os Brasileiros (EDITORIAL, 1988, p. 4).

Era o início de uma percepção, de que a centralidade da entidade científica é a veiculação, crítica e fomentação de uma produção teórica crítica e de qualidade, e que nesse sentido, contribuísse tanto para intervenção pedagógica e social, como política, sempre visando somar na democratização da sociedade brasileira. No editorial da RBCE vol. 10 n. 2 de janeiro de 1989 é mais uma vez enfatizada estas questões.

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), consonante com os objetivos assumidos pela atual Diretoria, vem contribuindo para com o processo de reflexão crítica acerca da produção do conhecimento na Educação Física brasileira. Nesse sentido, tem questionado o entendimento da Ciência como mera quantificação e descrição de dados, tem tentado alertar que o critério de determinação do que é científico não passa apenas pelo correto tratamento estatístico dos dados coletados em determinada situação. Tem ainda chamado a atenção para a questão da não-neutralidade da Ciência, para o compromisso social do pesquisador, para o não-reducionismo da Ciência a uma única abordagem metodológica (a empírico-analítica), da Educação Física a um único campo de análise (o anatomo-fisiológico), do homem a uma única dimensão (a biológica). A RBCE busca ampliar o entendimento da concepção de Ciência, questionando a redução da mesma a uma única vertente hegemonicamente presente na área apositivista (sic). Considerando a existência de outras tendências na produção científica, sustentada por diferentes pressupostos epistemológicos, a Revista pretende possibilitar a veiculação das mesmas, expondo-as de maneira a explicitar as diferenças e divergências existentes entre elas, buscando suscitar nos leitores um posicionamento crítico. [...] Isto porque entende a Ciência como uma forma historicamente construída pelos Homens, de interpretação e intervenção na realidade. Uma forma sistematizada, isto é,

rigorosa e metódica, porém que se deve dar numa perspectiva crítica, na busca de soluções para os problemas enfrentados pelos homens concretamente situados na sociedade. A RBCE deseja ainda chegar ao leitor como um canal de veiculação de um conhecimento produzido e acessível, não apenas a um pequeno grupo de iniciados, mas também àqueles que dão diferentes passos tanto na produção científica, quanto na reflexão crítica sobre os problemas da realidade. [...] Os espaços que ela passa a abrir objetivam, fundamentalmente, incentivar uma prática de produção e veiculação de conhecimento que expressem principalmente um compromisso com o processo de transformação social da Educação Física brasileira (EDITORIAL, 1989, p. 46).

A nosso ver a Educação Física – uma fração dela de jaez crítico – nesse momento do CBCE, se fundava numa concepção humanista não necessariamente marxista. Como pôs ênfase na necessidade de intervenção científica que estivesse conectada com a intervenção política, em suas diversas dimensões, tem-se em certos momentos uma inflexão política. Esta, todavia, revelava determinados posicionamentos. O que estava em questão, neste sentido, era a luta pela hegemonia do Colégio, que significava ditar os rumos ideológicos, políticos e científicos. Mais do que poder simbólico e autoridade científica, como defende Paiva (1994), havia a necessidade de defesa de uma visão de mundo e de homem para apoiar a construção de uma sociedade democrática e uma Educação Física que contribuísse, diante de suas características, com esse processo. As vias para a materialização, por conseguinte, não eram as mesmas dos primórdios do Colégio. Umas foram mantidas, a saber, a intervenção acadêmica nas políticas educacionais, científicas, de esporte, de saúde, e outras, como a relação com os movimentos sociais e com a SBPC foram valorizados.

A luta pela hegemonia no Colégio implicava a luta pela hegemonia na Educação Física. Um dado que indica tal possibilidade é o de que, mesmo com a hegemonia perdida no CBCE, os grupos (são matizados) vinculados a uma visão “biologizada” e “psicopedagogizada” da área de conhecimento, terem mantido a hegemonia acadêmica na Educação Física e na sociedade em geral. Podemos notar essa hegemonia nos dados do estudo de Faria Jr (1987) citado por Silva (1997, p. 3), segundo qual, 36,6% dos estudos eram de cunho biológico com ênfase em biometria, 27,7% de cunho técnico com ênfase no treinamento esportivo, 23,1% de cunho pedagógico e com ênfase no ensino, 5,3% de cunho sócio-antropológico e 1,6% de cunho filosófico. Em suma, os resultados obtidos apontavam que 6,46% dos estudos eram de ordem *filosófica e sócio-antropológica* e, 64,54% de ordem *biológico-técnica*. Do ponto de vista das orientações epistemológicas acerca dos programas de mestrado em

Educação Física, que indica a hegemonia de determinada visão de ciência, Souza e Silva (1998), nos oferece apontamentos esclarecedores.

Entre 1988 e 1994, a abordagem empírico-analítica ainda foi dominante nesses três cursos, atingindo índices muito altos: 87,50% da amostra da UFRJ, 76,20% da USP e 52,94% da UFSM. Apesar disso, identificou-se a presença de outras abordagens, não encontradas na produção científica desses cursos, até 1987. Na UFSM, por exemplo, 29,41% das dissertações analisadas apresentaram abordagem fenomenológico-hermenêutica, 17,65% adotaram abordagem crítico-dialética. Em relação à USP, 23,81% das dissertações estudadas foram desenvolvidas na abordagem fenomenológico-hermenêutica. Porém, não foram encontradas pesquisas crítico-dialéticas, nesse mestrado. Quanto à UFRJ, só 6,25% da amostra adotaram a abordagem fenomenológico-hermenêutica, e outros 6,25% desenvolveram pesquisas crítico-dialéticas (...). Já produção científica dos mestrados da Unicamp, UFRGS e UFMG, até o final de 1994, demonstra, por um lado, essa tendência de mudança de paradigmas, o que, entretanto, não se manifesta de forma homogênea nos três cursos e, por outro lado, a manutenção de concepções e modelos de pesquisa hegemônicos nesse setor (...). As pesquisas empírico-analíticas, também, foram predominantes nesses três cursos. Destes, o que apresentou o maior índice foi a UFMG (75%), seguido da UFRGS (50%) e Unicamp (40%). Porém, esses mesmos cursos apresentam 25% de suas dissertações desenvolvidas na fenomenológico-hermenêutica. Além do que, na Unicamp, registrou-se o maior percentual de pesquisas crítico-dialéticas (33,33%). Na amostra da UFRGS, o índice foi de 17,65%. Porém, nas dissertações da UFMG, não foram encontradas pesquisas com essa abordagem (p. 63).

Diante das considerações de Souza e Silva, é possível notar que, embora houvesse uma hegemonia da abordagem empírico-analítica, existia uma tendência às abordagens calcadas nas Ciências Sociais e Humanidades. Tal tendência nos indica uns dos motivos pelo qual a produção teórica fomentada no *bloco dois* e na primeira gestão do *bloco três* era inicial, pouco sistemática e pouco qualificada. Por outro lado, nos aponta o movimento contrário, ou seja, que, possivelmente, o que se fomentava no Colégio, de alguma forma impactava na academia. É notório que há, no CBCE, a partir da gestão de Laércio E. Pereira, uma inter-relação cada vez mais intensa entre política e teoria, isto é, entre as transformações pelas quais a sociedade brasileira passava e o seu reflexo ideal.

Esse processo vai desaguar na eleição de 1989, em que notoriamente, os projetos de CBCE, se chocam, tendo em vista a precipitação ocorrida na área acadêmica Educação Física nos anos oitenta. A EF/CE que pouco levava em conta as questões sociais, devido evidentemente à suas preocupações científicas e aos seus condutos heurísticos, perde

sustentação dentro do Colégio, à medida que se relaciona a Educação Física “progressista” e sua função social na construção de uma sociedade democrática. Ou seja, esta área acadêmica passa a ter que dar resposta as questões sociais presentes e que antes eram sufocadas e negadas, tendo em vista a sociedade autocrática e o que historicamente interessava a pesquisa e a prática em Educação Física. Para ilustrar esse processo de ruptura e transição estrutural, bem como as polêmicas gestadas, citaremos uma síntese de Bracht (1998, p. 16-17).

O crescimento da importância no interior do CBCE do segmento de professores de EF que, aliás, sempre foi maioria, também como direção – no sentido amplo –, agora com a formação pós-graduada na Educação, provocou uma reorientação das pesquisas, voltando-as, mais fortemente, para as ciências sociais e humanas e para as problemáticas específicas da EF enquanto prática. Isto foi, equivocadamente a meu ver, interpretado como um alijamento ou uma segregação das “outras áreas” e “outros profissionais” no interior do CBCE. Elas não foram e não são alijadas enquanto um ato intencional da direção do CBCE, mas, em função do que passa a ser entendido como legítimo, precisam ser reorientadas, resignificadas, tomando como referência a problemática própria da EF, ou pelo menos, tendo que fazer concorrer suas problemáticas específicas com aquela que, agora também, é legítima. Visivelmente, os grupos ligados às disciplinas vinculadas às ciências naturais demonstraram sérias dificuldades para participarem desse processo, preferindo retornar às entidades representativas das suas respectivas disciplinas (por ex. Medicina Esportiva), ou criar novas associações (ex. Sociedade Brasileira de Biomecânica) ou ainda, revitalizar iniciativas como o Simpósio Internacional de Ciências do Esporte, hoje na sua XXI edição, promovido pelo CELAFISCS, berço do CBCE. Outros grupos optaram pela criação de espaços concorrentes ao CBCE, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Educação Física, e mais recentemente, o Encontro Nacional de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. A opção de pesquisadores ou grupos ligados a uma determinada disciplina de deixar o CBCE ou de passar a não reconhecê-lo como fórum para as suas discussões, não se deve a incompatibilidades pessoais (no liguajar popular: fulano de tal brigou com sicreno, ou, o fulano é muito radical ou intransigente, ou é reacionário, etc.). A questão é mais estrutural, é de luta pela hegemonia e envolve as possibilidades de acumulação de capital simbólico. Em resumo, o CBCE tanto reforçou e colaborou para que uma visão cientificista – a ciência produz/possui a verdade, é objetiva e por isso neutra politicamente – se instalasse no campo, como passou a ser um pólo de resistência e irradiador de uma concepção ampliada de ciência e, principalmente, de reflexão sobre qual ciência se faz no campo e qual se deveria fazer, o que, seguramente, está colaborando para a qualificação acadêmico-científica do campo como um todo.

Releva notar, para finalizar este subcapítulo, que a primeira gestão de Celi Taffarel, por mais que estivesse carregada de elementos políticos e ideológicos que conduziram muitos ao entendimento de que o Colégio estava tomado por uma “partidarização”, difundiu e

estimulou toda uma negação, tanto da Educação Física e do Esporte hegemônico, como da concepção de ciência subjacente a legitimação e explicação dessas práticas sociais. Esta negação ganhará força e conteúdo após 1989. Este é o busilis da reação “conservadora” de 1987-1989. É o momento em que a crítica teórica ganha força material, tendo em vista a possibilidade aberta pela redemocratização e pela qualificação teórica da Educação Física. E neste sentido, o ano de 1989, e a eleição em Brasília, serão lapidares para que se ilumine essa luta pela hegemonia no CBCE e na Educação Física.

3.2 – 1989: o ano da luta pela hegemonia no CBCE

É consenso na bibliografia que no segundo quinquênio dos anos oitenta o CBCE tem o seu leme postado em direção à Educação Física progressista e renovadora, tendo em vista o reflexo que a “crise” iniciada e ampliada com a democratização brasileira causou (Cf. CAPARROZ, 1997; BRACHT, 1999). Todavia, não é consensual que tal inflexão tenha sido político-partidária. A falta de consenso se deve ao processo eleitoral ocorrido em Brasília, no âmbito do VI CONBRACE.

Como estamos buscando explanar, a luta pela hegemonia na Educação Física, a partir da sua entrada em “crise” e do momento que passa a questionar a sua história, terá o seu ápice ídeo-político no VI CONBRACE⁴⁸. O CBCE passa a ser um espaço político. A sua função sócio-cultural de difundir e de propor discussões que interfiram na produção teórica e nas políticas de Educação, Educação Física e Esportes, é central nessa luta, tendo em vista todo o movimento de democratização da sociedade brasileira, como também, em sentido específico, na busca pela generalização e socialização dessa perspectiva de Educação Física, de Esportes e de Lazer, crítica e emancipatória, que contribuiria com a construção de uma nova ordenação social coadunada com os aspectos democratizantes em processo. Isso não quer dizer que a chapa de Celi Taffarel fosse a vanguarda portadora da emancipação política e humana. Isso quer dizer que em torno de Celi Taffarel se uniram intelectuais orgânicos à uma tendência da Educação Física que

⁴⁸ Muito do que se discutia em específico na área acadêmica e na prática pedagógica passa a ter reflexos no que estava fora da Educação Física. Victor Matsudo (Cf. DAOLIO, 1998, p.) diz não ser da Educação Física

negava toda a tradição da Educação Física fundada nas Ciências Naturais e reduzidas aos aspectos orgânicos do ser social, e que tratavam a ciência como neutra politicamente.

A respeito desta negação expomos acima, no item 3.1, alguns aspectos difundidos em editorial pela RBCE. Porém, alguns aspectos sobre a relação da “crise” renovadora da Educação Física com a constituição de uma nova hegemonia no CBCE precisam ser notados.

Um deles é a idéia de “partidarização” e ideologização. Como a luta pela hegemonia (sempre no sentido de Gramsci) na Educação Física buscava direcionar os aspectos científicos, mas também, culturais e sócio-políticos, que se verteriam numa concepção de Educação Física defendida como necessária, se fez preciso a exposição dos motivos. E nessa objetivação se travaram lutas ideológicas em defesa de determinada forma de ver a ciência. De um lado, estavam àqueles próximos ao que Castellani Filho (2001) chamou de tendência da “Biologização” cuja característica é a de reduzir o homem ao seu aspecto biológico (orgânico). Somada a está tendência estava a da “Psicopedagogização” que se caracteriza pela criação de um homem ahistórico e abstrato reduzido a sua dimensão “psicopedagógica”. Doutro lado, estava a tendência da Educação Física que se fundava numa concepção de homem, que o entendesse como orgânico e cultural. E mais, que se postasse ao lado dos *de baixo*. Este último aspecto levou a aproximação do referencial marxista (via educação) e do socialismo, pois o momento de democratização do Brasil possibilitava e carecia de posicionamento político. Daolio (1998, p. 38-39) nos dá um entendimento desse processo:

Uma das estratégias utilizadas pelo grupo marxista para difundir suas concepções *foi a obtenção da hegemonia na direção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*, que, como visto, havia sido fundado em 1978 pelo grupo de Victor Matsudo, embora, posteriormente, passasse a congregar pessoas de várias matizes teóricas e de várias partes do país. Entretanto, a partir de 1987, o CBCE passou a ser o maior veiculador da tendência marxista na Educação Física, através de revistas, boletins e eventos científicos. Obviamente, esta conquista da direção do CBCE por parte do grupo marxista não ocorreu de forma pacífica. O CBCE tornou-se palco de dissensões e debates, por vezes rancorosos, sobretudo até 1989, quando, pela última vez, duas chapas tentaram se eleger para a direção da entidade. A eleição ocorreu em Brasília, por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. De um lado havia a chapa liderada por Celi Nelza Zülke Taffarel, candidata à reeleição, representante e apoiada pelo grupo marxista. De outro lado, Paulo Sérgio Chagas Gomes encabeçava uma chapa composta ou apoiada também por nomes de peso da Educação Física brasileira, tais como Go Tani, João Batista Freire, Victor Matsudo, Manoel José Gomes Tubino, Antonio Carlos Bramante e outros,

descontentes com a ideologização que, segundo eles, havia tomado conta da Educação Física.

Como nota Daolio (1998) todo o processo eleitoral seguiu uma politização explícita. Politização esta, como já vínhamos notando, que estava se constituindo desde a entrada de Laércio E. Pereira na presidência. A questão era: de um lado o Colégio com o processo de democratização, doutro a Educação Física progressista estava adensando as suas críticas.

A luta pela hegemonia na EF/CE faz com que a disputa se tornasse franca na eleição de 1989. Esse ano tinha um componente especial, pois pela primeira vez na história do CBCE, haveria uma eleição direta para presidente da República. Esse componente fez com que a disputa se tornasse mais politizada ainda, pois as idéias e propostas poderiam ser relacionadas ao processo mais geral de eleição para a presidência da República. É possível percebermos essa tensão política no embate entre as chapas que se inscreveram para o pleito⁴⁹.

Os nomes das chapas “Com Ciência”⁵⁰ e “Compromisso”, são exemplares, neste sentido. Uma dizendo que a ciência não poderia ter cor ideológico-partidária e a outra afirmando que a ciência tinha que ser defendida a partir do compromisso com a construção de uma sociedade democrática e justa. Assim se deu a eleição. Vejamos o que nos informa Castellani Filho (2007a) sobre as duas chapas, através de trechos dos documentos de campanha. Primeiro o autor nos chama a atenção para um questionário distribuído pela chapa “Com ciência” que visava diagnosticar as expectativas dos membros do Colégio. O diagnóstico em certo trecho diz o seguinte: “Caso não sejamos a chapa eleita, nos comprometemos, publicamente, a fornecer todos os dados ao grupo vencedor para auxiliá-lo na elaboração de suas perspectivas de trabalho. Afinal – concluem – a ciência não tem cor partidária, certo?” (p. 115). Quando as campanhas se acirram é distribuído um manifesto pela mesma chapa advertindo:

⁴⁹ Elenor Kunz em que nos concedeu em 18/11/2009 diz: “Na segunda gestão participei do processo eleitoral polêmico e comecei a entender melhor o papel que Celi queria atribuir, desempenhar com o CBCE. No início também achei que era muita discussão política e pouco científica, mas depois fui vendo que pelo momento histórico que o Brasil e em especial nossa área vivia isto foi de máxima importância. No popular diria que: ‘abriu os olhos de muita gente!’”(Anexo 3).

⁵⁰ Eram componentes da chapa “Com Ciência”: Paulo Sérgio Chagas Gomes (presidente), Maria Beatriz Rocha Ferreira (vice-presidente), Go Tani (diretor científico), Luiz Antônio dos Anjos (diretor de divulgação), João Batista Freire (diretor financeiro) e Antônio Carlos Bramante (diretor administrativo). Eram componentes da chapa “Compromisso” da primeira gestão: Celi Taffarel (presidente), João Alberto Aguillar Cortez (vice-presidente), Antônio Roberto Rocha Santos (diretor administrativo), Aldroaldo Gaya (diretor científico) e Cláudio H. Myiagima (diretor financeiro). Da segunda gestão eram os componentes: Celi Taffarel (presidente), Aguinaldo Gonçalves (vice-presidente), Gabriel Palafox (diretor administrativo), Valter Bracht (diretor científico), Alfredo Gomes de Faria Júnior (diretor de divulgação) e Lino Castellani Filho (diretor financeiro).

Falar em nome da Ciência para exercer o autoritarismo e o preconceito não é só um grande equívoco, como em nada contribui para a construção de uma sociedade mais justa. E concluem o raciocínio: Nós da chapa Com Ciência acreditamos que a ciência precisa ser desvinculada de todos os credos, desligada das exigências partidárias e destituída de preconceitos ideológicos (p. 115).

Lino Castellani Filho (2007a) ainda nos fornece trechos da chapa “Compromisso” o que nos possibilita compreender um pouco o que estava em questão.

Há quatro anos atrás, em setembro de 1985, assumiam a direção do CBCE profissionais que, por respeito à sua história, entendiam que ele, se quisesse crescer em sintonia com o seu tempo, deveria fazê-lo atento à produção e veiculação do conhecimento científico vinculado às exigências de uma sociedade ávida por democracia e por práticas sociais sincronizadas com as aspirações do conjunto dos brasileiros. Tais práticas deveriam estar explicitadas em um projeto de transformação de um país que tivera, por muitos anos, abafados seus anseios de desenvolvimento apoiados no princípio da justiça social. Para esses profissionais – de cuja compreensão já compartilhávamos – o CBCE, para não sucumbir aos desafios de sua era, tinha que, paradoxalmente, repetir o gesto do passado, qual seja, ir pra frente e não se deixar inebriar por um saudosismo comprometido com o velho e, por isso mesmo arredo ao surgimento do novo. Mas não do “aparentemente novo”, mas sim daquele que trouxesse em suas entranhas a projeção de uma “ciência” empenhada na construção de sua época. Em 1987, a Direção do CBCE se renovou, mantendo, porém a mesma convicção, aprendendo em seus erros e acertos a continuar a apostar neste país, na sua viabilidade, respirando apaixonadamente os ares de uma sociedade que se movimentava agitadamente, mobilizando-se para a elaboração de uma Carta Constitucional que viesse a estabelecer parâmetros a partir dos quais buscaria se preparar desde já para o novo século, consolidando as bases para a estruturação de um país que pudesse vir a garantir perspectivas de vida digna para as gerações do próximo milênio. (...) Procedemos politicamente sim, pois desconhecemos prática humana que não seja política, mas agimos sempre respaldados na produção de conhecimento de nossos especialistas, sem nunca discriminarmos o trabalho de cientistas que, por razões pessoais, optaram por não fazer parte do nosso quadro associativo (p. 118-119).

É possível diante dos fragmentos documentais das duas chapas percebermos que os argumentos mais fortes estavam relacionados ao entendimento da função social e científica de uma entidade como o CBCE. Estava relacionado ao entendimento de ciência no quadro dessa função social. No entanto, a chapa “Com Ciência” buscou desqualificar a chapa “Compromisso” por seu engajamento com a transformação social pela qual passava o Brasil. É importante ressaltar que a chapa “Compromisso” buscava estar em consonância com seu tempo,

em nome da democratização e da melhoria de vida das classes e grupos sociais dos *de baixo*. Há um componente ontológico e um componente ético que envolve a razão, ou seja, a compreensão objetiva do real, que não são levados em consideração pelos componentes da chapa “Com Ciência” e que vem da produção teórica da EF/CE cara as matrizes epistemológicas empírico-analíticas que imperam na Educação Física. Dessa forma, até o ponto em que compreendemos, tal desqualificação se pauta numa compreensão empobrecida da razão⁵¹.

O CBCE nesse período, justamente por ser uma entidade nova e com uma comunidade acadêmica em tenra idade, não tinha condições de fazer política científica sem pecar pelo excesso ou pela ausência de acento. No caso da chapa “Com Ciência” o excesso de acento se dava no que se dizia ser a ciência (razão formal e irracionalismo) e a ausência se dava na não consideração dos aspectos éticos e ontológicos. Na verdade não havia ausência de política, e sim,

⁵¹ A compreensão empobrecida e irracional da razão possui raízes antigas. Carlos Nelson Coutinho (1972) em seu imprescindível livro, “O estruturalismo e a miséria da razão”, nos chama a atenção para o abandono pela burguesia de categorias heurísticas que foram por ela mesma tornadas fundamentais para uma concepção científica de mundo moderna e revolucionária. O autor afirma que a ascendência progressista da filosofia burguesa, que termina com Hegel, é limitada pela divisão social do trabalho introduzida pela lógica da exploração capitalista (burguesa). Tal limitação faz com que mesmo com uma elaboração do conhecimento objetivo dos aspectos essenciais da realidade, algumas categorias elaboradas são deformadas ideologicamente. Hegel, por exemplo, com a teoria do “fim da história” e da “identidade sujeito-objeto” contribui com a afirmação do capitalismo. Diz Coutinho (p. 16-17): “Estamos aqui, como em geral durante o período ascendente, em face da permanência de momentos ideológicos no interior de uma posição essencialmente voltada para a representação científica do mundo; na filosofia da decadência, ao contrário, vemos um abandono mais ou menos integral do terreno científico. Nas questões decisivas da concepção do mundo e da teoria do real, na ética e na ontologia, a filosofia da decadência é inteiramente ideológica. Os momentos de um saber verdadeiro, quando continuam a se manifestar, limitam-se cada vez mais às ciências particulares; no domínio filosófico, tão-somente os setores menos explosivos, como a lógica formal, podem apresentar um desenvolvimento efetivo. Ademais, mediante um intenso processo de especialização, consegue-se neutralizar as descobertas parciais e impedir que tenham repercussão na ética e na ontologia. Essas duas disciplinas filosóficas básicas são, em geral, afastadas do âmbito da ciência e declaradas irracionais. As categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética são os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a tendência ideologizante da decadência começa exatamente por romper com tais categorias. Importa pouco saber como se opera esse rompimento, se através de uma polêmica aberta contra a filosofia clássica (reação de Kierkegaard a Hegel, etc.) ou se mediante uma ‘correção’ ou ‘interpretação’ do conteúdo real de referidas categorias (Hegel transformado em irracionalista pelos neo-hegelianos, Kant num positivista vulgar pelos neo-kantianos, etc.). O que realmente interessa é assinalar o caráter nitidamente ideológico das novas categorias ‘corrigidas’ que ocupam agora o primeiro plano. Em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a socialidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata ou uma apologia da positividade, que transformam a história real (o processo do surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da Razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas”. No período em que se dá a história do CBCE, principalmente da fundação até 1991, não há uma clareza acerca dessas questões. Todavia, mesmo inconscientemente há uma apropriação e uma defesa da ciência herdeira da decadência filosófica da burguesia. Isso é notório no encaminhamento dos CONBRACES no período que as Ciências Biomédicas são hegemônicas, como também, no período de transição para a hegemonia das Ciências Sociais e Humanidades no âmbito referencial.

de limitação racional na produção do conhecimento, dos resultados científicos e técnicos, acerca do motivo de se produzir determinado conhecimento. A chapa “Compromisso” não pecava neste aspecto, uma vez que via na produção científica uma forma de intervir politicamente, o que deixava claro o motivo de determinada produção. Mas, o correspondente acento na produção teórica não foi imediato, o que fez com que em alguns períodos houvesse muito mais pronunciamentos políticos, e uma correspondente aparência ideológica. A posição tomada pelas gestões de Laércio E. Pereira e de Celi Taffarel, de se explicitar politicamente acerca da realidade brasileira, e mediante a isso convocar, estimular, difundir, etc., uma produção teórica correspondente, não retira o caráter científico da entidade⁵².

A SBPC, maior entidade científica brasileira, historicamente, é exemplar nesse aspecto. Esta instituição desde a sua fundação segue o princípio de intervir na política científica, o que nos anos da ditadura, teve seu ápice, mas não somente relacionado à política científica. Ou seja, a SBPC não separou a defesa da democracia da política científica. Isso se deu mesmo sem a participação das Ciências Humanas que só foram se filiar em 1972. Com a entrada das Ciências Humanas a instituição ganha em teor crítico, em quantidade de participantes em suas reuniões anuais e em audiência pública, na medida em que a “abertura democrática” vai ocorrendo (FERREIRA, 1998). Esta instituição não perdeu a credibilidade científica por intervir politicamente no período da ditadura. Quem sabe os ocorridos em 1976 na 28ª Reunião Anual realizada em Brasília sejam exemplares. Numa assembléia geral composta por cerca de cinco mil pessoas foram produzidas moções “exigindo liberdade de expressão, bem como liberdade para a prática da ciência e a nacionalização da economia brasileira” (FERREIRA, 1998 p. XV). Os posicionamentos contra o governo levou a suspensão da verba que seria destinada à 29ª Reunião, o que fez com que esta fosse mudada de Fortaleza para São Paulo (devido aos custos), que num primeiro momento seria na USP, mas o pedido feito por Oscar Sala (presidente) foi negado. A saída foi solicitar o espaço da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que foi

⁵² É necessário ressaltar que a posição ídeo-política do CBCE entre os anos de 1985-1991, era em nome da democratização e que privilegiava perspectivas teórico-metodológicas comprometidas com este processo. É uma tomada de posição particular, e não universal. Ou seja, defender a democratização requeria defender uma posição de classe. Se observarmos os editoriais da RBCE e as temáticas desenvolvidas no CONBRACE através de mesas redondas e conferências, perceberemos esse aspecto. Após a gestão de Celi, esse processo é congelado por meio de uma perspectiva pluralista e epistemológica que torna o CBCE matizado, do ponto de vista, teórico-metodológico e político. Todavia, uma dimensão permanece, qual seja, a progressista.

concedido pelo cardeal D. Evaristo Arns. Para resolver a questão da verba foi feita uma campanha cujo lema era Galileu Galilei e sua famosa frase “*Eppur si muove*”.⁵³

Na assembléia geral daquela reunião, a divergência entre a diretoria da Sociedade e os estudantes interrompeu o ambiente de vitória frente ao governo militar, pelo de guerra interna. A causa foi recusa à votação de uma moção dos estudantes exigindo a instalação de uma assembléia constituinte. A sociedade reafirmava os princípios que a regiam e recusava-se a se manifestar sobre outros assuntos que não os de interesse dos cientistas e da ciência. Durante esse período de maior confronto com o governo foram criados grupos de estudos de problemas nacionais que tinham como objetivo propor soluções para diversas questões que preocupavam a Sociedade. Outras iniciativas, tais quais a instituição de reuniões regionais e de programas de rádio, visavam difundir o conhecimento científico e, mais que isso, popularizar a ciência. A SBPC havia congregado então maior número de sócios e principalmente maior número de participantes, tornando-se ponto de encontro onde cientistas e estudantes discutiam política científica, o papel da educação, bem como divulgavam seus trabalhos (FERREIRA, 1998, p. XV-XVI).

Sabemos que a SBPC não se reduz a esses dois anos de encontros notados acima, no entanto, nos serve para apontar como essa instituição passou pelos acontecimentos históricos. Ou seja, o fato de ser científica não a tornou cega, isenta e neutra acerca dos rumos do Brasil. Pelo contrário. De lá pra cá a SBPC tem ganhado cada vez mais credibilidade científica mesmo arrefecendo a sua ação política, pois agora, menos imediata. A citação, também é importante para mostrar as divergências internas, mesmo numa luta pelos mesmos objetivos. Ainda há o aspecto de intervenção política da instituição em busca da popularização da ciência – um pouco o que se buscou fazer no CBCE a partir de 1985.

Como ocorreu com a SBPC, o CBCE teve e ainda tem conflitos internos sobre as suas posições políticas. Mesmo numa eleição que ganhou proporções para além do Colégio, entendemos ser o saldo positivo, visto que “o autoritarismo”, “o preconceito ideológico” muito dito pela chapa “Com Ciência”, tinha mais a ver consigo mesma do que com a chapa adversária. E um indício dessa dimensão da disputa pela hegemonia do Colégio, é a diáspora do grupo ligado a chapa perdedora e a idéia de ideologização do Colégio.

De fato o CBCE nos *blocos dois e três* se move num espectro social dantes não adentrado. O CBCE se ideologiza e se politiza devido a um dever ser que extrapola as suas fronteiras internas. O CBCE passa do âmbito gnosiológico para o ontológico. A relação entre ser

⁵³ “E no entanto se move”.

e dever ser se torna mais plausível e factível. E isto ocorre pela necessidade de dar respostas aos desafios que a Educação Física passara a enfrentar na nova conjuntura e diante das críticas radicais (raízes) destinadas à sua história. Porém, é importante notar que a ideologização e politização⁵⁴ não são contrapostas à ciência se partirmos de um ponto de vista ontológico. Aqui é necessário um parêntese para esboçarmos uma compreensão gnosiológica que não vê incompatibilidade entre os processos ídeo-políticos⁵⁵ e científicos, e sim, uma distinção ontológica.

⁵⁴ Victor Matsudo em depoimento concedido à Daolio (1997, p. 52) afirma que enquanto participou do CBCE nunca houve espaço para uma discussão político-partidária, o que nos dá a entender que a partir de 1985/1987 esse “desvio” se iniciou. Castellani Filho em que nos concedeu em 05/09/2009 tem uma posição contrária ao entendimento de Matsudo, a saber: “a gestão 1987/89, presidida pela Celi [Taffarel], foi a responsável pela explicitação da ruptura paradigmática “anunciada” na gestão que a precedeu (que podemos chamar de ‘gestão de transição’). Para entendê-la se faz necessário não perdermos de vista o Brasil daqueles anos... O impacto causado por ela aos setores que, se não conservadores no sentido político (seria incorreto dizer que todos se igualavam no apoio aos militares, por exemplo) o eram no sentido epistemológico, vinculados ao campo do grupo que manteve o poder na entidade desde sua fundação até 1985. O embate jamais se deu no campo político partidário, mesmo porque os partidos estavam se lixando para questão das políticas esportivas e mesmo o que se via no interior do PT se devia mais ao nosso esforço de fazer a discussão sobre políticas esportivas e de lazer em seu interior do que a compreensão de suas lideranças da importância de tal discussão). Por sua vez, o envolvimento do [Manoel] Tubino naquelas eleições foi algo absurdo, dado o fato, dentre outros, dele ser o Secretário da SEED/MEC acumulando o cargo com o de presidente do CND. Seus esforços a favor da chapa derrotada podem ser confirmados em conversas com professores da UNB (Prof. Iran e Prof. Osmar) e da UFSM (o Prof. Aloísio, da Biomecânica, por exemplo)”(Anexo 5).

⁵⁵ Utilizaremos o conceito de ideologia no seu sentido positivo, que foi inaugurado por Lênin e desenvolvido por Gramsci e Lukács. Esta opção se deve as características do período do CBCE que estamos analisando. Assim, não utilizaremos o entendimento de ideologia no sentido de Marx e de Engels – este especificamente n’A Ideologia Alemã –, isto é, no seu sentido crítico-negativo. Isto, obviamente, não se trata de uma negação do entendimento de ideologia legado por Marx e Engels. Quíça tal entendimento de ideologia poderia ser adotado para analisar o *bloco um*, no entanto, a nossa capacidade e circunstância não permite. Para que haja uma diferenciação em relação ao sentido positivo do conceito, apresentaremos uma breve nota sobre o seu desenvolvimento com os pensadores alemães. Num primeiro momento (até 1844), o entendimento a que chegou Marx era o de *inversão* ideológica enquanto resultado da *inversão* da própria realidade. Crítica dedicada à Filosofia do Direito de Hegel, a partir das críticas realizadas ao filósofo por Feuerbach. É importante notar que o termo utilizado é *inversão* e não ideologia. Somente no segundo momento, n’A Ideologia Alemã, é que Marx e Engels utilizam o termo ideologia e ampliam o entendimento crítico para atingir Feuerbach, os velhos e os jovens hegelianos. E neste sentido, vão afirmar que ideologia é busca da resolução das contradições sociais reais no plano ideal tão-somente. E aos homens fazê-la acaba ocultando as contradições reais o que contribui para a sua reprodução, reforçando assim, os interesses das classes dominantes. Desse modo, segundo Larrain (2001), o conceito de ideologia adquiri um caráter negativo e restrito. “É negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções. A relação entre as idéias ideológicas e não-ideológicas não pode ser interpretada como a relação geral entre erro e verdade. As distorções ideológicas não podem ser superadas pela crítica, só podem desaparecer quando as contradições que lhes deram origem forem resolvidas na prática” (p. 184). Numa terceira fase que se inicia com a redação dos Gründrisse (1857-1858), Marx se refere pouco à palavra ideologia, no entanto, retoma segundo Larrain (2001), a idéia de *inversão*, mas agora a enriquece. Se antes havia estabelecido uma relação direta entre *idéias invertidas* e *realidade invertida*, agora estabelece uma mediação. Marx nota, de acordo com Larrain (2001), um nível de aparências constituído pela própria realidade, ou seja, é constituída pelo funcionamento do mercado e da concorrência, que se manifesta de uma forma *invertida* em relação à produção. Noutras palavras, pela superficialidade da circulação aparecem a liberdade e a igualdade mediadas pelos valores de troca, o que oculta o que ocorre na produção, em que a liberdade e a igualdade rapidamente desaparecem. Larrain (2001) entende que há um desenvolvimento contínuo da noção de ideologia em Marx, desde a crítica à religião até a

Coutinho (1999) ao se referir a certo idealismo contido nas idéias filosóficas de Gramsci, em que o pensador sardo não aceitava – com vista à negação do idealismo croceano cujo motor do real advinha do espírito, como em Hegel, mas neste a história não se confunde com o Espírito (Cf. GRUPPI, 1978, p. 129-130) – a distinção gnosiológica entre ciência e ideologia, entre conhecimento objetivo e consciência interessada, como também, entre a distinção de objetivação histórico-social e objetivação natural, o conduz a não superação do que negava em Croce, ou seja, acaba por afirmar que o mundo depende do sujeito que conhece para ser objetivo, não o sendo sem a consciência. Coutinho (1999) entende que este equívoco de Gramsci diz respeito ao desenvolvimento insuficiente de sua ontologia social. Com vistas a apontar os equívocos e acertos de Gramsci, o autor a partir de G. Lukács, indica duas modalidades essenciais da práxis humana, quais sejam, o trabalho (pôr teleológico primário) e a interação (pôr teleológico secundário), “... às quais se ligam duas formas de consciência, a ‘desantropomorfizadora’ (ou científica) e a ‘antropocêntrica’ (ou ideológica)” (p. 108). É importante ressaltar que no sentido ontológico-genético o trabalho funda a interação, ou seja, ela passa a existir para mediar a criação de valor de uso (Cf. LUKÁCS, 1979 e 1989), no entanto, ganha autonomia específica de seu fundante.

Voltando à questão gnosiológica, Coutinho (1999) diz que por mais que Lukács tenha se debruçado acerca da estética e da ideologia (dimensões antropomorfizadoras do ser social) acabou por não distinguir a necessidade de tipos de conhecimento específicos para o trabalho e para a interação de forma sistemática, mesmo compreendendo o problema. Todavia, o filósofo marxista húngaro tinha motivos para isso.

Nessa medida, a indistinção entre as formas de consciência ligadas respectivamente ao “trabalho” e à “interação” tem uma justificação relativa, já que a práxis interativa pode e deve também ser captada de um ângulo “desantropomorfizador”: conhecer o mais objetivamente possível os móveis, as determinações, etc. da ação humana é uma condição para o sucesso da práxis que visa influenciá-la, como tão bem o sabia Maquiável. Mas é inerente à ação

crítica da economia política, mas ressalva que é necessário entendermos este conceito como sendo crítico e negativo, e que se aplica somente ao ocultamento de uma realidade contraditória e invertida. Este entendimento, portanto, inválida o entendimento de ideologia como falsa consciência, pois este é inespecífico e se aplica a todo o tipo de distorção e erro. Com o advento das lutas políticas do final do séc. XIX, a ideologia, a partir da Segunda Internacional, e em específico, em Lênin, ganhou um sentido positivo, tornando-se “... a consciência política ligada aos interesses de cada classe; em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre ideologia burguesa e ideologia socialista” (LARRAIN, 2001, p. 186). Gramsci e Lukács tratarão de desenvolver este entendimento como apontaremos no texto.

interativa outra determinação decisiva: quando me empenho em agir sobre a ação de outro (ou de outros), devo estabelecer com a consciência dele (ou deles) um tipo de relação que obviamente, não é a mesma que estabeleço com o mármore no qual trabalho para construir uma estátua ou com uma série estatística da qual quero extrair conclusões econômico-científicas. Por mais que conheça objetivamente (“cientificamente”) os condicionantes e os móveis da ação do outro, só posso transformar essa ação levando-a a se concretizar em projetos teleológicos determinados, se for capaz de *convencer* o outro a agir no sentido por mim desejado; e, mesmo que meu recurso último para induzi-lo à ação seja a coerção, tenho de convencê-lo, por exemplo, de que a conservação da vida, ainda que vivida sob a opressão, é algo mais *valioso* do que a morte ou a punição que poderiam resultar de sua rebeldia. Portanto, os conteúdos de consciência que utilizo nesse tipo de ação não tem eficácia apenas (e talvez nem mesmo sobretudo) enquanto reproduzem o real, enquanto ciência; o que importa é que convençam o outro e o levem à ação, o que implica dizer que tais conteúdos devem ser também *normas* ou *valores* (p. 109-110). As aspas e os itálicos são do original.

No sentido proposto acima, a práxis interativa mobiliza uma consciência axiológico-normativa o que difere de um entendimento de ideologia como sendo somente gnosiológica ou falsa consciência. A ideologia é entendida, desse modo, como práxis interativa. E em Gramsci, segundo Coutinho (1999), filosofia e ideologia se identificam, sendo a unidade entre concepção do mundo e norma de conduta, e dessa maneira, não se separa filosofia de política, pois pode se demonstrar que a escolha ou a crítica a uma concepção do mundo é política. Por isso Gramsci vai afirmar quando escreve sobre os intelectuais, que todo homem é filósofo, visto que todo homem exterioriza em sua práxis interativa um conjunto de noções acerca do ser e do dever ser que permite que ele interaja com seus semelhantes. No entanto, o pensador italiano vê na filosofia da práxis uma ideologia superior, que pode contribuir na crítica as concepções de mundo difusas, confusas e contraditórias, e preenchidas por aspectos egoístico-passionais, corporativos e individualistas. A busca seria por uma reforma intelectual e moral difundindo entre as massas uma nova cultura superior, radicalmente laica e imanentista, que contribua para a formação, em torno do proletariado, de uma classe hegemônica e nacional (é importante frisar), de um novo sujeito coletivo vislumbrando a transformação radical da sociedade. No que diz respeito, ao entendimento de ideologia e suas conseqüências teóricas e práticas, Coutinho (1999) assevera que a posição de Lukács é mais mediatizada porque não reduz o conhecimento humano à ideologia, pois reconhece formas objetivas de conhecimento científico. Porém, ambos convergem no entendimento da ideologia como sendo uma práxis humana não restrita à dimensão gnosiológica, como falsa consciência, em contraste com a consciência verdadeira, a ciência.

Fechando este parêntese, poderíamos afirmar que a partir das nossas referências é possível concordar com àqueles que disseram que o CBCE obteve uma inflexão ideológica, principalmente, na última gestão de Celi Taffarel. Sem embargo, também é possível aduzir que tendo em vista os desenvolvimentos teóricos na Educação Física, com toda a sua crítica ao caráter conservador e reacionário nele contida, como também, a especificidade dos processos histórico-sociais pelos quais passava o Brasil, incluindo a miséria, o desemprego, a pauperização relativa acelerada, e evidentemente as lutas de classes e grupos sociais, etc., o grupo de intelectuais que vinha conquistando a hegemonia no Colégio, só o fazia por defender uma ideologia, o que no nosso entender – levando em conta obviamente a distinção lukácsiana dos tipos de práxis humana – não prejudicou a relação com a ciência. Eagleton (1997) no seu livro sobre ideologia nos adverte de que um dos usos da palavra ideologia é o que a contrapõe à ciência, isto é, ao determinado intelectual e/ou grupo que lida com a produção de conhecimento se posicionar política e ideologicamente, os resultados de seus estudos já não são mais considerados científicos, pois foram contaminados. Tal entendimento demonstra o combate ideológico ao que é a natureza da própria ideologia, e que foi muito freqüente no CBCE no período em que estamos tratando. Neste sentido, Mészáros (2004, p. 66) nos ajuda com a sua compreensão sobre a natureza da ideologia:

(...) o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo *pela luta*. Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras. Os grifos são do original.

Diante do nosso entendimento sobre ideologia percebemos que o processo ocorrido na segunda gestão de Celi Taffarel, além de estar carregado de uma noção de ideologia *versus* ciência, incompatibilizou ideologias (no sentido de Lênin, Gramsci e Lukács) e externou, dessa forma, uma “batalha cultural” – para usar o termo empregado por Coutinho – que tem sido decisiva nos últimos tempos na configuração do embate entre hegemonias na Educação Física.

Exemplo disso é a diáspora de pesquisadores e intelectuais pouco afeitos a batalha cultural ou a batalha das idéias, isto é, pouco afeitos a batalha ideológica.

Caparroz (1997) nos dá um indicativo acerca desse aspecto quando assevera que àqueles professores e intelectuais vinculados a gênese do CBCE (muitos fundando suas pesquisas nas Ciências Naturais e chamadas Ciências Biomédicas) ou contrários ao que se chamou de “ideologização” do Colégio, perdem a eleição de Brasília e passam a se organizarem em novas sociedades científicas. Vejamos a asserção do autor:

É preciso ter claro que, ao final dos anos 80, quando as questões afetas ao processo de redemocratização já não estavam colocadas fortemente (como quando do seu início), e quando o “inimigo comum”, ou seja, a ditadura militar, já havia sido deposta, os intelectuais do movimento renovador não se agrupavam mais em torno de um único bloco progressista. Explicitam-se diferenças, basicamente no que tange às concepções por eles adotadas. Assim, não se tem mais (ou nunca se teve) dois blocos apenas (conservador X progressistas, ou reacionários X revolucionários), mas fica patente a existência de vários grupos. Entretanto o acirramento do debate político-ideológico persiste, o que leva cada vez mais ao afastamento do diálogo entre os que têm pontos de vistas diferentes. Importante dizer que este diálogo torna-se difícil, também, porque os intelectuais que têm sua produção com base nos conhecimentos de ordem biológica e médica em parte se desligam do CBCE, no momento em que este passa a ser hegemonicamente conduzido por intelectuais, que se voltam para a produção de ordem sociológica, histórica, antropológica, pedagógica. Além disso, esses intelectuais que deixaram o CBCE não procuram manter interlocução com aqueles que estão a produzir teoricamente fora dos seus interesses de estudos. Organizam-se, então, entidades que se voltam para a discussão, produção, veiculação de um conhecimento específico, vide a Sociedade Brasileira de Biomecânica, por exemplo (CAPARROZ, 1997, p. 24-25).

Diante da eleição do CBCE de 1989, é preciso pôr uma questão: O que estava em disputa, a “restrição” do Colégio à Educação Física, o que colocaria em perigo o projeto de Ciências do Esporte, ou a hegemonia na Educação Física, no que diz respeito aos rumos educacionais, profissionais, científicos e políticos?

Em resposta podemos considerar que os grupos e intelectuais da Educação Física que perderam a hegemonia no âmbito do CBCE, do ponto de vista teórico, acadêmico e político, isto é, daquilo que diz respeito à estruturação da Pós-Graduação, das agências de fomento à pesquisa, da produção teórica e técnica, da política educacional, de esporte e de saúde, a mantiveram nas outras instâncias e instituições sociais, não de forma tranqüila e sem batalha cultural (em alguns casos esta se deu *post facto*, como, por exemplo, na regulamentação da

profissão), mas a mantiveram. A estruturação e desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* são claros neste aspecto⁵⁶. Os estudos feitos por Souza e Silva (1990 e 1997) acerca da estruturação Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Física e as características epistemológicas das dissertações de mestrado são demonstrativos nesse sentido.

Noutra dimensão, a da política social, é notório o predomínio de uma concepção de Esporte e Educação Física, que tendem a uma priorização do alto rendimento e uma centralização na chamada atividade física. No caso da Política de Esporte, o alto rendimento e o espetáculo são os fins, o que conduz a uma determinação quase que estática e mecânica das outras dimensões do esporte (educação e lazer). Ou seja, a grande discussão acaba se dando em torno da questão da formação de “futuros” atletas, em que as outras dimensões do esporte acabam subsumidas. No caso da saúde o acento se dá no indivíduo. É simples: é só caminhar 30 minutos três vezes na semana ou encarar as atividades diárias como se fossem exercícios que o seu sedentarismo irá diminuir. A Política de Saúde acaba sendo a reprodução desses entendimentos, vide o que tem sido feito no Estado de São Paulo com o “Agita São Paulo”, com o “Challenge Day”, entre outros.

Se observarmos o que circulou no CBCE nas gestões do *bloco um*, e até mesmo no *bloco dois*, veremos que as pesquisas se voltavam para essa visão de esporte e de “atividade física”. O curso publicado por Victor Matsudo e Sandra Caldeira (1981) no vol. 2 n. 2 e 3 da RBCE, juntamente com o curso de Cláudio Gil O. de Araújo (1981) no vol. 2 n. 3 e vol. 3 n. 1, exemplificam bem o que estamos afirmando.

No que diz respeito à Política Educacional, é notória a influência das abordagens construtivista e desenvolvimentista no Estado de São Paulo. Como também é notória

⁵⁶ Antes de terminarmos a versão final deste estudo após a aprovação proclamada pela banca de defesa, recebemos uma cópia do texto de Yara M. de Carvalho e Edison de J. Manoel intitulado, “Pós-Graduação na Educação Física Brasileira: A atração (fatal) para a biodinâmica” que estará incluído no próximo número da revista Educação e Pesquisa (vol.37 n. 2 - mai/ago 2011). Constará em português na edição impressa e também em inglês na versão eletrônica (SciELO). Este texto mostra como a Biodinâmica – temos nos referido no estudo a um vetor da Educação Física referendada nas matrizes epistemológicas das Ciências Naturais que pode sem problemas se identificar com esta subárea – tem sido hegemônica na Pós-Graduação brasileira e corrobora os estudos epistemológicos citados que tratam das características dos mestrados e doutorados produzidos nos programas em Educação Física. Porém, não é só a respeito destas questões que trata o referido texto. Os autores demonstram como as formas avaliativas da produção acadêmica brasileira operadas pela CAPES, e em especial em relação à Educação Física, tendem à Biodinâmica em detrimento das subáreas convencionalmente chamadas de pedagógicas e socioculturais. Se a Educação Física brasileira – e poderíamos asseverar estadunidense e européia, uma vez que os autores trabalham com autores que investigam aquelas realidades – se ampliou em termos acadêmicos e sócio-práticos a avaliação da sua produção teórica e científica não tem acompanhado. Há que seguir as fecundas pistas dadas pelos autores para compreendermos e analisarmos os motivos de tal descompasso.

a amarração do programa Agita São Paulo com a escola e com os professores de Educação Física. Outro aspecto importante é a Pós-Graduação, em que a Educação Física se encontra na área 21 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concentra áreas da saúde (Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional), e que trabalhou até pouco tempo somente com o Qualis periódico, o que dificulta o credenciamento e sua manutenção de professores/pesquisadores vinculados às Ciências Sociais e Humanidades que produzem mais no formato livro do que no formato artigo.

Entendemos que a eleição para a direção do CBCE em Brasília, é o ápice de uma correlação de forças que se dava no âmbito da Educação Física. Acreditamos que tal correlação de forças visava dirigir a Educação Física e o Esporte em suas várias dimensões, o que interferia nos meandros da Educação Física. Ora, como a história tem mostrado, foi possível que determinados intelectuais de diferentes matizes teóricos, políticos e ideológicos se afastassem do CBCE, mas não deixassem de intervir em questões relacionadas à Educação Física e Esporte, política e cientificamente.

A outra questão sobre a “restrição” do Colégio à Educação Física, corrobora com o que dissemos acima. No entanto, é preciso considerar que a mencionada área tenha se ampliado. Ao contrário do que defende Laércio E. Pereira (2007) impenitentemente⁵⁷, o CBCE não se restringiu. Ele está estrito à EF/CE de acordo com o estatuto, porém tem ampliado o seu espectro por meio do diálogo estabelecido com as Ciências Sociais e Humanidades, mas também, com certas dimensões das Ciências Naturais que tem dado enfoques críticos distintos ao entendimento de saúde. Vejamos o que diz Pereira:

A partir da quarta eleição, tivemos apenas professores de Educação Física na presidência e nos demais cargos da diretoria do CBCE. Em 2002, na assembléia realizada durante a SBPC de Goiânia, foi aprovada pelos presentes – outra alternativa teria sido uma consulta geral a todos os sócios – uma “circunscrição”, termo utilizado na mudança dos objetivos dos Estatutos, à Educação Física. Daí até o CBCE confundir-se com as aspirações de membros das diretorias e de uma das áreas foi um passo. Até hoje, encontramos pelo interior do Brasil a caracterização do CBCE como o “contra o Conselho Federal de Educação

⁵⁷ Diz o ex-presidente: “Minha contribuição para o CBCE – fora o pagamento em dia das anuidades desde o primeiro dia do Colégio e o apoio de sempre na internet –, tem sido chamar a atenção para os objetivos iniciais do CBCE, que deveriam ser considerados; é o que também tenho feito na lista no Centro Esportivo Virtual (CEV) e nas várias reuniões e congressos. Tenho sido invariavelmente persistente e chato com isso” (PEREIRA, 2007, p. 13).

Física”. Certamente isto seria diferente se o CBCE não tivesse sido reduzido a apenas uma das chamadas Ciências do Esporte⁵⁸.

O que é interessante na asserção de Laércio E. Pereira é a manutenção de uma estrutura disciplinar e profissional-corporativa para o Colégio, fazendo com que ao invés de participarem da entidade os intelectuais e os pesquisadores da Educação Física que se mantenham inter-relacionados com as Ciências Sociais e Humanidades e com as Ciências Naturais, ele vislumbra a participação de pesquisadores de determinadas áreas que tenham como objeto o esporte e a atividade física como prevê o primeiro estatuto. Ou seja, ao invés de alguém formado em Educação Física que dialogue com as outras áreas (subáreas, disciplinas e subdisciplinas), um sociólogo, por exemplo. Desse modo, nos parece que a ampliação do espectro de pesquisa da Educação Física, que acabou sendo conduzida a uma inter-relação com outras áreas do conhecimento, não é vista. Será que não há uma idealização por parte do nosso ex-presidente. Explico: Será que temos tantas áreas e subáreas das Ciências Sociais e Humanidades, como também, das Ciências Naturais pesquisando o esporte e a atividade física? Porque será que não vemos o esporte e a atividade física como pertencente de algumas áreas na CAPES, que não a das Ciências da Vida? São indagações que precisam ser respondidas, visto que é a realidade que acaba induzindo a ampliação e não o contrário.

No nosso entendimento o CBCE por mais que esteja radicalmente vinculado a Educação Física – algo que de fato deve ser analisado com cuidado –, não está restrito, e sim esteja sendo ampliado por meio da própria Educação Física. Esse processo de ampliação se inicia na gestão do próprio Laércio E. Pereira, mas ganhará força somente nos anos noventa. Não obstante, uma questão tão ou mais importante é a de sabermos se o que importa é a produção de conhecimento para explicar, compreender e intervir sobre a realidade, ou quem o faz e sua área de formação inicial e de atuação?

⁵⁸ Em depoimento que nos concedeu no dia 21 de abril de 2010, Laércio E. Pereira diz o seguinte sobre o mesmo assunto: “O pessoal fica chateado quando sinalizo o aparelhamento (usaram a expressão ‘circunscrito à Educação Física’ na reforma do Estatuto) acabou sendo um fato consumado. Vejo os mais jovens achando que o CBCE foi sempre só da Educação Física. Gosto de lembrar que o CBCE foi ciências do esporte antes mesmo do ICSSPE – International Council of Sport Science and Physical Education - que era só EF nos primórdios e assumiu Ciências do Esporte depois da criação do CBCE. Regredimos, pois. Agora, acho que a fila andou. Nesse meio tempo as diretorias assumiram bandeiras pessoais como sendo do CBCE sem consultar a comunidade – como na arenga com o CONFEF, e não com a Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Conselho Federal de Administração (CFA) – o que isolou ainda mais o CBCE. Acredito que agora, inclusive com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Física e Esporte (ANPPEF) em 2008, o CBCE precisa caminhar para a participação em fóruns e conselhos de entidades” (Anexo 4).

Esta questão nos possibilita perceber que o CBCE, a partir da gestão de Laércio E. Pereira se postou ao lado de uma tendência progressista da Educação Física, e que caminhou por uma forma de produção teórica menos departamentalizada⁵⁹ à medida que ganha força. Por isso o Colégio caminhou pela organização temática, e não disciplinar. Justamente pela ampliação do espectro da Educação Física, à medida que realiza a sua crítica por meio da produção teórica de intelectuais progressistas e “renovadores”, o CBCE após 1989, tomará um rumo que o conduzirá nos anos posteriores a uma avaliação do seu estatuto epistemológico, visto que as necessidades de produção teórica fizeram a área buscar apoios basilares nas áreas já consolidadas historicamente, ou que estavam se renovando criticamente (o caso da Educação). Em outras palavras, é possível afirmar que *pari passu* a construção da área acadêmica, a tendência progressista da Educação Física estava mais preocupada em dar respostas aos problemas advindos da realidade social, política, educacional, cultural brasileira, o que conduziu a busca de condutos heurísticos através de distintas áreas de conhecimento.

O editorial da RBCE vol. 11 n. 2 de janeiro de 1990, escrito por Aguinaldo Gonçalves, isto é, o primeiro após a eleição do VI CONBRACE e da primeira eleição direta para Presidente da República da vida do Colégio, observa o que ocorreu na famosa eleição em Brasília, como também, o que estaria por vir, marca uma posição clara em relação ao futuro. Era o “tempo de mudanças!” O “tempo de reconstrução!”

Tempos de mudanças! Enquanto órgão máximo representativo da comunidade científica da Educação Física e Esporte no país, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte acaba de sair fortalecido de inusitada eleição de Presidência e Diretores, em que, pela primeira vez na sua história, amplas discussões se travaram. Em decorrência puderam se observar debates pré-eleitorais, participados, produtivos, reveladores. Respira-se pluralidade democrática nos corredores, nos encontros de velhos companheiros, na disposição da reconstrução! Agora, portanto, urge fazer face aos desafios legitimamente conquistados não só pelo grupo de eleitos, mas sobretudo pela comunidade de eleitores. Mas que tudo, há a perseverar na árdua tarefa da *produção intelectual socialmente comprometida*. (...) Subjaz, inobstante, o desafio maior a ser vencido: as mudanças no destino do país. Às vésperas deste tão sonhado período, as esperanças mais densas e as disposições mais resolutas, de que se atinja a competência de se viver em país com maior equanimidade social e equalização de qualidade de vida, se avolumam (GONÇALVES, 1990a, p. 105). Os itálicos são do original.

⁵⁹ No CONBRACE VI aparece uma Comissão de Redação para subtemas. São quatro: Esporte, Recreação, Lazer e Tempo Livre; Esporte, Saúde e Sociedade; Esporte, Educação e Política e Esporte, Produção do Conhecimento e Tecnologia. Seria o início da idéia de Grupo de Trabalho Temático?

Por mais que o conteúdo do editorial seja já familiar, uma vez que, desde a eleição de Laércio E. Pereira se assevera o jaez comprometido da EF/CE, o que entra em pauta é a vitória de determinada compreensão de EF/CE, legitimada via eleição, e que terá que dar respostas por via de uma produção de conhecimento crítica e de qualidade. Este último aspecto é perceptível em outros editoriais e nas mudanças ocorridas no Congresso e na RBCE, mas somente nas gestões posteriores.

Esta última, a RBCE⁶⁰, levará algum tempo para alcançar a periodicidade correta, e a necessária qualidade diante do “compromisso” com uma produção teórica crítica e comprometida com transformação da sociedade brasileira. No editorial citado, Gonçalves (1990a) aponta o papel da RBCE e as medidas que estavam sendo tomadas para melhorar a sua qualidade, e conseqüentemente, a estabilização periódica.

(...) a exteriorização mais sensível do Colégio é a nossa Revista Brasileira de Ciências do Esporte: instrumento da materialização do esforço e da proposta ‘compromisso’, sua viabilização exigia gestões incisivas no plano externo e interno. Naquele, tratou-se de atualizar a periodicidade dos fascículos em atraso – para isso a contribuição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Educação e de algumas universidades federais foram imprescindíveis. Internamente, procedeu-se à renovação de 2/3 do Conselho Editorial, criou-se a Editoria Adjunta, implantaram-se instrumentos e fluxos racionalizadores (p. 105).

No editorial seguinte a preocupação com a RBCE continua. Gonçalves (1990b) chama a atenção para a instituição do *peer review* (duplo cego), da formação do Conselho Editorial respeitando a titulação mínima de doutor e a distribuição equânime para as temáticas e regiões geográficas. Aponta para o planejamento de seis números (vol.10 n.2 a vol.12 n.1, este estava em andamento), como resultado de um esforço de periodicidade. Do ponto de vista da atuação externa, enfatiza a autonomia financeira em relação ao marketing comercial, conseguida graças ao MEC, o CNPq e algumas universidades federais. Por outro lado, nota a terceira negativa de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujos motivos relacionavam-se a pouca competitividade e combatividade da nossa comunidade científica.

⁶⁰ Segundo Taffarel (1994, p. 201) a Revista na sua gestão foi indexada na International Association for Sport Information (IASI) e no INDEX Medicus Latino Americano e Sumários Correntes Brasileiros.

Como é notório na segunda gestão de Celi Taffarel foram envidados esforços, mas tão somente dois números do volume onze foram publicados (n. 2 e 3 – o número um sempre foi publicado como anais até 1995). O volume doze foi publicado na gestão de Valter Bracht em 1992.

No caso do CONBRACE a viabilização da qualidade teórica demorou na mesma medida da RBCE, porém, apresentou uma resposta razoável em relação às proposições temáticas. Através do Congresso é possível perceber que há uma equalização acerca da concepção do mundo que era veiculada pelo Colégio, uma vez que muitos trabalhos apresentam discussões que levam em conta as determinações histórico-sociais. Em relação à demanda induzida pelo Colégio, isto é, as conferências, mesas redondas, painéis, cursos e seminários, a questão se torna bem mais clara.

QUADRO 1 - V CONBRACE 1987 – A CRIANÇA E O ESPORTE NO BRASIL	
Conferência	Mesa redonda
Manuel Sérgio Vieira e Cunha – <i>Ciência da Motricidade Humana: um estudo epistemológico e suas perspectivas no Brasil.</i>	Roberto Burkhardt (moderador) Wagner W. Moreira - <i>A elitização do esporte.</i> Albertor R. Reppold Filho - <i>O esporte escolar e a realidade cultural.</i> Ednilton Vasconcelos - <i>Treinamento no esporte escolar.</i>
Carmem Lúcia Soares – <i>Esporte na escola brasileira.</i>	Francisco Martins Silva (moderador) Mauro Betti - <i>Comportamento social gerado pelas regras esportivas.</i> Jorge Peres - <i>A institucionalização do lúdico.</i> Reiner Hildebrandt - <i>O esporte como fenômeno social e a análise social crítica do esporte.</i>
Carlos Rodrigues Brandão – <i>O esporte e a socialização da criança.</i>	Antônia Dalla Pria Bankoff (moderadora) Maurício Bravo - <i>Atuação médica no esporte.</i> Roberto Teixeira Mendes - <i>Saúde pública e esporte.</i> Maria Aparecida Moysés - <i>Desnutrição e motricidade humana.</i>
José Augusto Cabral de Barros – <i>Esporte e saúde social.</i>	Aldroaldo Gaia (moderador) Eliane Caram - <i>Política Nacional de esportes.</i> João Batista Freire - <i>Ideologia dos valores olímpicos.</i> Manoel Gomes Tubino - <i>A formação dos especialistas em Ciências do Esporte no Brasil.</i>
José Roberto Walker – <i>Crítica a educação no Brasil.</i>	João Bosco Teixeira (moderador) Ivani C. Fazenda - <i>O esporte da criança em uma perspectiva interdisciplinar.</i> Haimo Fensterseifer - <i>As teses equivocadas na formação do profissional de Educação Física/Esportes.</i> Micheli Ortega Escobar - <i>A criança e o esporte no currículo de formação profissional.</i>
Paulo Rubem Santiago – <i>Esporte, subdesenvolvimento e ideal olímpico.</i>	

Apontamos no (quadro 1) somente as conferências, os simpósios e as mesas redondas (no nosso entender são os eventos de maior audiência e notoriedade, tendo em vista o nível dos convidados que devem caracterizar a qualidade do Congresso), com vistas a ilustração da descontinuidade que se verificava à época. Notaremos somente os congressos organizados pelas gestões de Laércio E. Pereira e de Celi Taffarel, o que exclui o IV CONBRACE que já indicava mudanças no sentido em que tratamos acima.

Percebe-se com o (quadro 1) a ênfase no esporte e seus vários matizes, os quais poderíamos dizer que estavam ligados à política de saúde, de educação, de esporte e às ideologias hegemônicas. O tratamento dado à saúde pode-se dizer que ainda guardava uma continuidade com as discussões e temáticas do *bloco um*, sendo perceptível não somente pelo título, mas também pelos pesquisadores que as proferiram. A conferência inaugural proferida por Manuel Sérgio é signatária do câmbio em torno das questões epistemológicas pela qual passava o Colégio, já expostas nos editoriais da gestão de Laércio E. Pereira e da primeira gestão de Celi Taffarel.

Em outras palavras, nesse momento o CBCE estava muito próximo das teses do pensador português o que irá mudar na segunda gestão de Celi Taffarel, na medida em que havia uma necessidade de qualificar teoricamente o Colégio (RBCE e CONBRACE) e a intervenção. Principalmente no primeiro aspecto, foi necessária a busca por uma ampliação epistemológica, isto é, a construção de condições para que fosse veiculado, difundido, produzido e criticado, posições distintas acerca da produção do conhecimento, o que não se faria possível veiculando as teses de Manuel Sérgio, uma vez que a entidade se tornaria unilateral e não atenderia a ampliação que estava se dando.

No VI CONBRACE, o mais politizado da história do Colégio, teremos uma clara inflexão política, consequência do momento histórico pela qual passaria o CBCE. Vejamos as conferências, simpósios e mesas redondas:

QUADRO 2 - VI CONBRACE 1989 – ESPORTE E MUDANÇA NA AMÉRICA LATINA		
Conferência	Simpósio	Mesa redonda
Cristovam Buarque (UnB) – <i>A problemática da América Latina e o momento político brasileiro.</i>	II Simpósio Brasileiro de Informática no Esporte Coord.: Laércio E. Pereira	Administração Municipal e ação político-partidária na área de esportes Coord.: Paulo R. S. Ferreira (UFPE).

Coord.: Celi N. Z. Taffarel (UFPE)	(UNICAMP) Flávio M. de Carvalho – <i>Perspectivas da informática no esporte.</i> Ricardo Rodrigues (COMUT/MEC) – <i>A experiência do COMUT.</i>	<i>Prefeitura de SP – A experiência do PT.</i> <i>Prefeitura de BH – A experiência do PSDB.</i> <i>Prefeitura do RJ – A experiência do PDT.</i> <i>Prefeitura de Manaus – A experiência do PSB.</i>
Julio Maglione (Uruguai) – <i>Esporte e olimpismo na América Latina.</i> Coord.: Antônio Roberto R. Santos. <i>Esporte e saúde em países da América Latina.</i> Aguinaldo Gonçalves (UNICAMP). Coord.: Aldroaldo Gaia (UFRGS).	Produção do conhecimento em EF e Esporte no Brasil. Coord.: Haimo Fersteinseifer (UFSM) e Ana Márcia de Sousa (Sec. Ed. Fís. Est. SC). Rossana V. de Souza e Silva (UFPE) – <i>Tendências da pesquisa na pós-graduação e EF no Brasil.</i> Aguinaldo Gonçalves (UNICAMP) – <i>Pesquisa em EF e Esportes: tendências no âmbito do CNPq.</i> Markus V. Najas (UFSC) – <i>Formação do pesquisador a nível de pós-graduação no Brasil.</i>	O conteúdo esportivo na EF escolar. Coord.: Solange Passos (UnB). Jorge Olimpio Bento (Portugal) – <i>Desporto: Elemento essencial do conteúdo da disciplina de EF.</i> Elenor Kunz (UDESC) – <i>O esporte enquanto fator determinante das aulas de EF.</i> Reiner Hildebrandt (Alemanhã) – <i>Pedagogia do esporte.</i>
<i>Esporte na América Latina: tendências e perspectivas.</i> Pedro Alexander (Venezuela). Coord.: Nielsen de Paula Pires (UnB).	A lei orgânica do esporte nacional. Coord.: Lino Castellani Filho (UNICAMP). Valter Bracht (UEM) – <i>Esporte e poder.</i> Ubiratan Aguiar (Cam. dos Deputados) – <i>Lei de Diretrizes e Bases do Esporte Nacional.</i> Eduardo Manhães (C.R. Flamengo) – <i>O Estado: competências e responsabilidades.</i>	Tema: Ginástica aeróbia e aptidão física. Coord.: Ana Maria R. Lapa (UnB) e José Roberto A. Cortez (USP). Waldir José Barbanti (USP) – <i>Aspectos fisiológicos.</i> Rubens Lombardi Rodrigues (USP) – <i>Aspectos traumatológicos e prevenção de lesões.</i>
	A LDB e a EF. Coord.: Carmem Lúcia Soares (UNICAMP). Heloisa de M. Hofling (UNICAMP) – <i>Os educadores e a LDB.</i> Paulo Guimarães (CND/MEC) – <i>Proposta para EF/MEC.</i> Apolônio Abadio do Carmo (UFU) – <i>A EF e a obrigatoriedade.</i>	Tema: A problemática da EF escolar. Coord.: Cláudio Miyagima (UFPR). Paulo Rubem S. Ferreira (UFPE) – <i>EF escolar x jogos escolares.</i> Nelson Carvalho Marcellino (UNICAMP) – <i>Pedagogia para seres iniciais.</i> Eli Frogner (UFPE/RFA) – <i>Os jogos escolares.</i>
	Esporte, tempo livre, recreação e lazer na América Latina. Coord.: Antônio Carlos Bramante (UNICAMP). Julio Moglione (Uruguai) – <i>A experiência latino-americana.</i> Lamartine Pereira da Costa (UGF) – <i>A experiência brasileira.</i> Mario Lopes (Argentina) – <i>A experiência argentina.</i>	Tema: EF e esporte não-formal. Coord.: Alberto R. Reppold Filho (UFRGS). Nivaldo A. Nogueira David (UFG) – <i>Democratização do esporte: utopia e realidade.</i> Antônio Carlos M. Prado (SESC/SP) – <i>A cooperação entre os poderes públicos e as organizações desportivas voluntárias.</i> Oscar Incarbone (Argentina) – <i>Manifestações esportivas não-formais e suas relações com as federações esportivas.</i>

	<i>A vida e a obra de Inezil Penna Marinho.</i> Mario Cantarino Filho (UnB). Debatedor: Lino Castellani Filho (UNICAMP).	Tema: Educação, esporte e saúde Coord.: João Paulo S. Medina (SEME/SP). Antônia Dalla P. Bankoff (MEC/UNICAMP) – <i>Programa Nacional de Educação e Saúde através dos exercícios físicos.</i> Antônio Pozzas Ramos (Cuba) – <i>EF e saúde pública.</i> Dietmar Samulski (UFMG/RFA) – <i>Esporte e educação: fatores motivacionais.</i>
	Ciência e tecnologia do esporte na área biológica: a produção do conhecimento em laboratórios de estudo. Coord.: Luiz Antônio dos Anjos (FIOCRUZ/CESTEH). Aloísio Ávila (UFSM) – <i>Biomecânica: a experiência da UFSM.</i> Elkin Martínez (Guatemala) – <i>A experiência guatemalteca.</i> Victor Matsudo (CELAFISCS/SP) – <i>A experiência do CELAFISCS-SP.</i>	Tema: A formação do profissional em EF e Esportes. Coord.: Florismar Oliveira Thomás (UFPEL). Kátia Brandão Kavalcanti (UFRN) – <i>O objeto de estudo da EF e Esporte.</i> Micheli Ortega Escobar (UFPE) – <i>A iniciação científica na Graduação.</i> Alfredo Gomes de Faria Jr (UFF) – <i>Licenciatura e Bacharelado: uma abordagem prospectiva projetiva.</i>
	Ciências do Esporte: compromissos e perspectivas na América Latina. Coord.: Zenen Valenzuela Kleiber (Bolívia). Maria Lícia Bastos (Sibradid) – <i>A documentação e informação desportiva na América Latina.</i> Maria Lúcia Maciel (UnB) – <i>A formação dos cientistas do esporte no continente latino-americano.</i> Paulo Sérgio Gomes (USP) – <i>Caminhos para uma cooperação latino-americana.</i>	Tema: Violência no esporte. Coord.: Sandra Cavasini (OSEC/ESEFE). Juca Kfoury (Revista Placar) – <i>Aspectos políticos-sociais e econômicos da violência.</i> Eduardo De Rose (UFGRS) – <i>Dopping no esporte, violência contra a saúde futura do atleta.</i> Lamartine Pereira da Costa (UGF) – <i>A moral do esporte e a comercialização abusiva.</i>
		Tema: Aspectos motor e lúdicos da cultura brasileira. Coord.: Júlio César Tavares (UFF). Jürgen Dieckert (Alemanhã) – <i>Cultura motora e lúdica na tribo indígena Canela.</i> <i>Depoimento de um representante indígena da tribo Canela.</i> Alexandre Moraes Melo (UFRJ) – <i>Jogos populares brasileiros.</i> Renato Vieira (UnB) – <i>Capoeira: tradição e modernidade na cultura brasileira.</i> Antônio Batista Pinto (Mestre Zulu) – <i>Depoimento de um representante da Capoeira.</i>

No VI CONBRACE além do acento nas questões políticas é perceptível uma preocupação com a produção do conhecimento. As conferências sobre a produção do conhecimento, sobre Ciências do Esporte e sobre a Ciência e Tecnologia do esporte na área biológica são exemplares. Esta última possuía cadeira cativa no Colégio, mas não na perspectiva do balanço acerca da produção do conhecimento. As questões culturais, do lazer, da documentação, informação e informatização passam a ampliar o espaço no Colégio. É possível perceber nos dois congressos notados que há um predomínio da produção lastreada nas Ciências Sociais e Humanidades, no entanto, os espaços para participação dos estudos e pesquisas de matrizes epistemológicas lastreadas nas Ciências Naturais não foram fechados. Decorrente das posições da DN – não descoladas do contexto sócio-histórico – evidentemente o que se produz em laboratórios de fisiologia do exercício acerca do esporte e da “atividade física” passou a se tornar incompatível. Porém, o Colégio nas duas gestões manteve espaços reduzidos com temáticas afins ao que predominava no passado.

No VII CONBRACE teremos uma amostra da busca de conciliação entre política e ciência ou produção do conhecimento e intervenção, uma vez que a segunda gestão de Celi Taffarel acabou sendo vista como político-partidária o que conduziu uma preocupação e uma busca de resposta na qualificação teórica – como foi mostrado no editorial da RBCE vol. 10 n. 2 de janeiro de 1989 – e na conseqüente intervenção política.

Como vimos no VI CONBRACE existiu uma preocupação com a produção do conhecimento, ou melhor, em saber em qual estado estava essa produção. No entanto, era inicial. Dois anos após, em 1991, no VII CONBRACE a questão da produção do conhecimento será central. Vejamos o quadro três do VII CONBRACE.

No VII Congresso a centralidade foi a produção do conhecimento como é perceptível. É notório que havia uma necessidade em realizar um balanço da área, como também, dar espaço a temas que seguiam às margens, no caso o lazer e a discussão sobre “deficiência/pessoas portadoras de necessidades especiais”. A tendência iniciada na gestão de Celi Taffarel⁶¹, que a nosso ver se deu por uma necessidade de fortalecimento crítico da

⁶¹ Soares (2003, p. 141-142) ao mencionar os ocorridos no VI CONBRACE assevera a importância do início de um debate sobre a política científica e a produção do conhecimento. “Inúmeras indagações, disputas, revezes e futuras conquistas do CBCE foram iniciadas ali e foram aqueles embates acadêmicos e políticos, de *rumos de política científica* para o CBCE, que deram o impulso para que se desse início ao debate do próprio *conhecimento* que se

tendência política encaminhada pelo Colégio, permanecerá nas gestões de Valter Bracht e Elenor Kunz. Todavia, o acento recairá em questões de ciência e epistemologia.

QUADRO 3 – VII CONBRACE 1991 – PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DO CONHECIMENTO NA EF, ESPORTE E LAZER NO BRASIL: Análise crítica e perspectivas		
Conferência	Simpósio	Mesa redonda
Abertura: Produção e veiculação do conhecimento no âmbito da universidade brasileira: análise crítica e perspectivas. Conferencista: Dr. Warwick Steban Kerr (UFU). Debatedor: Dr. Paulo Guiraldelli Jr. (UFU). Coord.: Dr. Valter Bracht.	Produção e veiculação do conhecimento acerca da EF, Esporte e Lazer nos cursos de mestrado em EF no Brasil. Expositores: Dr. Vinicius R. F. da Silva (UFRJ). Dr. Aloísio Otávio V. Ávila (UFSM). Ms. Helder Guerra Rezende (UGF). Coord.: Ms. Nilda Teves (UERJ).	A escolarização e a EF. Expositores: Elizabeth Varjal (SEPE). Ms. Mauro Betti (UNESP-RIO CLARO). Dr. Wagner Wei Moreira (UNICAMP). Coord.: Ms. Geni Araújo (UFU).
Produção e veiculação do conhecimento na EF brasileira: dos cursos de graduação à escola de primeiro e segundo graus. Conferencista: Dr. Alfredo G. de Faria Jr. (UERJ). Debatedor: Michele Ortega Escobar (UFPE). Coord.: Ms. Ricardo Petersen.	EF, Esporte e Lazer nos projetos históricos dos partidos políticos. Representantes do: PFL, PCdoB, PT, PMDB e PDT. Coord.: Ms. Florismar O. Thomaz (UFPEl).	EF, Esporte e Lazer e o processo de formação profissional. Expositores: Leila Mirtes S. Magalhães Pinto (UFMG). Dr. Haimo H. Ferstenseifer (UFSM). Ms. Celi Nelza Z. Taffarel (UFPE). Coord.: Ms. Eustáquia S. de Souza (UFMG).
Produção e veiculação do conhecimento acerca do Esporte no Brasil. Conferencista: Dr. Valter Bracht (UEM). Debatedor: Ms. João Paulo S. Medina (Sociedade Esportiva Palmeiras). Coord.: Dr. Aguinaldo Gonçalves (UNICAMP).	Produção e veiculação do conhecimento na perspectiva do Lazer no Brasil. Expositores: Ms. Heloísa Bruhns (UNICAMP). Ms. Antônio Carlos Prado (USP). Dr. Luiz Lorenzetto (UNESP-RIO CLARO). Coord.: Elizabeth Lopes Ribeiro (UFU).	Produção e veiculação do conhecimento acerca do Esporte no Brasil nas perspectivas histórica, fisiológica e biomecânica. Expositores: Dr. Aloísio Ávila (UFSM). Dr. Emerson Silami Garcia (UFMG). Ms. Lino Castellani Filho (UNICAMP). Coord.: Ms. J. Alberto Aguillar Cortez (USP).
Produção e veiculação do conhecimento acerca do Lazer no Brasil. Conferencista: Dr. Lamartine P. da Costa (UFRJ). Debatedor: Ms. Roque L. Moro (UFSM). Coord.: Marina Borges Forti	EF, Esporte e Lazer na perspectiva da pessoa deficiente. Expositores: Ac. Geraldo Feitosa (Ass. de Cegos de PE). Ms. Pedro Américo (UFMG). Ms. Sidney Rosadas (UGF). Coord.: Alberto Martins Costa (UFU).	A imprensa no processo de veiculação do conhecimento acerca da EF, Esporte e Lazer no Brasil. Representante: Revista Boa Forma. TV Bandeirantes. Folha de SP. Revista Nova Escola. Ms. Gabriel Palafox (UFPB).

produzia no âmbito da EF/CE no Brasil, do CBCE como instituição científica e de seu lugar neste debate. Isto permitiu a emergência, já respaldada por pesquisas que refletiam sobre a produção do conhecimento em EF/CE a partir de seus programas de pós-graduação, do tema oficial do CONBRACE de 1991, (o VII), realizado em Uberlândia, cujo tema foi ‘Produção e veiculação do conhecimento na Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil: análise e perspectivas’”. Grifos da autora.

(UFU).		
	Produção e veiculação do conhecimento na EF, Esporte e Lazer no Brasil: momento de síntese. Expositores: Dr. Vitor Marinho de Oliveira (UGF). Dr. Paulo Guiraldelli (UFU). Ms. Rossana Valéria Souza e Silva (UFU). Coord.: Dr. Apolônio A. do Carmo (UFU).	

Enfim, se é possível asseverar que houve, eu não diria restrição, mas sim particularização do Colégio pela via da Educação Física, esta se deu por uma perspectiva progressista. O editorial da RBCE vol. 13 n. 1, que traz em seu conteúdo os anais do VII CONBACE, é exemplar no que chamamos de particularização progressista.

O avanço qualitativo de uma determinada área do conhecimento, pode ser decisivamente influenciada pela avaliação crítica e sistemática da produção e veiculação desse conhecimento, mesmo porque, é exatamente a partir de tal avaliação que a identificação e conseqüente superação de possíveis lacunas e distorções se apresentam como mais prováveis, assim como, o perspectivar e o direcionamento consciente desta produção, far-se-á a partir de bases mais sólidas. (...) Analisar criticamente a produção e veiculação do conhecimento e perspectivar seus desdobramentos futuros, exige um esforço no sentido de explicitar as condições da possibilidade de produção e veiculação do conhecimento científico em nosso País, o que implica levar em consideração as condições históricas concretas dos Homens, que no conjunto das relações sociais produzem tal conhecimento. (...) A diretoria do CBCE, que ora encerra a sua gestão (1989-91), estabeleceu como projeto a concretização de uma política de ação que engajasse a produção do conhecimento de forma consciente no processo de construção de uma sociedade democrática (ciência engajada=compromisso). A avaliação dos resultados das ações empreendidas neste lapso de tempo, obviamente não pode se dar neste espaço. Fica no entanto a certeza de que tudo foi feito para que não fosse o CBCE um mero espectador da História. O CBCE não aliou-se àqueles que resignam e sucumbem à covardia do “deixar acontecer”. Assim, é para o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, (...) motivo de muito orgulho, poder submeter com os Anais do VII Congresso Brasileiro de Ciências (sic!), uma parte da produção científica de seu colegiado à apreciação e crítica (...). Produção esta, que pelo número recorde de comunicações orais (temas livres), comunicações coordenadas e painéis inscritos, parece querer desmentir as dificuldades de se fazer ciência em nosso país ou, então, sinalizar a vigorosidade e o espírito de luta dos Homens que fazem as Ciências do Esporte (EDITORIAL, 1991, p. ?)

Assim, se a gestão de Laércio E. Pereira se manteve entre o velho e o novo, mas que possibilitou um salto qualitativo em relação ao passado, principalmente, nos aspectos organizativos com a reforma estatutária de 1987, as gestões de Celi Taffarel traduziu o movimento de construção de uma hegemonia por dentro do CBCE, iniciada na gestão de Laércio E. Pereira, em possibilidade concreta culminando em sua efetivação em 1989. São gestões de um tempo em que o vetor crítico, progressista e revolucionário da Educação Física identificava-se na unidade em meio à diversidade marcada muito mais por convicções políticas do que por apostas teórico-metodológicas. A prossecução da vida da entidade teve um rompimento com as convicções políticas marcadas pela redemocratização e pelo socialismo e passou à defesa de um pluralismo em termos políticos e teórico-metodológicos na esteira dos acontecimentos pós-colapso da União Soviética e Berlim Oriental. Estes aspectos marcam a nosso ver a distinção das gestões de Celi Taffarel para as gestões de Valter Bracht, somado ao fato de que a entidade se manterá numa perspectiva progressista arrefecendo gradativamente, conforme os rumos seguidos pelos debates e pela produção intelectual progressista, a “intenção de ruptura” com a sociedade tardo-burguesa fundada no capital.

Desse modo, os anos noventa do Colégio foi o de discutir não somente o suposto estatuto científico da Educação Física. Esteve em pauta a própria legitimidade social desta, o que fez com que certas discussões se restringissem à Educação Física escolar, levando alguns a afirmação da restrição do Colégio à Educação Física⁶².

Posto isto, veremos no *bloco quatro* um salto qualitativo dado pelo Colégio, tanto do ponto de vista organizativo e administrativo, como do ponto de vista científico, possibilitado pela estabilização do movimento de politização da entidade, que levou no nosso entender a busca de um salto no patamar teórico.

⁶² Não só Laércio E. Pereira e Victor Matsudo, mas também, Aguinaldo Gonçalves o fez na gestão de Valter Bracht. Ver a Carta ao Editor na RBCE vol. 16 n. 2 de janeiro de 1995.

4 BLOCO QUATRO – A INFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA: a complexa relação entre política e ciência ou intervenção e conhecimento.

Não sempre dissemos que a educação é política?! Se isto é verdade, porque a preocupação com os debates relacionados à intervenção pedagógica (e epistemológicos) significaria não dar ênfase à participação e protagonismo político do CBCE?

Valter Bracht

As ações políticas são muito diferentes de ações científicas e pedagógicas, mas as ações científicas e pedagógicas trazem em si o potencial político. Simplificando: uma idéia política para a construção de um mundo melhor, mais justo, igualitário e tudo mais que já conhecemos da ideologia socialista, pode ter um potencial revolucionário muito maior através de conhecimentos científicos e pedagógicos por meio de ações políticas indiretas do que por ações políticas diretas (discurso) de pequena abrangência populacional.

Elenor Kunz

O *bloco quatro* compreende as gestões de Valter Bracht e Elenor Kunz. Estas gestões são peculiares em dois aspectos. O primeiro, diz respeito à inflexão epistemológica, isto é, a busca de determinar as características do conhecimento teórico e científico que é peculiar da Educação Física, e concomitantemente, apontar para determinada compreensão de Educação Física/Ciências do Esporte, dentro de um matizado espectro teórico-metodológico que mantinha um norte político, qual seja, a manutenção da perspectiva crítica e progressista.

O segundo aspecto se relaciona ao primeiro, visto que é uma necessidade de efetividade. Este aspecto se centra na política, mas agora dissolvida na preocupação com uma intervenção crítica e de qualidade, para que todo o salto qualitativo dado pela área acadêmica fosse vertido devidamente em propostas metodológicas, que num primeiro momento, principalmente na gestão de Bracht, se voltará para a Educação Física escolar, mas que depois se ampliará para as demais dimensões da intervenção em EF/CE.

É importante notar que dos dois aspectos supracitados são decorrentes três aspectos específicos. Primeiro: a inflexão epistemológica nos parece uma resposta a área acadêmica da Educação Física que realizava todo um debate acerca do seu estatuto

epistemológico. Também é uma resposta a idéia de que o Colégio estava tomado pela ideologia (socialismo) e pela partidarização. Ou seja, a inflexão epistemológica ocorreu para por em circulação pontos de vistas teórico-metodológicos distintos, para que o CBCE eliminasse o “ranço” ideológico gerado na última gestão de Celi Taffarel. O lema “divergência científica com vigilância democrática” é ilustrativo neste sentido.

Interessante é que esse processo se inicia na gestão de Celi Taffarel, a qual até hoje é tida como político-ideológica. No início o referencial existente era o da Ciência da Motricidade Humana, isto é notório no espaço dos editoriais concedido a Manuel Sérgio. Posteriormente, agora já na segunda gestão de Taffarel, conforme a necessidade de qualificação teórica com vistas à intervenção é possível perceber na RBCE, nos editoriais precisamente, de um lado, a preocupação com a necessidade da ampliação epistemológica e de sua análise crítica sem perder de vista o cerne progressista, doutro, uma crítica ao passado da Revista, da entidade e da EF/CE como um todo.

O segundo aspecto que é consequência da preocupação com a intervenção, é a ênfase na construção de uma Educação Física que vá até as instâncias comuns da prática pedagógica e profissional. Veremos que em alguns momentos o acento da RBCE e do CONBRACE, não se dará tão somente em relação à Educação Física enquanto área acadêmica, e sim, numa especificidade desta, qual seja, a sua dimensão pedagógica e profissional. Pelo que pudemos compreender, este foi o braço político do *bloco quatro*. Nas duas gestões de Valter Bracht temos uma preocupação, que pode ser facilmente percebida na RBCE, que é a intervenção pedagógica. Nas duas gestões de Elenor Kunz se manterá a preocupação com a intervenção, mas agora, de uma forma um pouco mais matizada e menos marcante. Tem-se uma série de mudanças no Colégio – da informatização à internet – que incidiram impacto na entidade.

O terceiro aspecto *last but not least* diz respeito a maior dessas mudanças, isto é, à estrutura do CBCE e do CONBRACE a partir da criação dos Grupos de Trabalho Temático (GTT). Tivemos no *bloco dois* a reforma do estatuto que introduziu, entre outras novidades, as Secretarias Estaduais com uma concepção de representação invertida da que se praticava até aquele momento. No *bloco quatro*, especificamente, a partir de 1997, teremos uma organização do CONBRACE a partir de GTTs. Essa mudança estrutural se dava também na RBCE que vinha sendo publicada com temáticas centrais desde 1992 – em alguns momentos com intervalos entre os números e com temáticas sendo tratadas com apenas dois textos, mas a idéia de manter uma

temática era perseguida⁶³. Todavia, conforme o CONBRACE se estrutura em temáticas, a revista ganha densidade e qualidade nas suas publicações por temáticas, sem mencionar a conquista da periodicidade quase ininterrupta. Entendemos que a opção pela temática foi decorrente dos avanços no entendimento sobre qual tipo de conhecimento se produzia na EF/CE. Na medida em que se percebe que a divisão em disciplinas, subdisciplinas, departamentos, etc., não dava conta de encaixar a produção – a relação é inversa –, optou-se pela temática o que possibilita a interdisciplinaridade no entendimento da grande maioria dos pesquisadores e intelectuais. Estas questões estavam postas no contexto daqueles anos, o que veremos brevemente no subcapítulo que segue.

4.1 – Breves notas sobre o contexto histórico-social dos anos noventa

É importante considerar, mesmo que em breves notas, que o CBCE e a Educação Física nos anos noventa (e início dos anos dois mil) continuaram a sua formação em meio à “crise do socialismo”, a ofensiva neoliberal e do advento das teorias pós-modernas.

No livro de José Paulo Netto (2007), intitulado “Crise do socialismo e ofensiva neoliberal”, nos é chamada a atenção para algumas questões que se imbricam mutuamente, e em determinado tempo histórico, coetaneamente. Uma delas diz respeito à “crise do socialismo”. Esta é intencionalmente entendida e generalizada pelos ideólogos do capital como uma crise do socialismo, e não da experiência ocorrida historicamente – por isso Netto (2007) aspea o termo. Daí decorre outra generalização, qual seja, o fim da força analítica e política da teoria social de Marx, pois suas idéias em torno do projeto socialista, que não ocorreu na exURSS, são tidas como correspondentes ao “socialismo real”. Se este se desfez no ar, a capacidade analítico-política da obra de Marx, e o seu projeto de transição socialista perderiam a validade. Assevera Netto (2007) sobre a natureza e o alcance da “crise socialista” e o seu impacto e/ou infirmação do socialismo e da obra de Marx.

⁶³ A RBCE editada com uma temática central iniciou-se na gestão de Celi Taffarel em 1992, com o tema “lazer”, e foi até 2008, com o v. 30 n. 1 “Estatuto de defesa do consumidor e o espetáculo esportivo”, na gestão de Fernando Mascarenhas. Não obstante, um ou outro número teve um artigo ou um tema central, mas que não apresentou uma perspectiva temática. Por exemplo: a v. 9 n. 3 tinha na capa a pergunta “o que é deficiência?”. A v. 10 n. 1 foi dedicada aos “10 anos do CBCE” e a “Educação Física face à Nova LDB”.

...a crise global do “campo socialista” é a crise terminal de *um tipo* de organização econômico-social e política pós-revolucionário – aquele em que coube ao novo Estado promover a instauração e a consolidação dos suportes urbano-industriais que, na projeção original de Marx, eram os *pressupostos* da revolução proletária. O que entrou em crise é *uma forma determinada de transição socialista* – aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade, no marco da qual o seu desempenho econômico-social centra-se na realização de tarefas que historicamente configuraram, uma vez cumpridas, as *condições* para a supressão da ordem burguesa (...). O processo revolucionário de se originou o “campo socialista”, tomado em si mesmo, estava completamente deslocado das projeções teóricas de Marx – como, aliás, Gramsci o percebeu claramente, ao caracterizar a empreitada bolchevique como “a revolução contra *O Capital* (p. 19-20).

Decorrente da confusão (intencional) entre as projeções de Marx e o “socialismo real” é o entendimento de que existia um “marxismo”, que seria o oficial, isto é, o “marxismo-leninismo” que ganhou vulto na era de Stálin, e foi afirmado por seus intelectuais enquanto tal, o que serviu de arma contra os socialistas no processo de dissolução dos países socialistas. Não obstante, assevera Netto (2007, p. 26) que o que há é uma tradição marxista que parte da obra de Marx, e é “...composta por desenvolvimentos, desdobramentos, acréscimos, reduções, revisões, interpretações, etc.” sendo anterior ao advento da autocracia stalinista. Assim, não se pode aceitar o “marxismo-leninismo”, nem como o único marxismo, como também, como o marxismo monopolizador. Tal complacência negaria todo o desenvolvimento dos marxismos – uns mais fiéis ao método marxiano⁶⁴, outros menos – desde os anos vinte do século passado, como também, acaba por consignar a morte de Marx. Doravante, com a infirmação da viabilidade de construção do socialismo, o caminho à afirmação do “fim da história”, isto é, do metabolismo social do capital como sendo o único possível, e que a sua realização pelo “livre mercado” seria a única factível, estaria aberto.

Em consequência, toda uma teoria neoliberal capitaneada por Hayek que vinha desde os anos quarenta do século XX, ganhando força ideológica e material, tem com o fim do “socialismo real” a sua possibilidade de efetivação sem contestação imediata e com um alto grau de aceitação em todos os quadrantes do mundo, como o caminho para a “liberdade” (Cf.

⁶⁴ Escreveu Lukács (1974, p. 15) em *História e consciência de classe*, obra dos anos vinte do século XX: “o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem exegese de um livro ‘sagrado’. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método*”. Os grifos são do original.

ANDERSON, 1995). É importante considerar que o neoliberalismo encontra o solo fértil para a sua germinação, não nas crises dos países dito “socialistas” (Cf. NETTO, 2007), mas, na falência do Welfare State (Estado de Bem-Estar social). A crítica, *grosso modo*, é que o Estado estava onerado devido a sua “bondade” excessiva com os trabalhadores, e que o remédio era o corte de gastos sociais – leia-se direitos historicamente conquistados. Desse modo, o que acontece com a ofensiva neoliberal é o fim da intervenção do tipo Welfare State, e não o fim da intervenção do Estado. “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (Anderson, 1995, p. 11).

Na América Latina o Chile de Pinochet foi o iniciador do ciclo neoliberal, servindo até mesmo para a Inglaterra de Thatcher e para os Estados Unidos de Reagan, como laboratório. A ditadura neoliberal chilena foi responsável pela “... desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (Anderson, 1995, p. 19). Ao contrário do nosso vizinho precoce, o Brasil se iniciou no neoliberalismo através da aventura bonapartista de Collor, e foi corroborado no mandato de FHC mediante uma nova racionalidade que visava derrotar o movimento sindical para abrir as vias econômico-políticas, empreitada esta que gerou causalidade no governo Lula (Antunes, 2004, p. 1-3).

Coetâneo às crises do “socialismo” e do “Welfare State” e tendo como vetores os segmentos, econômico, político, ideológico e cultural, tivemos a ascensão de uma crítica a modernidade que impactaria na Educação Física e no Colégio – este muito mais enquanto espaço de debates e divulgação, e não, na sua condução político-científica.

Em texto preparado para o GTT de epistemologia, Bracht (1999) aborda o que ele nomeia de posições na Educação Física brasileira e no CBCE destes anos. São três: a primeira que o autor não denomina, mas sugere certo “marxismo vulgar” e sectário⁶⁵; a segunda posição denominada de pós-moderna; e a terceira posição é baseada na teoria da ação comunicativa de J. Habermas. Em síntese:

⁶⁵ Bracht (1999, p. 132-134) não menciona sequer um trecho de qualquer obra dessa posição. Por dedução entendemos que o autor sugere que essa posição é uma apropriação vulgar do marxismo. No entanto, só é possível a dedução, pois o autor deixa no ar.

...a) uma posição é a de que essa comunidade deve-se orientar na idéia de que há uma verdade cujo acesso está franqueado aos que fazem a opção política a favor de determinada classe social; b) outra posição entende poder prescindir de uma idéia fundamentadora, que confira unidade e oriente a comunidade; a base é contingente e o mais importante é conviver com a diferença e a indecidibilidade sobre a verdade; e c) uma posição que vai se orientar pela idéia colocada no horizonte de que deve valer o melhor argumento, que só pode ser identificado, só terá validade, se construído por uma comunidade ilimitada de comunicação (BRACHT, 1999, p. 140-141).

Ateremo-nos somente na posição pós-moderna porque colide com o projeto da modernidade, e ganhou um fôlego maior mediante as “crises” como indicamos acima.

A segunda posição advém da negação de qualquer fundamento e da afirmação do relativismo e do pluralismo metodológico, o que Bracht chamou de posição pós-moderna emergente no âmbito do CBCE nos anos noventa. Ela foi alicerçada pelo autor em dois pontos, a saber, de um lado, o antifundacionalismo e o desconstrucionismo e, doutro, o relativismo. Em relação aos primeiros assevera Bracht (1999, p. 135):

O antifundacionalismo e o desconstrucionismo entendem que a pretensão da razão científica moderna é desmesurada e expressa a aspiração à totalidade que leva intrinsecamente a totalitarismos que massacram o particular e a diferença, que pecam contra o pluralismo necessário para que exista respeito a posições minoritárias e não-hegemônicas. Vários são os movimentos intelectuais que dão sustentação à posição antifundacionalista, entre eles situamos os desenvolvimentos da linguística e filosofia da linguagem (virada lingüística) e as discussões no plano da filosofia da ciência nas suas tentativas, frustradas, de encontrar um fundamento último (não—metafísico) para a própria razão científica.

O antifundacionalismo leva ao relativismo, uma vez que a prática social passa a ser contingente se pautando em si mesma. Bracht (1999) faz uma análise de um dos pensadores que ele julga ser um dos poucos antifundacionalista preocupado com as implicações políticas de sua posição. O nosso autor mostra como Rorty defende um liberalismo pouco conseqüente, ao passo que, se quer as possibilidades de intervenção são pensadas para além dos jogos de linguagem. Ou seja, a definição do que é irracional e o que é racional está preso a um jogo de persuasão que torna possível somente a distinção entre razão e causa de uma crença. Uma sociedade democrática e liberal tem apenas que assegurar a possibilidade desse encontro argumentativo.

Poder-se-ia perguntar a Rorty se este não seria um fundamento, o que valeria para idéia de validação do vencedor no embate dos jogos de linguagem. De todo modo, prossegue Bracht (1999) por meio de Apel (1988), em que este considera que argumentar acerca de uma posição relativista não seria reivindicar validade para a sua posição em detrimento das outras, ao passo que não se argumenta sem pretender validade. Em síntese,

...a posição acima discutida tem-se apresentado como uma denúncia do caráter conservador e de suas vinculações com o poder de princípios e idéias como as de universalidade, unidade e totalidade, contrapondo a essas as de diversidade, diferença, particularidade e contigência; uma postura que nega qualquer possibilidade de hierarquizar o conhecimento em mais ou menos verdadeiro (portanto, rejeita a idéia de ideologia), propugnando um pluralismo radical, com base no relativismo, e que de forma conseqüente declara como inimiga a idéia de unidade/totalidade, erigindo como princípio a diferença (p. 138).

Hungaro (2010) em recentíssimo texto que compõe a 25ª edição de “Educação Física cuida do corpo... e ‘mente’” de João Paulo S. Medina, a partir de uma perspectiva distinta da de Bracht, isto é, atentando-se às críticas pós-modernas ao projeto da modernidade de viés revolucionário, nos adverte:

Questões caras ao projeto da modernidade de viés revolucionário são criticadas e as implicações dessa crítica conduzem a conseqüências extremamente complicadas àqueles que se alinham a um projeto de emancipação humana (que exige a superação da ordem burguesa). A primeira delas diz respeito à “*entificação da razão*”. A razão humana toma o lugar do capitalismo na compreensão dos limites da sociabilidade humana contemporânea. Em outras palavras, para os pós-modernos, o problema não está no capitalismo, mas na racionalidade moderna. Dessa forma, seria possível a emancipação humana abandonando a maneira moderna de pensar, sem superar o capitalismo⁶⁶! Articulada com a primeira destaca-se uma segunda: já que o mundo – a realidade – não poderá ser racionalmente apreendido – como totalidade – também não poderá ser radicalmente (em suas raízes) transformado. As aspas e o itálico são do original.

⁶⁶Reproduzirei na íntegra a nota de rodapé em que Hungaro (2010, p. 150) cita Evangelista (2001). “(...) a modernidade aparece desvinculada da emergência e afirmação do sistema capitalista e, logo, as mazelas do capitalismo são obliteradas e suas manifestações ideológico-culturais são atribuídas vagamente à modernidade. Os problemas e as contradições da moderna sociedade burguesa são atribuídos à modernidade e tratados como se não tivessem nenhuma relação com a sua lógica capitalista. Assim, pode-se perfeitamente propor a ‘superação’ da modernidade sem quaisquer rupturas com a ordem social burguesa e abre-se o caminho para a veiculação de um pensamento ‘transgressor’ que não questiona seriamente a vigência *globalizada* da lógica do capital, mas, ao contrário, parece-lhe altamente funcional.” Os grifos são do original.

O autor considera que a Educação Física dos anos oitenta iniciou um processo de “intenção de ruptura”⁶⁷ acerca da Educação Física conservadora e legitimadora dos interesses do capital. Todavia, ao esboçar a emergência da pós-modernidade no contexto das “crises” – do “socialismo real”, do Welfare State, e da Educação Física – Hungaro (2010) diz que a prossecução da “intenção de ruptura” não foi possível por conta da submersão da área numa conjuntura extremamente desfavorável para a afirmação da necessidade de emancipação humana, ou de um modo mais específico, para a afirmação de uma Educação Física revolucionária, como reivindicara Medina (2010). Nas palavras do autor:

(...) as circunstâncias dos anos 80 haviam sido favoráveis ao processo de interlocução com a produção teórica de viés crítico – leia-se com a “teoria social de Marx” – e os anos 90 fizeram com que esta interlocução fosse interrompida e/ou enviesada pela chamada “crise dos paradigmas”. Dessa forma, o “projeto de intenção de ruptura” da Educação Física é precocemente suspenso. A defesa de uma Educação Física comprometida e revolucionária deixa de encontrar sustentação, pois o próprio projeto revolucionário é posto em dúvida, uma vez que se assentava na certeza de que a realidade poderia ser compreendida em sua totalidade e radicalmente transformada numa intervenção coletiva e consciente (HUNGARO, 2010, p. 151). As aspas são do original.

Enfim, a Educação Física e o CBCE nos anos noventa estiveram submersos nesta conjuntura histórica, e este último seguiu por um caminho caro às convicções de seus dois presidentes. Havíamos dito que a pós-modernidade impactou o CBCE, mais no plano dos debates e menos no plano da sua condução político-científica. Entendemos que o que conduziu o CBCE, foi a denominada por nós – a partir da seqüência que Bracht as expõe em seu texto – de terceira posição. Esta posição foi pautada na teoria da ação comunicativa elaborada por Jürgen Habermas. Bracht (1999, p. 138) cita indiretamente Demo (1998) para propor uma síntese.

Algumas idéias centrais aqui são: (a) faz sentido e é necessário diferenciar racionalismo de irracionalismo; (b) a verdade (científica) não deve ser entendida

⁶⁷ Hungaro (2010, p. 135) em nota de rodapé explica porque utiliza esta denominação. “A alusão, aqui, é à denominação atribuída, por José Paulo Netto, ao processo teórico-político instaurado pelo Serviço Social na luta contra sua funcionalidade original ao capital: nas suas origens, o Serviço Social se fundamentava na filantropia, protagonizada pela ação católica, que consistia (consiste) numa ação paliativa de combate à pobreza ao mesmo tempo em que despolitizava a luta pela superação das relações sociais que a geravam. A produção acadêmica do Serviço Social, desde o final da década de 1960, vem criticando este caráter filantrópico – extremamente funcional ao capital, pois naturaliza a pobreza e a ‘combate’, tão-somente, em seus efeitos, com ações baseadas na solidariedade – e propondo que o Serviço Social esteja alinhado com a superação da ordem burguesa. O rompimento com os interesses do capital e o engajamento na superação da ordem burguesa constituem a essência do processo de ‘intenção de ruptura’”. Os grifos são do original.

como correspondência entre conceito e fenômeno, mas sim como a validade de uma tese proveniente de um consenso obtido num diálogo discursivo isento de coerção (verdade é uma pretensão de validade); (c) a discutibilidade radical das asserções sobre o real como princípio básico; (d) não há como prescindir de um fundamento universal (na ciência/na razão e na política); e (e) a conjugação da qualidade formal e política do conhecimento, trazendo para a cena da cientificidade, além do compromisso lógico sistemático, a democracia dos consensos possíveis e bem discutidos.

E por fim, afirma Bracht (1999, p. 139):

Os defensores dessa posição não abdicam da idéia de uma unidade possível ou de um consenso possível, que está, porém, submetido ao princípio do permanente questionamento e autoquestionamento. A idéia aqui é de que os acordos em torno das regras que regem o campo devem ser resultado de um processo comunicativo que busca os melhores argumentos, mas que os entende como necessariamente provisórios (comunidade ilimitada de comunicação).

Todos estes aspectos, em torno da condução político-científica, veremos presentes no decorrer dos anos noventa no Colégio. A ênfase na epistemologia e na definição de um “objeto” ou “característica” da área e a tentativa de iniciar um debate (melhor seria um diálogo) acerca da “interdisciplinaridade” são exemplos possíveis. Por outro lado, a tentativa de focar na intervenção, notadamente a pedagógica, muito perceptível na RBCE, demonstra a distancia entre a “comunidade ilimitada de comunicação”, como também, com a “intenção de ruptura”.

4.2 – A inflexão epistemológica

Como notamos no *bloco três*, a segunda gestão de Celi Taffarel iniciou um processo de balanço da produção do conhecimento, que no nosso entendimento ocorreu como corolário, de um lado, da necessidade de qualificação científica, tendo em vista as exigências do mundo acadêmico emergente, e doutro de uma intervenção política qualificada. Na vigência de Valter Bracht veremos que esse balanço será levado a cabo devido ao debate que ocorria na Educação Física sobre a identidade e o estatuto científico da área, bem como, numa ótica

macroscópica, sob a égide da influência das transformações societárias as quais aludimos brevemente acima.

Como nota Souza e Silva (2005), ao CBCE nos anos noventa encaminhar através de suas instituições um balanço crítico da “ciência que fazemos” demonstrava que almejava a comunidade debatendo. Evidentemente, que todo esse debate tinha a sua dimensão política, qual seja, a da intervenção pedagógica e profissional, que caracterizará o Colégio no curso dos anos noventa.

A afirmação do que era ou não a Educação Física advinha da sua entrada em crise nos anos oitenta. Todavia, a entrada em crise referia-se muito mais a redução do homem à sua dimensão orgânica, a separação do intelectual/teoria em relação ao manual/prática e a função conservadora que a Educação Física cumpria (Cf. MEDINA, 1986), do que as questões da identidade⁶⁸ no seu sentido epistemológico. Esta última será posta em foco à medida que a reflexão teórica possibilitou. Bracht (1999)⁶⁹ nos dá um indicativo deste aspecto quando nota que há dois momentos dos estudos sobre a produção do conhecimento na área. Segundo o autor,

Num primeiro grupo pode ser alocada uma série de trabalhos produzidos na década de 80, como os de Matsudo (1983), Canfield (1988), Tubino (1984) e Faria Jr. (1987). Nesses estudos encontramos basicamente uma descrição e/ou identificação de “subáreas” onde mais se concentrava a pesquisa, como também suas tendências de crescimento. Ou seja, os estudos consistiam em dividir a “área” em “subáreas” e verificar o percentual de pesquisas realizadas (apresentadas/publicadas) em cada uma dessas. A pergunta “Que ciência é essa?”, era na verdade traduzida nas perguntas “Em quais subáreas mais se pesquisa?” Qual é a tendência em termos de crescimento da pesquisa nas diferentes subáreas?” (...) A discussão propriamente epistemológica estava na verdade ausente, mas o crescimento da influência das ciências sociais e humanas vai fazer aflorar esse debate necessário (p. 61-62). Grifos do autor.

É razoável considerar que toda a empresa realizada no *bloco quatro* em torno das questões científicas, epistemológicas e teórico-metodológicas que envolviam a produção do conhecimento em Educação Física, só se tornou possível pela realização de estudos sobre a temática. Não foi uma evolução linear e necessária da inflexão política ocorrida no *bloco três*

⁶⁸ Medina (1986, p. 35) até menciona a necessidade de se procurar a identidade, mas não desenvolve.

⁶⁹ Bracht (1999, p. 57) comete um erro em seu livro ao indicar que o seu texto havia sido publicado na RBCE vol. 13 n. 1. Neste número da revista foi publicado os Anais do VII CONBRACE ocorrido em 1991, no qual inexistia o texto do professor. Ele aparece na RBCE vol. 14 n. 3 de maio de 1993, número que publicou algumas intervenções que ocorreriam no VIII CONBRACE.

para a epistemológica. Bracht (1999, p. 62) na continuação do texto acima aponta para o advento dos estudos.

Um segundo momento do conhecimento do conhecimento marca o início da discussão propriamente epistemológica. No início dos anos 90 aparecem os estudos que buscam não mais identificar em quais “subáreas” mais se pesquisa, mas, sim, quais são as “matrizes teóricas”, ou seja, as concepções de ciência, que orientam as pesquisas da área. O estudo central nesse caso é a dissertação de mestrado da professora Rossana Valéria S. e Silva (1990), que analisou as teses (sic!) de mestrado produzidas na década de 80. Faria Jr. (1991), também baseado em Gamboa (1989), amplia seu estudo original (Faria Jr., 1987), incorporando a discussão epistemológica. Mas, recentemente, Gaya (1993) publicou estudo que situa-se também nessa perspectiva de análise. As aspas são do original.

Na medida em que as pesquisas preocupadas com a questão da epistemologia avançam, as discussões sobre a Educação Física e sua função social, seja na escola ou fora dela, passam a comportar remissões a aspectos epistemológicos que desvelam os teórico-metodológicos. A respeito deste último aspecto tivemos as polêmicas criadas pela Revista Movimento entre 1994 e 1996⁷⁰, que marcou o periódico e o segundo lustro dos anos noventa da Educação Física brasileira. Vejamos o que escreveu Marco Paulo Stigger (1994, p. 4) no editorial:

Neste sentido, é nossa intenção que MOVIMENTO possa abranger a pluralidade dos interesses das pessoas que atuam na área, contemplando diversas abordagens acerca do movimento humano, e consiga, sem perder a qualidade e profundidade no tratamento dos assuntos, estabelecer uma comunicação efetiva com um público diversificado. Foi a preocupação em estabelecer realmente a comunicação que nos levou a criar a seção Temas Polêmicos (sic!), onde o espaço para o pensamento divergente será garantido, proporcionando um ambiente aberto à reflexão que contribua para o movimento do conhecimento da área.

⁷⁰ A polêmica foi iniciada com os textos de Adroaldo Gaya intitulado “Mas afinal, o que é Educação Física?” e de Celi N. Z. Taffarel e Michele Escobar intitulado “Mas afinal, o que é Educação Física?: um exemplo do simplismo intelectual”. Ambos os textos foram publicados no vol. 1 n. 1 de 1994. No vol. 2 n. 2 de junho de 1995 foram publicados os seguintes textos: “Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta ‘o que é Educação Física’ de Valter Bracht; “A respeito de comentários” de Silvino Santin; “A volta ao que parece simples” de Paulo Guiraldelli Júnior; e “Mas afinal, o que é Educação Física?: a favor da mediação e contra os radicalismos” de Hugo Lovisolo. No vol. 3 n. 4 de 1996 foram publicados dois textos ainda sobre a polêmica. “Uma questão ainda sem resposta: o que é Educação Física?” de Lamartine P. da Costa; e “O que é Educação Física: uma abordagem curricular” de Gabriel H. M. Palafox. Não apresentarei o conteúdo de cada texto porque não é o nosso objetivo analisar a polêmica. O objetivo com a citação da polêmica é muito de ilustrar o contexto histórico dos debates e da produção de conhecimento que se encontrava a Educação Física e o CBCE. Para um aprofundamento na polêmica da Revista Movimento ver: Malina (2001).

Quem tomou contato com as polêmicas sabe que nem sempre a questão que está posta é estritamente epistemológica, todavia, a pergunta colocada por Adroaldo Gaya, a saber, “Mas afinal, o que é Educação Física?” é decorrente da discussão que predominava na própria área e enfaticamente no CBCE. Também é decorrente a preocupação com a comunicação diversificada, ou dito doutro modo, a “divergência científica”, que em boa parte das vezes não foi científica, seja pela especificidade da área, ou pelo caráter de manifesto de algumas comunicações, intervenções e textos.

Pois bem, é neste sentido que irá caminhar o Colégio nos anos noventa. Porém, esse caminhar não foi sem rumo e orientação. As pistas da orientação que seguia esse caminhar estão nas discussões iniciadas pela busca da legitimidade acadêmica e social da Educação Física, que levou aos debates acerca da identidade epistemológica (estatuto científico) e que algumas vezes procurou responder a pergunta posta acima.

Quando a Educação Física passa a discutir o seu estatuto científico uma das questões que travejavam e que ainda travejam o debate é a questão das disciplinas. Noutras palavras, se discutia se a Educação Física se constituía numa disciplina científica com objeto determinado. Bracht (1999) e Tani (1998), e mais recentemente, Betti (2005) são leitura obrigatória neste sentido. Tani (1998) com sua proposta da Cinesiologia enquanto área de conhecimento e ciência básica, caminha pela acomodação disciplinar da Educação Física no mundo das ciências. Esta estaria mais ligada à prática profissional e pedagógica, seria um dos braços de aplicação da Cinesiologia. Do mesmo modo a Ciência da Motricidade Humana, proposta por Manuel Sérgio como uma “nova ciência”, teria o que chamamos de Educação Física ora como “Pré-Ciência da Motricidade Humana” ora como “ramo pedagógico” chamado de Educação Motora (SÉRGIO, 1996, p. 254 e 259; BRACHT, 1999, p. 37). Num espírito parecido Canfield (1993) defende a Ciência do Movimento Humano como uma área de conhecimento que trata o Movimento Humano, e que daria subsídios científicos para distintas profissões. Nesse entendimento a Educação Física – e à época somente licenciatura – se constituiria numa das profissões que aplicaria o conhecimento advindo dos estudos em Ciência do Movimento Humano.

Embora o Colégio possibilite com amplitude espaços para que as teses supracitadas circulassem e produzissem debates e as suas necessárias retro-alimentações, não será

esta a sua direção. Noutras palavras, o Colégio caminhará numa perspectiva do debate epistemológico visando a interdisciplinaridade, de um lado, e na perspectiva de construção de uma teoria da Educação Física responsável pelo “objeto” pedagógico, de outro lado. Veremos que na gestão de Valter Bracht a RBCE centrou-se neste último aspecto. Todavia, somente na gestão de Elenor Kunz é que o “objeto” pedagógico tematizado na Revista se amplia como veremos nas próprias proposições de Bracht e de Betti.

Bracht (1999) em seus vários textos compreende a Educação Física como uma prática cuja especificidade é a intervenção pedagógica, e para tanto se funda teoricamente nas diversas ciências mães e suas diversas subdisciplinas. Desse modo, Bracht não entende a Educação Física como ciência.

Defendo a idéia de que a EF não é uma ciência. No entanto, está interessada na ciência, ou nas explicações científicas. A EF é uma prática de intervenção e o que a caracteriza é a intenção pedagógica com que trata um conteúdo que é configurado/retirado do universo da cultura corporal de movimento. Ou seja, nós, da EF, interrogamos o movimentar-se humano sob a ótica do pedagógico (1999, p. 32-33).

Se partirmos da citação de Bracht a Educação Física tem como “objeto” não científico a “cultura corporal de movimento”, porém, não em toda a sua dimensão, e sim, especificamente, no que concerne à prática pedagógica. A relação com a ciência se dá no sentido em que,

A EF está interessada nas explicações, compreensões e interpretações sobre as objetivações culturais do movimento humano fornecidas pela ciência, com o objetivo de fundamentar sua prática, e isso porque nós, da EF, estamos confrontados com a necessidade de constantemente tomar decisões sobre como agir (1999, p. 33).

É motivo de indagação a restrição empregada por Bracht. Se as “explicações, compreensões e interpretações” tomadas a partir da produção de conhecimento possibilitam as decisões sobre como agir, porque tal relação não poderia ser ampliada para a generalidade da “cultura corporal de movimento”? Betti (2005) não vê problema de ordem epistemológica generalizar a teoria de Bracht para o âmbito profissional da Educação Física, ou seja, para as dimensões pedagógicas e profissionais. De fato uma leitura de Bracht nesta perspectiva é possível desde que se perca de vista que o objeto da teoria da Educação Física proposta pelo autor tem um

jaz pedagógico. Ou seja, a Educação Física não pode se preocupar com a totalidade da “cultura corporal de movimento” porque no entendimento do autor se tornaria um sinônimo. Bracht (1999, p. 128) ao comentar as críticas realizadas por Betti (Cf. 1996), diz:

O problema que vejo aqui é que, assim definida, a EF não é *quase* sinônimo de cultura corporal de movimento; ela é sinônimo propriamente dito dessa expressão! Uma teoria (geral) da EF é então uma teoria geral da cultura corporal de movimento. Assim formulada, fica muito difícil identificar uma problemática quando centra/organiza tal teorizar na perspectiva do pedagógico. Assim, repetindo, a teoria da EF tem como problemática a participação/contribuição do movimentar-se humano e suas objetivações culturais na/para a educação do homem. A teoria daí decorrente poder orientar/fundamentar os sujeitos da ação naquelas instâncias sociais em que a intenção pedagógica confere o sentido (fosse o *leitmotiv*) dessas ações. Toda vez que um profissional (da EF, do esporte...) pretendesse, em qualquer instância social, tematizar qualquer elemento da cultura corporal de movimento, a partir da intenção pedagógica, ele encontraria fundamentos nessa teoria. Vale dizer, que a instituição educacional possui especificidades que tornam necessárias reflexões para adequar-lhe a teoria. Os itálicos são do original.

Nota-se diante do trecho supracitado que Bracht (1999) tem como princípio partir dos problemas advindos da realidade, que no sentido dado pelo autor, estaria particularmente condicionada pela necessidade de pedagogização. Desse modo, a Educação Física não estaria presa numa estrutura disciplinar *a priori*. E se o típico da Educação Física no modo de ver de Bracht está na intervenção pedagógica, seja na escola ou fora dela, ela terá necessariamente de se inter-relacionar com os conhecimentos produzidos nas diferentes Ciências (Naturais e Sociais) e Humanidades. Noutro caminho estão os que buscam um espaço para a Educação Física no âmbito da lógica disciplinar das Ciências. Estes defendem que a Educação Física se caracterize ou garanta a sua tipicidade enquanto uma ciência aplicada, que tenha as suas raízes e determinações nas disciplinas ou numa “nova” Ciência, constituindo assim, um caminho contrário ao que propõe Bracht.

Nesse sentido, é possível afirmar que Bracht (1999, 2001 e 2003) e Betti (1996 e 2005) se posicionam a favor de uma Teoria da Educação Física⁷¹ que tem nas necessidades

⁷¹ No posicionamento de Bracht sobre o “objeto” da Educação Física como sendo o “pedagógico”, alguns conhecimentos produzidos no âmbito dos programas de Pós-Graduação não se “encaixam”. Por exemplo, a produção teórica acerca das políticas de lazer que em sua maioria são realizadas nos programas de Pós-Graduação em Educação Física. Pode ser que o autor suponha, e isto não está claro, que a formação educacional vai preparar o

advindas da prática pedagógica (Bracht) e da prática profissional (Betti) o seu motor, e Tani (1998), Sérgio (1996) e Canfield (1993) que se posicionam a favor da definição de um “objeto” científico, ora a partir de uma área de conhecimento (Cinesiologia e Ciência do Movimento Humano) ora a partir de uma “nova” ciência (Ciência da Motricidade Humana)⁷². Essas diferenças a princípio não inviabilizam a defesa da interdisciplinaridade. Por isso, tanto no que diz respeito à Educação Física como braço pedagógico de uma Ciência e/ou área de

sujeito para a prática de lazer (Cf. BRACHT, 2001), e que a produção teórica sobre a política de lazer tenha uma inter-relação com o “objeto pedagógico” por conta dessa preparação, que segundo Bracht (2001) deve ser crítica. Desse modo, ao professor/profissional ter que mobilizar conhecimento e realizar pesquisa para intervir pedagogicamente (e aqui no sentido amplo) ele acabe utilizando os conhecimentos produzidos não necessariamente para a intervenção pedagógica, e sendo assim, se justifique no âmbito da Teoria da Educação Física. A partir desse entendimento temos duas possibilidades: 1) poderia se afirmar uma dimensão da Educação Física autônoma em relação ao “objeto pedagógico”, mas não o negando, o que parece não ser a defesa de Bracht; e 2) Negar essa produção como sendo da Educação Física, restringindo-a ao “pedagógico” o que necessitaria de uma re-orientação e re-organização da Pós-Graduação. E neste último sentido, estaríamos diante de uma reforma na Educação Física que implicaria na construção de uma hegemonia. E mais: será que a produção teórica não acabaria numa mão única pragmática e padeceria de um deslocamento as avessas do academicismo, que historicamente ocorre na produção de conhecimento? Resta-nos a dúvida.

⁷² Gamboa (1994) ao apontar a emergência de novos campos epistemológicos e o difícil enquadramento desses na estrutura das Ciências (Naturais e Sociais), compreende a Educação Física nesse contexto, e indica a necessidade de entender o seu estatuto (o da Pedagogia, da Ética, e da Política na mesma linha) como estando relacionado a uma “ciência da prática ou da ação”. Diz o autor: “Na virada que os novos campos epistemológicos da Educação Física estão realizando, o circuito se reverte, o ponto de partida vem sendo os fenômenos da Educação Física, na forma concreta da ação e da prática, do movimento, da motricidade. O circuito passa pelas teorias, as sistematizações, as abstrações, voltando suas contribuições para a explicação e compreensão das ações e práticas, os movimentos próprios dos fenômenos da Educação Física. Nessa linha de raciocínio, a Educação Física, assim como os outros novos campos epistemológicos, cujos objetos de pesquisa são a ação, a prática, a práxis, respeitando suas especificidades, desafiam as atuais classificações das ciências divididas em básicas e aplicadas, naturais, humanas, etc. Desse modo, dimensionam-se como ciências diferenciadas fora dessas categorias já que é difícil se inaugurarem como ciências básicas, e, pelas razões acima expostas, não poderiam também ser aplicadas. De igual maneira, por tratar do fenômeno que é físico e humano não poderiam os novos campos se enquadrar apenas nas ciências físicas ou nas ciências humanas, ou flutuar, passando do predomínio de uma para outra. Precisamente apontamos a flutuação como um dos indicadores de sua indefinição epistemológica. Daí a necessidade de procurar um novo tipo de ciência para localizar as especificidades desses novos campos epistemológicos. (...) Tentando respostas para essas questões e, considerando que esses novos campos epistemológicos tem a ação e a prática como o ponto de partida e de chegada da produção de conhecimentos, de registros, das sistematizações e elaborações e articulações explicativas e compreensivas, seus estatutos científicos se definem melhor sendo entendidos como *ciências da prática ou da ação*. Dessa forma, a Educação Física perfila-se como um ciência com relativa especificidade, por ter um objeto próprio: a motricidade humana, as ações-reações, os movimentos do corpo humano, as práticas desportivas, as condutas motoras, etc.” (p. 38). Os itálicos são do original. A posição de Gamboa assemelha-se a de Bracht à medida que parte da prática com vistas ao retorno teorizado e enriquecido, todavia, também se diferencia no que concerne a Educação Física ser uma ciência. Em relação, a posição de Tani (1998) que trata a Educação Física como uma espécie de ciência aplicada da Cinesiologia, Gamboa diverge quando não vê a Educação Física no quadro das ciências aplicadas. Parece-me que as posições de Gamboa se aproximam de Canfield e de Sérgio, uma vez que estes veem a Educação Física no âmbito do movimento humano. A diferença seria no que diz respeito ao objeto, isto é, Gamboa aponta para a Educação Física como “nova” ciência (da prática) que teria como objeto “a motricidade humana, as ações-reações, os movimentos do corpo humano, as práticas desportivas, as condutas motoras, etc.”, no quadro das epistemologias emergentes, diferente de Canfield (1998) que a trata como uma das áreas a estudar o movimento humano, e Sérgio (1996) como braço pedagógico da Ciência da Motricidade Humana, ou seja, uma “nova” ciência aplicada de uma “nova” ciência.

conhecimento, como no que diz respeito à Educação Física como uma prática pedagógica que tem nas Ciências e Humanidades o seu substrato cognoscível, a interdisciplinaridade não é um problema em si. No entanto, a forma como se produz a inter-relação entre as disciplinas é que coloca o problema. Esta questão ficará clara no CBCE na medida em que o Colégio estimulou a interdisciplinaridade através dos GTTs. A criação destes não inviabilizou a abordagem de temáticas pela ótica disciplinar, como, por outro lado, postulou a não redução do conhecimento à ciência.

Nesse sentido, o CBCE na vigência de Bracht e de Kunz caminhará em compasso com as questões nodais da Educação Física. Veremos como já afirmamos acima, que o CBCE ao mesmo tempo em que estimulou todo o debate epistemológico que se dava na Educação Física, se posicionou numa perspectiva interdisciplinar através de temáticas, buscando afastar-se das perspectivas disciplinares, e entendendo ser o mais frutífero para a qualificação acadêmica e pedagógica da área. Isto é, não se manteve a mercê do debate. Tal posicionamento demonstra uma continuidade no que se perspectivava no passado recente – vigência de Celi Taffarel – acerca da qualificação teórica e da afirmação da tendência progressista da Educação Física. Também demonstrou através da ênfase na relação com as Ciências Sociais e Humanidades uma manutenção da hegemonia da tendência progressista que estava sendo construída dentro do CBCE, e que poderiam ser problematizadas numa perspectiva disciplinar – por ser disciplinar, porque representava a hegemonia da Educação Física fora do CBCE e pelo “colonialismo epistemológico”⁷³ (Cf. GAMBOA, 1994). E nesse sentido, as possibilidades de avanço na qualificação do Colégio estavam, neste momento, amparadas nas Ciências Sociais e Humanidades – que davam suporte ídeo-teórico – e na forma de difundir o conhecimento e de estimular o debate por meio de temáticas advindas dos referentes materiais. Porém, é preciso que se considere, que o Colégio estava sofrendo o impacto da chamada “crise de paradigmas” e que o conduzia as discussões com certa hipertrofia epistemológica em detrimento dos aspectos ontológicos.

⁷³ Note-se que a perspectiva disciplinar não se limita as Ciências Naturais. Ela está presente nas Ciências Sociais e Humanidades. Por exemplo: Psicologia do Esporte, Sociologia do Esporte, História do Esporte, etc. A valorização das Ciências Sociais e Humanidades na qualificação do CBCE se deve ao seu aspecto progressista e crítico que foi trazido ao Colégio por intermédio de seus intelectuais. Neste sentido, Castellani Filho em depoimento que nos concedeu em 05/09/2009 afirma que, “a tese da estrutura disciplinar perde para a da organização temática. O descontentamento se fez presente mais na área biomédica – historicamente organizada disciplinarmente -, mas não só nela (Amarílio [Castellani Filho se refere ao Ferreira Neto], por exemplo da História, jamais se sentiu contemplado no GTT corpo e memória...)” (Anexo 5).

As temáticas sugeridas através do CONBRACE e da RBCE nos anos noventa demonstram está afirmação. Tivemos sempre uma temática central que focalizou as discussões epistemológicas e pedagógicas⁷⁴. Se observarmos os temas⁷⁵ centrais dos Congressos e as produções teóricas que circularam pela RBCE, temos boas ilustrações a respeito. Iniciemos com o primeiro.

Consideramos o último CONBRACE da gestão de Celi Taffarel, o sétimo da história da entidade, como sendo o ponto de partida da tendência epistemológica que tomou o Colégio, ao passo que o próprio processo de balanço da produção teórica da Educação Física possibilitou a emersão das questões epistemológicas. Nota Paiva (1994) que ao fim do VI CONBRACE e na 42ª Reunião Anual da SBPC houve indicativos sobre uma possível temática para o Congresso seguinte, o que indicava uma preocupação com as discussões sobre a produção do conhecimento e as questões epistemológicas atinentes.

Em moção apresentada na assembléia de 9/9/89 do VI CONBRACE, Aloísio Ávila, fazendo uma referência às sugestões de Silvino Santin, propunha que fosse considerada como temática do VII CONBRACE a Filosofia da Ciência (CBCE, 1989). Em 12/7/90, durante a 42ª RASBPC, depois de amplo debate desencadeado pela exibição do vídeo do III Fórum de Debates da SEC/CBCE/RJ, Elenor Kunz sugere e fica aprovado pela assembléia, que seja prevista e tratada em diferentes dinâmicas durante o VII CONBRACE a temática “teoria do conhecimento”. (CBCE apud PAIVA, 1994, p. 205).

Neste sentido, havia uma preocupação com o balanço da produção de conhecimento e suas matrizes epistemológicas, que culminou no VII Congresso que teve como tema central “Produção e veiculação do conhecimento na Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil: análise crítica e perspectivas”. Acima apontamos as conferências, mesas redondas e simpósios ocorridos e quais os acentos temáticos respectivos. É necessário, no entanto, um adendo. A conferência proferida pelo Prof. Alfredo Gomes de Faria Jr., já apontava alguns resultados dos estudos epistemológicos na Educação Física e suas repercussões e possibilidades para a pesquisa no âmbito da Graduação, e não, mais somente na Pós-Graduação. As conclusões

⁷⁴ Para Souza e Silva (2005) o X CONBRACE esteve mais voltado para as problemáticas conjunturais da atualidade e à globalização do que para as questões do conhecimento e da ciência. Já Kunz (1999) não vê dessa forma. Entende que havia uma correlação entre a atenção para a conjuntura e a produção do conhecimento, pois a Renovação, o Modismo e o Interesse, temática daquele evento, estava presente de forma inter-relacionada em ambos os vetores.

⁷⁵ Souza e Silva (2005, p. 62) considera, com razão no nosso entendimento, que, “de fato, as temáticas podem ou não expressar os clamores da área, mas quase sempre indicam até que ponto a entidade científica está sensível aos reclamos sociais de forma geral e de sua comunidade em particular”.

apontadas por Faria Jr. (1991) se assemelham aos resultados de Souza e Silva (1990 e 1997) acerca das tendências epistemológicas, todavia o autor assevera que as pesquisas realizadas pela tendência crítico-dialética abriram possibilidades de se pesquisar a particularidade do âmbito escolar.

O VIII CONBRACE teve como tema central “Que ciência é essa? Memória e tendências” e as seguintes preocupações, segundo os seus organizadores:

(...) preocupou-se com a temática da Ciência produzida e que se produz em Educação Física/Ciências do Esporte. Assim, a escolha da temática: *Que ciência é essa? Memória e Tendências*, leva em consideração, principalmente, as condições históricas do desenvolvimento da pesquisa na Educação Física e Esportes do Brasil. A programação (...) apresenta palestras, mesa-redonda, cursos e oficinas onde as discussões centrais deverão girar em torno da questão da identidade científica da área, seu objeto de investigação, os seus avanços e suas tendências na produção de conhecimentos (EDITORIAL, 1993, p. 109).

No editorial dos Anais do Congresso se enfatiza a preocupação da relação entre produção do conhecimento e a intervenção a partir desse conhecimento, o que evidentemente estaria englobado na temática e nas preocupações do Congresso e dos congressistas.

(...) se trata, com paciência e profundidade, de nos debruçarmos sobre a nossa história e mirarmos antecedentes e perspectivas. (...) As temáticas abordadas tanto revisitam aspectos consolidados da prática e da teoria da área, como se lançam ao defrontamento de dimensões mais candentes da atualidade: é o novo que chega para compartilhar e polemizar com o já refletido, no exercício da articulação do acadêmico com o aplicado, em busca de uma competência específica e do compromisso social (EDITORIAL, 1993, p.?).

A partir das principais comunicações apresentadas (quadro 4) é possível observarmos como estavam encaminhadas as preocupações em torno da temática central.

É interessante notar que a discussão sobre a relação da ciência com a EF/CE, como o próprio temário aponta, não tratava somente de discutir em quais bases epistemológicas se produzia conhecimento, mas também, de realizar um balanço, de tratar das condições de produção do conhecimento, da qualificação dos meios de difusão e da política científica que se tornava necessária para uma produção teórica qualificada e comprometida socialmente. Não obstante, essas discussões ainda eram incipientes, e creio que por este motivo, não tivemos uma quantidade maior de conferências, palestras e mesas redondas, se compararmos aos outros Congressos do Colégio. No entanto, criou-se uma forma interessante de trabalhar com a

incipiência dessa discussão, as oficinas. Com exceção da mesa-redonda sobre os 15 anos do CBCE e a conferência de abertura, as outras comunicações (palestras) foram trabalhadas nas oficinas. Foram realizadas cinco oficinas como segue (quadro 5).

QUADRO 4 – VIII CONBRACE 1993 – QUE CIÊNCIA É ESSA? MEMÓRIA E TENDÊNCIAS		
Conferência	Palestra	Mesa redonda
EF/CE: que ciência é essa? Conferencista: Valter Bracht (UFSM).	O estatuto epistemológico da EF/CE. Adroaldo Gaya (UFRGS). Coord.: Valter Bracht (UFSM).	EF/CE no Brasil hoje. Vitor Marinho de Oliveira (UGF). Wagner Wey Moreira (UNICAMP). Coord.: Lino Castellani Filho (UNICAMP).
	Pós-Graduação em EF/CE no Brasil. Ricardo D. S. Petersen (UFRGS). Coord.: Yara M. de Carvalho (UNICAMP).	Editoração em EF/CE no Brasil. Amaurí Bássoli de Oliveira (UEM). Elenor Kunz (UFSC). Coord.: Ana Márcia de Souza (UFSC).
		CBCE 15 anos: memória e tendências. Victor K. Matsudo (UNIIFEC)/(CELAFISCS). Cláudio Gil S. de Oliveira (UFRJ). Osmar P. S. de Oliveira (SBT). Laércio E. Pereira (UFMG). Celi N. Z. Taffarel (UFPE). Valter Bracht (UFSM). Coord.: Pedro Paulo Maneschy (UFPA).

QUADRO 5 – OFICINAS DO VIII CONBRACE	
OFICINA I	Pós-Graduação em EF/CE no Brasil. Coord.: Ricardo D. S. Petersen (UFRGS). Relat.: Yara M. de Carvalho (UNICAMP).
OFICINA II	Estatuto epistemológico da EF/CE. Coord.: Valter Bracht (UFSM). Relat.: Rossana Valéria Souza e Silva (UFU).
OFICINA III	Editoração em EF/CE no Brasil Coord.: Elenor Kunz (UFSC). Relat.: Amaurí Bássoli de Oliveira (UEM).
OFICINA IV	EF/CE no Brasil hoje. Coord.: Lino Castellani Filho (UNICAMP). Relat.: Wagner Wey Moreira (UNICAMP).
OFICINA V	Por uma Política de C&T na Área de EF/CE. Coord.: Celi N. Z. Taffarel (UFPE). Relat.: Fernanda Paiva (UFS).

No final do congresso foi debatida e aprovada a criação de um documento intitulado “Por uma Política de Ciência e Tecnologia na Área de EF/CE” que seria construído na Oficina V como o mesmo título. Esse procedimento teria sido aprovado na 44ª Reunião Anual da SBPC, em que ficou estabelecida a confecção de um documento final em cada Congresso.

O documento final do VIII CONBRACE, todavia, não se concretizou por conta da complexidade da discussão que estava posta, ou seja, a responsabilidade de estabelecer parâmetros para uma Política de C&T em EF/CE, o que levou o contingente presente na assembléia geral postergar a sua construção com vistas à ampliação e aprofundamento das discussões (Cf. PAIVA, 1994, p. 187). Isso indica uma atividade política distinta da efetivada nos *blocos dois e três*. O documento final acabaria indicando um posicionamento explícito da entidade – o conjunto de sócios e não só a Direção e Revista – acerca de questões políticas. Talvez por este motivo no IX CONBRACE, o posterior, não há registro de qualquer documento criado na assembléia geral. Outra possibilidade é a de o IX CONBRACE ter centrado a sua preocupação em duas questões específicas, quais sejam, a pedagogia e a interdisciplinaridade, que embora guardassem relação com a discussão sobre política científica, caminharam no Congresso num viés que visava a construção de diálogos entre epistemologias fundadas em diferentes ciências – uma mesa composta pela Biomecânica e pela Sociologia é exemplar neste aspecto – o que levou o Congresso para um caminho distinto do anterior. Noutras palavras, a forçada e artificial interdisciplinaridade pouco calcada nos referentes materiais pode ter velado a questão da Política de C&T iniciada no Congresso anterior.

Desse modo, se os Congressos de Uberlândia e Belém trataram da produção do conhecimento, das memórias e perspectivas da EF/CE, o IX CONBRACE realizado em Vitória, esteve mais sintonizado à perspectiva, que no momento era a questão da interdisciplinaridade. Parece-nos que na medida em que se discute a relação da área com a ciência, ou seja, se discute se a Educação Física é ciência ou toma como base o conhecimento científico para intervir praticamente e para refletir sobre esta intervenção, a questão da interdisciplinaridade se torna recorrente e central. Kunz em depoimento⁷⁶ assevera que na gestão da Celi precipitou-se um rompimento entre as diferentes concepções de Educação Física, *grosso modo*, que se postavam em torno das Ciências Naturais contrárias as que se postavam em torno das Ciências Sociais e Humanidades, o que gerou uma fissura, que na ótica da produção do conhecimento poderia ser

⁷⁶ Vide (Anexo 3).

prejudicial para área. Assim, a busca pela interdisciplinaridade no Congresso de 1995 foi uma tentativa de coesão ou de tratamento da fissura que se abria. Nas palavras de Kunz:

Ficou notório que especialmente a partir da gestão da Celi a Educação Física brasileira ficou dividida. Eram muitas as denominações que se davam a época a esta fragmentação: tecnicistas x pedagogistas, práticos x teóricos, alienados x revolucionários, etc. A tendência era de um total rompimento e quebra de diálogo, que poderia ser extremamente prejudicial do ponto de vista científico e pedagógico para a área. Já na gestão do Valter [Bracht] se tentou uma aproximação. Foi no Conbrace de Vitória especialmente que se levantou a questão do diálogo entre as diferentes áreas. Embora Valter Bracht mesmo tenha considerado que foi um “diálogo de surdos”, acredito que aquele momento foi importante para definir as preocupações científicas e políticas da área pelo CBCE. Foi então que 1997 criamos os GTTs, Grupos de Trabalhos Temáticos. E insistimos para que realmente fossem reuniões de grupos por temáticas e não disciplinares, para justamente evitar a “tribalização”⁷⁷. E acredito que o êxito foi muito grande. Ouviu-se muitos comentários do tipo: “Continuo no CBCE por causa dos GTTs”. É claro que o propósito não era para o CBCE servir de cobertura, guarda-chuva para a “grande família” da Educação Física. Tinha-se como propósito qualificar o debate de todas as áreas e começar a estabelecer prioridades. Isso foi e continua, no meu modo de ver, muito importante para a área. As aspas são do original.

Do ponto de vista da demanda, isto é, da inter-relação entre o que discutia a área, sobretudo os grupos e intelectuais postados no espectro progressista, e o CBCE, temos uma preocupação comum. Em outras palavras, ao se pensar na temática central de cada Congresso, não se faz isso de forma descomprometida. A escolha da temática reflete as problemáticas que são consideradas centrais. Podemos notar isso no editorial dos anais do Congresso escrito por Silvana V. Goellner⁷⁸, em que explicita que os membros do Colégio se reuniram para organizar o Congresso, e como se elegera a temática, o que demonstra uma consonância entre o que se passava na Educação Física e as preocupações do CBCE.

Voltemos, então, para Vitória no mês de setembro de 1994, mais especificamente para a 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, onde realizamos, enquanto CBCE uma programação

⁷⁷ Castellani Filho (2007, p. 124) diz que os GTTs se tribalizaram, isto é, desenvolvimento ocorrido posteriormente a sua criação.

⁷⁸ Segundo Paiva (1994, p. 186) este procedimento se iniciou em decorrência de algumas críticas realizadas por sócios do Colégio às produções que circularam no VII CONBRACE. Diante da necessidade de avaliação e autocrítica criou-se um Conselho de Secretarias (CONSEC) que se reuniria nas Reuniões Anuais da SBPC e/ou no CONBRACE, para deliberar sobre a organização do evento. O VIII CONBRACE foi organizado a partir desse Conselho.

específica discutindo questões afetas à Educação Física e Ciências do Esporte. Como integrante da nossa programação na reunião realizamos, durante quatro dias, o Encontro das Secretarias Estaduais, onde foi constituído um fórum que contou com a participação aproximada de trinta pessoas (representantes da Direção Nacional, representantes de 13 Secretarias Estaduais, sócios e interessados). O IX CONBRACE apareceu como um dos pontos da pauta e foi palco de inúmeras discussões. A partir das demandas trazidas pelas Secretarias montamos a sua estrutura básica, elegemos a temática central, elencamos os temas para os painéis, seminários, mesa redonda, colhemos indicações de possíveis convidados. Ou seja, desenhamos, coletivamente, o CONBRACE, cabendo à Direção Nacional tracejar e concretizar o esboços (sic!) que ficaram sob o papel (GOELLNER, 1995, p. ?).

QUADRO 6 – IX CONBRACE 1995 – INTERDISCIPLINARIDADE, CIÊNCIA E PEDAGOGIA⁷⁹		
Conferência	Painel	Mesa redonda
Interdisciplinaridade na Ciência. Conferencista: Prof. Dr. Alfredo da Veiga Netto. Debatedor: Prof. Dr. Elenor Kunz. Coord.: Prof. Ms. Lino Castellani Filho.	As contribuições da Aprendizagem Motora e da Filosofia. Painelistas: Prof. Dr. Ricardo Petersen e Prof. Ms. Paulo E. Ferstenseifer. Mediador: Prof. Ms. Gabriel Palafox.	As relações entre filosofia, Ciência e Arte. Expositores: Prof. Dr. Rodrigo Duarte; Prof. Dr. Francisco Sobral e Prof. Dr. Milton José de Almeida. Coord.: Prof. Ms. Carmem Lúcia Soares.
Interdisciplinaridade na Pedagogia. Conferencista: Prof ^{ra} . Dr ^a . Miriam Jorge Warde. Debatedor: Prof. Prof. Ms. Gabriel Palafox. Coord.: Prof. Dr ^a . Celi Taffarel.	As contribuições da Biomecânica e da Sociologia. Painelistas: Prof. Dr. Renê Brenvikoser e Prof. Dr. Paulo S. de Oliveira. Mediador: Prof. Dr. Francisco Sobral.	
Interdisciplinaridade: uma análise epistemológica. Conferencistas: Prof. Dr. Hilton Japiassu e Prof. Dr. Adroaldo Gaya.	As contribuições da Epidemiologia e da História. Painelistas: Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves e Prof. Ms. Pedro Pagni. Mediador: Prof. Dr. Adroaldo Gaya.	

⁷⁹ O Congresso de Vitória introduziu como requisito para a inscrição e exposição de trabalho a necessidade de um texto completo e não mais somente um resumo como historicamente ocorrera. Essa medida sem dúvida contribuiu para qualificar o mais importante evento do CBCE, ao passo que leva a mínima reflexão e sistematização acerca de problemas teóricos para os trabalhos que não era pesquisa em andamento ou concluída (GOELLNER, 1995). Outras questões importantes que contribuíram para a qualificação do CBCE organizativamente nas disposições políticas e científicas estão consignadas na Carta de Vitória. Entre elas temos a proposta de construção de amplo debate sobre o papel da entidade; o problema de quadros para compor chapas para as eleições e a proposta de formação de quadros através das Secretarias Estaduais; e o fomento para que estas possam realizar fóruns sistematicamente e fortalecerem em cada região, Estado e Distrito Federal (REVISTA..., 1996, p. 206).

Por mais que a participação nas reuniões para estabelecer a temática e toda a organização do IX CONBRACE, fosse reduzida a poucas pessoas, isso é representativo, em termos das escolhas realizadas, do que se discutia na área e da tendência que o CBCE havia indicado em 1989, cujo cerne está na produção do conhecimento de forma qualificada e não distanciada da realidade.

Dessa maneira, as discussões apresentadas no IX CONBRACE deram continuidade e aprofundamento ao que estava no centro das preocupações do Colégio, que é a questão da produção do conhecimento e todas as variáveis que a envolve. Vimos no (quadro 6) que o Congresso de Vitória em suas principais comunicações centrou o foco na questão da interdisciplinaridade, tanto na ciência como na pedagogia, como o próprio tema central sugere. É perceptível uma disposição, principalmente nos painéis, que força a relação entre o conhecimento que é produzido historicamente pela via das Ciências Naturais e o produzido pela via das Ciências Sociais e Humanidades, o que segundo Bracht (1998, p. 17) não deu muito certo, visto que “... o que se viu foi a total incapacidade dos especialistas de pensarem fora do seu marco disciplinar, de transgredir fronteiras de suas especialidades e pensarem problemáticas comuns. Ratificou-se a cena comum em nossos congressos, até recentemente: cada um dá seu recado em meio a indiferença simpática dos demais”.

Acerca dessa questão interdisciplinar teríamos que pensar até onde é possível o Colégio avançar sem que a produção do conhecimento em seu *locus* privilegiado, isto é, a universidade, avance⁸⁰. E neste preciso sentido, não podemos culpar somente os especialistas pela a sua incapacidade de “transgredir as fronteiras”.

É interessante notar que mesmo com uma experiência não satisfatória, como avaliou Bracht (1999), a interdisciplinaridade não foi ladeada pelo Colégio. No X CONBRACE por mais que o tema central não remetesse a discussão da interdisciplinaridade, a estruturação do Congresso se deu por temáticas com a criação dos GTTs, o que propícia a princípio uma relação entre disciplinas distintas debruçando e se inter-relacionando para tratar uma mesma temática.

⁸⁰ Ver em Gamboa (2003) uma interessante problematização da organização acadêmica da pós-graduação brasileira – especialmente em Educação – que envolve a transição da forma baseada em “áreas de concentração” para a de “linhas de pesquisa” e a função da interdisciplinaridade nesse processo.

Antes de adentrarmos as questões atinentes à organização das comunicações em GTT, veremos como o X CONBRACE tematizou as questões políticas, principalmente, as educacionais, juntamente com a tarefa de continuar qualificando a produção teórica da área.

Ao asseverarmos uma notória inflexão epistemológica no *bloco quatro*, não negamos a atividade política ocorrente nessa fase. Pelo contrário, a atividade política do Colégio esteve amarrada aos caminhos seguidos que vislumbravam a sua qualificação científica. No entanto, o X CONBRACE opera uma mudança de ênfase. É o primeiro organizado pela gestão de Elenor Kunz e demonstra a distinção entre as gestões. Qual seja: pôr ênfase nos debates relacionados às políticas educacionais que estavam em andamento. Para além disso. O CBCE volta-se para questões que extrapolam as suas fronteiras e requerem planos e ações que estão implicados para além do campo da Educação Física. Embora elas carreguem muitas semelhanças e partilhem de premissas (a orientação pedagógica é a mais evidente, bem como, o calço na Escola de Frankfurt), podemos asseverar, de um lado, que as duas gestões de Kunz ampliaram as possibilidades de circulação, difusão e debates em torno da produção acadêmica em relação às gestões anteriores (basta observar a ênfase dada às temáticas via RBCE e a criação dos GTTs), e doutro, que a atividade política empreendida pela DN está orientada, devido às questões postas pelo seu tempo (o debate LDB e PCN) para uma perspectiva macroscópica, no que diz respeito às inter-relações que o CBCE estabelece mediante a Educação Física.

Ao procedermos com esse raciocínio entendemos a realização do X CONBRACE e toda a sua ênfase na política educacional como consequente dos caminhos seguidos pela entidade, sendo possível a sua exteriorização e efetivação por conta das circunstâncias, e não por conta de um desenvolvimento evolutivo. Na medida em que a qualificação teórica da intelectualidade orgânica do Colégio avança, a intervenção política que se faz necessária em todos os momentos, ganha maiores implicações.

Nos anos noventa as condições da intelectualidade do Colégio são outras. Desse modo, a temática do X CONBRACE e toda a sua estrutura não é imediata. O primeiro lustro dos anos noventa é permeado, do ponto de vista da política educacional, pelos trâmites da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela criação provisória dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que implicava a reformulação dos currículos da educação básica,

processo que o CBCE⁸¹ e os intelectuais e profissionais da Educação Física acompanharam ativamente desde o início. O descuido com a tramitação da LDB implicaria até a extinção da Educação Física como componente curricular, como advertiu à época Castellani Filho (2002). Assim, o CBCE como entidade científica qualificando-se e intervindo política e historicamente no que diz respeito à política educacional, estava atento a toda correlação de força disposta nesse período.

Kunz (2007) ao realizar um retrospecto dos anos oitenta e noventa do CBCE, nos chama a atenção de que além do Colégio ter se preocupado com as questões epistemológicas e com o desenvolvimento científico da EF/CE, as questões referentes à política educacional eram vistas como novos desafios que se colocavam para a entidade e sua comunidade.

Novos desafios estavam se aproximando. Agora não mais apenas entre os profissionais com idéias divergentes que precisavam dialogar, mas também na relação com órgãos públicos e oficiais, como o Ministério da Educação. Foi nessa década que surgiu a nova LDB, em dezembro de 1996 e, com ela, a elaboração de novas diretrizes curriculares para todas as áreas escolares. Desnecessário dizer que o CBCE de então, como já fazia e continua fazendo quando do surgimento de novas políticas públicas, participou e se posicionou frente aos acontecimentos. A participação não se restringiu apenas aos limitados fóruns públicos de discussão dessas instâncias, mas também na produção de documentos e literatura analisando criticamente o desenrolar dessas políticas. Além da revista do CBCE, que se ocupava com temáticas relacionadas com os projetos político-sociais, também se destacou a produção de livros que expressavam, de forma mais abrangente, as idéias dos pesquisadores do CBCE sobre o tema em causa. Dessa análise também não escaparam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), produzidos pelo Ministério da Educação naquele período (p. 89).

Desse modo, se o retrospecto de Kunz for aceito, o X CONBRACE ocorreu aparentemente desconectado tematicamente dos outros dois precedentes por uma necessidade interventiva, isto é, de afirmação ídeo-política – por mais que não se falasse em ideologia. Aprovou-se a LDB em dezembro de 1996, e o Congresso de Goiânia se realizou em setembro de 1997. Vejamos um trecho da apresentação dos Anais:

Para além dos aspectos administrativos internos e da relação Diretoria/Secretaria/Associados, temos buscado inserir o CBCE nas principais

⁸¹ Em dois números da RBCE de 1989, respectivamente, v.10 n.3 e v.11 n.1, a Profa Carmen Lúcia Soares relata os ocorridos no debate nacional em torno da nova LDB. Evidentemente que era somente o início das discussões, porém, o Colégio esteve acompanhando.

discussões nacionais no campo da Educação Física/Ciências do Esporte. O debate sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) mobilizou a comunidade da área, cujos pareceres estão a demonstrar os limites teóricos e as contradições da proposta do MEC. De igual forma, a ambigüidade do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vem exigindo tomadas de posições contra iniciativas apressadas de algumas instituições de ensino, de caráter público e privado. Também vimos intervindo na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de formação profissional em Educação Física, que devem ser definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Por outro lado, a participação do CBCE na última Reunião Anual da SBPC oportunizou marcar nossa posição sobre a questão da pesquisa em Ciências do Esporte, diretamente com o CNPq (CONBRACE, 1997, p. ?).

O Colégio diante da preocupação de seus intelectuais orgânicos envolvidos com o acompanhamento e análise dos PCNs e da nova LDB organizou um livro, cujo título é “Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses”, que foi lançado no Congresso de 1997. Notemos um trecho da apresentação escrita por Paulo Capela (1997):

O atual momento de mudanças e reestruturação por que passam todos os setores sociais no Brasil e, em especial o setor educacional, faz com que, na luta por um novo reordenamento, mais uma vez, confrontem-se diferentes projetos de hegemonia nacional. Nesse momento, ao mesmo tempo em que forças reacionárias organizam-se para retomarem e ampliarem postos privilegiados de “inculcação e defesa de seus interesses” sob o rótulo de “modernização” nacional, torna-se fundamental percebermos como esse projeto desdobra-se, acontece também no campo educacional onde, como nunca, essas forças agigantam-se contra os interesses populares. (...) São impostas propostas educacionais neo-liberais (sic!) e neo-conservadoras (sic!), formuladas em gabinetes por técnicos, a mando do atual governo, com o claro propósito de atender a determinações de órgãos externos, como condição/imposição para o refinanciamento da dívida externa nacional. Caso não seja relativizado esse ímpeto de submissão ao que vem sendo ditado pelas agências internacionais, pouco restará às futuras gerações (...). ...sem que se tenha um entendimento mais amplo do que está sendo proposto, é impossível contrapor-se a esse, um outro, um projeto que realmente interesse às classes populares nacionais. Nesse sentido, enquanto direção nacional do CBCE (...) apesar de sermos contra a nova LDB e os PCN propostos pelo atual governo, não só por alguns conteúdos que estes apontam, mas também e sobretudo, pela forma como foi e esta sendo encaminhada sua elaboração e implantação, mesmo assim, não negamos muitos avanços apontados na atual LDB, sobretudo os que foram incluídos nessa LDB, a partir do que foi amadurecido e sistematizado no projeto da LDB anteriormente proposto, construído a partir de amplo debate com a sociedade civil e que foi posterior e oportunamente substituído no Congresso Nacional pela versão apresentada pelo, então, senador Darcy Ribeiro. (...) Da mesma forma, apesar de não negar, também não concordamos com a implantação de um

currículo nacional mínimo, imposto pelo atual governo sob o falso rótulo de PCN (...). Concordamos que possa haver a construção de PCN, desde que elaborados a partir de um amplo e aberto debate/diálogo nacional. (...) Portanto, com o objetivo de estimularmos a reflexão dessas propostas governamentais sobre a educação e em especial sobre a educação física escolar, que a direção nacional do CBCE entendeu oportuna a publicação dessa série de pareceres, onde núcleos, grupos e professores posicionam-se sobre as posições educacionais e da educação física frente à nova LDB e aos PCN (p. 5-6).

Preocupamo-nos em notar estas linhas sobre o que estava em jogo na realização do X CONBRACE, por entendermos que há aí uma orientação marcadamente política para os rumos do Colégio, além de estabelecer uma distinção entre o CBCE na vigência de Valter Bracht e o que estava sendo iniciado. Obviamente que não se afirma com isso uma descontinuidade, e sim, a continuidade permeada de novas determinações que não infirma o que havia sido realizado, mas que necessita avançar.

Daí em diante houve uma complexificação entre a produção do conhecimento e a intervenção política. O balanço epistemológico realizado nos anos anteriores serviu como base inicial para essa relação. A partir de 1997, veremos o CBCE intervir politicamente com maior ênfase, não se restringindo aos problemas epistemológicos, que obviamente carregavam consigo implicações teórico-metodológicas e, portanto, ídeo-políticas e ídeo-culturais, mas que tinha o horizonte político muito carregado de mediações, afora a preocupação com a intervenção pedagógica. Dois anos após a apresentação de Capela asseverou Kunz:

No X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em 1997, deu-se continuidade a essa preocupação relativa ao conhecimento produzido para a Educação Física e Esportes, objetivando manter os profissionais vigilantes em relação ao que se apresenta como RENOVAÇÃO, MODISMO E INTERESSE na área em questão. Foi por essa ocasião, também, produzido o segundo livro do CBCE com a temática: *Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses* (1999, p. 7). Os itálicos são do original.

O X CONBRACE além de carregar estas características, ainda institui a orientação temática da veiculação, da difusão, do debate e da produção teórica e acadêmica, o que tem por traz a criação de Grupos que pudessem dar respaldo teórico qualificado para as intervenções políticas da entidade. No entanto, antes de qualquer coisa, vejamos no quadro abaixo como e o que se veiculou nesse Congresso em termos de palestra e mesas redondas.

QUADRO 7 – X CONBRACE 1997 – RENOVAÇÕES, MODISMOS E INTERESSES	
Palestra de Abertura	Mesa redonda
Educação e futuro olhando ao longe. Conferencista: Pedro Demo (UnB).	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Educação Física Expositor: Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG).
	Os impactos da reforma educacional na Educação Física brasileira Expositor: Lino Castellani Filho (UNICAMP).
	Formação profissional em Educação Física e Esportes. Expositor: Vicente Molina Neto (UFRGS).

É perceptível que a palestra e as mesas redondas foram voltadas claramente para as questões centrais que a Educação Física enfrentava naquele momento. Ao lermos os Anais percebemos que a mesma economia não se deu com os GTTs. Foram 11 GTTs e 314 trabalhos apresentados. Pode ser que houve um privilégio aos GTTs nesse primeiro Congresso, tendo em vista a sua estréia. Mas isso não é o mais importante, talvez pouco importe. O mais importante é a qualificação que passa a adquirir o CONBRACE, a partir de 1997, com a sua organização em torno dos mesmos (GTTs).

É preciso considerar, todavia, que temos germes dos GTTs na organização do CONBRACE com a divisão em grupos de comunicação livre a partir de temáticas. Na verdade temos experiências não tão bem organizadas, pois se davam de acordo com a demanda que pode ser demonstrada pela multiplicidade de “temas” ou conteúdos da Educação Física escolar. A organização está longe de ser a alcançada anterior a 1997, mas a temos em esboço. A título de exemplo exporemos abaixo (vide os quadros 8, 9, 10 e 11) a divisão dos grupos de temas livres e grupos de comunicação coordenada nos Congressos de 1993 e 1995, visando tão somente indicar o avanço que foi alcançado no X CONBRACE em 1997.

Nota-se a variedade de temas e/ou conteúdos que poderiam estar alocados num mesmo grupo, como por exemplo, currículos, EF escolar, Professor de EF e Modalidades I e II, o que não será ainda resolvido no Congresso posterior. Além dos grupos para a apresentação de temas livres, em 1993 ainda foi organizado os grupos de comunicações coordenadas divididos por temáticas.

QUADRO 8 – VIII CONBRACE 1993 – QUE CIÊNCIA É ESSA? MEMÓRIA E TENDÊNCIAS – GRUPOS DE TEMAS LIVRES					
Grupo	Tema	Quant. de Trabalhos	Grupo	Tema	Quant. de Trabalhos
1	Corpo e movimento	8	12	Teorias em EF	8
2	Modalidades I – Futebol, Voleibol e Natação.	8	13	Implantação e evolução de grupos de pesquisa em EF	8
3	Modalidades II – Ginástica, Atletismo e Campeonato.	8	14	Currículos	7
4	Lazer	8	15	Professor de EF	8
5	Desenvolvimento motor	8	16	EF e criança	8
6	EF Adaptada I	8	17	EF escolar	8
7	Análises Institucionais	7	18	Polêmicas em EF	8
8	EF Adaptada II	7	19	Desporto e dança	5
9	Aptidão e condicionamento	8	20	Relatos institucionais	7
10	Aspectos biológicos	9	21	Contribuições em EF	8
11	Ciência e pesquisa	8			162

QUADRO 9 – VIII CONBRACE 1993 – QUE CIÊNCIA É ESSA? MEMÓRIA E TENDÊNCIAS – GRUPOS DE COMUNICAÇÕES COORDENADAS		
Grupo	Tema	Quant. de trabalhos
I	Saúde coletiva/ Epidemiologia/Atividade física	4
II	Explorando teorias em EF	4
III	Exercício e obesidade	4
IV	EF e escola	4
V	Indicações de conteúdo em EF	4
VI	Abordagens em EF	4
VII	Saúde e EF adaptada	4

Os trabalhos expostos nos grupos de comunicações coordenadas estavam voltados para a difusão de estudos e debates, por isso eram organizados com mais tempo para exposição e numa quantidade inferior aos grupos de temas livres. Essa demanda depois irá fazer parte dos futuros GTTs. É notório como as temáticas se encaixariam sem problemas no rol dos grupos de temas livres. Isso ao nosso modo de ver indica certo incômodo com os temas livres. O mesmo ocorreu no IX CONBRACE com o agravante de se aumentar a quantidade de grupos de temas livres e de comunicações coordenadas.

QUADRO 10 – IX CONBRACE 1995 – INTERDISCIPLINARIDADE, CIÊNCIA E PEDAGOGIA – GRUPOS DE TEMAS LIVRES					
Grupo	Tema	Quant. de Trabalhos	Grupo	Tema	Quant. de Trabalhos
1	Epistemologia	6	17	Dança	6
2	Corporeidade	6	18	Aprendizagem motora	6
3	Corporeidade	6	19	Dança	
4	Formação profissional	6	20	EF, escola e corpo	6
5	Formação profissional	6	21	EF e práticas avaliativas	6
6	Saúde e treinamento esportivo	6	22	Planejamento em EF	6
7	EF e esportes	6	23	EF na escola pública	6
8	EF e interdisciplinaridade	6	24	EF na pré-escola e séries iniciais	6
9	EF e saúde		25	A EF e a prática pedagógica	6
10	História da EF	6	26	História da EF-Ginástica	6
11	Políticas públicas	6	27	Educação, psicologia e lazer	6
12	EF e lazer		28	EF em diferentes grupos sociais	6
13	Natação	6	29	Metodologia da EF	6
14	EF adaptada e 3ª idade	6	30	EF e produção do conhecimento	6
15	EF adaptada	6	31	EF, expressão e violência	6
16	Medidas e avaliação	6			186

QUADRO 11 – IX CONBRACE 1995 – INTERDISCIPLINARIDADE, CIÊNCIA E PEDAGOGIA – GRUPOS DE COMUNICAÇÕES COORDENADAS		
Grupo	Tema	Quant. de trabalhos
I	Prática desportiva	4
II	EF adaptada	3
III	O lazer e as políticas públicas	4
IV	EF nas séries iniciais	4
V	Aprendizagem motora	4
VI	EF e imaginário – Fundamentos sociais da EF	3
VII	EF escolar e formação do Professor	4
VIII	Movimento estudantil e produção do conhecimento	4
IX	Capoeira, Judô e Tai-chi-chiuam	4
X	Elementos didáticos da EF	4
XI	EF – Corpo	4
XII	EF para a 3ª idade	3
XIII	História da EF	4
XIV	Modalidades esportivas	4
XV	Avaliação biométrica e postural	4
XVI	Desenvolvimento humano	3

Parece-nos que os Grupos de Comunicações Coordenadas foram uma espécie de ponte para os GTTs, pela sua forma de funcionamento, com tempo maior e menos comunicações. É importante relacionar esta tendência com a necessidade de qualificação do

Colégio que estava se dando no âmbito da RBCE e no âmbito do CONBRACE com a exigência de texto completo no ato de inscrição para a comunicação. Soares (2006) aponta para o processo de construção dos GTTs logo após o CONBRACE de Vitória, que havia experimentado uma organização germinal, mas que, no nosso entendimento, lembrou muito mais o CONBRACE de Belém. Assevera a autora (2006, p. 143):

Nesse CONBRACE o modo de organização dos trabalhos é modificado e amplia-se a compreensão de que a organização por temáticas permite um maior aprofundamento nas discussões. Num certo sentido, o que ocorreu em Vitória foi embrionário para o que ocorreria no CONBRACE seguinte, realizado em Goiânia, dois anos mais tarde. O CBCE consolidava uma compreensão de que em uma entidade científica o trabalho deveria ser organizado em grupos de trabalho que traduzissem problemáticas importantes para a área e, naquele momento, pareceu aos seus dirigentes e secretarias que a organização dos trabalhos por grupos iniciados em Vitória deveria constituir os Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs). Um delicado e denso trabalho então é iniciado naquele momento com a diretoria eleita em Vitória, no que concerne à construção dos chamados GTTs, que foram, naquele momento, configurados em número de 11 e que revelavam, naquele momento, as problemáticas mais candentes para a EF/CE.

A criação dos Grupos de Trabalhos Temáticos tem uma função central na qualificação acadêmica do Colégio, sobretudo no que diz respeito a ampliação da Educação Física em conjunto com a dinâmica da Pós-Graduação. Ela se tornou possível à medida que se amplificou a produção acadêmica, a sua diversidade temática e epistemológica, mas talvez no momento inicial o peso maior tenha sido proveniente do debate sobre o conhecimento que se travava na área. Em outras palavras, como notamos no início do capítulo, o CBCE toma a posição pelas temáticas em detrimento da lógica disciplinar. Por conseguinte, o que impulsionou a criação do GTT foi a superação da lógica disciplinar por uma lógica interdisciplinar. Como vimos o IX CONBRACE ocorrido em Vitória em 1995, cuja temática central foi “Interdisciplinaridade, Ciência e Pedagogia”, foi o agente precipitador, ao passo que ficou claro que o máximo que poderia se alcançar com a estruturação do CONBRACE, diretamente, e do CBCE, indiretamente, era uma disposição multidisciplinar. Bracht (2007, p. 78-79) escreve sobre o ocorrido:

O caminho encetado pelo CBCE, particularmente a partir de 1997, tomou outra direção. A criação dos Grupos de Trabalho Temáticos objetivou superar a perspectiva disciplinar na medida em que se fez a avaliação do que essa

perspectiva não fomentava a interdisciplinaridade, mas configurava a área como um campo meramente multidisciplinar.

Ao se estabelecer GTTs que se fixam durante um período, a demanda se torna orientada, ao contrário do que ocorria. Isso não quer dizer que o Colégio determine de forma mecânica as temáticas a serem pesquisadas, mas as organiza minimamente em seu Congresso, criando a possibilidade de manutenção dos GTTs para além da vigência de cada CONBRACE, o que estabelece uma relação mediada com a produção teórico-acadêmica e com a intervenção político-científica⁸². Porém, é prudente que levemos em conta que a instalação dos GTTs não foi consensual e muito menos a sua estrutura se fez madura e definitiva nos primeiros congressos, portanto, o desdobramento possível mediante a efetivação prática de cada GTT se deu durante os primeiros congressos. Castellani Filho (2007) ao mencionar a criação dos GTTs afirma:

... a nosso ver um dos grandes saltos qualitativos dados pela entidade, o mais representativo da opção pela organização da comunidade em torno da perspectiva temática em detrimento da disciplinar. Sua formatação não foi consensual. Muitos defendiam a manutenção da estrutura organizativa disciplinar. Não só os mais próximos ao referencial das Ciências Biológicas, mas também muitos dos vinculados ao universo das Ciências Humanas e Sociais. Sua estruturação vai ocorrer, de fato, no período 1997/1999. Não obstante, suas bases conceituais só chegaram a ser formalizadas por ocasião do processo eleitoral 1999/2001 e ao longo desses dois anos (p. 123).

Como dizia o velho Marx (2003, p. 15) “todo começo é difícil em qualquer ciência”. Inicialmente no Congresso de Goiânia em 1997, os GTTs, que foram divididos em 11 de acordo com os Anais (cf. CONBRACE, 1997)⁸³, se estruturaram da forma que segue no (quadro 12) abaixo⁸⁴:

⁸² Ana Márcia Silva em que nos concedeu em 10/02/2010 aponta alguns aspectos que a criação dos GTTs possibilitou: “Parece ter se constituído com a organização dos Grupos de Trabalho, uma possibilidade de leitura mais abrangente das temáticas a serem problematizadas nos eventos, a partir da construção de eixos nas diversas interfaces que esta comunidade acadêmica estabelece em seu cotidiano e com suas peculiaridades. Esta contribuição que cada Grupo pode trazer deve ser cotejada com a leitura mais ampliada que a DN [Direção Nacional] constrói no cotidiano da política científica nacional. Há possibilidades estatutárias e regimentais para isso, assim como o nível de maturidade acadêmica desta comunidade assim o permite, de forma a evitar o que poderia ser compreendido como *tribalização*; se esta possibilidade se consolida em cada momento histórico desta entidade ou não é que merece ser analisado mais detalhadamente” (Anexo 1).

⁸³ Ao cotejarmos os Anais e a avaliação da comissão que foi publicada na RBCE v. 19 n. 1 de setembro de 1997, intitulada “Avaliação do X CONBRACE”, percebemos algumas diferenças. Ao contarmos nos Anais a quantidade de comunicações expostas nos GTTs chegamos ao total de 314. Na avaliação são 313. São publicados nos Anais as comunicações de 11 GTTs, e na Avaliação diz-se que foram realizados 12 GTTs. Um indicativo é que de fato houve um GTT a menos é o texto de Daolio, Goellner e Melo (1999, p. 185) sobre a histórica recente do GTT – Memória,

QUADRO 12 – GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO - X CONBRACE 1997 – RENOVAÇÕES, MODISMOS E INTERESSES	QUANTIDADE DE COMUNICAÇÕES/RESUMO (PÔSTER)
1 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e ESCOLA	49/11
2 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e COMUNICAÇÃO/MÍDIA	11/2
4 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	24/10
5 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e FORMAÇÃO PROFISSIONAL- CAMPO DE TRABALHO	24/16
6 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e RECREAÇÃO/LAZER	24/3
7 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e SAÚDE	22/1
8 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e RENDIMENTO DE ALTO NÍVEL	9/2
9 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	8/5
10 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e GRUPOS/MOVIMENTOS SOCIAIS	17/13
11 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e EPISTEMOLOGIA	24/9
	236/72

Aos observarmos as temáticas percebe-se a possibilidade de fusão de mais de um GTT. Por exemplo, o de “Escola” possuía uma próxima relação com o de “Processo de

Cultura e Corpo: “Sendo o Grupo de Trabalho Temático (GTT) ‘Memória, Cultura e Corpo’ o caçula (...) já que somente está em funcionamento a partir de agosto de 1998 (...)”. Em relação às mesas redondas, conseguimos constatar a realização de três, tanto nos Anais como no mesmo volume e número da RBCE supracitado, no entanto, na Avaliação são afirmadas quatro mesas redondas. É curioso que em nenhuma das duas publicações aparece o nome de cada GTT, sendo estes indicados somente pelo número. Outro indicativo sobre a realização de 11 GTTs é dado por Soares (2003, p. 143) “Um delicado e denso trabalho então é iniciado naquele momento com a diretoria eleita em Vitória, no que concerne à construção dos chamados GTTs, que foram, naquele momento, configurados em número de 11 e que revelavam, naquele momento, as problemáticas

mais candentes para a EF/CE”. Em nota de pé de página a autora nos revela o nome de cada GTT o que coincide com o referido no livro do CBCE de 1999 “Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento”. “GTT1-Educação Física/Esportes e Escola; GTT2-Educação Física/Esporte e Políticas Públicas; GTT3-Educação Física/Esporte, Comunicação e Mídia; GTT4- Educação Física/Esporte e Processo Ensino Aprendizagem; GTT5- Educação Física/Esporte e Formação profissional/ Campo de Trabalho; GTT 6-Educação Física/Esporte e Recreação/Lazer; GTT7- Educação Física/Esporte e Saúde; GTT8-Educação Física/Esporte e Rendimento de Alto Nível; GTT9- Educação Física/Esporte e Portadores de Necessidades Especiais; GTT 10- Educação Física/Esporte e Grupos/Movimentos Sociais; GTT 11- Educação Física/Esporte e Epistemologia” (2003, p. 143).

⁸⁴ Utilizaremos a nomenclatura empregada a cada GTT de acordo com a publicação do CBCE de 1999, intitulada “Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento”.

Ensino-Aprendizagem”, por mais que se argumente que a “Aprendizagem” não se reduz à “Escola”⁸⁵. De qualquer maneira, o X CONBRACE superou em números de comunicação os outros dois congressos anteriores. Se essa superação se deu de forma qualitativa não é possível avaliarmos nesse espaço, mesmo sendo notório o número muito inferior no formato pôster, o que já indica um avanço. O que é perceptível é o fato de a estruturação permitir orientar a demanda e não o inverso. Certamente tivemos um avanço na histórica do CBCE com a criação dos GTTs. E esse avanço não concerne somente a delimitação das temáticas. O GTT possibilita, e esse é um processo que ainda está ocorrendo, a criação de braços ídeo-teóricos e político-científicos do CBCE em todos os estados em que se encontram estruturados em conjunto com as Secretarias Estaduais. De toda forma, foi um avanço. Goellner (1999) ainda no calor da hora de criação dos GTTs, isto é, no XI CONBRACE, ao apresentar o livro “Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento” comenta as possíveis implicações que os GTTs estariam gerando e as possibilidades futuras.

Vejamos bem: há apenas dois anos modificamos a forma de apresentação de trabalhos nos nossos congressos. Os temas livres deixaram de existir para abrir espaço aos grupos temáticos cuja organização objetiva não apenas a apresentação de trabalhos mas também a ampliação dos espaços de discussão a partir de eixos temáticos. Espaços esses que devem ser ampliados de forma que não existam apenas no momento de realização de encontros nacionais, regionais e estaduais. Os GTTs precisam ser incorporados por nós como uma dinâmica que possibilita atuação efetiva de cada participante, a cada dia, e não apenas nos dias em que se realiza um Conbrace. É e pode vir a ser espaço efetivo de dinamização das discussões e das ações no âmbito da Educação Física e das Ciências do Esporte desde que nos esforcemos para tal. Ou melhor, que acreditemos nessa possibilidade (GOELLNER, 1999, p. 12-13).

Em meio a essa transformação *estrutural* o CBCE chega ao seu XI CONBRACE na fria e úmida Florianópolis (SC) em 1999. Este foi o último congresso do *bloco quatro*. Vejamos a organização das principais comunicações no Congresso de Florianópolis.

A questão da intervenção (e aqui entendida para além do espaço escolar) se torna uma preocupação central do Colégio neste CONBRACE (veja o quadro 13), mas também, é importante notarmos que há uma preocupação na composição das mesas com as discussões emergentes.

⁸⁵ Mais tarde no XII CONBRACE esta possibilidade de fusão se concretiza. Os GTTs se tornam o GTT 4 – Escola abrindo espaço para o GTT 10 – Pós-Graduação.

QUADRO 13 – XI CONBRACE 1999 – EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE: Intervenção e Conhecimento.	
Palestra de Abertura	Mesa redonda
Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento. Conferencista: Albert Ilien (Universidade de Hannover). Coord.: Elenor Kunz (UFSC).	Corpo e racionalidades Convidados: Ana Márcia Silva (UFSC); Denise B. de Sant'Anna (PUC-SP); Margareth Rago (UNICAMP). Coord.: Valter Bracht (UFES).
	A EF escolar: espaço de intervenção e conhecimento. Convidados: Cecília Maria F. Borges (UFPE); João B. Freire (UNICAMP); Helder Guerra Resende (UGF). Coord.: Celi N. Z. Taffarel (UFPE).
	Tempo/espaço de ser na EF/CE. Convidados: Alba Zaluar (Museu Nacional/RJ); Luiz Alberto O. Gonçalves (UFMG); Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto (UNIBH). Coord.: Eustáquia Salvadora de Souza (UFMG).
	Rendimento necessário/rendimento obrigatório em EF/CE. Convidados: Alberto Reppold Filho (UFRGS); Alexandre Fernandez Vieira (UFSC); Antônio Carlos Gomes (UEL); Coord.: Nivaldo David (UFG).

A questão do corpo e a forma de abordá-lo teoricamente que vislumbra a ultrapassagem de uma racionalidade dita “instrumental”, a preocupação de afirmação da escola com espaço de intervenção fundamentada pelo conhecimento, a preocupação com o mapeamento da prática social em que se dá a EF/CE, isto é, seus espaços tradicionais e novos e a quase-perene discussão acerca do rendimento, são todas questões tratadas quando não visando diretamente a prática social, buscava iluminá-la. Como os GTTs ainda estavam se estruturando tivemos o acréscimo de um GTT – 12 Educação Física/Esporte, Memória, Cultura e Corpo. De 11 passou para 12 (quadro 14).

O GTT estreante do XI CONBRACE demonstrou validade na sua criação mediante a quantidade de trabalhos expostos. Outra demonstração do que preocupava a Educação Física e o CBCE nos anos noventa, é a quantidade de pôsteres apresentados no GTT Educação Física/Esporte e Escola, que em relação aos outros GTTs apresenta uma considerável diferença. Em geral, no Congresso de 1999 houve um aumento significativo do número de pôster em

relação ao Congresso de 1997, em que neste foram expostos 72 pôsteres e em 1999 422, contabilizando um aumento de 350 pôsteres. Em relação às comunicações orais há um equilíbrio quantitativo. De toda forma esses números somente ilustram como estava sendo a organização e estrutura do CONBRACE na formatação em GTTs e nos autorizam pouca dedução.

QUADRO 14 – GTT - XI CONBRACE 1999 – EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE: INTERVENÇÃO E CONHECIMENTO.	QUANTIDADE DE COMUNICAÇÕES/PÔSTER
1 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e ESCOLA	32/107
2 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e POLÍTICAS PÚBLICAS	20/12
3 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e COMUNICAÇÃO/MÍDIA	11/10
4 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	20/49
5 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e FORMAÇÃO PROFISSIONAL-CAMPO DE TRABALHO	21/65
6 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e RECREAÇÃO/LAZER	20/25
7 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e SAÚDE	20/36
8 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e RENDIMENTO DE ALTO NÍVEL	15/15
9 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	19/26
10 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e GRUPOS/MOVIMENTOS SOCIAIS	18/29
11 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE e EPISTEMOLOGIA	21/07
12 – EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE, MEMÓRIA, CULTURA E CORPO	21/41
TOTAL	238/422

Para um estudo das características da produção de cada GTT teríamos que nos atentar em outros aspectos para além do quantitativo – esse tipo de estudo começou a ser realizado tardiamente no Colégio, tendo indícios somente no segundo quarto dos anos dois mil.

Um dado que para nós indica uma tendência apontada na introdução deste capítulo, a saber, uma inflexão pedagógica, diz respeito quantidade de trabalhos inscritos/expostos no GTT Educação Física/Esporto e Escola, no GTT Educação Física/Esporto e Processo de ensino aprendizagem e no GTT Educação Física/Esporto e Formação Profissional/Campo de trabalho. É evidente que boa parte dos GTTs estão orientados para a

intervenção, seja ela pedagógica, seja ela profissional. No nosso entendimento é constatável essa característica em quase todos os GTTs do XI CONBRACE. Se observarmos os trabalhos boa parte deles apresentam uma preocupação prático-interventiva mesmo sendo tratada a partir de preocupações teóricas.

Não entendemos essa tendência como iniciada na vigência de Elenor Kunz. Todavia, ela ganha maior densidade, sistematicidade e visibilidade, ao ponto de se tornar uma inflexão, em suas gestões – trataremos especificamente desse aspecto no item sobre a intervenção. Ela não esvazia o processo de discussão epistemológica iniciado na vigência de Valter Bracht, mas põe uma ênfase na correlação desse processo com a intervenção. A própria preocupação disposta no X CONBRACE – como notamos acima – é exemplar, como não menos exemplar é a temática central do XI CONBRACE, a saber, “Educação Física/Ciências do Esporte: Intervenção e Conhecimento”. Assim, no nosso entendimento, o Congresso de Florianópolis, fechou uma fase, mas ao mesmo tempo dispõe condições de continuidade para quem viria. Ou seja, como veremos, o *bloco cinco* em alguns aspectos descontinuou as gestões anteriores, sobretudo no que diz respeito a centralidade da epistemologia, no entanto estabeleceu uma continuidade, em termos dialéticos, acerca da questão da intervenção, entendida a partir de um distinto ponto de vista político.

Portanto, se há correção na nossa análise, o XI CONBRACE colocou novamente a questão da produção do conhecimento e sua inter-relação necessária, porém, nem sempre vislumbrada, com a intervenção pedagógico-profissional e política em seu sentido ampliado. O patamar intelectual do Colégio, agora era outro, uma vez que havia dado um salto qualitativo de acordo com o que procuramos notar nos anos noventa. No início deste subcapítulo notamos como a entidade confere centralidade à discussão sobre a produção do conhecimento e a epistemologia em EF/CE, a partir do último congresso da vigência de Celi Taffarel. No entanto, a capacidade analítica dos intelectuais orgânicos do CBCE e dos congressistas transeuntes que de alguma forma contribuem, era reduzida do ponto de vista qualitativo e quantitativo em relação ao período da passagem do século. Como sabemos os anos noventa foram marcados pela preocupação com a construção de propostas e parâmetros didático-pedagógicos para a Educação Física escolar, e isso gabaritou e deu condições analíticas para o campo acadêmico. Uma das formas possíveis de perceber como o CBCE deu atenção e pôs ênfase na questão da intervenção, é acompanhar o desenvolvimento da RBCE no período do *bloco quatro*, mais especificamente,

nas gestões de Valter Bracht e na primeira gestão de Elenor Kunz. Veremos, neste sentido, que a RBCE vai conferir atenção majoritária a intervenção especificamente pedagógica.

4.3 – A centralidade pedagógica na intervenção

Em toda a história do CBCE sempre esteve presente a preocupação com a intervenção pedagógica. No entanto, ela não teve um cuidado sistemático como ocorreu na RBCE na primeira metade dos anos noventa, e mais indiretamente, nos direcionamentos epistemológicos que ganharam notabilidade nos Congressos. Nos anos anteriores as questões referentes a este tipo de intervenção estavam diluídas em processos mais amplos relacionados ao esporte e as suas dimensões psicológicas, políticas, ideológicas, culturais e educacionais. No *bloco quatro*, sobretudo, nas duas gestões de Valter Bracht e na primeira gestão de Elenor Kunz, haverá uma inflexão em torno da intervenção pedagógica de jaez crítico, em geral, e em particular, uma preocupação central com a Educação Física escolar. Diríamos que este último tipo de intervenção estará “quase” sempre presente⁸⁶.

Pois bem, antes de iniciarmos a explanação cinco pontuações são necessárias: a primeira chama a atenção para o fato de que em toda a gestão de Valter Bracht o editor chefe da

⁸⁶ Breyer, Günther e Molina Neto (2003) e Corte e Ferreira Neto (2007) demonstraram em seus estudos apresentados, respectivamente, nos CONBRACEs de 2003 e 2007, como as preocupações pedagógicas estão presentes no Colégio desde os primórdios. Os primeiros autores (2003) estavam preocupados em demonstrar os estudos focados na formação profissional e campo de trabalho – que apresentaram nove categorias: EF escolar; EF concepções; Prática de ensino; Currículo; Profissionalização; Pesquisa e produção do conhecimento; Formação profissional em Lazer; Formação continuada; Movimento estudantil – nas onze edições do CONBRACE (de 1981 a 2001). Entre outros números, eles demonstram que em 1981 foram apresentados dois trabalhos, alcançado o ápice com sete trabalhos na década de oitenta em 1985, chegando a 40 em 1993, diminuindo para 21 em 1995, aumentando para 90 em 1999, até chegar em 2001 com 49 trabalhos apresentados. Os segundos autores (2007) procuraram demonstrar que nos textos publicados na RBCE de 1979 a 2004, há uma “hierarquia” na produção do conhecimento, de uma lado encabeça pela Biologia e doutro pela Pedagogia. Assim, os autores centram a análise em textos que tratam da criança em idade escolar para estabelecer uma amostra. Como a RBCE inicia a sua vida em 1979 e a pesquisa dos autores inicia-se em 2004, foi este o período de análise determinado. Nesse período é feito um corte, qual seja, artigos correspondentes ao período de 1979 a 1987 e artigos correspondentes ao período de 1987 a 2004. Eles demonstram que no primeiro período há 16 artigos, sendo 11 na área de Biologia e cinco na área de Pedagogia. No segundo período a tônica é invertida, sendo identificados 50 artigos compostos por nove na área de Biologia e 41 na área de Pedagogia. Estas duas pesquisas demonstram um pouco do que estou afirmando. A centralidade da pedagogia na intervenção será o condutor da RBCE e das atividades do Colégio nos anos noventa. O que não quer dizer que os estudos preocupados com a intervenção pedagógica não passassem pelo Colégio.

RBCE foi Elenor Kunz, se afastando das atividades editoriais somente em 1995, ano em que se candidata à sucessão de Valter Bracht. Há aí uma afinidade eletiva⁸⁷.

A segunda: não perder de vista a organização temática da RBCE desde a segunda gestão de Celi Taffarel. É através das proposições temáticas adotadas em cada número da Revista, como também, através dos editoriais assinados por Elenor Kunz que apontaremos a centralidade da intervenção pedagógica. Através da RBCE essa centralidade é mais notória, e diríamos diretiva, do que por meio do Congresso e das publicações do CBCE nos anos noventa. Não é novidade – e este é um dos aspectos da afinidade eletiva a que me referi acima – que Bracht (2007 e 2009) e Kunz (2007)⁸⁸ sempre defenderam que o Colégio deveria enfatizar o aspecto pedagógico da Educação Física, principalmente, no que diz respeito à escola.

A terceira pontuação tem a ver com o que estamos chamando de pedagógico. Adotaremos uma fecunda distinção de Saviani (2007, p. 6-7) sobre a peculiaridade das idéias educacionais e das idéias pedagógicas. Para tanto faremos uma citação.

Por *idéias educacionais* entendo as idéias referidas à educação, quer sejam elas decorrentes da análise do fenômeno educativo visando a explicá-lo, quer sejam derivadas de determinada concepção de homem, mundo ou sociedade sob cuja luz se interpreta o fenômeno educativo. No primeiro caso encontram-se as idéias produzidas no âmbito das diferentes disciplinas científicas que tomam a educação como seu objeto. No segundo caso está em causa aquilo que

⁸⁷ Citarei trechos do depoimento de Valter Bracht (Anexo 6) e Elenor Kunz (Anexo 3) para ilustrar a afinidade que me refiro: Valter Bracht: “Entre eu e Kunz sempre existiu uma grande afinidade em relação ao entendimento do papel do CBCE, embora no caso de Kunz, por razões que estão ligadas à sua personalidade e história de vida, talvez o jargão político estivesse ainda mais ausente de seu discurso do que no meu caso”. Elenor Kunz: “Minha entrada no âmbito administrativo do CBCE já se deu na primeira gestão do Valter quando fui Editor da Revista RBCE. E acredito que pelo esforço de resgate da Revista que não vinha cumprindo com a periodicidade até a conquista do seu financiamento pelo CNPq e enfim consolidando a circulação da revista como Carro Chefe do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, fui convidado pelo Valter para atuar como seu vice e ainda continuar com a mesmo trabalho com a Revista, na sua segunda gestão. A partir disso então, não era o que esperava e nem o que queria na ocasião, mas como existia – e ainda existe – um problema sério na ocasião para encontrar candidatos à sucessão eu fui mais ou menos considerado “candidato natural” para dar continuidade à gestão do Valter, e tive que aceitar.” Continua sobre o mesmo assunto em resposta a em que eu pergunto se houve continuidades entre as gestões: “Sim como disse acima, foi uma tentativa de dar continuidade à gestão anterior. Mas, na década de 90 o mundo, o País e tudo mais mudou muito. Começamos a viver mais intensamente a era eletrônica, da informática e isso acelerou o mundo, acelerou tudo e o CBCE não podia ficar fora disso tudo. Resumindo: da gestão do Valter herdamos uma máquina Olivetti. A que foi usada pelos presidentes anteriores para sua comunicação com os associados e com os profissionais do País. Na nossa gestão já foi possível usar a Internet e por aí se pode ver quantas mudanças. Isso influenciou muita coisa que se fazia e se fez no CBCE. Ou seja, ampliamos muito o número de sócios, a revista ficou com aspectos muito mais profissionais de uma revista e etc. Então, embora fossemos pela continuidade da gestão anterior os momentos históricos, os novos níveis de abrangência, o crescimento e a qualificação científica da área exigiram de certa forma mudarmos um pouco os rumos do CBCE e que foi feito, acredito que, para melhor”.

⁸⁸ Elenor Kunz em 1988 num texto publicado na RBCE vol. 10 n. 1 reivindicava a necessidade de intervenção, pois já havia se acumulado um acervo analítico sobre a realidade brasileira considerável (Cf. KUNZ, 1988).

classicamente tem constituído o campo da filosofia da educação. Por *idéias pedagógicas* entendo as idéias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa. Com efeito, a palavra “pedagogia” e, mais particularmente, o adjetivo “pedagógico” têm marcadamente ressonância metodológica denotando o modo de operar, de realizar o ato educativo. Os grifos são do original.

Esta assertiva de Saviani traz consigo implicações para a Educação Física que não podemos aqui desdobrar. O que nos importa no momento é a distinção dialética operada pelo autor, que nos possibilita afirmar a pedagogia como entrelaçada a educação sem confundi-las, como também, entender o pedagógico como ênfase metodológica do ato educativo. Desse modo, a pedagogia não se restringe a escola. Ela se encontra onde for necessário o ato educativo sistemático. É de acordo com esse entendimento que consideramos ter havido, principalmente, mas não só, uma inflexão pedagógica no CBCE nas vigências de Valter Bracht e Elenor Kunz. Entretanto, é preciso estarmos focalizados a atenção que estas gestões deram à Educação Física escolar, fazendo com que alguns sócios reclamem as suas origens provenientes das “Ciências do Esporte”.

A quarta pontuação diz respeito ao entendimento de que se têm no *bloco quatro* uma notável preocupação com a intervenção, que obviamente compreende a atividade pedagógica, mas que a ultrapassa. Podemos notar essa questão nos congressos e na RBCE. É preciso certo cuidado porque a inflexão interventiva não necessariamente esta disposta em pesquisas ou textos que a visam imediatamente, ou seja, de caráter propositivo e metodológico. Por exemplo: uma das RBCEs apresenta a preocupação com a “Legislação em Educação Física e Esportes”, o que pode não dispor de preocupações imediatas com a intervenção – pedagógica, científica, cultural, política, etc. – mas que a conserva em seu horizonte histórico como uma necessidade de realização efetiva. Desse modo, estudos que partem da realidade existente nem sempre estão preocupados com a intervenção, e sim, com a comprovação de hipóteses. É necessário atenção. A noção de intervenção nos *blocos três e quatro* ganhou uma carga semântica que indica criticidade acerca da realidade, em conjunto, e não somente, com a ação transformadora e emancipatória diante da ordem social existente. E é com esse entendimento que seguiremos.

A quinta e última pontuação é para lembrar que estamos vendo a centralidade pedagógica na intervenção em termos teóricos e como resultante de reflexões e pesquisas. São as

discussões postas na ordem do dia do Colégio, e nada mais que isso. É óbvio que essas discussões expressam referentes materiais, porém, não será a nossa pretensão verificar a maior ou menor validade destes. O nosso propósito é apontar apenas a tendência a qual estava rumando o CBCE e a sua relação com a luta pela construção de uma nova hegemonia na Educação Física.

Feito o que julgamos como necessárias pontuações, indicaremos as temáticas que passaram ao longo dos anos noventa pela RBCE, com vistas a corroborar o nosso argumento. É no derradeiro momento da gestão de Celi Taffarel que podemos encontrar o início das temáticas na RBCE. Nas palavras de Kunz (1992, p. 247):

Com a presente revista, o CBCE, gestão 90/91, presidida (sic!) por Celi N. Z. Taffarel, completa sua série de volumes e números. (...) A organização do presente volume 12 (1,2,3) ficou ao encargo do Professor Dr. Nelson Carvalho Marcellino (...) e aborda a temática do Lazer. Nos próximos números pretende-se dar continuidade à edição de revistas por temáticas. Neste sentido, e com material reunido ainda pela gestão anterior, já estamos encaminhando o número 2 do vol. 13 com o tema: Educação Física: Ensino. E os próximos dois números, volume 13 (3) e volume 14 (1) (...) estamos organizando e aguardando trabalhos (...). Como tema destes dois números já escolhemos: Volume 13 (3) “A aprendizagem motora”. Aguardamos, também, das secretarias estaduais e especialmente, dos membros pesquisadores, sugestões para as temáticas dos próximos números. As aspas são do original.

Kunz nos deixa muito claro o que foi iniciado na gestão da Celi Taffarel e seria continuado pela gestão Valter Bracht através da RBCE, e o que se iniciava na nova gestão. Desse modo, dois números do volume 13 foram compostos por material obtido pela gestão anterior (Celi Taffarel), além da publicação em atraso reunida no volume 12 sobre a temática do lazer. O que nos é importante neste trecho citado é a temática que circularia. Tanto “ensino” como “aprendizagem motora” teria sido determinada pela gestão de Celi Taffarel, ou seja, a preocupação com a intervenção pedagógica estava posta. No (quadro 15) indicaremos todas as temáticas para que possamos ter uma visão melhor desta questão. Antes de adentrarmos na apresentação dos volumes, números e editoriais, é relevante notarmos os volumes e números que estão ausentes no (quadro 15). Os volumes 15 e 17, ambos número um, foram destinados para a publicação dos anais como tradicionalmente ocorreu até 1997. O vol. 19 n. 1 de setembro de 1997 foi uma confusão, pois não saiu como anais, porém teve publicado a palestra de abertura, as mesas redondas e os resumos dos trabalhos expostos.

QUADRO 15 – TEMÁTICAS DA RBCE NO <i>BLOCO QUATRO</i>				
	ANO/MÊS	VOL.	Nº	TEMÁTICA
1	1992	12	1,2,3	Lazer
2	1992/jan.	13	2	Educação Física: ensino
3	1992/jun.	13	3	Aprendizagem motora
4	1992/set.	14	1	Atividade física e saúde
5	1993/jan.	14	2	Currículo
6	1993/maio	14	3	Que ciência é essa? Memória e tendências
7	1994/jun.	15	3	Educação Física/Espportes e a questão do gênero
8	1994/out.	16	1	Metodologia do ensino para Educação Física/Espportes
9	1995/jan.	16	2	Legislação (sem texto)
10	1995/maio	16	3	Avaliação
11	1996/maio	17	3	Esporte, comunicação e mídia
12	1996/set.	18	1	Lazer e meio ambiente (sem texto)
13	1997/jan.	18	2	Lazer e meio ambiente
14	1997/maio	18	3	Temas introdutórios ao X CONBRACE (sem texto)
15	1998/set.	20	1	Pós-Graduação em Educação Física

Os outros volumes e números, respectivamente, vol. 15 n. 2, vol. 17 n. 2, vol. 19 n. 2 e 3, vol. 20 n. 2 e 3, se destinaram a publicação do “arquivo” – que era incentivado pelo editor – da Revista, isto é, dos textos enviados que foram aprovados mas que por algum motivo não se encaixaram na temática estabelecida ou chegaram com atraso e não puderam ir para a gráfica. Outra saída recorrente, quando da ausência de textos de acordo com a temática, foi a publicação de palestra e mesa redonda realizadas no CONBRACE. Com isso a RBCE tornou-se quase pontual na sua periodicidade. Todavia, as temáticas nem sempre foram possíveis.

Ao observarmos as temáticas de cada RBCE em boa parte das vezes é possível estabelecermos um nexu imediato, isto é, ao lermos “Educação Física: ensino” percebemos de imediato qual é a ênfase da publicação, ou pelo menos o que norteou o envio de textos. O mesmo procedimento não é possível quando lemos “Lazer” que é o primeiro volume temático. Neste

caso temos que ter um procedimento mais analítico e menos dedutivo. Em verdade, em ambos os casos deve ser mais analítico e menos dedutivo, porém neste último o cuidado deve ser maior.

É possível afirmarmos que mesmo no caso do volume da RBCE com a temática “Lazer” existem textos que se preocupam com a intervenção pedagógica. Os textos de Margarita Barreto, Gílian Carraro, Vilma L. N. Piccolo e Silvana M. Blascovi-Assis, respectivamente intitulados, “A brincadeira tradicional como uma opção de recreação orientada”; “Maurício de Sousa e seus personagens visitam a escola. Qual é a mensagem que eles transmitem?”; “Brincando com o ritmo”; e “Deficiência mental e lazer”, indicam a nossa asserção. Evidentemente que entre quinze textos quatro colocarem uma ênfase na intervenção pedagógica – nem sempre explícita e indiretamente relacionada à Educação Física – não se tem uma expressividade considerável. Todavia, se observarmos a composição da Revista há algumas outras ênfases teóricas, teórico-metodológicas e naturezas causais distintas acerca da produção teórica – o que motiva determinada preocupação investigativa – que não alcançam o mesmo número.

Fizemos esta ressalva porque as temáticas indicam tendências da RBCE e do Colégio, não mais que isso, visto que os números temáticos posteriores ao do “Lazer” não estiveram totalmente preenchidos com os textos relacionados às temáticas. Em outras palavras, podemos notar uma tendência condicionada pela editoria da Revista e a resposta intelectual e acadêmica, e nada mais que isso⁸⁹. Este último aspecto é importante se fizermos uma relação entre as preocupações do CBCE demonstrada nos congressos e a condução da RBCE. Ora, já notamos que a intervenção pedagógica era uma preocupação central para Valter Bracht e Elenor Kunz – e arrisco afirmar que para grande parte da área acadêmica localizada numa perspectiva progressista e “renovadora” – e pode ser constatada em alguns trechos dos editoriais da Revista⁹⁰.

⁸⁹ A relação editor-temática é interessante. Se notarmos a condução da RBCE muda de perspectiva na medida em que muda de editor. De 1991 a 1995, quando o editor era Elenor Kunz temos as seguintes temáticas: Lazer, Educação Física: ensino; Aprendizagem motora; Atividade física e saúde; Currículo; Que ciência é essa? Memória e tendências; Educação Física/Espportes e a questão do gênero; e Metodologia do ensino para Educação Física/Espportes. A partir de maio de 1995, assume como editor Giovani Di Lorenzi Pires e a RBCE toma outra tendência. Vejamos as temáticas: Avaliação; Esporte, comunicação e mídia; Lazer e meio ambiente; Temas introdutórios ao X CONBRACE; e Pós-Graduação em Educação Física.

⁹⁰ As produções de João B. Freire, Tani et al. e Reiner Hildebrandt, estão desde meados dos anos oitenta e início dos anos noventa colocando ênfase nas questões pedagógicas. Não se trata exatamente de elaboração de uma pedagogia, e sim, de lineamentos. As primeiras obras que trouxeram uma proposição didático-pedagógica foram “Metodologia do ensino de Educação Física” de um coletivo de autores e as produções de Kunz. Obviamente que estamos aqui nos referindo ao que se convencionou chamar de movimento “renovador” (Cf. CAPARROZ, 1997 e BRACHT, 1999b) que extrapola certamente o que poderíamos chamar de tendência “progressista” da Educação Física, em que se

No segundo editorial assinado por Kunz (1992), no número temático sobre Educação Física e ensino, é apontado um salto qualitativo no que concerne a produção teórica da área, mas que convive com uma ausência de propostas pedagógicas e a consequente percepção por parte dos profissionais da Educação Física no seu cotidiano.

Houve, sem dúvida, nos últimos anos, uma acelerada evolução científica na Educação Física Brasileira, no sentido de se ter acesso a leituras interpretativas da realidade do ensino da mesma, de grande densidade e articulação teórica. No entanto, o coletivo de profissionais organizados e articulados numa prática social-pedagógica concreta e no interior das escolas brasileiras, ressentem-se, ainda, de propostas mais reais e efetivamente norteadoras da prática social-cultural-educacional tão abrangente (KUNZ, 1992, p. 280).

Nota-se que além do problema da ausência de propostas teríamos outros desafios por vir, ao passo que a distância entre o cotidiano prático-pedagógico e a produção teórica é enorme, o que muitas vezes causa hipertrofia no lado acadêmico – esta preocupação ainda é atual na Educação Física e no CBCE. Diante dessa consideração de Kunz no editorial percebemos que a “renovação” da Educação Física permanecia ainda no meio do caminho. Assim, no nosso entendimento a ênfase na intervenção pedagógica especificamente em âmbito da Educação Física escolar era – e é – uma necessidade da ordem do dia. Mas continuemos com o editorial. Na sequência lê-se:

Naturalmente que as propostas aqui apresentadas dão ênfase a uma forma crítica do desenvolvimento de um projeto pedagógico para a Educação Física. O problema central é a transmissão de conteúdos, ou seja, mediar um conhecimento organizado e sistematizado com experiências e vivências de alunos. Nisso, o problema da transmissão apresenta um duplo problema: de um lado a produção de experiências significativas pelo movimento, esporte e jogos no aluno, e por outro lado, o transmitir de movimentos, esporte e jogos enquanto compromisso educacional (KUNZ, 1992a, p. 280).

Os problemas que envolvem a tarefa de criação de uma pedagogia crítica e progressista da Educação Física vão ficando cada vez mais claros. Não envolvem somente as bases epistemológicas e teórico-metodológicas em que se assentam – por isso a

encontra a produção de Kunz e o Núcleo de Estudos Pedagógicos do Centro de Desportos da UFSC e a obra “Metodologia do ensino de Educação Física”. Este movimento “renovador” está aquém quantitativamente de uma perspectiva empiricista que prevalece no mercado editorial e que não tem a academia como o seu *lôcus* de produção.

incompatibilidade entre teoria e prática se tratadas de forma dicotômica e que gera manifestações que se isolam mutuamente, ora do lado da “teoria”, ora do lado da “prática” – envolve, também, a realidade efetiva – o ponto de partida – em que se dão as práticas sociais. Daí a dificuldade!

No editorial da RBCE seguinte, qual seja, vol. 13 n. 3 de junho de 1992, que tratou da aprendizagem motora, Kunz (1992b) nota que para o processo de ensino-aprendizagem do movimento humano é basilar para a orientação dos profissionais de Educação Física, Esporte e Lazer ter como ponto de partida pressupostos teórico-metodológicos que levem em conta as dimensões político-pedagógica e epistemológica. Assevera em decorrência desse entendimento que as pesquisas sobre movimento humano, ou centraram-se em questões gerais relacionadas à educação, cultura e política, ou centraram-se em pesquisas disciplinares via biomecânica, terapia, treinamento, cinesiologia, entre outras. Diante disso a RBCE possibilitaria a disseminação de pesquisas do movimento humano que “(...) estão cada vez mais voltadas para a busca de caminhos no sentido de que o profissional da Educação Física, Esporte e Lazer, possa melhor organizar, conduzir e entender a sua prática” (p. 320).

Na RBCE vol. 14 n. 2 de janeiro de 1993 que teve a temática “Currículo”, Kunz (1993a) faz um arrazoado sobre o modo como se pesquisa sobre currículo no Brasil apontando dois aspectos, o de comumente relacionar o currículo às mudanças legislativas decorrentes de mudanças ídeo-políticas que levam a revisões de políticas e programas educacionais, o que por sua vez conduz os pesquisadores, normalmente contratados, a pesquisar novos modelos. O outro aspecto é o de que existiam à época poucos estudos – ainda hoje é uma carência – sobre currículo realizados pela área acadêmica da Educação Física. Prossegue o editor:

Embora o currículo seja apenas um dos fatores determinantes para o ensino da Educação Física e Esportes, requer uma análise profunda e ampla para melhor decidir sobre as possibilidades máximas do Movimento Humano no processo de formação humana. É esta a conclusão que chegam os diferentes autores desta revista para a temática “currículo”. São, assim, analisados programas curriculares tanto ao nível da graduação em Educação Física como nas instituições escolares. A finalidade não é a multiplicação de teorias a partir de diferentes tendências, mas refletir sobre a prática do cotidiano da Educação Física (p. 59). Os grifos são do original.

Insiste Kunz na necessidade de não se perder de vista as implicações prático-pedagógicas da Educação Física, em particular, as escolares. Esta preocupação com as implicações prático-pedagógicas vão se tornando nuclear em todas as manifestações editoriais.

Outro procedimento que vai se tornando nuclear na RBCE e acaba se tornando um critério, é a idéia de que os textos enviados têm que demonstrar a consideração da realidade brasileira, algo que já estava presente na gestão de Celi Taffarel, principalmente, na segunda, mas que não se constituía num critério de aceite. Vejamos o trecho do editorial.

(...) a Revista Brasileira de Ciências do Esporte não procurará, como já vinha acontecendo, privilegiar concepções científicas ou político-ideológicas, mas na medida do possível manter a “vigilância democrática” sobre as produções descompromissadas com a realidade brasileira da Educação Física e Esportes, bem como, em relação às questões educacionais e político-sociais do País. Assim, prevendo que para algumas temáticas editoriais o assunto em questão não seja contemplado com pelo menos uma abordagem crítica, deverá se lançar mão da “encomenda de artigo” aos sócios pesquisadores do CBCE, para cumprir com o propósito político da presente gestão do CBCE: “Divergência científica com vigilância democrática” (KUNZ, 1994a, p. 165). Os grifos são do original.

Nunca se viu tanta clareza num editorial do ponto de vista ídeo-político, no *bloco quatro*, como neste supracitado. É importante que se registre isto, pois a literatura especializada da área diz que o período ideológico do CBCE ficou para trás com o fim da gestão de Celi Taffarel.⁹¹

No que concerne a nossa preocupação central deste subcapítulo é preciso uma ponderação. Notamos no *bloco dois* a centralidade da “renovação” ocorrida na Educação para a “renovação” na Educação Física. Um dos núcleos da “renovação” era o considerado por Kunz, isto é, o compromisso com a realidade brasileira. Em todo o *bloco três* tal impostação é imanente, embora, no que diz respeito aos avanços pedagógicos ainda estivesse no início. Vale lembrar, que tanto Valter Bracht como Elenor Kunz traziam esta preocupação como central em suas produções teóricas. Portanto, uma evocação como a acima citada possui muito mais uma característica de manifesto, de chamamento, ou seja, traz um elemento ideológico indicativo para quem enviasse texto. O que não se explica é o que fazer com a carência de pesquisas para determinadas temáticas eleitas. Outra ponderação importante é que há uma sugestão de artificialidade da “divergência científica com vigilância democrática”. Se não há estudos críticos encomenda-se! O

⁹¹ Basta conferir as notações de Paiva (1994) em sua divisão da história do CBCE, em que a segunda gestão de Celi Taffarel e a primeira de Valter Bracht teriam diluído a ideologia na epistemologia. Não esqueçamos os depoimentos de Vitor Matsudo registrado em Daolio (1998), nos apontamentos de Tani (1998) e nas considerações bourdieusianas de Ferreira Neto (2005). Com exceção de Paiva que concluiu os estudos em 1994, os demais trabalham com a incompatibilidade entre conhecimento e ideologia, em que está última passaria longe da ciência ou outra forma de conhecimento que busque a verdade.

que não pode é ferir a premissa! Ora, imaginem uma temática que é tradição acadêmica ser pesquisada por determinada orientação teórico-metodológica ou epistemológica, ficaria difícil de ser publicada, mesmo sendo crítica, pois não faria jus ao princípio estabelecido. Mais grave ainda é o processo necessário para que uma pesquisa analítica seja feita. Se a necessidade do conhecimento para intervenção era demonstrada como imprescindível a reflexão cuidadosa deve ser imperiosa. Na medida em que se sugere encomenda entendemos que há carência em pesquisas que analisam determinadas práticas sociais, e nesse sentido é necessário um processo de incentivo às pesquisas, como também, o cuidado no tratamento analítico. Por isso, entendemos que o papel do Colégio, nesse caso específico, é o de possibilitar a criação de debates sobre as temáticas pouco tratadas e não encomendá-las para os considerados capazes de realizar a empreitada. Evidentemente, que há questões ídeo-políticas que necessitam de uma intervenção incisiva para marcar posição e não podem ser ladeadas, como foi o caso dos processos da LDB e do PCN.

No número temático seguinte, isto é, o primeiro da segunda gestão de Valter Bracht, cuja preocupação recaiu sobre a “Educação Física/Espportes e a questão do gênero”, inaugura-se a escolha dos temas a partir das Secretarias Estaduais⁹². Os artigos publicados nesse número, vol. 15 n. 3 de junho de 1994,⁹³ estão todos voltados à intervenção, seja no âmbito escolar e em seu aspecto pedagógico, seja nos marcos do alto rendimento. Segundo Kunz (1994b) duas questões centrais aparecem nos textos. Uma é a de a mulher – entendida como gênero e não como indivíduo isolado – que participa da estrutura esportiva do alto rendimento procurar cada vez mais se igualar aos homens e seus recordes e rendimentos. O caminho para isso são os procedimentos químicos via anabolizantes que as masculinizam. A outra é o problema que ocorria – e creio que hoje ainda ocorre, mas numa outra lógica – nas aulas de Educação Física na escola e suas turmas mistas. Estabelecem-se esportes masculinos e esportes femininos e a peleja e a divisão sob a égide masculina predominam. Em conclusão assevera o editor:

⁹² Os temas foram estabelecidos através de uma consulta às Secretarias Estaduais, o que nos indica uma compatibilidade entre as preocupações temáticas que vinham sendo sugeridas pela Revista e o que as Secretarias Estaduais, posteriormente, iriam determinar. Os volumes, números e temáticas ficaram assim: vol. 15 n. 3 Educação Física/Espportes e a Questão do Gênero; vol. 16 n. 1 Metodologia em Educação Física/Espportes; vol. 16 n. 2 Legislação da Educação Física/Espportes; e vol. 16 n. 3 Avaliação em Educação Física/Espportes (KUNZ, 1994a, p. 165).

⁹³ Uma curiosidade que deve ser registrada. Neste número é a primeira vez que se têm notícias da chegada da informática ao CBCE. Assevera Kunz (1994b, p. 225): “(...) estamos procurando agilizar o envio dos trabalhos para a editora, uma cópia impressa do trabalho e uma cópia em “DISQUETE para computador, de preferência nos programas WORD4, WORD5, WORD/WINDOWS, RPD, WORKSTAR”.

No conjunto, isto significa que no esporte, seja ele de alto rendimento ou praticado numa aula de Educação Física, há uma interpretação masculina do Movimento Humano e cabe às Ciências do Esporte e da Educação Física encontrar elementos de sua superação, especialmente para o contexto escolar (KUNZ, 1994b, p. 225).

A conclusão de Kunz é genuína se considerarmos o editorial precedente e a história do Colégio pós-1985. O que interessava ao CBCE, além de contribuir com a qualificação teórico-acadêmica da Educação Física/Ciências do Esporte, era possibilitar a qualificação pedagógica e profissional, o que pelos rumos adotados desde a vigência de Laércio E. Pereira passava necessariamente pela luta por uma educação de qualidade comprometida com a democratização, e que rendeu e rende até hoje a idéia de que o CBCE teria se tornado o reduto científico da Educação Física⁹⁴ – um segmento das Ciências do Esporte.

Na RBCE vol. 16 n. 1 a preocupação com a intervenção, e especificamente, com a prática pedagógica da Educação Física escolar, continua. Temos a temática “Metodologia de ensino para a Educação Física e Esportes” como orientadora. Aparentemente a ênfase recai sobre a intervenção pedagógica, mas não necessariamente, no espaço escolar. E é assim que Kunz (1994c) inicia o editorial. Não obstante, logo que possível o editor foca a atenção na Educação Física escolar, por entender que nesta “... a orientação metodológica se concentra, ainda, prioritariamente sobre as séries metodológicas de exercícios gimno-desportivos (sic!) ou mesmo na metodologia prevista para o treinamento esportivo” (p. 5). Kunz (1994c) prossegue dizendo que vem aumentando a quantidade de profissionais preocupados com a metodologia relacionada à condução do ensino e lastreada em novas concepções educacionais e pressupostos teórico-pedagógicos da Educação Física. Para esses profissionais o problema, assevera o editor, “... se

⁹⁴ No número 2 do volume 16 da RBCE de janeiro de 1995, há uma carta interessante de Agnaldo Gonçalves sobre esta questão e que não cai no canto da sereia das Ciências do Esporte. Diz ele: “Embora o trabalho de Celi Taffarel aborde as práticas desportivas e a seção de resumos mencione modalidades e dirigentes esportivas, revela-se pouco a negar que o substantivo da publicação identifica-se com a Educação Física, enquanto espaço definido de determinada prática pedagógica. Ora, trata-se da Revista Brasileira de Ciências do Esporte! De fato, o assunto é controverso. Desde pronto, gostaria de lembrar que sou médico sanitário e não especialista de Medicina do Esporte, área que historicamente parece ter se entendido a si, em articulação com alguns professores de Educação Física como nuclear às Ciências do Esporte. Incumbido de, no ano passado, presidir a comissão científica do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, tratei a questão cunhando a expressão Educação Física/Ciências do Esporte, a qual, segundo expositores do próprio evento, incomodou a alguns. Em pronunciamento público à reunião de Vitória da SBPC, mesmo o nosso presidente, o colega Valter Bracht, expressou preocupações a respeito. Textos que venho publicando há poucos anos também buscam subsidiar abordagens mais amplas à questão” (GONÇALVES, 1995, p. 146). Vale lembrar, que Gonçalves se refere à RBCE vol. 15 n. 3 que publicou os textos sobre gênero. Ele não mencionou o vol. 16 n. 1 que tratou da metodologia, que à princípio não se restringem à Educação Física e nem a Escola, mas que nos seus quatro textos relacionados à temática dois se referiam à Educação Física escolar.

constitui na adequada condução do ensino, sobretudo na questão metodológica, orientado ao conhecimento pedagógico-educacional, político-social destas concepções inovadoras e especialmente críticas” (p. 5).

Nota-se que é uma discussão da maior importância e que ainda hoje causa grandes preocupações no processo de formação profissional e na viabilidade de pedagogias para a Educação Física. A condução do editorial por parte de Kunz é muito interessante, ainda mais, se pensarmos na centralidade da metodologia de ensino para a Educação Física escolar e o tamanho da nossa miséria em termos de propostas críticas, que à época era grande e ainda hoje continua expressiva. E neste sentido, não precisamos nem mencionar a hipertrofia da Educação Física escolar em detrimento das “Ciências do Esporte”. É uma constatação! É uma constatação positiva do ponto de vista da manutenção da hegemonia da Educação Física renovadora e progressista no âmbito do CBCE, mas que não se expressa do mesmo modo fora da entidade, isto é, se expressa inversamente.

Vamos às considerações de Kunz (1994c, p. 5) na continuidade do editorial e a forma com que estava sendo proposto o tratamento da metodologia:

Pode-se entender, assim, que pressupostos metodológicos existem de forma mais específica, para auxiliar o professor no desenvolvimento de uma competência para o agir no contexto educacional do ensino, ou seja, para melhorar sua atuação didático-pedagógica no trato com os conteúdos e meios e na interação com os alunos. Esta competência, no entanto, não pode ser alcançada através de um simples “receituário” de conteúdos acompanhados das técnicas para a sua “adequada” organização, distribuição e transmissão. Uma vez selecionado os conteúdos e os meios de ensino, prevendo para os mesmos também, o contexto das interações e configurações de sentidos de forma compreensível e apreensível para os alunos, ocupa-se a metodologia, em determinar o âmbito das tomadas de decisões e medidas necessárias, conforme as concepções de ensino, de aluno, de Educação Física, de esportes, de Educação e etc., de cada professor. Assim, o método de ensino passa a ser um meio, uma concepção ou um caminho viável para conduzir um processo de ensino de acordo com uma determinada visão de Homem, de Sociedade e de Educação, para a qual o professor, o conteúdo e o aluno estabelecem as condições indispensáveis de concretização. As aspas são do original.

O entendimento de metodologia que passa a ser expresso no editorial é contraposto intencionalmente à redução tecnicista da Educação (Cf. SAVIANI, 2007) dominante

na Educação Física em geral, o que indica que a educação e suas metodologias são determinadas sócio-econômica e político-culturalmente – algo que não podemos desenvolver neste espaço. Assim caminha a RBCE. Este foi o último editorial assinado por Elenor Kunz, e teremos, doravante, algumas mudanças em relação à ênfase dada a intervenção mais que não será imediata.

Com o afastamento de Elenor Kunz, certamente por se candidatar a sucessor de Valter Bracht, o vol. 16 n. 2 de janeiro de 1995 com a temática “Legislação em Educação Física e Esportes, fica sob a responsabilidade da editoria adjunta ou do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/UFSC). As considerações arroladas no editorial são importantes e versam sobre a rápida compatibilidade entre as transformações no “esporte-espetáculo” e a atualização em forma de legislação, da criação do “Sistema Educacional Esportivo Brasileiro”, enquanto a Educação Física escolar permanecia sob a vigência do Decreto-lei n. 69.450/71 e sua carga herdada dos expedientes institucionais da burguesia fardada. Lembra ainda da dificuldade de votação da nova e já mutilada LDB. Diante disso interroga a capacidade de intervenção política do CBCE: “Qual é o nosso compromisso enquanto entidade científica? Quais são as nossas possibilidades de intervenção na elaboração de políticas públicas para o setor da EF/CE, neste governo que começa?” indagam os editores (EDITORIAL, 1995a, p. 81).

Infelizmente, este número teve um único trabalho aprovado para a temática eleita, a qual não mais se repetiria na história do CBCE, até os dias atuais.

Mas, a ênfase na intervenção permanece via temáticas caras à Educação Física escolar, que obviamente poderia ser tratada com outros acentos e em outras áreas. No entanto, no Colégio e sua substância material advinda do avanço acadêmico, a discussão se iniciava. Quem sabe a participação dos pesquisadores que haviam deixado o CBCE na diáspora de 1989 não daria conta da diversidade? A temática tratada no vol. 16 n. 3 de maio de 1995 foi “Avaliação”. Aliás, o novo editor Giovani Di Lorenzi Pires (1995), logo à partida diz que avaliação seria a tratada naquele número da RBCE, a saber, a que está preocupada com o processo de ensino-aprendizagem e com os subsídios que pode oferecer para o “aperfeiçoamento” dos alunos. Nesse sentido, a avaliação é imanente ao planejamento do ensino e seus respectivos objetivos, e carrega alguns pressupostos ético-políticos que norteiam a prática interventiva. Com esse entendimento afasta-se toda e qualquer noção neutra. O editor também rechaça o que comumente foi entendido como “Avaliação” na EF/CE, a saber, o “medir”, tendo em vista a sua contaminação tecnicista.

No fechamento do editorial e de um ciclo da RBCE sob os cuidados de Elenor Kunz e da editoria adjunta, Pires (1995) pede que seja feita uma avaliação sobre a forma como se conduziu a RBCE no quadriênio que ali findava. E nota:

Durante este período, foram nossos propósitos regularizar a sua periodicidade, levar em frente a intenção de pluralidade no que diz respeito ao perfil editorial, abrir espaços para novos autores, preservadas a qualidade científica e a relevância social das publicações, enfim, garantir à comunidade brasileira da Educação Física/Ciências do Esporte um veículo para a socialização dos conhecimentos produzidos por nossos associados (p. 150).

Ao que parece depois de feitas as avaliações, Giovani Di Lorenzi Pires irá continuar como editor da RBCE. Doravante, teremos uma mudança de direção da RBCE. Os volumes e números e seus respectivos temas não tiveram tanta ênfase na intervenção pedagógica, mas, não perdeu de vista a questão da intervenção no seu sentido já aludido. Tivemos quatro números temáticos⁹⁵ como consta no quadro acima, sendo que um deles foi repetido pela ausência de envio de texto, que estiveram sintonizados as novas temáticas tratadas pela Educação Física em âmbito acadêmico e que traziam consigo impactos da “globalização” de acordo com Pires (1996a, 1996b, 1997a, e 1997b). São eles: Esporte, comunicação e mídia (vol. 17 n. 3); Lazer e meio ambiente (vol. 18 n. 1 e 2) que teve textos sobre a temática somente no número 2; Temas introdutórios ao X CONBRACE (vol. 18 n. 3) que não recebeu a tempo de ser enviado à editora nenhum texto; e Pós-Graduação em Educação Física (vol. 20 n. 1).

Este último número já indicava algumas preocupações que iriam tomar conta do CBCE na gestão subsequente até a atualidade. A Revista foi publicada em setembro de 1998, e Silva (1998) apontava em seu editorial para a necessidade de uma crítica aprofundada da Pós-Graduação em Educação Física depois de um momento de grande avanço qualitativo. Ainda apontava para a encomenda de dois artigos sobre um tema extremamente polêmico à época – e hoje ainda causa frisson – a saber, a regulamentação da profissão de Educação Física. Os textos ficaram aos cuidados de Jorge Steinhilber e Lino Castellani Filho. O número ainda trouxe um texto elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física do MEC, composta por Elenor Kunz (UFSC), Emerson Silami Garcia (UFMG), Helder Guerra de Resende

⁹⁵ Os volumes 17 n. 3, 18 n. 1 e 2, foi estabelecido pelo editor uma vez que segundo ele não foi possível a consulta às Secretarias Estaduais como era de costume na última gestão (Cf. Pires, 1996a, p. 127).

(UGF), Iran Junqueira de Castro (UnB) e Wagner Wey Moreira (UNIMEP), que visava orientar a área sobre as novas diretrizes curriculares para a graduação em Educação Física.

Por mais que ainda houvesse dois números do volume 20 a ser publicado – que viriam num único volume – este número um já indicava o norte que tomaria a lógica interventiva do CBCE.

4.4 – O início da informatização e da internet no CBCE

Antes de passarmos ao *bloco cinco* faremos algumas considerações sobre uma mudança estrutural iniciada no *bloco quatro*, principalmente, na segunda gestão de Elenor Kunz que foi menos notória, pois acabou atingindo várias instâncias da vida em geral, embora ainda hoje não massiva. Estamos nos referindo à chegada da informática no CBCE, especialmente, da possibilidade de envio de textos para a RBCE e para o CONBRACE através de disquete, e a criação de um sítio do CBCE, ou seja, a chegada da internet.

Embora já houvesse menção à informática desde 1985 com Laércio E. Pereira e Gabriel Palafox, o Colégio⁹⁶ estava longe de ser informatizado como sugere Laércio E. Pereira (2007). O CBCE passa se informatizar somente na gestão de Elenor Kunz, pois sente-se de fato na organização estrutural os seus efeitos. Kunz⁹⁷ em depoimento diz:

Começamos a viver mais intensamente a era eletrônica, da informática e isso acelerou o mundo, acelerou tudo e o CBCE não podia ficar fora disso tudo. Resumindo: da gestão do Valter herdamos uma máquina Olivetti. A que foi usada pelos presidentes anteriores para sua comunicação com os associados e com os profissionais do País. Na nossa gestão já foi possível usar a Internet e por aí se pode ver quantas mudanças. Isso influenciou muita coisa que se fazia e se fez no CBCE.

A primeira vez que se tem menção na RBCE – e desconhecemos qualquer outra menção em outro documento – sobre o uso de disquete foi em 1994 no vol. 15 n. 3. Acima na nota de rodapé 114 citamos parte do trecho que segue abaixo. Atenção para o motivo do uso do

⁹⁶ No item “e” artigo 3º do primeiro estatuto do CBCE aparece uma menção a criação de um centro de informática. Acesso em: <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=62> no dia 01/05/2009.

⁹⁷ Vide (Anexo 3).

disquete: “... gostaria de comunicar que estamos procurando agilizar o processo de encaminhamento final dos trabalhos que nos chegam, até a editora para publicação, por isso estamos solicitando o envio de UMA CÓPIA do trabalho e o DISQUETE para o computador...” (KUNZ, 1994b, p. 225). Na RBCE vol. 16 n. 1 há uma segunda menção ao disquete e com a mesma preocupação. No editorial em questão fala-se do próximo tema e da data limite pedindo que se enviem trabalhos,

...acompanhado de DISKETE (sic!) para que se processe com maior brevidade a editoração da mesma. No último número tivemos um pequeno de atraso, acontecido por problemas técnicos da editora, especialmente com a digitação da revista e, para evitarmos novos atrasos estamos solicitando o envio dos trabalhos em disketes (sic!)... (KUNZ, 1994c, p. 5).

Nos dias atuais, em que o disquete é algo mais que obsoleto, mencionar o seu uso como parte de uma mudança estrutural, pode parecer sem sentido, no entanto, pelos trechos acima percebemos que função estava desempenhando essa ferramenta informacional, e mais, a economia de tempo e trabalho (digitação) que estava sendo possibilitada. Mas, outro aspecto da informática iria em pouco tempo chegar ao Colégio, diminuindo não só o tempo de comunicação como também o seu espaço.

A primeira vez que se fala em “internet” no CBCE é pelo editorial da RBCE. O mais curioso, que isso é feito numa observação *post scriptum*. A informação foi dada em maio de 1996 na RBCE vol. 17 n. 3. Vejamos:

...em tempos de modernidade nas comunicações, já estamos na Internet, graças aos companheiros Laércio Elias Pereira e Maria Lúcia Boos. Além do email (cbce@cds.ufsc.br), anote aí como acessar as nossas home pages: CBCE: <http://www.cds.ufsc.br/cbce/cbce.html>. CONBRACE: <http://www.nib.unicamp.br/CEV.cbce/conbrace97/> (PIRES, 1996b, p. 211).

Seria um espanto se o nome de Laércio E. Pereira não aparecesse nessa empreitada. Doravante, não notaremos pelo menos no *bloco quatro* mais nenhuma menção à internet ou ao disquete. Sabemos que a internet demorou a se tornar imprescindível ao cotidiano do CBCE. Já as formas de armazenamento de informação iniciadas pelo disquete e que depois ganharam espaço com o cd-rom, serão cada vez mais valorizadas por sua função de envio de informações, mas também, como formato de Anais. A internet somente se tornará intrínseca ao Colégio no século XXI, em que teremos iniciada a conjunção de comunicação com

informatização. E demorará ainda mais de uma década para este processo atingir a RBCE, como veremos no *bloco cinco*.

5 BLOCO CINCO – CONSOLIDAÇÃO CIÊNCIA E COMPROMISSO POLÍTICO: novos desafios para a relação intervenção e conhecimento.

A percepção dos limites é um pressuposto da capacidade de aspirar – no plano ideal – a um avanço tendencialmente ilimitado. Mas a ultrapassagem das fronteiras não se dá efetivamente no plano ideal: o movimento da consciência, em última análise, depende do movimento concreto, material, dos seres conscientes. O mundo, na sua espessa materialidade, em sua inesgotabilidade, em sua irredutibilidade ao saber, impõe barreiras ao processo do conhecimento.

Leandro Konder

O CBCE nas gestões de Lino Castellani Filho (1999-2003), Ana Márcia Silva (2003-2005) e Fernando Mascarenhas (2005-2009) consolidou-se como uma entidade científica que contribuiu significativamente com o desenvolvimento da Educação Física, especialmente na sua dimensão acadêmica, e neste sentido, não o fez direta e imediatamente em relação à totalidade da Educação Física seguindo o que havia se perspectivado no passado, isto é, na luta por hegemonia. O CBCE contribui com o salto qualitativo de uma Educação Física que começou a se esboçar no início dos anos oitenta e que se desenvolveu e ganhou qualidade no decorrer dos anos. Em outras palavras, a “intenção de ruptura” segundo Hungaro (2010) fundada no marxismo, gerou toda uma movimentação e produção que criticou a visão de Educação Física que estava entranhada e legitimada (Cf. BRACHT, 1997) no tecido social, e a partir desse processo muito conhecido como “crise de identidade”, termo cunhado por Medina (2010) com vistas a demonstrar a necessidade de construção de uma nova Educação Física, tivemos um posicionamento e uma produção teórica por parte de alguns intelectuais – que viriam a se tornar orgânicos nesse processo – que deu base para a construção de uma Educação Física progressista e renovada. O CBCE já havia sido fundado e era uma entidade que trazia em seu seio a convivência regulada entre a Educação Física e as demais áreas que contribuía com suas pesquisas em Ciências do Esporte. É neste âmbito que temos o início de uma movimentação para a renovação da Educação Física, com vistas a dar um passo para além da visão orgânica e positivista de homem e sociedade, conformando-se numa dimensão progressista.

Quando o primeiro professor de Educação Física (Laércio E. Pereira) assume a presidência, tivemos o início de um processo de transição e da possibilidade de um maior protagonismo dos professores, pesquisadores e intelectuais identificados com uma perspectiva progressista da Educação e da Educação Física. Com as gestões de Celi Taffarel tivemos o início do protagonismo da Educação Física, em suas dimensões pedagógica, profissional e acadêmica, que se coloca numa posição hegemônica dentro da entidade – possibilidade de levar a cabo a “crise de identidade” e coetaneamente a “intenção de ruptura” – e de contra-hegemonia fora dela, o que permanece até hoje.

Entretanto, com as gestões de Valter Bracht e Elenor Kunz a “intenção de ruptura” a qual se refere Hungaro (2010) é acalmada, o que não quer dizer que a característica progressista que ganhara a Educação Física tenha sido abandonada. Intentamos mostrar no *bloco quatro* todo o esforço dessas gestões de fazer circular e estimular toda uma produção que estivesse empenhada na construção de uma intervenção pedagógica crítica. Ao mesmo tempo o debate em torno da “crise de identidade” se tornou epistemológico o que trouxe à tona as diferentes propostas de compreensão do estatuto científico da Educação Física, mas que não levou o Colégio a se neutralizar ou ficar à deriva, fazendo com que este se mantivesse uma orientação progressista, qual seja, a de dar respostas aos problemas advindos da prática pedagógica e profissional e da orientação teórica no âmbito da ciência. Nesse momento já não se fala mais em Ciências do Esporte. Fala-se nas possibilidades da interdisciplinaridade no âmbito da Educação Física, o que dá condições objetivas de construção dos GTTs. Com a construção desses espaços de circulação, mas também, de estímulo à reflexão, produção teórica e base para as ações da entidade, temos ampliado as possibilidades de reflexão a partir do espectro temático da Educação Física que estava em desenvolvimento na área acadêmica. Assim, o CBCE afina a sua relação com a Pós-Graduação, notadamente com os pesquisadores, tornando-se um espaço de circulação e estímulo, produção e crítica no âmbito das idéias.

O *bloco cinco* terá como base real essa estruturação constituída. Manterá o CBCE enquanto uma entidade sintonizada com as perspectivas progressistas e humanistas, não só da Educação Física, mas com as outras áreas acadêmicas que de alguma forma dão subsídios teóricos à Educação Física desde os anos oitenta.

E neste sentido, no *bloco cinco* teremos a continuação de uma série de perspectivas administrativas, organizativas e político-científicas desenvolvidas nos *blocos*

precedentes. Entre elas podemos notar a constante busca pela capilarização do Colégio através das Secretarias Estaduais; o desenvolvimento dos GTTs amarrado às próprias Secretarias Estaduais; a perseguição da qualificação da RBCE com vistas à melhora em sua indexação, tendo, também, os GTTs como lastro; os Congressos sintonizados com a inter-relação entre problemáticas específicas da área acadêmica e as problemáticas macroscópicas presentes na política educacional, científica e esportiva.

O CBCE nas gestões do *bloco cinco*, em parte, radicalizou de forma razoável estas perspectivas desenvolvidas – criação de GTT e Fórum Permanente de Pós-Graduação; diálogo com a CAPES; diálogo com o Ministério da Educação; qualificação do GTT e da RBCE; busca da constante capilarização do CBCE via Secretarias Estaduais, mediante o entendimento da Reforma Estatutária de 1987; busca pela diminuição do hiato existente entre produção do conhecimento e prática pedagógica e profissional, etc. – e em parte instituiu novas perspectivas certamente decorrentes das postas no passado, porém, determinadas e condicionadas pelo presente. A criação do Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) ocorrendo em simultaneidade com o CONBRACE; a participação no Foro Mercosur; a participação junto a Capes na construção de uma avaliação da produção científica para além do periódico (Qualis Livros); a busca de uma inter-relação horizontal entre GTT e Secretaria Estadual; o acento no Conselho Nacional de Esportes (CNE) no Ministério do Esporte (ME); a participação no Fórum Social Mundial de Porto Alegre com o Manifesto; a criação da RBCE On-Line e a integração ao Sistema On-Line de Apoio aos Congressos (SOAC); são todos indicativos de novas perspectivas criadas diante da qualificação alcançada pelo Colégio. Noutras palavras, o CBCE adquiriu nos anos anteriores um estofo que lhe trouxe como consequência a necessidade vital de intervir científica e politicamente em todas as questões atinentes à Educação Física, não perdendo de vista, é importante que fique claro este aspecto, a sua posição genuinamente progressista no espectro da Educação Física brasileira.

Far-se-á necessário para a exposição do engendramento do Colégio na primeira década dos anos dois mil, sob a égide das gestões de Lino Castellani Filho, Ana Márcia Silva e Fernando Mascarenhas, que se tenha uma maior atenção para a inter-relação constante entre o vetor político e o vetor científico. Embora, ambos os vetores estejam radicalmente amarrados, e estejam presentes em toda a história do Colégio, umas vezes um predominando sobre o outro, é possível perceber no *bloco cinco* em alguns momentos intervenções com ênfase na qualificação

científica com pouca implicação política imediata, e, igualmente, no que concerne a intervenção política, uma pouca implicação científica imediata. É prudente ressaltar que no *bloco quatro* houve intervenção com estas características. Por exemplo, a participação nos processos de constituição da Nova LDB e dos PCNs, foi carregada por uma ênfase imediatamente política e imediatamente científica. Já a criação dos GTTs foi o inverso, muito embora o imbricamento dos vetores tenha sido mais intenso.

Por estes motivos não é opção fazer uma exposição que vislumbre a inter-relação dos vetores mencionados acima. Ela é inevitável. Como se trata de uma entidade científica é evidente que a ênfase recai sobre esta qualidade e quase sempre se inicia por ela.

E justamente por conta desta inter-relação dialética, no caso do CBCE, da ciência com a política é preciso que façamos uma breve ressalva sobre as diferenças entre as gestões deste *bloco* e os determinantes e condicionantes que julgamos estarem nas suas bases. Por isso, antes de avançarmos no *bloco cinco* é necessário que fique dito: embora estejamos tratando as diferentes gestões num único *bloco* elas guardam semelhanças e distinções importantes. Talvez as maiores semelhanças estejam entre as gestões de Fernando Mascarenhas e Ana Márcia Silva, do que em relação às gestões de Lino Castellani Filho. No entanto, tratamos num único *bloco* devido ao fato de as gestões posteriores à de Lino Castellani Filho terem operado uma continuidade, principalmente, nas ações próximas ao vetor científico, e do ponto de vista da luta pela hegemonia no campo da Educação Física terem mantido o CBCE numa perspectiva contra-hegemônica iniciada em meados dos anos oitenta.

Entendemos que a distinção das gestões de Lino Castellani Filho em relação às subseqüentes se encontra no aspecto ídeo-político, uma vez que a ênfase na atividade política foi mais intensa, e tal fato se deve a forma com que a DN que assume em setembro de 1999 compreendia a função da entidade em meio à ofensiva neoconservadora⁹⁸ no campo do Esporte e da Educação Física iniciado no fim do século XXI, bem como, a ofensiva em várias frentes do capital. Veremos que as gestões de Lino Castellani Filho operaram algumas mudanças na entidade, umas com clara conotação política – por exemplo, a ênfase ao iniciar a gestão em

⁹⁸ É notório o avanço de uma Educação Física conservadora e reacionária em torno do CREF/CONFED e das instituições dirigem com supremacia o esporte brasileiro, que defendem uma ideologia da Educação Física. Ideologia – no sentido de falsa consciência e distorção intencional na esteira do entendimento de Marx – porque reduz o ser social ao seu aspecto orgânico tratando a cultura como um epifenômeno. Reduz a Educação Física à atividade e exercício físico e ao esporte, ambos numa lógica da saúde individualizada e ao lazer como compensatório ao mundo do trabalho e à sociedade sedentarizada.

estabelecer contatos com as várias entidades e instâncias políticas, administrativas e educacionais, relacionas à Educação Física e à Educação, bem como, a insistência em qualificar as instâncias organizativas da entidade (GTT, Secretarias Estaduais e do Distrito Federal e Congresso Regional e Nacional) visando pautar as suas decisões enquanto DN nas consultas e deliberações destas instâncias – e outras com maior ênfase na qualificação científica da entidade em consonância com a qualificação acadêmica da área, como é o caso da qualificação sem precedentes da RBCE.

Ao considerarmos estes aspectos como diferenciadores, não estamos afirmando que eles se restringiram a estas duas gestões de Lino Castellani Filho, e sim, que houve uma mudança de ênfase. Os aspectos que foram continuados sofreram um impacto mais incisivo dos determinantes das transformações econômicas e políticas, certamente, por entrarem em desenvolvimento, ao passo que somente havia sido esboçado no passado, e por a entidade centrar maior atenção nas questões afetas a política científica, – e isto é perceptível nos seus vários vetores, por exemplo, a atividade desempenhada pelos GTTs, pela RBCE e pela criação de dois fóruns permanentes – a internacionalização e a informatização. Este caminho fez com que o CBCE sofresse um maior impacto do neoprodutivismo nas gestões de Ana Márcia e Fernando Mascarenhas, por estar sendo desenvolvido nas políticas educacionais e científicas, e por se tratar de nexos imanentes ao caminho escolhido por cada DN ao planejar a sua trajetória.

Abriremos um parêntese para expormos em algumas linhas a compreensão do mundo contemporâneo alicerçado no capitalismo e em suas faces políticas (neoliberalismo) e culturais (pós-modernidade).

Segundo Netto e Braz (2006) a conjuntura dos anos entre 1967 e 1973 é desfavorável ao imperialismo. Este que era fundado na exploração e opressão das colônias entra em declínio. Os países socialistas não se mostravam estremecidos. Do ponto de vista econômico, o capital monopolista passa a sofrer com a queda na taxa de lucro e com o fortalecimento do movimento operário centrado nas conquistas e manutenção de direitos, o que era aceitável nos anos de ouro e não causava danos a extração da mais-valia. Com a recessão generalizada dos anos 1974-1975, o capital monopolista se vê em perigo e desenvolve uma política global para reverter a conjuntura negativa. O primeiro passo foi desmontar o movimento sindical e precarizar e extinguir os direitos trabalhistas – início do neoliberalismo. O segundo e coetâneo é a reestruturação produtiva, “(...) esgota-se a modalidade de acumulação denominada *rígida*, própria

do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a *acumulação flexível*” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 215) os itálicos são do original. É com base nessa nova forma de acumulação que se forma a reestruturação produtiva:

...essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção (NETTO e BRAZ, 2007, p. 216) os itálicos são do original.

De acordo com os autores três são as implicações imediatas da reestruturação produtiva: a primeira é a de expansão das fronteiras do trabalhador coletivo (todos aqueles envolvidos na produção); a segunda é a exigência posta à força de trabalho, uma vez que requer cada vez mais qualificação, ao mesmo tempo que o emprego de mão-de-obra desqualificada aumenta em rotatividade (garantia e manutenção no emprego); terceira, diz respeito à forma da gestão da força de trabalho, em que agora os operários se tornaram “colaboradores”, “cooperadores”, “associados”, e passaram a “vestir a camisa” da empresa, criar sindicatos de empresa (produtividade em metas alcançadas em que todos ganham) e aumentar o nível de competição entre si em busca de premiações e reconhecimento.

A ofensiva do capital combina a acumulação rígida própria do taylorismo-fordismo com acumulação flexível do toyotismo. Esta combinação constituiu uma nova forma de extração de mais-valia, que necessitou devido a sua imanência novas ordenações políticas postas pelo neoliberalismo e teorias que buscam explicar a existência de uma nova era sem *precedentes históricos*.

De uma parte, a produção ‘rígida’ (taylorista-fordista) é substituída por um tipo diferenciado de produção, que da forma anterior mantém a característica de se realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estandarização, buscando atender variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de ‘nichos’ particulares de consumo. De outra, o capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a *desterritorialização da produção* – unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência

de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 216). Os itálicos são do original.

A partir desta citação é possível fazermos um primeiro desdobramento relacionado à tendência globalizante do capital, que ao inovar dá argumentos aos pós-modernos de que vivemos numa nova era, em que a resposta ao global, abstrato, padronizado através do local, a diversidade, a comunidade, a história e a particularidade, não é levada em conta. Ora, é justamente nessa tensão entre o global e o local que o capitalismo contemporâneo tem operado. Acerca deste aspecto assevera Kumar (2006, p. 223):

Seu interesse pelas particularidades de local, localidade “herança” e história coincide com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância do local. Tal fato não se choca, mas, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço. A criação de um espaço global abstrato, homogêneo, gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade.

Segundo Kumar (2006) que de acordo com o entendimento dos marxistas que estudam a pós-modernidade relacionada ao capitalismo contemporâneo, afirma que este opera tanto com as estratégias de padrão e homogeneização com a criação de produtos globais – McDonald’s, Mickey Mouse, etc. – que levam mais longe as tendências históricas de mundialização já previstas no século XIX por Marx – quanto com a particularização e diversidade, novidade que é utilizada por muitos como prova de pós-modernidade.

Além das economias de escala, há “economias de escopo”. O capitalismo, em sua fase global, pós-fordista, precisa diversificar e individualizar produtos. Cidades e regiões têm, também, que destacar as diferenças mútuas. Tem que acentuar suas peculiaridades de identidade e história – sua “herança” –, a fim de se tornarem atraentes não só para o capital internacional mas também para o turismo mundial. O resultado em ambos os casos foi o surgimento de diversidade e particularidade. Em todas as sociedades industriais há agora uma notável faixa de bens e serviços especializados e, não raro, exóticos: cozinhas étnicas e regionais, arte “folclórica”, música do “Terceiro Mundo”, vestuário e mobiliário “tradicionais”, novas e restabelecidas formas de medicina e de produtos de saúde. Analogamente, ocorre (ou parece ocorrer uma renascença de pequenas cidades e aldeias e a regeneração de velhas áreas industriais, com frequência como regiões turísticas (...)). O que os críticos marxistas

da pós-modernidade querem enfatizar é a aparência superficial de tudo isso e a lógica mais profunda subjacente. O localismo está ligado ao globalismo e, a particularidade, aos requisitos da fase mais desenvolvida, pós-fordista, do capitalismo. A Sony Corporation fala, reveladoramente, de “localização global” como sua estratégia operacional corrente, enquanto Theodore Levitt, um dos principais analistas da nova filosofia empresarial, argumenta que o “produto mundial” não diz respeito apenas à padronização, mas igualmente ao que chama de “cosmopolitização da especialidade” (KUMAR, 2006, p. 225-226). As aspas são do original.

Do ponto de vista político, os “novos movimentos sociais” que surgem desse novo arranjo estrutural do capital, se afastam das questões de classes e centram-se na de identidade. No entanto, se como assevera Kumar (2006) na esteira de Harvey (1989), há uma potencialização da capacidade de comunidades negligenciadas se organizarem e agirem em âmbito local e em torno de questões relacionadas às etnias e às mulheres, há do mesmo modo, se levarmos em conta o socialismo municipal e a defesa de comunidades de trabalhadores, o alcance de vitórias pouco prováveis em âmbito nacional e internacional. Neste sentido, os grupos que são capazes de se organizar no local sentem dificuldade de se organizar no espaço amplo, uma vez que se apegam a identidade determinada pelo local, o que os tornam partes da fragmentação que pode ser utilizada pela acumulação flexível.

A louvação posmodernista (sic!) do lugar e das identidades locais ignora esse fator crucial. Interpreta e aplaude a descentralização e a diversidade como manifestações de autonomia local. Ignora as forças ocultas por trás do intercâmbio aparentemente livre de auto-afirmação local. A “Terceira Itália” com certeza explorou suas tradições locais peculiares de artesanato e cooperação comunal, mas seu sucesso, na opinião de Harvey, dependeu em essência da existência de demanda de bens personalizados na economia mundial ferozmente competitiva. Outras cidades e regiões – Los Angeles, Gales do Sul, Formosa – tornaram-se atraentes para o capital internacional ao reforçar certas características locais: uma variedade especial de perícias, uma cultura anti-sindical, uma tradição de administração paternalista do trabalho. O que importa não são as características únicas de identidades locais, mas a maneira como elas se combinam com os requisitos de um capital cada vez mais versátil (KUMAR, 2006, p. 224-225).

Vê-se que a mercantilização tem alcançado os espaços antes nunca imaginados. No entanto, esta capacidade, como notamos acima, é possível devido ao incremento técnico-científico das forças produtivas, o que propiciou a expansão continua do capital, ao ponto de se instalarem, na perspectiva da desterritorialização, plantas industriais removíveis. Estes aspectos

tem sido possíveis porque se inter-relacionam a uma dimensão sociopolítica que dissolve desumanamente todos os entraves. Esta dimensão tem se efetivado através do neoliberalismo que flexibiliza e precariza as relações trabalhistas para preparar o terreno para a exploração e opressão quase sem limites da força de trabalho, num processo de concentração de poder através dos monopólios que além de controlar a produção sem nada produzir se tornam corporações que controlam aspectos extra-econômicos da nova ordem mundializada do capital – os nossos ícones da administração esportiva pela via da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) são partícipes ativos de ordem. Tal processo cria um exército de trabalhadores terceirizados⁹⁹. Não esqueçamos que com o toyotismo a exigência de trabalhadores “competentes” e “polivalentes” aos moldes das pedagogias da competência, não se dá em simetria com o emprego de um número crescente de trabalhadores cada vez menos qualificados. O que é mais marcante no capitalismo contemporâneo, é que a diminuição do trabalho vivo é vertida em desemprego – em meio ao emprego nas condições precaríssimas – que tem sido naturalizado, juntamente com o agravamento da questão social que tem visto a criminalização do pobre e do pauperismo crescer constantemente. Somado a isso temos a diminuição em alta escala de operários industriais, da sindicalização e de movimentos de trabalhadores em massa, o que dá a impressão que vivemos o “fim do trabalho” como opositor ao capital em sua contradição fundamental, e o fim do sujeito revolucionário capaz de conduzir a luta revolucionária para transformar o mundo em sua totalidade (Cf. NETTO e BRAZ, 2006, p. 216-221).

Na fase atual do capitalismo – imperialista – toda e qualquer limite sociopolítico é um entrave. Segundo Netto e Braz (2006) o capital monopolista tem se livrado de todas as travas para o seu controle e regulamentação que não lhe é imanente (como as crises) e que foram postas pelas lutas dos trabalhadores e convertidas em direitos sociais. Por meio da ofensiva neoliberal o Estado tem sido minimizado para os *de baixo* – com o corte em investimento e infra-estrutura para o atendimento dos direitos sociais (contrata-se as entidades do mal-chamado Terceiro Setor para prestar “serviços” de todos os tipos) e a criação de toda uma legislação antidemocrática e dismanteladora das conquistas históricas, com fortes incidências nas

⁹⁹ Netto e Braz (2006, p. 218) citam Dreifuss (1996, p. 54) para exemplificar um caso ilustrativo. “A Nike, uma das ‘grandes’ no mercado mundial de tênis, não produz um cadarço sequer, e seus 9 mil funcionários diretos constituem-se numa organização de estratégia mercadológica, desenvolvimento de produto e subcontratação de serviços e produtos que, através da terceirização de suas atividades, gera 75.000 empregos em outras empresas”.

leis trabalhistas – e maximizado como engrenagem fundamental para o metabolismo sócio-econômico do capital.

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (...) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do **processo de privatização**, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para a exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos – onde, em geral, significou uma profunda *desnacionalização* da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos (de que é exemplo paradigmático a Argentina de Menem) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 228). Os negritos e itálicos são do original.

Conforme o capitalismo contemporâneo avança permeando a vida social através da sua planetarização, em conjunto e imanente a sua constituição, segue toda uma ofensiva neoliberal que vai preparando o solo com intensos processos de ataque as bases do velho Welfare State europeu e de seus rascunhos nas periferias, que inequivocamente desenvolveram algum patamar de civilidade. Diante das várias frentes do capital (localismo; globalismo; escala; escopo; etc) e de seus respectivos arranjos políticos neoliberais é que surge uma ambiência cultural pós-moderna que vai proporcionar a criação de teorias de explicação da realidade – e no caso dos pós-modernos, das realidades, que não necessariamente precisa ser verificado – que incidem não só no imaginário social, mas também, em sua articulação e programação política. Desse modo, o CBCE como qualquer outra instância social pode sofrer impacto da ambiência cultural pós-moderna, mas, o que serve ao marxismo, ao estruturalismo, etc., serve à pós-modernidade, a saber, a identificação de posição teórico-metodológica com posição política é perigosa. Preferimos entender que há uma unidade nem sempre coerente e que conduz a ação do sujeito. É neste sentido, que estou me referindo à importância de levarmos em conta as proposições teóricas e políticas do campo pós-moderno.

Netto (2010) diz que o campo pós-moderno é heterogêneo, e que a distinção ídeo-política é simples de ser feita, uma vez que de um lado estão os pós-modernistas de

“oposição”, os quais se pretendem críticos a ordem do capital, como é o caso de Boaventura de Souza Santos, e doutro lado os pós-modernistas de “celebração”, os quais estão convencidos que a ordem do capital é a última estação da história, como é o caso de Jean François Lyotard. Todavia, assevera Netto (2010), é possível estabelecer um denominador entre as teorias pós-modernas.

a) Aceitação da imediaticidade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão da sua inteira existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre *aparência* e *essência* e, sobretudo, a dissolver a especificidade de modalidades de conhecimento – donde, por consequência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico; b) a recusa da categoria de *totalidade* – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações societárias contemporâneas, ou porque lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas¹⁰⁰ – ou pelas duas ordens de fatores; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva das hiper-realidades (p. 261-262). Os itálicos e aspas são do original.

Somado a este denominador comum Netto (2010) nota que há duas constantes que se generalizam, a saber, o ecletismo como cânon metodológico, visto que o conhecimento pós-moderno é relativamente imetódico, a partir de uma constituição fundada na pluralidade metodológica e glorificadora da transgressão metodológica. A outra constante é o relativismo que é diverso do caráter relativo de todo conhecimento. O relativismo é levado ao limite e acaba com a idéia clássica de verdade, tanto no sentido da ciência como um *jogo de linguagem*, quanto no sentido de todo conhecimento se tornar uma *artefactualidade discursiva*, o que acarreta “...sumariamente a supressão de qualquer estatuto que não o lógico-retórico para a verificação/avaliação do significado dos enunciados científicos” (NETTO, 2010, p. 262). Este aspecto do relativismo é caro ao neotecnicismo. À medida que o que diz da relevância de determinado saber é o fator de impacto que no limite verifica/avalia de forma lógico-retórica quadro das autoridades científicas de determinado campo do conhecimento. Ou seja, a verificação/avaliação que coteja a teoria com os referentes materiais foge a esta medida.

¹⁰⁰ Netto (2010, p. 262) se refere ao totalitarismo, conceito que a seu ver tem sido usado impropriamente, tanto para explicar o nazifascismo como para explicar o estalinismo. Veja a nota 105 que o autor destina aos autores que tem negado a categoria de totalidade, bem como, Hegel.

Tendo os denominadores e as constantes que se generalizam levados em conta, segundo Netto (2010) o traço que mais caracteriza a ambiência cultural pós-moderna é o de uma concepção “clara e grosseiramente” idealista do mundo social. Tal regresso idealista pode ser notado no que o autor chama de “entificação da razão moderna”. Os pós-modernos responsabilizam a razão moderna pelas falácias que se tornaram as promessas da modernidade, fundadas no controle otimizado da natureza – em meio à destruição produtiva do meio-ambiente – e na interação humana emancipada – em meio à opressão e a heteronomia. Desse modo. A dimensão instrumental da razão moderna estaria inevitavelmente concebida para colonizar a sua dimensão emancipatória. Contudo, considera Netto (2010, p. 263) que tal idealismo não é inocente:

...ao creditar à razão moderna a realidade histórico-social contemporânea, *o que fica à sombra é a ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia*; se à grande burguesia a crítica aberta à propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a referência direta à exploração, o apelo à luta de classes e ao socialismo permanecem intoleráveis, não causam mocha as demandas de inclusão social, de combate às desigualdades, de requisições de cidadania e de solidariedade e de apelo a uma sociedade alternativa. Não pode surpreender, pois, que o discurso pós-moderno, tão virulento contra a *ciência moderna, ocidental, capitalista e sexista* – em cuja base está a razão moderna –, se revele inofensivo em face do capitalismo contemporâneo, fomentando práticas políticas minimalistas ainda que midiaticamente mobilizadores (e tanto mais inócuas em face do domínio do capital quanto mais radicalmente se apoiem nas defesas extremas do “multiculturalismo” e do “direito à diferença”), práticas que em geral envolvem os “novos movimentos sociais” e apela à “sociedade civil”, ou derivando para o limbo das utopias. Os *itálicos e aspas* são do original.

Como se vê na citação, ao as posições pós-modernas entenderem que o problema está na razão e não no capital, acabam por sinalizar para uma luta política que não mais tem o capital como metabolismo social que precisa ser superado para que a humanidade se emancipe. Assim, todas as reconfigurações sócio-práticas que visam entranhar no ser social um sentimento de “fim da história” e de “otimização” do capitalismo por meio de uma face democrática – como se esta fosse compatível com ele – se entrelaçam no processo de reestruturação produtiva. No caso específico do CBCE, a contribuição de Saviani (2007) pode ser ilustrativa para que compreendamos os rumos do capital sob uma roupagem próxima aos processos educacionais e às políticas científicas, mas que não são desprezáveis para entendermos

para onde tem caminhado a saúde, o lazer e o esporte, somados, evidentemente aos aspectos acima desenvolvidos.

Saviani (2007) considera que estamos vivendo uma – em seu livro a análise abarca uma década (1991-2001), mas aponta as tendências que são contemporâneas e extrapolam o recorte temporal do autor – reconfiguração das proposições e análises ocorridas no passado. Por isso ele utiliza o prefixo “neo” e aponta as diferenças. O autor considera que a base das transformações na educação se encontra no neoprodutivismo, isto é, nas bases da reestruturação produtiva da ofensiva do capital nos últimos quarenta anos. Porém, o neoprodutivismo possui as suas variantes, que são o neo-escolanovismo, o neoconstrutivismo e o neotecnicismo.

Segundo Saviani (2007) o produtivismo era pautado na teoria do capital humano desenvolvida por Schultz nos marcos do *Welfare State* e da teoria keynesiana do pleno emprego. A educação tinha a função de formar força de trabalho para o mercado em expansão e para o desenvolvimento da riqueza coletiva e individual, em meio ao aumento de competitividade entre as empresas e ao desenvolvimento social. Neste sentido, o produtivismo pautava-se em demandas coletivas fundadas no crescimento econômico do país, na riqueza social e na competitividade das empresas. No neoprodutivismo a ênfase recai sob o indivíduo. Continua-se a defesa da importância da educação para a economia, mas nessa nova compreensão é o indivíduo que deve decidir – algumas vezes forçadamente – o que pode ajudá-lo para se tornar competitivo no mercado de “trabalho”, ou seja, o investimento em “capital humano” é individualizado, e do mesmo modo e na mesma medida, o fracasso. No nosso tempo é conhecido que não há empregos para todos o que torna extrema a competição. O que há agora é a potência ao emprego, a empregabilidade.

Como variante dessa reestruturação neoprodutivista temos o neo-escolanovismo que vai ao encontro das necessidades da empregabilidade. O lema, segundo Saviani (2007, p. 429) é o “aprender a aprender”. Se antes o escolanovismo defendia este lema para a convivência das crianças e para a sua adaptação à sociedade, que era vista como um organismo e que caminhava para o pleno emprego, na atualidade, isto é, no ideário neo-escolanovista, há uma dispersão pelos vários espaços sociais fundado na necessidade em ampliar constantemente a empregabilidade. Considera Saviani (2007, p. 435) que o neoconstrutivismo e as pedagogias das competências são outra face do neo-escolanovismo, pois além de valorizarem o lema do “aprender a aprender”, hipertrofiaram um aspecto da inteligência proposta por Piaget, qual seja, o

sensório-motor em que o centro é o indivíduo e a experiência cotidiana imediata que possibilita o desenvolvimento da reflexividade imediata em detrimento da reflexão conceitual mediata. Assevera Saviani (2007, p. 435):

Em suma, a ‘pedagogia das competências’ apresenta-se como outra face da ‘pedagogia do aprender a aprender’, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à ‘mão invisível do mercado’.

Esse processo desencadeado pela reestruturação produtiva, isto é, pela ofensiva do capital, tem implicações culturais significativas. Ao centrar-se na educação a implicação recai sob a construção de um ser social de novo tipo, que esteja em consonância com o metabolismo social. Assim, a busca do capital por extrair taxas de lucro cada vez maiores com menos dispêndio de trabalho vivo implica em aumentar cada vez mais a eficiência. Mas, esta eficiência deve se dar num outro plano racional, uma vez que a produção capitalista tem mesclado taylorismo-fordismo com toyotismo. Este último requer um trabalhador polivalente e que se adapte rapidamente às mudanças na produção, ou seja, que tenha “competência” e que “aprenda a aprender”. Percebe-se que a vigência das idéias pós-modernas baseadas na aparência do fragmentado, nas mudanças constantes e sem nexos substanciais aparentes umas com as outras, na incerteza, no imediatismo e na diluição entre as fronteiras e as distinções entre os tipos de conhecimento, são perfeitamente compatíveis com o neoconstrutivismo, com neo-escolanovismo e com a pedagogia das competências.

Se o neoprodutivismo através das suas facetas neoconstrutivista, neo-escolanovista e da pedagogia das competências, está próxima às características básicas da Educação Física e sua intervenção prático-pedagógica e profissional, a outra faceta do neoprodutivismo, a saber, o neotecnicismo, não se afasta desses vetores básicos, mas explica melhor os caminhos seguidos pela Pós-Graduação e pela política científica em geral.

Saviani (2007) diz que o velho tecnicismo – racionalidade, produtividade e eficiência – fundava-se num Estado interventor e numa perspectiva do desenvolvimento nacional da era do pleno emprego, e que o neotecnicismo – que mantém as premissas basilares da

racionalidade, produtividade e eficiência – se funda a partir de um Estado que estimula atividades privadas e filantrópicas a partir das parcerias público-privadas (leia-se empresas com “responsabilidade social” como a Souza Cruz, universidades, bancos, corporações, entidades transnacionais e ONGs) e que pouco investe.

Ora (...) a base da pedagogia tecnicista são os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, dos quais deriva o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndios. Esse objetivo, que na década de 1970 era perseguido sob a iniciativa, controle e direção direta do Estado, na década de 1990 assume uma nova conotação: advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não-governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países apresentam um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não-governamentais (SAVIANI, 2007, p. 436).

O neotecnicismo é um fenômeno próprio do capitalismo contemporâneo e se torna possível e concreto, por conta da ideologia neoliberal impregnada em nossa sociedade nesse início de século. E no nosso caso específico, que é buscar compreender o que tem impactado o CBCE na atualidade e determinado os seus rumos, o neotecnicismo nos marcos do neoprodutivismo, isto é, como uma estratégia de produzir com eficiência e segundo os interesses do capital, é uma possibilidade explicativa para a atual situação da educação brasileira. Embora, Saviani (2007, p. 437) esteja diretamente tratando da escola, as características que ele nota no neotecnicismo pode ser generalizada à política científica, especialmente, a Pós-Graduação. Vejamos:

Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo, como recomenda o toyotismo. Estamos, pois, diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. E a avaliação converte-se no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente pela criação de agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação. (...) Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos

resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade.

É notório diante dessa caracterização feita por Saviani que, trata-se de uma intervenção do capital mediado pelo Estado, que visa controlar a produtividade da escola, mas não somente do ponto de vista quantitativo, uma vez que as Diretrizes Curriculares, PCNs, e toda ordem de legislação e orientações pedagógicas são atreladas à produtividade. No caso da Pós-Graduação que tem causado maiores impactos no CBCE, fica claro como a política científica – incluindo a de fomento – se pauta nessa orientação.

Findando este proêmio poderíamos afirmar que, por um lado, o neoescolanovismo e o neoconstrutivismo impactaram mais nas discussões acerca da formação profissional e das Diretrizes Curriculares, e por outro lado, o neotecnicismo impactou mais nas questões relacionadas à política científica, especialmente, a questão da avaliação da produção acadêmica que incide na constituição dos programas, credenciamentos e na organização dos periódicos científicos, e que se inter-relacionam mediatamente com as outras variantes do neoprodutivismo.

No entanto, é válido uma ressalva, qual seja, o impacto das transformações societárias supra-citado incidiu nas gestões de Lino Castellani Filho de uma maneira que causou menos instabilidade vital para a entidade. Já os impactos nas gestões de Ana Márcia Silva e de Fernando Mascarenhas incidem no nódulo vital da entidade, principalmente em imediato, os decorrentes do neotecnicismo, uma vez que a entidade depende em demasia do protagonismo dos seus intelectuais que estão sendo tomados pelo produtivismo acadêmico.

Com base nessa compreensão dos determinantes do *bloco cinco* é que procuramos analisar a sua formação. Por conseguinte, exporemos como se deu a continuação da qualificação científica da entidade relacionada aos seus avanços políticos. Obviamente, que não se trata de um evolucionismo, e sim, da relação entre o tempo e o modo, ou seja, a que tempo se situou a entidade e o modo com que deu respostas, nem sempre satisfatórias.

5.1 – A qualificação da política e a política da qualificação

O que caracteriza as gestões de 1999 a 2009, é o seu foco num tipo de intervenção que colocava no horizonte a saturação de mecanismos políticos e científicos que dessem ao CBCE condições de poder participar das principais projeções de políticas educacionais, científicas e esportivas em âmbito nacional, como também, que lhe possibilitasse iniciar atividades visando o intercâmbio e a colaboração internacional – entenda-se América Latina. Por isso a distinção entre o vetor científico e o vetor político de atuação é muito sutil. As preocupações com a formação profissional em meio às novas Diretrizes Curriculares Nacionais aparecidas ainda no *bloco quatro*, mas que terão uma maior repercussão e impacto somente nos anos dois mil; a criação do Conselho Federal de Educação Física e uma proposta de atuação profissional reacionária e neoliberal que se enquadra no espectro da hegemonia fora do CBCE, que também ocorreu ainda nos anos noventa, mas gerou nexos causais para os dois mil; o Fórum Permanente de Pós-Graduação (que tem sua protoforma no GTT Pós-Graduação) que devido as mudanças na avaliação realizadas pela CAPES¹⁰¹, principalmente, o que diz respeito à produtividade, colocou uma urgência em pensá-la na perspectiva da Educação Física progressista hegemônica no CBCE, com vistas a orientar a produção científica e questionar os critérios estabelecidos, ao passo que a perspectiva hegemônica fora do Colégio - fundadas nas tendências epistemológicas ancoradas nas Ciências Biológicas e Naturais – tinha os critérios de avaliação adequados para a vazão de sua produção; o Manifesto dirigido ao Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre (RS) em 2002; o estabelecimento de diálogo com o Ministério da Educação (MEC); as políticas de esporte do governo Lula e a participação do CBCE no Conselho Nacional de Esporte; a internacionalização do CBCE, seja com o seu Congresso seja via RBCE, e a participação no Foro Mercosur; demonstram a inter-relação por nós apontada.

Outros aspectos desenvolvidos pelo CBCE no *bloco cinco* que estão mais próximos do vetor científico: o novo projeto editorial da RBCE em parceria com a editora Autores Associados; a criação de coordenador e comitê científico nos GTTs, e a consequente melhora na qualidade dos trabalhos apresentados nos congressos na inter-relação entre amadurecimento teórico da área e titulação dos pesquisadores; o fortalecimento das Secretarias Estaduais e dos Congressos Regionais e a busca por uma ligação constante com os GTTs, o que tem sido uma difícil tarefa desde os primórdios dos Grupos; a criação da RBCE On-Line e a

¹⁰¹ Ver a Resolução da Câmara Educacional Superior nº2, de 7 de abril de 1998, que trata dos indicadores da produção intelectual institucionalizada. Acessado no dia 27/11/2010, em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Resolucao_CNE_CES_002_1998.pdf

integração ao SOAC; são ações que partem de uma preocupação em torno da produção qualificada de conhecimento, com a sua difusão e circulação abrangente visando fomentar o debate e a produção teórica, como também democratizar o conhecimento, que estão mais próximas ao vetor científico, isto é, o tem como propulsor, mas não se limita a ele.

Tendo em vista todo este matiz adquirido pelo CBCE com o passar dos anos é que exporemos este item. Porém, a nossa atenção estará voltada para as questões que foram se pondo à ordem do dia do Colégio e que tiveram que ser tratadas para que esta entidade desse um salto qualitativo, na inter-relação com o campo da Educação Física e a disputa pela hegemonia e com os aspectos macroestruturais, lembrando que algumas dessas questões já vinham sendo enfrentadas pelas gestões anteriores, e no caso específico do *bloco cinco*, a herança se encontra em boa parte no *bloco quatro*.

A primeira questão que aparece é a da formação profissional; depois a Pós-Graduação e as avaliações institucionais da CAPES. Poderíamos afirmar que são estes três vetores, os dois últimos intimamente relacionados, que impulsionarão as mudanças nas instâncias organizativas (DN, GTT e SE) e instâncias que cuidam da difusão, circulação e fomento da produção teórica (RBCE e CONBRACE). Desse modo, ao CBCE e todo o seu *corpus* de intelectuais orgânicos se organizarem para dar resposta às questões acima expostas – que são decorrência das transformações societárias que tratamos acima – temos a construção de um posicionamento que em sua maioria postam a entidade na contra-hegemonia, seja no espectro da Educação Física, seja no das políticas educacionais – o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais e depois do Bacharelado –, das políticas esportivas – a construção do Ministério do Esporte e o protagonismo do CBCE na construção da I Conferência Nacional do Esporte (CNE) que teve pouco impacto nos associados da entidade –, ou das políticas científicas – as avaliações da CAPES que incidem na Pós-Graduação e na produtividade intelectual. Com exceção das políticas esportivas, as outras políticas incidiram profundamente no CBCE. As trataremos no decorrer deste item. Antes apontaremos o início do *bloco cinco* e a característica genuína da gestão de Lino Castellani Filho.

A candidatura de Lino Castellani Filho para a presidência do CBCE em 1999, e o teor da carta-programa da chapa “Intervenção e Conhecimento”, já demonstram de imediato a relação entre o vetor político e o vetor científico que causava receio aos intelectuais e pesquisadores mais ativos do CBCE. O que não se esperava era que essa inter-relação dos vetores

se daria num novo patamar. Vejamos o que escreveu Castellani Filho sobre as repercussões da sua candidatura em 1999:

A comunicação de nossa intenção de nos candidatar-mos pegou de surpresa boa parte daqueles que estavam à época, mais diretamente envolvidos com a dinâmica do CBCE. Junto com ela, o mal disfarçado receio de que imputássemos a ele o mesmo apelo presente nas gestões 1987/1989 e 1989-1991, do qual buscaram se afastar pelas razões aqui já comentadas. Tal receio também se ancorava no fato de estarmos vindo de uma experiência de quatro anos de gestão sindical, vividos na Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp), dois dos quais na sua presidência (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 124).

O receio notado pelo autor tinha os seus motivos, mesmo se discordarmos dele. No entanto, a nova diretoria propunha uma programação que não abria mão do compromisso político, mas que se orientava para a qualificação da entidade. E a nova conjuntura, principalmente, no âmbito da política educacional e da política científica, pedia intervenções de novo tipo. A carta-programa indica o contexto em que entrara o CBCE, e que deveria dar respostas, mas reconhecendo o esforço e sucesso das gestões passadas, reconhecimento este que esta primeira gestão do *bloco cinco* fez menção sempre que possível.

Sua sensibilidade para com a imperiosa necessidade de socializar a produção de conhecimento gestada em seu entorno social, visando levá-la a regiões e setores com dificuldades de se aproximarem dela, fez com que enfatizasse em suas ações a construção de mecanismos que melhor garantissem a concretização de seus objetivos. Os Congressos Brasileiros e Regionais de Ciências do Esporte, a RBCE, o Boletim Informativo, as Secretarias Estaduais e, mais recentemente, a organização dos Grupos de Trabalho Temático, GTTs, passaram a expressar, cada vez mais e mais, a própria intenção de viabilização de locais de produção e difusão de saberes. Todavia, entendemos que dentro deste quadro de final de século / início de novo milênio, uma diretoria de entidade científica nos moldes do CBCE, atenta ao processo de dilapidação do patrimônio público — material e cultural — que assola o país, face a um processo de mundialização da ordem global gestada sob a égide de governos de índole neoliberal, como o nosso se caracteriza, deve privilegiar em sua ação institucional uma forma de atuação que implique em uma intervenção mais eficaz junto às instâncias responsáveis pela definição e implementação das políticas governamentais, de modo a tornar mais efetiva a explicitação de sua inquebrantável vocação de defesa dos interesses da sociedade. Nesse sentido, o que objetivamente propomos, sem abrírmos mão do já construído e consolidado pelas diretorias que nos antecederam, é a construção de uma consequente interlocução efetiva com as sociedades científicas, institutos de pesquisas, universidades e nelas, os cursos de pós-graduação, objetivando uma maior articulação com setores que produzem e/ou fomentam a produção de

conhecimentos científicos, tecnológicos e educacionais sedimentando, nesta interação, a configuração de um espaço viabilizador de possibilidades de aprofundamento da reflexão crítica, da produção teórica e de possíveis redimensionamentos da forma e do lugar hoje delineados para a área acadêmica denominada Educação Física (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 125-126).

Desse modo, fica evidente o que intentava a nova gestão encabeçada por Lino Castellani Filho. Mas, havia que apontar como se daria essa intervenção e essa interlocução. Para notar como estava programada a intervenção e a interlocução, os postulantes à Direção Nacional (DN) do CBCE, apontam quatro pontos a serem concretizados:

Para que tal intuito adquira capacidade de viabilizar-se a contento, defendemos o

- a) fortalecimento das ações da Diretoria, no escopo de dotá-la das condições necessárias para o devido encaminhamento das deliberações aprovadas nas instâncias decisórias da entidade;
- b) fortalecimento das instâncias organizativas da entidade, notadamente aquela concernente à figura da Secretaria Estadual – expressão mais acabada da intenção descentralizadora que embalou sua criação há mais de uma década atrás e que, passado esse período, necessitava de um redimensionamento que pudesse lhe conferir uma maior vinculação orgânica à DN e, por outro lado, uma maior autonomia na sua organização e atuação local;
- c) fortalecimento dos GTTs como um coletivo que verticaliza e aprofunda os conhecimentos por conteúdos temáticos no interior do CBCE, subsidiando-o em suas ações científicas e políticas;
- d) aprofundamento das relações institucionais do CBCE com outras entidades da comunidade científica nacional e internacional – da qual fazem parte seus sócios – com vistas ao fortalecimento do campo de resistência aos setores responsáveis por políticas de Ciência & Tecnologia danosas às perspectivas de autonomia científica e tecnológica brasileiras, dado o alto grau de desmantelamento da capacidade de produção e veiculação da pesquisa por elas propiciado, buscando contribuir para a reversão desse quadro (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 126).

Todos os itens com exceção do “d” eram indicativos da necessidade de aprofundamento do que estava sendo desenvolvido. O item “d” indica o que estava no horizonte do CBCE, sem a certeza de se concretizar. Se pensarmos na busca pela internacionalização da RBCE e do CONBRACE, nos esforços para criação de um protagonismo constante do CBCE no âmbito das políticas de Pós-Graduação e de Graduação, na preocupação em contribuir com a divulgação e com o estímulo à pesquisas focadas na Educação Física escolar, como também, em intervir junto as instâncias responsáveis pelas políticas educacionais, científicas e esportivas,

teremos o que avançou o Colégio na trilha do item “d”. Porém, não podemos esquecer que estas eram as questões candentes e inadiáveis daquele tempo. Tinha a ver com a manutenção vital do Colégio, não sendo uma escolha aleatória e sim uma determinação da realidade em que se constituía a entidade.

Outro aspecto interessante do item “d” é o claro reconhecimento das tendências regressivas postas pela ofensiva neoliberal e pela globalização da economia e da miséria. Ou seja, a carta-programa estava chamando a atenção para o fato de que, mais hora menos hora teria que ser reconhecida as interferências macroscópicas na vida do Colégio.

Nos anos noventa com as gestões de Valter Bracht e de Elenor Kunz, o CBCE se manteve sintonizado muito mais no que era particular, e se estivermos correto, a interface com os aspectos sociais gerais se dava via intervenção pedagógica – com exceção da sua impostação epistemológica – não por ser uma opção cega de suas diretorias, e sim, por se constituírem desafios do seu tempo.

Neste sentido, a Educação Física estava começando a ser diretamente impactada – pois já era atingida de forma indireta pelas políticas educacionais da vigência de FHC no final dos anos noventa, que será imediato para a entidade nos aspectos relacionados à Pós-Graduação e à política científica atrelada a qualificação da entidade e da Educação Física. É nesse âmbito que se darão as preocupações com a RBCE e com o CONBRACE, no que concerne aos parâmetros de qualidade a serem adotados. No entanto, antes de falarmos da RBCE e do CONBRACE falemos das primeiras medidas da gestão de Lino Castellani Filho¹⁰², no sentido de afastar o receio que se dava em relação à nova DN.

Sabíamos que os olhares de todos estavam voltados para nós. O receio de uns era a expectativa de outros... Já na primeira Assembléia que dirigimos, ao final do XI *Conbrace*, mostramos consciência do papel institucional reservado ao CBCE e respeito à pluralidade de seu quadro associativo, não o confundindo

¹⁰² Fernando Mascarenhas em depoimento que nos concedeu no dia 9 de fevereiro de 2010, ao considerar as diferenças das gestões do *bloco quatro* para a gestão de Lino Castellani Filho, aponta algumas características desta última. “A gestão do Prof. Lino Castellani Filho, talvez se diferencie, sobretudo, pelo maior envolvimento e pela maior participação que ela passa a conquistar junto das instâncias, tanto dos GTTs, mas também, das Secretarias Estaduais. Eu era secretário nesse momento de transição e vivi isso. Além do que a gestão do Prof. Lino Castellani Filho tem uma maior preocupação em fazer do CBCE uma entidade com maior protagonismo na sua capacidade de influenciar a formação das políticas públicas. O CBCE tem nessa gestão um papel preponderante na construção das Diretrizes Curriculares Nacional para a formação em EF, tem um papel ativo nesse processo e isso é reflexo dessa preocupação e daquela direção, de fazer com que o CBCE possuísse maior protagonismo nos rumos das políticas educacionais, esportivas e científicas do país”.

com porta voz de posicionamentos individuais de membros de sua DN ou de outras de suas instâncias organizativas (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 127).

Um encaminhamento segundo Castellani Filho (2007) foi estabelecer interlocução com a representação da Educação Física na CAPES, no CNPq e na FAPESP, e igualmente, com o CONFEF, o que foi entendido como indevido, isto é, que o CBCE não deveria dar atenção a esses segmentos. Esse era o tom dado ao CBCE na intervenção política. Três exemplos do tipo de intervenção política adotada pelo Colégio na primeira gestão do *bloco cinco*, são citados por Castellani Filho (2007, p. 127 et seq.) e ilustram a proposta que passara a se efetivar.

O primeiro é a carta endereçada aos dirigentes de cursos superiores de Educação Física, cujo conteúdo estava relacionado às ingerências do CONFEF acerca da exigência de registro em conselho para exercer a docência. O segundo exemplo relaciona-se aos dois manifestos tornados públicos pelo Colégio. O primeiro do ano 2000 é intitulado, “Manifesto por uma Educação Física Inclusiva” e tinha o propósito de contrarrestar as tendências reacionárias e conservadoras pautadas na “aptidão física”, na esportivização da Educação Física e na desconsideração pelo acervo teórico-crítico que o campo havia produzido. O segundo manifesto foi enviado ao Fórum Social Mundial realizado em 2002, na cidade de Porto Alegre (RS), e teve o título, “Manifesto em Defesa do Direito Social Inalienável de Acesso ao Universo das Práticas Corporais”. É importante citarmos um trecho deste manifesto para ilustrar o posicionamento contra-hegemônico que o CBCE afirma. Ele é diretamente endereçado a uma Educação Física conservadora e reacionária conjuminada aos interesses do capital que vem ganhando força e espaço do fim dos anos noventa para cá. Assim, o Manifesto ainda se faz atual. Vejamos o trecho específico que trata das práticas corporais.

O CBCE repudia o processo crescente de mercadorização das Práticas Corporais (dentre elas o Esporte, a Ginástica, a Dança e as Artes Marciais), bem como do conhecimento produzido acerca destas por parte dos governos subordinados aos ditames neoliberais inerentes ao mercado e a globalização, além do posicionamento de setores da Educação Física brasileira que negam o caráter histórico-social das práticas corporais e apontam para um reducionismo naturalista desta produção humana, restringindo-a unicamente aos parâmetros da aptidão física para a saúde e do rendimento esportivo, inclusive no âmbito escolar. O CBCE reafirma a defesa do reconhecimento e do acesso às Práticas Corporais como direito social inalienável de todos os povos, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo dialético de construção da

individualidade humana, devendo ser garantido por Estados Nacionais Soberanos (apud CASTELLANI FILHO, 2007, p. 129).¹⁰³

O terceiro exemplo diz respeito à carta enviada pela DN ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Prof. Dr. Ulisses de Oliveira Panisset, o que segundo Castellani Filho (2007), colocou o CBCE como protagonista definitivamente na discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Todavia, somente na gestão de Ana Márcia Silva é que teremos o desfecho, por sinal polêmico e que indica como dentro do CBCE a hegemonia de uma Educação Física progressista tem a sua composição cada vez mais matizada e ampliada.

Nota-se que no início do *bloco cinco* a atividade política é intensa. Esta se deu em concomitância à atividade política voltada especificamente para a qualificação das instâncias organizativas e científicas do Colégio, tanto no que diz respeito à difusão e circulação da produção teórica (RBCE e GTT) como no que concerne a estrutura administrativa que possibilita a qualificação (SEs e DN). Um grande passo dado pelo CBCE que possibilitou uma notoriedade, menos importante evidentemente, do que as possibilidades que trouxe de interlocução privilegiada com vistas à qualificação do CBCE, foi a filiação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Sabemos nós que o CBCE teve uma presença constante nas Reuniões Anuais desta entidade, fazendo as suas reuniões organizativas e deliberativas acerca da organização do Congresso, das temáticas da RBCE, das mudanças no Estatuto, das discussões em torno do GTT e sua natureza científica, entre outros pontos menos centrais. No entanto, até o ano 2000, o fez na condição de não-filiado. A partir desse ano é que o Colégio engrossa o rol de entidades científicas filiadas à CBCE (FERREIRA NETO, 2001, p. 7).

Nesse mesmo ano 2000, na 52ª Reunião Anual da SBPC, é terminado o processo de consulta iniciado no XI CONBRACE, em 1999, que dá luz ao novo regimento das Secretarias Estaduais, após a reforma estatutária de 1987. Vejamos o que diz a apresentação das Secretarias que consta nos Anais do XII CONBRACE.

As Secretarias Estaduais são, agora, formalmente instaladas por ato da Direção Nacional, garantindo-se o cumprimento dos mandatos daquelas que já venham funcionando e tenham passado por processo eleitoral devidamente divulgado

¹⁰³ “Distribuído em três idiomas, além do português (inglês, francês e espanhol), o Manifesto contou com o apoio institucional das Faculdades de Educação Física da UFRGS e da Unicamp. Já em janeiro de 2001, o CBCE se fez presente no Fórum Social Mundial com o ‘Manifesto pelo reconhecimento do Esporte e das demais Práticas Sociais constitutivas da Cultura Corporal da Humanidade como Direitos Sociais Inalienáveis de todos os Povos’” (apud CASTELLANI FILHO, 2007, p. 129). Os grifos são do original.

junto aos sócios do Estado e reconhecido pela Direção Nacional. No Estado onde não exista Secretaria Estadual organizada, ou onde ela esteja sem diretoria, ou mesmo não tenha passado por processo eleitoral nos termos descritos no caput do artigo, a Direção Nacional nomeará uma Comissão Provisória cujo mandato não poderá ultrapassar 8 (oito) meses (CONGRESSO..., 2001).

Percebe-se que havia alguma dificuldade em capilarizar – e ainda há¹⁰⁴ – o Colégio, pois a DN não passaria a cogitar a instalação de Comissão Provisória se não houvesse dificuldade. Desse modo, concordamos com Fernando Mascarenhas quando em depoimento¹⁰⁵ que nos concedeu assevera que a partir de 1987, houve a criação de uma perspectiva inversa da que ocorria nas gestões do *bloco um*, a saber, o CBCE designava o representante da entidade no Estado, mas que ainda não se universalizou, uma vez que o CBCE ainda cria as Secretarias Provisórias, e isto se constitui numa representação do CBCE no Estado. É evidente que agora a preocupação é fundada na necessidade de constituição de Secretarias Estaduais que sejam legitimadas nos Estados por seus sócios em primeira instância, e não mais, em encontrar alguém que represente o Colégio e seus interesses – e aqui não há nenhum maniqueísmo. Os interesses do CBCE no *bloco um* não estavam relacionados necessariamente à capilarização territorial da entidade, todavia, estavam relacionados ao estímulo à produção científica através da interlocução das instituições constituídas para estes fins (laboratórios, por exemplo), por meio do CBCE, numa perspectiva pautada nas raízes internacionais do Colégio e inversa da corrente hoje na

¹⁰⁴ Atenção para a “Síntese da Reunião de Sócio efetivos do CBCE Região Centro-Oeste” resultado de uma reunião ocorrida no IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte (CONCOCE) realizado em Brasília entre os dias 22 e 25 de setembro de 2010, que teve o intuito de discutir a necessidade de aprofundar e ampliar as atividades conjuntas entre os GTTs e as Secretarias Estaduais e Distrital. Esta síntese procurou demonstrar que ainda esta se desenvolvendo um processo de capilarização que não se reduz à instalação da Secretaria Estadual e Distrital e sua relação com os GTTs em época de Congresso Regional e Distrital. Está em desenvolvimento a qualificação da autonomia relativa dessas instâncias da entidade, no sentido de se tornar um braço político e científico atuante constantemente. Outro documento que é possível vislumbrar esta questão da entidade é o relatório da reunião institucional do CBCE realizada na 58ª Reunião Anual da SBPC, e que tratou das Secretarias Estaduais e dos GTTs. Ver: <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=146> . Acesso realizado em 01/05/2009.

¹⁰⁵ O depoimento de Fernando Mascarenhas data de 09 de fevereiro de 2010. A respeito da questão das Secretarias Estaduais e a reforma de 1987, assevera o ex-presidente: “Sem sombra de dúvidas essa reforma estatutária foi um marco. Legalmente, a perspectiva se inverte. Agora, isso não quer dizer que a lógica tenha se invertido de imediato. Eu penso que esse é um novo marco institucional, estatutário, que se abre no interior da entidade. Entretanto, do ponto de vista prático e histórico, essa lógica vai se inverter no decurso dos anos que se sucedem a essa mudança estatutária. E isso não ocorre de forma linear. E isso, também, não ocorre de forma universal no que diz respeito aos diversos Estados e Distrito Federal. Quero dizer com isso que a organização das Secretarias Estaduais ou representações do CBCE nos Estados, se constrói de modo desigual e descontínuo. O CBCE ainda conserva as representações. Quando nós temos as Secretarias Provisórias que são nomeadas pela Direção Nacional (DN), nós temos sim no Estado o CBCE representado. E doutro lado, nós temos algumas Secretarias que historicamente estão consolidadas, aí sim nós temos o Estado representado no interior do CBCE. Ou seja, os dois movimentos ainda ocorrem no interior da organização da entidade”.

entidade. O espírito do tempo dos anos oitenta é que colocará na ordem do dia a necessidade de reforma estatutária¹⁰⁶.

De todo modo, é importante considerarmos que o CBCE no *bloco cinco*, tendo em vista o acúmulo organizativo e administrativo adquiridos nas gestões passadas, teve que empregar gestões que agissem com movimentos sincrônicos, mas sem perder de vista a sua diacronia. Em outras palavras, a criação de um regimento para as Secretarias Estaduais estavam em consonância com o movimento de qualificação científica e participação política, e se tornou possível com a experiência que estava sendo acumulada nas gestões anteriores. Com a criação dos GTTs em 1997, passamos a ter uma possibilidade de atividade conjunta nos Congressos Regionais, vislumbrando a circulação, debate e reflexão das pesquisas realizadas nas regiões, e qualificando reciprocamente os Congressos Nacionais. A possibilidade do conhecimento se democratizar aumenta, como também aumenta, a possibilidade das Secretarias Estaduais intervirem em conjunto com os GTTs na formação e implementação de políticas sociais e científicas (o caso da relação com as agências de fomento, por exemplo), tanto as que são específicas de determinadas regiões, como as de abrangência nacional. No entanto, é uma perspectiva de ação dos GTTs e das Secretarias Estaduais em germinação.

Outro aspecto desse movimento sincrônico entre as instâncias organizativas do Colégio é a necessidade que tem se constituído essencial para a entidade desde os seus primórdios, de estar atenta às transformações societárias macroscópicas e suas relações com as especificidades da entidade e do campo acadêmico da Educação Física. Ao longo da história do Colégio é o CONBRACE que tem cumprido a função de chamar a atenção para as inter-relações gerais (transformações societárias macroscópicas) e específicas da Educação Física com a sociedade, possibilitando que os GTTs (de 1997 em diante) e as Secretarias ganhem uma vitalidade sem igual em relação aos anos em que o Congresso não ocorre.

Tendo em vista esta característica adquirida pelo CBCE e o seu Congresso Nacional com o passar dos anos, e não se afastando dela, o primeiro Congresso organizado na vigência de Lino Castellani Filho, o décimo segundo da história do CBCE, ocorreu em Caxambu (MG) em outubro de 2001 – o único realizado fora do mês de setembro –, com o tema,

¹⁰⁶ Não esqueçamos que em 1980, foi promovido no Maranhão, o primeiro Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – Região Norte/Nordeste. Não havia Secretaria Estadual e muito menos GTT. Carecemos de uma pesquisa centrada nos Congressos Regionais, o que não poderá ser nem mesmo esboçada nesse estudo. Ver: Castellani Filho, 1988 e 2007.

“Sociedade, ciência e ética: desafios para Educação Física/Ciências do Esporte”, e trouxe consigo as inter-relações as quais aludimos acima, e as preocupações que se colocavam no horizonte da entidade. Este Congresso se constituiu a partir de uma compreensão de Educação Física ampliada determinada pela realidade daqueles anos, e não pelas idéias de seus organizadores. A apresentação que se encontra nos anais do XII CONBRACE¹⁰⁷ é exemplar neste aspecto.

Ao longo desses anos a Educação Física consolidou-se como área acadêmica, como tal dando trato aos estudos e pesquisas acerca das práticas sociais configurativas da nossa cultura corporal. Talvez esteja aí localizada uma das confusões ainda presentes em nosso meio, qual seja, a ter uma única expressão, Educação Física, significados distintos que vão desde o mais antigo deles, aquele que a confunde com a própria atividade física, até o de percebê-la como área de conhecimento (é assim que ela se situa no CNPq e CAPES, por exemplo), passando por aquele que a tem como prática educativa predominantemente – mas não exclusivamente – escolar. Pois é com o sentido de área de conhecimento que ela aparece no tema central deste XII CONBRACE, o primeiro deste novo século e milênio (CONGRESSO..., 2001).

A compreensão de Educação Física estava se ampliando justamente por conta dos desafios postos pelas demandas societárias. Como vimos, aos intelectuais e associados do CBCE se apoiarem nas Ciências Sociais e Humanidades para darem respostas aos problemas teórico-práticos que se apresentavam à Educação Física em sua inserção no tecido social, é que cada vez mais o Colégio, conseqüentemente, se coloca atento aos grandes desafios que perpassam de alguma maneira cada biênio da entidade, e que são em alguns aspectos recorrentes. A continuação da apresentação do trecho dos anais que acima citamos indica quais eram os desafios que o CBCE e a Educação Física em suas dimensões constituintes estavam enfrentando na transição para o século XXI, e que se colocara em aberto para os congressistas.

Sociedade, Ciência e Ética: Desafios para a Educação Física (...) nos permite uma rica oportunidade para refletirmos sobre os desafios que um “novo” tempo histórico sugere aos que se percebem de alguma forma com ela, Educação Física, interagindo. Nas múltiplas formas de se pensar a sociedade, que exigências estarão colocadas para a nossa atuação? Que respostas e alternativas vem sendo construídas por nossos estudiosos e pesquisadores? O enfrentamento

¹⁰⁷ Em 2001 o CBCE tinha 614 associados, 608 (99,02%) com formação inicial em Educação Física e 6 (0,98%) em outra área, sendo 258 (41,88%) estudantes, 342 (55,52%) efetivos – entre os quais 88 (25,14%) graduados, 81 (23,14%) especialistas, 116 (33,14%) mestres e 40 (11,43%) doutores e 25 (7,14%) que não informaram a titulação – e 14 (2,60%) institucionais. Para maiores informações consulte o “CBCE em números” no sítio da entidade: www.cbce.org.br/upload/cbce_em_numeros.pdf. Acesso realizado em 30/01/2009.

de questões como essas exige que nos interroguemos acerca de novas e antigas incertezas – como sobre a ética que orienta atualmente a produção, distribuição e utilização do conhecimento científico. Se já nos perguntamos “que ciência é essa?” no CONBRACE de 1993, podemos agora nos perguntar se há limites éticos para a ciência, ou que representações poderiam estar sendo formuladas a respeito da corporalidade humana, na busca de sabermos quais as implicações disso tudo para a nossa área de conhecimento... Debater os desafios da Educação Física, em uma relação sociedade – ciência – ética, é hoje, principalmente quando se presencia o recrudescimento de forças de índole conservadoras em nosso meio, condição fundamental para ampliar, aprofundar e orientar a intervenção nos diversos campos de nossa atuação (CONGRESSO..., 2001). As aspas são do original.

Procurando atender o que preconizava a apresentação, o Congresso foi composto pela já tradicional conferência/palestra de abertura, pelas mesas redondas, pela apresentação em forma de comunicação oral e pôster nos GTTs, e uma novidade, os seminários divididos em introdutório e aprofundamento. As mesas redondas trataram das questões que estavam candentes no âmbito da Educação Física, como a questão da formação profissional (tema da RBCE vol. 22 n. 3 de maio de 2001) e as transformações no mundo do trabalho, da prática pedagógica como especificidade da Educação Física para além do âmbito escolar, da saúde (tema da RBCE vol. 22 n. 2 de jan. de 2001) pública em detrimento da culpabilização do indivíduo, e da infância enquanto categoria social marcada pelo seu tempo em contraponto a abstração – ausência de determinação histórica e sócio-cultural em que predomina as características orgânico-biológicas do ser social – reinante na Educação Física.

Além das já tradicionais mesas redondas e conferência de abertura, tivemos neste CONBRACE a organização de 20 seminários introdutórios e de aprofundamento, visando atender tanto os congressistas que necessitassem de uma introdução como àqueles que se encontravam num nível de formação aprofundada. Estes seminários, também, indicavam um pouco da ampliação temática que a Educação Física desenvolveu a partir das problematizações acerca da cultura corporal, como também, as discussões em pauta naquele momento na Educação Física brasileira. Abaixo exporemos um quadro (16)¹⁰⁸ com os títulos dos Seminários realizados, visando ilustrar a ampliação temática e as questões relevantes para a Educação Física naquele momento. Entretanto, algumas das temáticas já estavam sendo tratadas – como as nº 1, 2, 3, 4, 5,

¹⁰⁸ Nos anais do XII CONBRACE, encontramos os títulos dos seminários acompanhados de um “I” de Introdutório e um “A” de Aprofundamento. Assim, alguns seminários tiveram somente a introdução ao tema, e outros tiveram o aprofundamento, também. Seguiremos esta forma gráfica e a sequência em que eles aparecem nos anais.

7, 9, 11, 12 e 15 – desde as gestões do *bloco três e quatro*, e no mesmo sentido, outras estavam se colocando como relativamente novas pelo menos para a pesquisa em Educação Física.

Com a inovação nos Seminários (quadro 16) é notório que o CBCE estava buscando formas de fazer circular o que estava sendo pesquisado, possibilitando, assim, a formação inicial, os debates e possíveis estímulos à contínua produção teórica. Porém, esse novo mecanismo de participação e formação não teve continuidade.

Em síntese, a primeira gestão de Lino Castellani Filho, além de aprofundar o que vinha sendo realizado, procurou valorizar, enquanto instância estratégica político e cientificamente, as Secretarias Estaduais, com a criação do regimento.

QUADRO 16 – SEMINÁRIOS DO XII CONBRACE			
Nº	TÍTULO	“I”	“A”
1	Tendências da pesquisa Histórica em Educação Física e Esporte no Brasil	X	
2	Tendências da pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	X	X
3	Perspectivas da Formação Profissional na Educação Física Brasileira	X	
4	Perspectivas da pós-graduação na Educação Física Brasileira	X	X
5	Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: tendências da pesquisa na Educação Física Brasileira		
6	Esporte e Mídia: possibilidades de análise pela Educação Física Brasileira	X	X
7	Perspectivas dos estudos sobre os Fundamentos Epistemológicos da Educação Física	X	X
8	Perspectivas do Movimento Estudantil na Educação Física Brasileira	X	
9	Lazer e Trabalho: perspectivas de estudo no campo da Educação Física Brasileira	X	X
10	Estudos da manifestação cultural Futebol pela Educação Física Brasileira	X	
11	Perspectivas da pesquisa em teoria do Treinamento Esportivo na Educação Física Brasileira		X
12	Perspectivas da Educação Física escolar brasileiras	X	
13	Perspectivas da Educação/Educação Física escolar		X
14	Profissões regulamentadas no Brasil: limites e perspectivas	X	
15	Perspectivas dos estudos sociológicos sobre Esporte no campo da Educação Física Brasileira		X

Manteve a tradição de tematizar questões abrangentes no CONBRACE, e consolidou as participações da entidade na SBPC com a filiação no ano 2000. De igual modo, esta gestão centrou-se nas atividades relativas aos GTTs por considerarem estes fundamentais, enquanto instâncias organizativas, para a qualificação da entidade e da Educação Física. Eles foram apresentados nos anais do XII CONBRACE da seguinte maneira:

- pólos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos;
- pólos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema;
- pólos sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE (CONBRACE..., 2001).

Os GTTs em relação ao Congresso de 1999, foram reorganizados na sequência numérica em que eram dispostos, e também tematicamente. A mudança não se deu na exclusão de uma temática, e sim na fusão de dois GTTs, a saber, o de Educação Física/Esporto e Escola com o de Educação Física/Esporto e Processo de Ensino e Aprendizagem, resultando no GTT - Escola. Mediante esta reorganização uma vaga entre os dozes – em 1997, tivemos onze, e em 1999, doze – surgiu e foi preenchida pelo GTT- Pós-Graduação.

Ainda em relação ao GTT, também, criou-se um laço na vigência de Lino Castellani Filho e de Amarílio Ferreira Neto como editor executivo da RBCE, passando a pensar esta como uma possibilidade de difusão do que estava sendo debatido e veiculado nos GTTs (FERREIRA NETO, 2000, p. 7). De acordo com este entendimento, a busca pela qualificação da RBCE – que veremos em item separado – estava amarrada ao desenvolvimento dos GTTs, pelo menos no que diz respeito à produção e circulação do conhecimento.

A criação do GTT - Pós-Graduação possibilitou a canalização das discussões que vinham sendo feitas na Educação Física¹⁰⁹. Ferreira Neto (2003, p. 7) no editorial da RBCE nos indica como o CBCE estava contribuindo com as ações em torno da Pós-Graduação em Educação Física.

(...) este número da RBCE é um dos indicativos dessa sua capacidade de interlocução, desta feita estabelecida com os programas de pós-graduação brasileiros em educação física. Tal articulação ganhou maior impulso a partir do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte realizado em 2001. Naquele evento, a partir da iniciativa do Grupo de Trabalho Temático “CBCE – Pós-Graduação” – criado por ocasião de nossa participação na 52ª Reunião Anual da SBPC (Brasília, DF, Julho/00)¹¹⁰ – realizamos a primeira edição de um Fórum

¹⁰⁹ Lembremos que desde a vigência de Elenor Kunz, precisamente, na RBCE vol. 20 n. 1 de set. de 1998, cuja temática é Pós-Graduação, temos uma preocupação com as mudanças que estão ocorrendo desde os anos noventa.

¹¹⁰ Lino Castellani Filho em depoimento nos diz como se deu a criação do GTT – Pós-Graduação, bem como, os lineamentos das disputas em torno da Pós-Graduação em Educação Física. “A criação do GTT de Pós-Graduação naquele julho de 2000, em Brasília, foi parte de uma ação política que buscou desmobilizar a intenção presente na pessoa do Go Tani, então representante da área 21 da CAPES (onde a Educação Física se localiza), de formar uma Associação de Pós-Graduação. Para tanto o convidamos a proferir a palestra de abertura de nossa programação junto a 52ª Reunião da SBPC e, na mesma ocasião anunciamos a criação do GTT e o convidamos a dele fazer parte, o que

de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação Física. Nele deliberou-se por uma segunda edição, ocorrida em 2002, durante a 54ª SBPC, ano em que comemoramos os 25 anos da pós-graduação *stricto sensu* em nossa área. As aspas e os itálicos são do original.

A atividade do Colégio, no sentido de protagonizar e contribuir com a área acadêmica nas questões afetas à Pós-Graduação passa a se intensificar no decorrer do primeiro lustro dos anos dois mil. Entretanto, Sousa e Silva (2005, p. 66) adverte afirmando que “... as relações entre o CBCE e a pós-graduação em educação física no Brasil sempre existiram, porém de forma um tanto esparsa, assistemática e sem caráter institucional”. Essas relações se davam – e se dão – numa conexão entre o associado e a entidade, em que o associado participa na condição de docente e pós-graduando convidado para mesas redondas, como palestrante, como apresentador de comunicação oral ou pôster e como membro de comitê científico e do conselho editorial da RBCE, o que é diferente e causa outras implicações do que uma relação institucional, entre a entidade e os programas de Pós-Graduação e seus respectivos membros. Desse modo, entende Souza e Silva que “...a iniciativa do CBCE de criar um fórum específico para a pós-graduação, se configura como um amadurecimento dessa relação construída ao longo desses 25 anos” (2005, p. 66). E mais adiante corrobora com o nosso entendimento da intensificação das atividades do Colégio em torno da Pós-Graduação.

Desde o XII CONBRACE, realizado em 2001, na cidade de Caxambu-MG, quase a totalidade dos Coordenadores dos Programas, bem como os representantes da área na CAPES e no CNPq, têm atendido ao convite do CBCE e participado ativamente das discussões acerca dos principais problemas do setor, das políticas para a pesquisa e para a pós-graduação e, principalmente, da sistemática de avaliação que vem sendo adotada pela CAPES. O nível atingido pela pós-graduação, bem como a legitimidade conquistada pelo CBCE, como entidade representativa da área, exigiu que essa entidade chamasse para si a responsabilidade de propiciar os espaços e condições favoráveis para que os problemas concernentes aos mestrados e doutorados, pudessem ser discutidos sistematicamente. Partiu-se do entendimento de que os cidadãos associados, participativos, críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais, representam a maior força de mudança, visto que expressam a condição

não pode recusar dada às circunstâncias. De lá para cá o CBCE só fez aumentar sua legitimidade junto aos Programas de Pós-Graduação da área 21, os da Educação Física em particular, tendo hoje um papel fundamental nos debates, como por exemplo, sobre o conhecido como *Qualis-Livro*. O Fórum por ele organizado, ao lado de outros dois (o da própria área 21 e o de coordenadores de programas de Pós-Graduação em Educação Física) se configura com plena legitimidade junto à comunidade acadêmica, pois é o único que abre suas portas a toda ela e não só aos coordenadores dos programas, que falam na maioria das vezes a partir do entendimento próprio que possuem sobre o tema e não a partir da construção de uma representação fiel ao pensamento de seus representados” (Anexo 5).

necessária de sujeitos históricos, capazes de redimensionar e de construir suas histórias individuais e principalmente coletivas (SOUZA e SILVA, 2005, p. 66-67).

O Colégio tem buscado participar do mesmo modo das questões atinentes ao fomento à pesquisa e a política científica. No que concerne a estas questões Souza e Silva (2005, p. 65) considera que o CBCE conseguiu “... não apenas marcar presença e ocupar espaços, mas deixar explícito seu compromisso social e participar efetivamente de decisões importantes para a orientação das políticas científicas. Isso se concretizou no direito conquistado pela entidade de participar, com seu voto, da escolha do representante da área, na CAPES”.

Souza e Silva (2005) realizou esta síntese como parte de um texto que elaborou a partir de um convite para compor uma das mesas redondas do XIII CONBRACE. Portanto, estava realizando um balanço do que havia se concretizado até 2003, balanço este que demonstra a busca de interlocução da entidade com as instâncias públicas responsáveis pela organização e fomento da produção científica brasileira. A construção institucional de um espaço no CBCE que deu condições de discutir a Pós-Graduação, a relação com as agências de fomento e a política científica – instituições que são relativamente retroalimentadoras – permanecerá até os dias atuais. Contudo, o que foi desenvolvido nas duas primeiras gestões do *bloco cinco* teve um caráter mais de aproximação e menos de participação efetiva. Veremos que as gestões subseqüentes tiveram uma efetividade maior neste aspecto. Conforme formos avançando a exposição em direção a 2008 e aos 30 anos do CBCE, estaremos tratando destas questões.

Voltemos a nossa atenção para o Congresso de 2003.

Nos últimos dez anos a cada quinquênio o CBCE realizou um balanço de suas atividades. Foi assim em 1998, e em 2003. Neste ano¹¹¹ de 2003¹¹², com a realização do XIII

¹¹¹ No início de 2003, Ana Márcia Silva assume a presidência devido ao afastamento de Lino Castellani Filho para assumir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL). Como a professora era a sua vice a gestão permanece a mesma.

¹¹² Em 2002 o CBCE tinha 819 associados, 816 (99,63%) com formação inicial em Educação Física e 3 (0,37%) em outra área, sendo 382 (46,64%) estudantes, 437 (53,36%) efetivos – entre os quais 120 (27,78%) graduados, 123 (28,47%) especialistas, 129 (29,86%) mestres e 28 (6,48%) doutores e 32 (7,41%) que não informaram a titulação – e nenhum institucional. Percebe-se, em relação a 2001, um aumento de estudantes, de graduados e especialistas, e uma diminuição relativa de mestres e doutores. Em 2003 eram 1106 associados, 1100 (99,46%) com formação inicial em Educação Física, 5 (0,45%) em outra área e, 1 (0,09%) que não informou; sendo 275 (24,86%) estudantes, 828 (74,86%) efetivos – entre os quais 476 (57,49%) graduados, 47 (5,68%) especialistas, 184 (22,22%) mestres e 121 (14,61%) doutores – e 3 (0,27%) institucionais. O aumento de associados é notório, mas o que chama a atenção é o aumento exponencial de graduados e de doutores. Para maiores informações consulte o “CBCE em números” no sítio da entidade: www.cbce.org.br/upload/cbce_em_numeros.pdf. Acesso realizado em 30/01/2009.

CONBRACE em Caxambu (MG) – dessa vez em setembro, mas com mais uma ocorrência histórica, qual seja, nunca houvera duas edições seguintes do Congresso numa mesma cidade – o Colégio completara 25 anos. A apresentação dos anais é clara sobre a valorização do passado da entidade, não obstante sem perder de vista as tarefas do presente e do futuro.

A temática central do evento, “25 anos de História: o percurso do CBCE na Educação Física brasileira”, expressa a vontade coletiva de que não sejam esquecidos os esforços de todos aqueles pesquisadores, desde os seus fundadores até os seus agregados mais recentes, no sentido de construir a história desta sociedade científica. O tema escolhido evidencia, também, a presença efetiva da entidade na vida social e política da sociedade brasileira, já que, na sua trajetória de existência, o CBCE tem se demonstrado presente nas discussões nacionais acerca de assuntos relevantes, nas áreas que lhe são afetas. Mas se a realização deste evento significa a exaltação do passado, o XIII CONBRACE também anuncia, com os pés fincados no presente, a intenção de olharmos para o futuro, cientes de que a sua construção depende da nossa capacidade de qualificar o debate acadêmico e de dialogar com os diferentes setores que constituem o campo da Educação Física Brasileira (CONGRESSO..., 2003).

A disposição temática deste Congresso demonstrou que o balanço estava condicionado pelas preocupações que o CBCE passara a enfrentar na entrada do século XXI. As mesas redondas são indicativas disto. Elas foram organizadas em cinco. A primeira foi a exposição de caráter histórico da Profa. Carmen Lúcia Soares, intitulada “Do corpo, da Educação Física e de muitas histórias”; A segunda foi a exposição do Prof. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, intitulada “Sobre a experiência e a História: a busca pela consolidação acadêmica da Educação Física brasileira”; A terceira foi a exposição do Prof. Hugo Lovisolo, que teve o título: “O CBCE e a Pós-Graduação em Educação Física”; A quarta exposição foi da Profa. Rossana Valéria Souza e Silva, intitulada “O CBCE e a produção do conhecimento em Educação Física em perspectiva”; e a quinta exposição foi da Profa. Terezinha Petrucia da Nóbrega com o título, “Desafios da ciência, reflexão epistemológica e implicações para a Educação Física e Ciências do Esporte”.

Embora, o CBCE estivesse completando e comemorando os 25 anos de idade, as atividades iniciadas não foram paralisadas. A própria constituição da programação das mesas redondas demonstra que havia uma preocupação com um balanço dos 25 anos, que de alguma forma estabelecesse ligação entre o presente e o futuro. Assim, a preocupação com a história do Colégio coetânea a da Educação Física; a ênfase na atenção à Pós-Graduação e as agências de fomento numa perspectiva crítica ao *status quo* hegemônico pela lógica produtivista; a

produção de conhecimento no âmbito da Pós-Graduação em Educação Física relacionada à formação do CBCE, enquanto entidade científica de referência; e a atenção para os debates em torno da ciência e suas epistemologias; são demonstrações do que estava na pauta de preocupação do CBCE e da Educação Física naquele momento.

A esta altura Ana Márcia Silva iniciava a gestão “Ciência e Participação”, agora na condição de presidenta eleita. Silva (2007) nota como a compreensão que guardava da natureza do CBCE a conduziu no início da sua presidência.

O processo de construção do CBCE incentivou a busca de um fazer científico de claro comprometimento social, consolidando-o como a maior entidade científica do campo Educação Física, constituindo-se como uma referência, inclusive internacional, de espaço democrático de discussão e reflexão de temáticas afetas ao seu âmbito de atuação. O CBCE constituiu-se, portanto, como um agente fundamental por suas diversas intervenções ao longo dessa história, muito mais do que por suas omissões. Compreendo a entidade dessa maneira e valorizando o seu potencial é que assumimos a sua direção nacional. Analisar a situação interna com profundidade, na busca de formas de sanear os problemas encontrados na estrutura da entidade e, ao mesmo, tempo, de indicadores da situação do CBCE e da Educação Física em âmbito nacional e internacional, foram das primeiras medidas que tomamos. Essas medidas foram essenciais para organizar nossas proposições de trabalho, dirigir as ações na intenção de construir uma política científica, e em outros casos, consolidar iniciativas que já haviam sido constituídas em gestões anteriores (p. 141-142).

A presidenta irá dar continuidade nas atividades do Colégio concernentes as discussões em torno das políticas educacionais de formação profissional, principalmente as relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, como também, irá continuar na aproximação e estreitamento dos laços com a SBPC. O que será peculiar da vigência de Ana Márcia Silva é a busca da internacionalização da entidade.

Ao que concerne a formação profissional o CBCE agiu com vistas a concretizar a conformação das Diretrizes Curriculares que estivessem de acordo com o acúmulo de discussão crítica da área e que levassem em consideração as possibilidades ampliadas de atuação profissional. Entretanto, assevera Silva (2007, p. 142),

Trabalhávamos em conjunto com outras entidades e setores sociais na construção de um texto alternativo que melhor espelhasse o acúmulo de discussão e produção acadêmica da área e de uma avaliação ampliada da possibilidade de intervenção social da Educação Física. O núcleo dessa perspectiva era articular as novas diretrizes, superando a perspectiva

corporativista instalada em sua versão anterior e articulando-a com base em um único eixo de formação, centrando no ato pedagógico que melhor caracteriza a Educação Física, independentemente do seu *locus* de intervenção social. Fazer isso, porém, sem deixar de levar em consideração os limites contextuais que se colocavam, tanto internos como externos à entidade e à Educação Física brasileira, resultando num texto¹¹³ aquém dos anseios coletivos, porém, em qualidade superior ao que tínhamos anteriormente.

O CBCE ao participar do processo de discussão pública sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais acumulou possibilidades de intervir em outras frentes relacionadas à formação profissional¹¹⁴.

Outro aspecto de continuidade da gestão – nunca é demais lembrar que não se tratava de uma nova gestão, e sim, da assunção à presidência por Ana Márcia Silva – foi o aprofundamento dos vínculos com a SBPC e a participação nas discussões sobre os rumos da política científica brasileira. Silva (2007) considera que ao CBCE participar por meio da SBPC numa frente para a construção de uma política científica brasileira numa concepção contra-hegemônica, isto é, questionadora do “espírito” produtivista que tem imperado na vigência do capitalismo, se aproximou das mobilizações de entidades científicas da América Latina e Caribe, num esforço conjunto de enfrentamento das tendências internacionais de desmantelamento das condições e capacidades de produção e socialização do conhecimento.

Silva (2007) assevera que conforme a interlocução com os pesquisadores de outras áreas e de outros países da América Latina e Caribe se percebeu que os desafios sociais são comuns. Temos aí não somente as relações com a SBPC, mas um passo que o CBCE começa a dar em direção ao intercâmbio internacional. No entanto, o que condicionava e dava subsídios, e tornou-se uma diretriz para as participações do CBCE na SBPC, como também, nas atividades político-científicas que esta filiação possibilitou, foi no entender de Silva (2007), a característica multidisciplinar da entidade organizado em torno dos GTTs e da Educação Física em suas pesquisas e na intervenção social.

¹¹³ Parecer n. 58, de 18 de fevereiro de 2004 e Resolução n. 7 de 31 de março de 2004. Taffarel e Santos Júnior (2009) consideram que o CBCE contribuiu para conciliar o inconciliável na última audiência pública ocorrida em 15 e 16 de dezembro de 2003, audiência esta que levou à Resolução n. 7 supracitada. No entanto, não mencionam a carta enviada ao presidente do Conselho Nacional de Educação, o Sr. Ulisses de Oliveira Panisset, em 2001, conforme nos informa Castellani Filho (2007, p. 130-131).

¹¹⁴ Segundo Silva (2007, p. 143) o CBCE questionou a inadequação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), como também, a falta de representatividade e da endogenia expressa pela comissão assessora para a elaboração das diretrizes do exame, o que fez com que o Colégio indicasse um representante para a mesma. Isto, segundo a autora, só foi possível pela respeitabilidade adquirida pelo CBCE.

Com essa configuração multidisciplinar, participamos da construção dos eventos e da programação de todas as reuniões anuais e das várias reuniões regionais da SBPC no período, bem como de todas as reuniões de conselho de entidades e dos representantes das sociedades científicas com a diretoria daquela entidade. Essas atuações nos credenciaram, em meio às demais sociedades, a compor o grupo de trabalho do Projeto Ciência e Tecnologia para o Brasil, formulando diretrizes e propostas para uma política nacional do setor.

Diante do exposto, percebe-se que o Colégio na vigência de Ana Márcia Silva passa a aprofundar os vínculos criados com a SBPC, e para isso tem que usar das suas capacidades organizativas e administrativas, como também, do acúmulo acadêmico que a entidade havia alcançado.

Neste sentido, a perspectiva dos GTTs predomina. É durante a gestão de Ana Márcia Silva, incluindo o término da gestão de Lino Castellani Filho, que se inicia uma discussão sobre a natureza científica do CBCE,

(...) o que significaria pensá-lo como uma instituição que, além de incentivar/difundir a produção do conhecimento da área, deveria constituir-se como uma entidade que – com base neste conhecimento produzido – fosse capaz de exercer influência nas políticas públicas de educação física, esportes e lazer do nosso país, assim como nas políticas de ciência e tecnologia que lhe são afetas¹¹⁵.

Esta discussão se afunilou para a questão dos GTTs – num primeiro momento em encontros presenciais e num segundo momento através dos meios eletrônicos da internet – uma vez que estes foram considerados o âmbito por excelência da atividade científica da entidade. A discussão passou a envolver vários aspectos da sua natureza, entre eles, a nomenclatura, a mudança de ementa, a divisão e/ou extinção e criação de novos e a avaliação periódica, como, também, envolveu a necessidade de pensar como estava se dando a relação dos GTTs com as outras instâncias da entidade. Esta foi a discussão dada de forma presencial. Quando a discussão passou para a forma virtual, cogitou-se até em transformar o GTT em Grupos de Trabalho, abrindo a possibilidade para introduzir GTs disciplinares. A idéia da necessidade de avaliação periódica e do caráter transitório dos GTTs foi mantida, uma vez que se estes grupos servem como um braço científico para a atividade do Colégio é necessário que estejam

¹¹⁵ As informações foram recolhidas no sítio da entidade no dia 01/05/2009. www.cbce.org.br/acontece.

sincronizados com as demandas acadêmicas e sociais, o que elimina a possibilidade de perenidade. É evidente que há temáticas constitutivas da identidade científica e profissional, e que, portanto, são mais duradouras, e do mesmo modo, há GTTs que se voltam muito mais para as suas questões epistemológicas internas do que para as questões referentes aos subsídios necessários para a ação da entidade como um todo¹¹⁶.

Outra discussão importante e que se mantém até os dias de hoje, como as demais citadas acima, é a da relação entre os GTTs e as Secretarias Estaduais. Ela é de complementaridade, de subordinação hierárquica ou não são possíveis? O que tudo indica é que o CBCE em conjunto com os seus associados tem buscado estabelecer relações entre as duas instâncias preservando as características e a autonomia de cada uma¹¹⁷. Após as discussões, as decisões foram tomadas na 56ª Reunião Anual da SBPC em 2004, em que o GTT – Memória, Cultura e Corpo, se dividiu em dois: no GTT – Corpo e Cultura, e no GTT – Memórias da Educação Física e Esporte (Cf. GRANDO et al., 2007; e MORENO et al., 2007). Como vimos não estava em questão somente a divisão de um GTT. Porém, esta foi a única decisão tomada, ao passo que se considerou a necessidade de aprofundamento no diálogo e nas idéias, ao passo que a realidade não tem tendido para este arranjo institucional.

Como os GTTs ainda são recentes neste período (2003-2005), algumas questões em torno da sua concepção original permanecem em pauta, sendo uma delas, talvez a mais polêmica, a proposição de criação de Grupos de Trabalho Disciplinares¹¹⁸.

¹¹⁶ Não estamos afirmando que as questões epistemológicas internas a cada GTT devem ser menosprezadas, uma vez que levamos em consideração as suas implicações ídeo-políticas. No entanto, há casos em que a atividade do GTT passa a se reduzir às polêmicas da temática e os caminhos teórico-metodológicos sem relação com o todo que é o CBCE. Portanto, não nos iludamos com a idéia de que os laços entre as instâncias do CBCE estão bem presos. Estão avançando é verdade, como estamos procurando demonstrar. Para a questão dos GTTs os balanços que aparecem no livro organizado por Carvalho e Linhares (2007), especialmente, o dos GTTs Corpo e Cultura e Memórias da Educação Física e Esporte são ilustrativos neste sentido.

¹¹⁷ Todas as informações sobre as discussões em torno da natureza científica dos GTTs foram recolhidas no sítio - www.cbce.org.br/acontece - da entidade no dia 09/05/2009, com exceção das que aparecem referenciadas.

¹¹⁸ Em depoimento concedido no dia 9 de fevereiro de 2010, Fernando Mascarenhas nota que o que estava em discussão em torno dos GTTs se encaminhava, se fosse aceita a mudança, contra a história recente da entidade e contra os esforços que eram empregados na qualificação científica e protagonismo político naquele momento. Assevera ele: “(...) logo na gestão da Profª. Ana Márcia Silva, nós vivemos um momento de rediscussão, também, da forma de organização do CBCE, no que diz respeito aos GTTs. Houve a proposta de criação de Grupos de Trabalhos disciplinares, o que era um recuo acerca do entendimento do que é a EF, não enquanto prática o que demanda o diálogo com diferentes disciplinas, mas não a constituição da produção científica de modo disciplinar no seu interior. Então, há um recuo no sentido de novamente pôr este debate em pauta. Eu acho que a preocupação era de ampliar a capacidade de diálogo do CBCE com setores aos quais, em função da história regressa, o CBCE tinha dificuldade de conversar devida aquela ruptura de 1987. Esse é um movimento interessante”.

Se a questão do GTT não se resolvera naquela Reunião Anual da SBPC – e veremos que a mesma problemática será pautada sempre que possível – as tarefas da entidade também se mantinham. E em busca de resolvê-las o CBCE caminhava se constituindo mediante as necessidades de interlocução e protagonismo acerca das questões afetas às políticas educacionais, científicas e esportivas. Silva (2007, p. 146-147) nos indica algumas funções desempenhadas pelo Colégio na interlocução com as instituições públicas e civis, como a de

... Membro Efetivo no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Membro Efetivo no Conselho Nacional de Esportes, discutindo e auxiliando na construção da Política Nacional de Esportes e da legislação antidoping; na comissão organizadora do I e II Encontro Nacional de Gestores de Educação em Educação Física; no comitê nacional e nas etapas regionais, estaduais e nacional da I Conferência Nacional de Esportes. Outra dessas importantes iniciativas diz respeito ao processo de estruturação dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio no ano de 2004, com elaboração de texto base para discussão, participação nos cinco seminários regionais ocorridos no País, bem como no seminário nacional e consolidação do texto final.

Como é notório o CBCE buscava estar presente protagonizando nas políticas esportivas, educacionais e científicas, como havia sido anunciado no programa da chapa “Intervenção e Conhecimento” por nós já apontado no início deste item. Este mesmo programa apontava para o “aprofundamento das relações institucionais do CBCE com outras entidades da comunidade científica nacional e internacional (...)” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 126). Tal aprofundamento foi iniciado na vigência de Lino Castellani Filho e ganhou uma sistematização somente na gestão de Ana Márcia Silva, visto que as intervenções do Colégio que podem ser entendidas como internacionais foram assistemáticas, como por exemplo, os dois manifestos destinados ao Fórum Social Mundial. Desse modo, é somente na vigência de Ana Márcia Silva que se tem uma intervenção sistemática para internacionalizar a entidade, no entanto, as premissas para a atuação do Colégio estavam dadas.

A idéia que fundamentou nossa atuação à época era propiciar condições para o desenvolvimento de pesquisas e experiência em conjunto, pelo reconhecimento dos pares nos diversos países, pelo estímulo à assinatura de convênios governamentais e institucionais que permitissem, entre outras coisas, a movimentação e o intercâmbio de conhecimento, de estudantes e professores de Educação Física (SILVA, 2007, p. 148).

Silva (2007) considera que o intercâmbio e a cooperação internacional vislumbrados pelo CBCE, sempre tiveram como pano de fundo o compromisso social. Neste sentido, as participações constantes no Fórum Social Mundial, com manifestos, oficinas e encontros, a participação na Primeira Reunião Internacional SBPC Asociación Argentina para el Progreso de la Ciencia (AAPC), ocorrida em novembro de 2004, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em que o Colégio esteve presente com um programa específico, são indicativos de que a entidade estava começando a engrenar em suas atividades internacionais¹¹⁹. Especificamente, sobre a Reunião na Argentina, assevera Silva (2007, p. 148-149):

Essa atividade, além de permitir a reunião de colegas pesquisadores e argentinos, buscava criar condições para o intercâmbio e a colaboração, tanto para formação como para a pesquisa e divulgação científica, compondo, a partir do campo específico, os germes de uma rede de cooperação internacional. Aqui a primeira preocupação era constituir mecanismos que viabilizassem, também, a divulgação e socialização dos conhecimentos e das experiências desenvolvidas, bem como dar visibilidade aos professores e pesquisadores desses países, responsáveis por âmbitos da pesquisa e intervenção social. Além disso, nossa preocupação naquele momento, como agora, era fazer com que houvesse um reconhecimento, por parte das políticas de Estado dos vários países, da Educação Física, do esporte e do lazer como direitos sociais e condições de cidadania. Esse, basicamente, era o teor da Carta de Buenos Aires, assinada pelos presentes, que faziam, por meio dela, a explicitação de sua vontade política a ser ampliada às instâncias e instituições em seus países e nos demais países do Caribe e da América Latina.

Diante do exposto, se nota que a perspectiva de internacionalização do CBCE, não se restringia ao vetor científico. Outrossim, o Colégio busca um protagonismo político nas questões afetas a ciência. Desse modo, a criação do Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), pode ter sido um marco importante para regularizar os debates e reflexões

¹¹⁹ Silva (2007, p. 149) na nota de rodapé número 13 lembra de outras ações do CBCE: “(...) a oficina desenvolvida no Conbrace de 2003; a participação do CBCE no Fórum Interinstitucional Brasil-Argentina para o Desenvolvimento da Educação Física, Esporte e Lazer, realizado em 2004, com base na cooperação entre a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (FEF/UFG) e o Instituto de Educación Física de Córdoba (Ipef/Córdoba), em andamento, com a participação do Instituto de Educação Física de Mendoza (IEF/Mendoza). Destaca-se, ainda, além da participação do CBCE, a iniciativa do Fórum das Licenciaturas que vinha sendo realizado há alguns anos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)”. Não podemos esquecer o seminário bilateral Brasil-Argentina, realizado num primeiro momento na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, Brasil, em setembro de 2002, e depois num segundo momento de síntese em novembro de 2002, na Universidade de La Plata na Argentina. Tal seminário resultou no livro “Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas”, cuja organização ficou aos cuidados de Valter Bracht e Ricardo Crisório.

acerca dos problemas comuns enfrentados na América Latina de forma institucionalizada. Castellani Filho¹²⁰ a este respeito diz que,

Mais do que estabelecer interlocução com pesquisadores estrangeiros, o que vem sendo buscado é a configuração de cooperação e intercâmbio institucionais, dando um enorme salto qualitativo sobre o que existia em seus primórdios, em que a relação era construída por caminhos individuais por aqueles que possuíam, à época, condições pessoais (materiais, financeiras, etc.) para participar em eventos internacionais fora do país, quando então faziam contato que, na maioria das vezes só se revertia em benefícios próprios (eu lhe convido e você me convida). Quanto ao CONICE penso ser um espaço de maior visibilidade dessa intenção do CBCE de interagir com as questões internacionais. Não é o fato de trazer convidados internacionais que faz do evento um acontecimento internacional, mas sim a priorização do debate em volta das questões afetas às Ciências do Esporte na América Latina, Europa, América do Norte, etc. Em tese, ele não seria necessário, bastava pautar esse debate no CONBRACE (e isso já se deu), mas não restam dúvidas que um espaço próprio faz bem. Essa questão abre a possibilidade de você derrubar o discurso falacioso de que antes (leia-se tempo do Vitor, Osmar, entre outros) a interlocução internacional era maior do que hoje.

A posição de Castellani Filho é clara. A construção de um espaço institucional que desse visibilidade e que tivesse preocupações com as questões internacionais, estabelecendo, desse modo, possibilidades de interlocução e colaboração, é fundamental, pois não depende de uma ou outra composição da DN. O que dependerá de cada DN eleita é a capacidade de, juntamente com as áreas acadêmicas que de algum modo participam da composição do Colégio, dar respostas às demandas da realidade social, e particularmente, as demandas postas pelas áreas acadêmicas que constituem o caldo científico-cultural da entidade – e neste particular a Educação Física prepondera. O que está em questão é a possibilidade que o CBCE possui, acumulada, notadamente, ao longo de sua formação, de dar respostas aos desafios do seu tempo mediante a sua especificidade.

É possível notarmos que as gestões do *bloco cinco* estavam sintonizadas com as questões postas pelo seu tempo. Na verdade esta é uma característica estrutural do CBCE desde a sua fundação. Também, é verdade que o tratamento dado a cada época para as questões postas pela conjuntura é bem variado. Na medida em que o Colégio se amplia e se abre às novas temáticas acompanhando o movimento acadêmico da Educação Física, as questões vão se ampliando por poderem ser tratadas. Como vimos o primeiro Congresso do *bloco cinco* tematiza

¹²⁰ Ver (Anexo 5).

a relação entre ciência e ética. O segundo centra-se nos 25 anos de história, mas não perde de vista o que se colocava de desafio para a entidade. O terceiro volta à questão da relação ciência e ética por meio da tematização da vida.

Há uma preocupação da entidade com os caminhos que a ciência estava trilhando, ou seja, estão na ordem do dia as incertezas acerca dos limites do progresso na ordem do capital, tendo em vista a forma como acabou o século XX. O que permeia o CBCE e o mundo, de fins do século XX para início do século XXI é a incerteza de como a humanidade irá caminhar, e particularmente, de qual o sentido da ciência. Como existe tanto avanço e ao mesmo tempo tanta miséria e desigualdade econômico-social? Hobsbawn (2003, p. 537) em “Era dos Extremos” considera que “o Breve Século XX” encerrou com problemas que ninguém tinha ou dizia ter soluções. No caminho nebuloso para o terceiro milênio, assevera o historiador, a certeza corrente era a de que havia terminado uma era da história. “E muito pouco mais”. A forma como ele conclui o livro é sintomática de como estava imerso na história que acabara de expor. Ele se recusa a fazer previsões como houvera feito em sua trilogia sobre o século XIX, pois além de ter escrito sobre o tempo que viveu toda a sua vida, estava impactado pelo colapso da guerra fria. E qual é a importância das considerações de Hobsbawn? Elas indicam as tendências do mundo atual. Citemos, pois.

De qualquer forma, é altamente provável que a fase atual do colapso pós-Guerra Fria seja temporária, embora já pareça estar durando um tanto mais do que as fases de colapso e perturbações que se seguiram às duas guerras mundiais “quentes”. Contudo, esperanças ou temores não são previsões. Sabemos que por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da incerteza dos resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser o prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir

o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (HOBBSAWN, 2003, p. 561-562). As aspas são do original.

As palavras de Hobsbawn indicam que era preciso agir e construir um mundo novo em outras bases. E uma das indagações diz respeito à forma como tem sido feita ciência, em que o “progresso” não tem levado à emancipação humana, à felicidade, e sim, a um “mundo novo” cada vez mais desumano inevitavelmente ativado pelos limites do capital, ou seja, por suas contradições cada vez mais extremadas, ao ponto de se destruir para produzir e de criar guerra para manter num nível satisfatório a lucratividade (Cf. MÉSZÁROS, 2002 e 2003; BRAZ e NETTO, 2006).

Às portas do século XXI a humanidade, ou a quase totalidade dela, estava fadada a desvalorização sobremaneira da vida. Dreyfuss (1996, p. 12-13) em seu “Época das perplexidades”, no dá alguns dados entristecedores.

(...) mais de três milhões de pessoas morrem por ano de doenças evitáveis, como tuberculose, disenteria ou malária. Nos países menos desenvolvidos, mais de 95 milhões de crianças menores de 15 anos trabalham para ajudar seus familiares; mais de um milhão de crianças se viram obrigadas a prostituir-se; cerca de um milhão e meio foram mortas em guerras, e perto de cinco milhões estão vivendo em campos de refugiados ou similares. Quase cem milhões são consideradas “crianças de rua”, das quais doze milhões não tem família nem lar, e a cada minuto nascem 47 bebês na pobreza. Cerca de 120 milhões de pessoas se encontravam oficialmente desempregadas em 1995, enquanto os refugiados políticos e vítimas de conflitos étnicos - que eram oito milhões na década de 70 - chegaram a vinte milhões somente dez anos depois. Realidades lancinantes de um planeta onde, segundo dados da ONU de 1994, o quinto superior da população mundial percebia, em 1960, setenta por cento dos ingressos, passando a 83% em 1989, enquanto que o quinto inferior caía, no mesmo período, de 2,3% a 1,4%. A população em extrema pobreza (ou desesperadamente pobre) chegava, segundo informe das Nações Unidas, a um bilhão e trezentos milhões de pessoas em 1995 (dos quais dois terços são mulheres) quadruplicando as já dramáticas cifras de 1990. A maioria vive em 48 países menos desenvolvidos: no sul da Ásia se concentram 21% do total de pessoas em extrema pobreza; a África responde por 16% dos miseráveis, dos quais 60% vivem em áreas rurais dos países subsaarianos. Um em cada cinco pessoa sofre de “pobreza extenuante” e sobrevive com menos de um dólar diário; mais de um bilhão de pessoas carecem de serviços básicos; um em cada 100 pessoas é imigrante ou refugiada, e em cada quatro adultos se conta um analfabeto. Um planeta onde a cada dia um quinto da população não tem o que comer, enquanto que oitocentos bilhões de dólares – equivalentes à renda da metade da população mundial – são gastos anualmente em programas militares. As aspas são do original.

Estes dados, que muitas vezes não sensibiliza pela nossa atual incapacidade de sentir, mote da música “socorro” de Arnaldo Antunes, são entristecedores e reveladores do caminho que a humanidade estava seguindo – e ao meu juízo continua ainda hoje visto que os dados são atuais e pouco variam. Leandro Konder utilizando-se de informações de Fábio Konder Comparato, nos dá noções de como a desigualdade sócio-econômica se agravava no “novo mundo”.

Em 1960, os 20% mais ricos tinham uma renda média trinta vezes maior que a dos 20% mais pobres, na população mundial; em 1997, essa proporção registrava uma disparidade mais grave, os 20% mais ricos passaram a ter uma renda média 74 vezes maior do que a dos 20% mais pobres. De 1994 a 1998, em apenas quatro anos, os duzentos homens mais ricos do mundo mais do que duplicaram o patrimônio deles: passaram de cerca de 440 bilhões a mais de um trilhão de dólares. Possuem uma fortuna maior do que o produto interno bruto somado do conjunto de países pobres que englobam 41% da população mundial. Técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento calcularam que um imposto de 1% cobrado sobre a fortuna desses bilionários bastaria para custear a educação básica de todas as crianças em idade escolar existentes no mundo (2000, p. 30-31).

É neste quadro esboçado mediante os horríveis dados que não deveriam ser adjetivados de humanos, que o *bloco cinco* esta se constituindo. Em verdade estes dados estão se precipitando no decorrer da primeira década dos anos dois mil. E o CBCE, principalmente, em seus dois Congressos (2001 e 2005) voltará atenção para a relação entre a ciência e a ética, ao passo que são necessárias de serem tratadas. Elas se colocam como desafio para humanidade nos dias de hoje. E o CBCE tratará este desafio em sua especificidade.

Vejamos, pois, o que é escrito na apresentação do XIV CONBRACE/ CONICE, realizados simultaneamente em Porto Alegre, em 2005¹²¹.

¹²¹ Em 2004 o CBCE tinha 973 associados, 967 (99,38%) com formação inicial em Educação Física e 6 (0,62%) em outra área, sendo 365 (37,51%) estudantes, 598 (61,46%) efetivos – entre os quais 275 (45,99%) graduados, 48 (8,03%) especialistas, 171 (28,60%) mestres e 104 (17,29%) doutores – e 10 (1,03%) institucionais. Percebe-se, em relação a 2003, diminuição de 123 associados, e com um aumento de estudantes, e a manutenção relativa no número de mestres e doutores. O que fez a diferença de um ano para o outro foi o aumento de estudantes e a diminuição de graduados, o que do ponto de vista científico seria um problema se houvesse a diminuição de mestres e doutores. Registre-se o aumento de associado institucional num ano em que não ocorreu o Congresso. Em 2005 contabilizou-se 1156 associados, 1129 (97,66%) com formação inicial em Educação Física e 10 (0,87%) em outra área e 17 (1,47%) que não informaram, sendo 398 (34,43%) estudantes, 735 (63,58%) efetivos – entre os quais 300 (40,82%) graduados, 78 (10,61%) especialistas, 223 (30,34%) mestres e 134 (18,23%) doutores – e 23 (1,99%) institucionais. Nota-se que há um aumento de associados com a manutenção das características, isto é, estabilidade do número de

A vida - tema central que propomos para nossas reflexões - deve ser compreendida como um fenômeno complexo, multifacetado e em toda sua concretude, tanto num plano mais imediato e subjetivo, como também, em sua real objetivação no contexto mundial mais amplo. Esta compreensão remete-nos a uma profícua dinâmica acadêmica que deve valorizar as muitas interfaces que este campo pode estabelecer e o diálogo com diferentes áreas, disciplinas e saberes, a partir de objetivos construídos em conjunto. Na perspectiva da Educação Física e das Ciências do Esporte, observamos um alarmante contraste entre os grandes avanços científicos para a maximização do rendimento com inovações científico-tecnológicas inusitadas, algumas, inclusive, desconsiderando a vulnerabilidade da vida humana, e certa desvalorização nas pesquisas para a educação e saúde coletiva que poderiam efetivamente contribuir para a construção de condições de vida digna das populações, cada vez mais ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento econômico que prevalece no mundo (CONBRACE..., 2005).

Percebe-se mediante o trecho citado que a preocupação da entidade estabelece uma inter-relação entre os avanços científicos e tecnológicos que são orientados para a maximização do rendimento esportivo em detrimento das questões urgentes e preponderantemente mais humanas. Neste sentido, a vida deve ser entendida em sua real complexidade para que possa contribuir com um movimento que vise contrarrestar a lógica e a perspectiva de desenvolvimento econômico, social e cultural para poucos em detrimento de muitos. E na esteira deste entendimento é preciso pensar a avaliação do conhecimento que é produzido, algo que está longe de ocorrer, tendo em vista o tipo de avaliação empreendida pela CAPES e considerada pelas agências de fomento e pelos próprios programas de Pós-Graduação, Periódicos, Indexadores, Laboratórios de Pesquisa, etc.

Por conseguinte, não vimos nas mesas redondas e nos seminários exposições e mini-cursos que tratassem diretamente da temática oficial e fizessem mediação com a EF/CE. A “ciência para vida” deu-se por suposto¹²².

estudantes e graduados e aumento gradativo de mestres e doutores. A diferença para os outros anos é que o número de associados especialistas e de associados institucionais quase dobrou. Para maiores informações consulte o “CBCE em números” no sítio da entidade: www.cbce.org.br/upload/cbce_em_numeros.pdf. Acesso realizado em 30/01/2009.

¹²² A fonte documental utilizada foi o cd-rom que contém os anais entregue no Congresso. Existe um problema nessa forma utilizada, que é técnico, e poderia ser facilmente resolvido e que se estendeu aos outros anais disponibilizados pelo SOAC na atualidade. Qual é o problema: não constam neles informações centrais que estão nas versões impressas anteriores, como por exemplo, a programação contendo as reuniões institucionais e palestra de abertura. Para o sujeito investigador ter acesso a esses dados precisa ter ido ao congresso ou procurar alguém que tenha ido, uma vez que o CBCE não conta com um centro de documentação, ou melhor, conta, mas os documentos não foram disponibilizados para consulta ainda. A seguinte informação consta no sítio da entidade: “Tendo em vista preservar e

No que se refere à internacionalização do Congresso, a criação do CONICE foi um marco para construção de diálogo e colaboração, todavia, no que diz respeito à participação de estrangeiros na programação científica, o CONICE se mostrou incipiente, e talvez, inexistente. Nota-se a participação estrangeira em uma mesa redonda, em dois seminários e em uma comunicação oral no GTT – Corpo e Cultura¹²³. Ora, no passado do Colégio tivemos participações estrangeiras, incluindo, européias, notadamente os alemães que vieram realizar pesquisas no Brasil, o que não deu conta de dar uma característica internacional à entidade. De todo modo, é possível afirmar que as participações a convite em mesas redondas e seminários se dão nos marcos do intercâmbio e colaboração aos quais nos referimos através de Silva (2007). É importante considerar que o CBCE neste momento estava estabelecendo contato com os países da América do Sul, e não com toda a América Latina e Caribe. Veremos adiante – na vigência de Fernando Mascarenhas – que isto permanecerá com a criação do Foro Mercosur.

Com a finalização do CONBRACE de 2005, temos o início da gestão de Fernando Mascarenhas. Esta, antes de eleita, passou por um processo desencadeado pela gestão de Ana Márcia Silva acompanhada dos associados, pesquisadores e intelectuais orgânicos da entidade, que conduziu pela primeira vez à presidência um membro da entidade sem que este tenha passado por uma experiência na DN. O próprio Fernando Mascarenhas dá um depoimento advertindo-nos acerca dos meandros que constituíram uma nova possibilidade histórica por meio das instâncias organizativas, como as Secretárias Estaduais e os GTTs, as quais deram as condições necessárias para a formação de novos quadros que comporiam a DN, se colocando, desse modo, não somente como instâncias administrativas e político-científicas, e demonstrando a capacidade orgânica instituída pela crescente capilarização da entidade.

As eleições se aproximavam a Profa. Ana Márcia Silva e o conjunto da sua DN saíam e problematizaram junto a um conjunto de associados a necessidade de

divulgar aspectos relacionados à memória e à história do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, a documentação de nossa entidade foi cedida em regime de comodato ao Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pela Profa. Dra. Silvana Goellner”. <http://www.cbce.org.br/br/memoria/> acessado em 12/12/2010.

¹²³ A mesa redonda foi de responsabilidade de José Devís i Devís da Universitat de València, España, com o título, “Las emociones en la enseñanza de la educación física: una aproximación conceptual y dos casos”. Os seminários foram ministrados por Angela Aisentein da Universidad Buenos Aires (UBA) e Universidad Nacional de Luján (UNLu) ambas universidades argentinas, e por Marcela M. Cena do Instituto Del Profesorado de Educación Física de Córdoba (IPEF) na Argentina, com os respectivos títulos: “El deporte como contenido escolar y la relación entre la cultura física y la escuela desde el abordaje histórico. La tensión competición- cooperación y la construcción de subjetividades colectivas” e “El Movimiento Corporal Expresivo en la Educación Física”.

renovação. Fui convidado, portanto, a esse debate, um debate que tinha a participação de vários dirigentes estaduais e de vários colegas de GTTs. Esse é um pouco o movimento que vive o CBCE. São justamente os GTTs e as Secretárias Estaduais que tem fornecido os novos quadros de dirigentes para a DN. Esse movimento talvez tenha sido inaugurado lá atrás naquele movimento¹²⁴. Foram alguns meses de discussão com vários colegas o que nos levou a chegarmos àquela DN. Eu (Fernando Mascarenhas), o Prof. Antônio Jorge Soares, o Prof. Victor A. Melo, Profa. Yara M. de Carvalho, a Profa. Roseane Almeida, o Prof. José Luis Falcão, a Profa. Meily A. Linhales, o Prof. Paulo Ventura, todos. A exceção do Prof. Antônio Jorge Soares nós não tínhamos tido alguma passagem pelas instâncias organizativas do CBCE, somente de Secretárias Estaduais ou GTTs. Avaliávamos que grande parte de nós estávamos credenciados a ocupar qualquer um dos cargos no interior da DN. Entretanto, acreditávamos que a presidência do CBCE, dada a necessidade de agregar a estrutura da secretária administrativa, a pessoa que viesse ocupar a presidência deveria reunir as condições objetivas para tal, contar uma retaguarda institucional para poder sediar o CBCE. E nos nossos debates meu nome foi identificado, em função da retaguarda institucional que eu poderia agregar à entidade, na Faculdade de EF da UFG com toda a estrutura, e também pela minha disposição. Fui, então, identificado como o melhor nome dentro daquele grupo que poderia ocupar a presidência. Cada qual com o seu perfil se ocupou de um cargo. Eu penso que isso é muito forte na nossa gestão. O CBCE e a sua DN passam a se organizar enquanto intelectual coletivo. Enquanto presidência cabia a mim a tarefa de estabelecer consenso entre as posições, de dinamizar ações, ou seja, de manter esse intelectual ativo. De coordenar e dirigir a entidade, mas, sobretudo, em torno dos debates, das reflexões e ações desse coletivo¹²⁵.

A forma como se compôs a DN presidida por Fernando Mascarenhas indica a possibilidade de formação de quadros que o Colégio começava a arregimentar. A história do CBCE mostra a dificuldade na formação de quadros e, conseqüentemente, de intelectuais

¹²⁴ Eu fiz uma questão a Fernando Mascarenhas que afirmava que o mesmo antes de chegar à presidência não havia ocupado nenhum cargo na DN. A questão desencadeou a explicação por parte do ex-presidente de sua caminhada na entidade, participando de comitês científicos e da Secretaria Estadual de Goiás. Segue o trecho em que Mascarenhas faz suas considerações: “E de fato não pertenci aos quadros de nenhuma DN até ser presidente da entidade. Mas, como eu já disse, eu tive uma participação na organização do X CONBRACE de 1997 em Goiânia (GO) – fui membro da comissão organizadora – e tão logo terminado aquele CONBRACE nós imediatamente constituímos um grupo que organizou naquele Estado a Secretária Estadual. Fui secretário estadual do CBCE em Goiás por duas gestões (1997-1999 e 1999-2001), e isso me colocou em contato com os debates da entidade. De lá pra cá participei de todos os grandes momentos da entidade, – os congressos e os seus eventos, e me aproximei um pouco da DN, por ter sido orientando do Prof. Lino Castellani Filho, por dividir espaço de trabalho com o Prof. Nivaldo Nogueira David, que também compunha a DN do CBCE na gestão de 1999 a 2001. E posteriormente, já na gestão presidida pela Profa. Ana Márcia Silva, eu integrava os comitês científicos. Primeiro, eu integrei o comitê científico do GTT de Lazer (2001-2003) e integrei, posteriormente, o comitê científico do GTT de Políticas Públicas (2003-2005), sem nunca ter deixado de participar ativamente da Secretária Estadual de Goiás, na organização dos congressos goianos e, também, participando dos grandes debates pautados pela DN à época. Eu acho que essa participação ativa na vida da entidade, ainda que não tendo ocupado nenhum cargo na sua DN anteriormente, que estimulou um convite que me foi endereçado para debater junto com o grupo, a possibilidade de constituição de uma nova gestão de DN para o ano de 2005”.

¹²⁵ Depoimento concedido em 9 de fevereiro de 2010.

orgânicos na perspectiva do intelectual coletivo mencionado por Mascarenhas. Antes dos GTTs e das Secretarias Estaduais nas configurações atuais, a composição de chapas para DN se dava, primeiro, para a garantia de sucessão, que era a eleição de um presidente em pleito antecedente, fazendo com que a criação da DN – que se dava em forma de vice-presidência – fosse tramada e negociada para a disputa¹²⁶ no ano de CONBRACE e no ato da posse do presidente eleito. Esse mecanismo garantia a sucessão presidencial, como também, certa possibilidade de continuidade da gestão antecessora através das chapas que disputariam a composição das vice-presidências. Isto fazia com que as pessoas passassem pela DN, e a candidatura dependia, como continua dependendo hoje das disponibilidades e das lutas por hegemonia.

Na medida em que temos a capilarização da entidade, as possibilidades de formação de quadros advindos das instâncias organizativas se tornam maiores. E isto é possível de ser observado em composições distintas de DN's presididas por uma mesma pessoa. Todos os presidentes que se reelegeram compuseram DN's com formações distintas, mantendo-se nos cargos uma ou outra pessoa, o que indica uma disposição dos intelectuais do Colégio em se comprometer com a manutenção gradativamente qualitativa da entidade, mas que se limita às diretorias, ou seja, a possibilidade de viabilizar um presidente é mais difícil. Entre os ex-presidentes que entrevistamos Valter Bracht, Elenor Kunz e Lino Castellani Filho mencionam a dificuldade de se criar uma sucessão à presidência, fazendo com que se torne um procedimento natural alguém da DN suceder. É neste sentido que a eleição de Fernando Mascarenhas se torna uma novidade.

Com a gestão de Fernando Mascarenhas iniciada os trabalhos da gestão antecessora seguem em movimento. Teremos a continuação de todas as linhas de ação político-científica e organizativa, com a diminuição do foco nas discussões em torno da formação profissional, mas mantendo e aumentando o foco nas políticas de esporte e nas políticas científicas.

No mês seguinte ao término do CONBRACE se iniciou uma discussão sobre a natureza científica dos GTTs, encabeçada por Antônio Jorge Soares, então vice-presidente e

¹²⁶ A eleição de Cláudio Gil S. de Araújo com uma composição de vice-presidência presa a gestão anterior de Victor Matsudo, demonstra como a figura do presidente eleito não garantia a formação do quadro da DN ao gosto somente do presidente eleito, visto que na assembléia do congresso subsequente à eleição se elegeria a chapa das vice-presidências. O exemplo contrário é o da eleição de Laércio E. Pereira em que a chapa das vice-presidências eleita era a articulada por ele e não pela gestão que terminara.

coordenador geral dos GTTs. Era a continuidade do que havia sido iniciado na gestão anterior e que culminou na 56ª Reunião Anual da SBPC, em 2004, com a divisão do GTT – Memória, Cultura e Corpo. As demais discussões se mantiveram enquanto tal, porém, com o enriquecimento do debate o que conduziu a uma programação ordinária.

Num informe postado no sítio do CBCE por Antônio Jorge Soares, intitulado “Plano de Ações (nº 2/2005)” temos o encaminhamento de cinco projetos constituintes deste “Plano” visando aprofundar as discussões em torno dos GTTs. O primeiro deles, diz respeito à “natureza científica”. A idéia que houvesse um tempo para que cada GTT discutisse sobre a sua especificidade, bem como, sobre estratégias de auto-avaliação capazes de identificar os limites e avanços concernentes a prática acadêmica presente no Grupo. Também, sugeria-se que fosse tratada a questão da natureza científica dos GTTs, em que era considerado “(...) prioritário ressaltar: a dinâmica de funcionamento dos mesmos como um núcleo responsável pela construção, inovação e crítica do conhecimento no campo acadêmico, bem como a definição de critérios de criação e permanência de cada GTT”¹²⁷. O segundo projeto tratava da comemoração dos dez anos de GTTs. A idéia era que se organizasse uma publicação com o balanço dos GTTs – sabemos que esse projeto ocorreu com o lançamento do livro “Política científica e produção do conhecimento em Educação Física”, mas sem o sucesso total, pois alguns GTTs não conseguiram enviar a tempo o seu balanço – e que se realizasse uma mesa redonda no XV CONBRACE/II CONICE com o percurso e o encaminhamento de continuidades. O terceiro projeto era o de estabelecer uma relação entre os GTTs, Grupos de Pesquisa e Sociedades Científicas, com vistas a aumentar o número de pesquisadores destes tipos de instituições participando dos GTTs, contribuindo com a qualificação e a pluralidade, bem como com a ampliação das interlocuções e debates acadêmicos. O quarto projeto relacionava-se à socialização da produção científica dos GTTs. A idéia era que os pesquisadores dos GTTs disponibilizassem no sítio da entidade documentos problematizadores e artigos científicos relacionados à temática de seus Grupos, que fossem renovados com certa constância. O quinto e último projeto dizia respeito a extinção do GTT – Pós-Graduação por ter um caráter transversal e impossibilitar os interessados de outros GTTs a participarem. O comitê do próprio GTT já estava discutindo a possibilidade da criação de um fórum permanente.

¹²⁷ <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=32> . Acesso realizado em 01/05/2009.

Diante do exposto, vê-se que as preocupações que envolviam a qualificação e organização dos GTTs no início de 2006, eram muitas. Alguns dos projetos serão realizados (os balanços dos GTTs e a criação do Fórum Permanente) e outros estão sendo trabalhados até hoje, uma vez que envolve as transformações conjunturais internas e externas da entidade, bem como, a transformação estrutural da proposta original do GTT. Todavia, não houve menção as dificuldades existentes sobre as relações entre os GTTs e destes com a DN, com vistas a dar subsídios as suas ações, bem como, em estabelecer um fio invisível que constituísse um todo que é o CBCE.

Por ora continuemos com o começo da gestão. O relatório¹²⁸ da reunião institucional do CBCE na 58ª Reunião Anual da SBPC indica alguns caminhos que a entidade estava seguindo e, do mesmo modo, as dificuldades perspectivadas. As Secretarias Estaduais e os GTTs, por se constituírem os dois braços do Colégio, são centrais estrategicamente, o que tornam as questões afetas a estas instâncias organizativas motivo de todo o cuidado a cada ano. Através do relatório podemos constatar que em 2006 havia ainda muitas dificuldades no que diz respeito à capilarização da entidade, isto é, a instalação de Secretarias Estaduais nos vários estados brasileiros, sem que se lance mão de comissão provisória. Assim, o relatório demonstra que existia a preocupação

(...) da DN em relação à representatividade da Entidade nos Estados. Existem alguns deles em que não possuímos ainda sequer Comissões Provisórias e em outros que precisamos consolidar as Comissões em Secretarias. Assim, a DN solicita que as Secretarias também se empenhem com os Estados que lhes sejam vizinhos ou da mesma região geopolítica¹²⁹.

Ao mesmo tempo em que havia a necessidade de Comissões Provisórias para a implementação de eleições ordinárias, existia indicativos de que este procedimento político-administrativo estava dando certo. Na seqüência do trecho acima citado temos estes indícios.

Passamos algumas boas notícias neste sentido, como foi o caso do Paraná que passou de Comissão para Secretaria, de Minas Gerais no mesmo caminho mais recentemente, da instalação da Comissão Provisória na Paraíba, no Pará, da

¹²⁸ Todas as citações da ata (relatório) foram a partir do relatório disponibilizado no sítio da entidade. <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=146>. Acesso ocorreu em 01/05/2009.

¹²⁹ Cf. <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=146>. Acesso em 01/05/2009.

recente instalação de Comissão Provisória no Tocantins e do encaminhamento do processo eleitoral no Rio de Janeiro que deverá passar de Comissão para Secretaria¹³⁰.

Diante destes apontamentos é questionável a possibilidade do CBCE resolver estes problemas a médio prazo, ao passo que a sua efetividade concreta depende da atividade militante de intelectuais orgânicos. Nada garante que uma Secretaria que tenha a sua vigência regularizada num biênio, possa num outro momento necessitar da intervenção da DN através das Comissões Provisórias. Neste sentido, uma saída pode ser o aprofundamento da relação entre as Secretarias e os GTTs, em que estes constituam nos estados e regiões verdadeiros grupos com enraizamento naquelas. Estas preocupações não são novas na entidade e foram tratadas na referida reunião institucional. A preocupação era debater os problemas das Secretarias Estaduais e listá-los visando a reforma do Regimento em consonância com o Regimento dos GTTs que seria criado. A necessidade de avançar nos processos de capilarização também envolve a relação das Secretarias Estaduais com os GTTs. Estes estavam sendo pensados a partir dos estados, numa articulação com as Secretarias Estaduais. No entanto, ainda estamos convivendo com a dificuldade em inter-relacionar as duas instâncias sem que as mesmas se confundam. Se a Secretaria Estadual¹³¹ pode ser um microcosmo relativo da DN, os GTTs podem criar os seus microcosmos estaduais, como comitê estendido, o que contribui na organização dos Congressos Regionais, e o consequente estímulo ao debate, reflexão e circulação da produção acadêmica, somado ao suporte científico nas ações políticas estaduais, possibilitando, ainda, o enriquecimento das atividades científicas de cada GTT em ano de CONBRACE. Entretanto, se as Secretarias encontram dificuldades em se manterem em funcionamento, o mesmo serve à perspectiva do GTT regionalizado, visto que depende da ação de seus associados diferente da sua ocorrência atrelada ao CONBRACE que se dá pela demanda, e em ano par pelas atividades à distância.

¹³⁰ Cf. <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=146> . Acesso em 01/05/2009.

¹³¹ Paulo Ventura, Coordenador Geral das Secretarias Estaduais, observa que poderia ser possível organizar a relação entre Secretarias, como também, a organização de Congressos Regionais, numa ótica distinta da estabelecida geograficamente. Nas palavras de Paulo Ventura: “Dentro desta discussão lançamos então uma proposta de se repensar uma nova forma de regionalização para as Secretarias Estaduais, que qualificasse a divisão política estabelecida pelo Estado brasileiro premiando nossas características. Como exemplo Paulo Ventura cita a questão que está afeta ao seu Estado, na relação histórica de Goiás com o Estado do Tocantins que pertence à Região Norte do Brasil, mas que dentro do contexto do CBCE ficará certamente mais articulado à Região Centro Oeste”. Cf. <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=146> . Acesso em 01/05/2009.

Mesmo diante de todas as dificuldades é inevitável a relação entre estas instâncias. Só o fato de haver os Congressos Regionais já coloca como tarefa a articulação dos GTTs. A posição dos presentes na reunião institucional supracitada caminhava um pouco neste sentido.

O CBCE nesse contexto estava concentrado na tarefa de fortalecer sua natureza científica, mas não somente. O relatório da gestão de Fernando Mascarenhas, biênio 2005-2007, é demonstrativo do esforço realizado pela entidade em várias frentes. Este relatório é dividido em dez eixos de Política de atuação, quais sejam: 1 – Fortalecimento da natureza científica da entidade; 2 – Qualificação permanente da RBCE; 3 – Potencialização do papel estratégico dos GTTs; 4 – Consolidação da relação orgânica junto à SBPC; 5 – Articulação em torno da construção de Políticas Públicas; 6 – Enraizamento e capilaridade da entidade; 7 – Ampliação da Política de Informação; 8 – Cooperação e relações internacionais; 9 – Planejamento e organização político-administrativa e; 10 – Planejamento e organização financeira¹³².

Dois dos eixos da Política de atuação dizem respeito ao que tratamos acima, isto é, aos GTTs e às Secretarias Estaduais. Se observarmos o relatório, no eixo que trata da “Potencialização do papel estratégico dos GTTs”, as atividades corroboram com o que se discutiu na 58ª Reunião Anual da SBPC em 2006, com um acréscimo, qual seja, o de os GTTs ganharem autonomia na construção da sua programação de forma consonante com o Congresso e com os outros GTTs¹³³. Ao compararmos o relatório do biênio de 2005-2007 com o relatório do biênio 2007-2009 percebemos que a ênfase na autonomização relativa dos GTTs é mantida, ao ponto da DN passar a apoiar os Encontros de GTTs.

No caso das Secretarias Estaduais a atuação do CBCE se concentrava no “Enraizamento e capilaridade da entidade”. Os números do relatório expressam a dificuldade que permeia o processo de enraizamento e capilarização. Em 2005 eram oito Secretarias Estaduais e nove Comissões Provisórias. Em 2007 o número de Secretarias Estaduais aumentou para dez, no entanto, tivemos somente seis Comissões Provisórias. Desse modo, houve aumento em Secretarias Estaduais e diminuição em Comissões Provisórias, uma vez que duas viraram Secretarias e uma não passou dos oito meses – tempo máximo de vigência de uma Comissão

¹³² Cf. www.cbce.org.br/upload/relatorio_de_gestao_bienio_2005_2007.pdf. Acesso em 30/01/2009.

¹³³ O risco que se corre é de o GTT perder ligação com as preocupações gerais da entidade conforme for ganhando autonomia. Está não pode ser absoluta.

Provisória - da condição de Comissão Provisória. Ao compararmos com o biênio de 2007-2009 é possível afirmar que não houve uma mudança significativa. Em 2009 tivemos oito Secretarias Estaduais e onze Comissões Provisórias. No entanto, quando relacionamos os números aos estados e a movimentação entre ser Comissão Provisória e constituir ou não uma Secretaria Estadual, é que a questão se torna mais evidente. Entre 2007 e 2009, Bahia, Goiás, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mantêm-se na condição de Secretaria Estadual. Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco passam a instituírem uma Comissão Provisória. São Paulo que em 2007 tinha uma Secretaria e em 2009 se encontrava sem nem mesmo uma Comissão. Outra situação é de estados que estavam nesse período (2007-2009) com Comissões instituídas o que indica uma dificuldade em implantar a Secretaria, uma vez que o prazo de duração é de oito meses o que podemos entender que tiveram duas Comissões Provisórias consecutivas. São eles: Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Um indicativo importante e demonstrativo da busca do Colégio pela capilarização constante e duradoura é a implementação de Comissões Provisórias em estados que em 2007 não apareciam com Comissões ou Secretarias. São eles: Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro e Sergipe.

Vê-se com estes apontamentos o quão difícil tem sido para o Colégio fixar Secretarias Estaduais constantes. Esta instância organizativa do CBCE mereceria um estudo que apanhasse as questões inerentes ao processo de instituição de uma Comissão Provisória, a sua objetivação, ou seja, a instalação de eleições para a Secretaria Estadual e, posteriormente, o que envolve a manutenção.

Na história do CBCE, principalmente, após 1987, a dificuldade de manter uma Secretaria Estadual tem sido sempre muito difícil, e aqui neste estudo não cabe uma enumeração e análise desta questão. Poderíamos considerar, tão-somente, que se trata de uma questão estrutural do CBCE. Poderíamos afirmar que a questão das Secretarias Estaduais está relacionada à qualificação da política científica do Colégio.

Ao observarmos os eixos dos relatórios de biênio acima enumerados, é possível afirmar que há uma inter-relação dialética entre a política da qualificação e a qualificação da política. Se nos centramos na questão da política da qualificação podemos destacar os itens 1, 2, 3 e 4, podendo ser tratados os outros itens como qualificação da política. No entanto, todos eles estão inter-relacionados, visto que se não há, por exemplo, o fortalecimento da natureza científica, a possibilidade de intervir junto à SBPC e às políticas de educação, de esporte, de

saúde e de lazer, se torna diminuta. O mesmo raciocínio pode ser empregado à necessidade de qualificação da RBCE e o consequente financiamento da mesma, bem como, do CONBRACE e do CBCE no geral. Assim, a dialética entre política da qualificação e qualificação da política constituiu-se como necessária e inevitável para os patamares alcançados pelo Colégio, no entanto a inter-relação a nosso ver não se deu de forma equilibrada posto que as políticas de esporte e educação não receberam a mesma ênfase se comparada à dada a Pós-Graduação, por exemplo. No caso das discussões sobre as Diretrizes Curriculares e a Conferência Nacional do Esporte houve participação do CBCE, mas faltou a realização de discussões críticas mais contundentes.

Por conseguinte, centraremos a atenção ao primeiro eixo “Fortalecimento da natureza científica da entidade”, que sem sombra de dúvidas é o que tem mais custado o empenho do CBCE. Talvez este eixo indique onde se encontra na atualidade a função de contra-hegemonia que tem desempenhado a entidade – o vetor mais perigoso na atualidade para enfraquecer a entidade –, tendo em vista as outras tarefas contra-hegemônicas, a saber, a política educacional e a política esportiva, que possuem uma carga de conservadorismo e reacionarismo crescente e com efeito imediato – veja, por exemplo, as ações do CONFEF em torno da Educação Física escolar e as políticas de esporte voltadas para os mega-eventos. Pois bem, vejamos quais foram as atividades do Colégio neste eixo, que é constituído por três sub-eixos, quais sejam: a) articulação com a CAPES e o CNPq; b) Articulação com os Programas de Pós-Graduação em Educação Física e; c) Articulação com os periódicos.

Destaca-se no sub-eixo “a”, a aproximação formal e a contribuição no desenvolvimento de estudos e políticas, somadas à apresentação do documento final do I Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física protagonizado pelo CBCE. Destaca-se no sub-eixo “b” a realização do I e II Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física e a participação no Fórum da Área 21 em 2006, e a participação e contribuição na organização do mesmo Fórum realizado no ano seguinte. No sub-eixo “c” é destacável a participação no I Congresso Brasileiro de Informação Desportiva (CONBIDE); o I Encontro do Fórum Permanente de Editores de Periódicos Científicos da Área de Educação Física, em 2006, na 58ª Reunião Anual da SBPC; o II Encontro do Fórum Permanente de Editores de Periódicos Científicos da Área de Educação Física e a I Mostra de Revistas de Educação Física, ambos realizados no XV CONBRACE e II CONICE em 2007. Há que mencionar, ainda, a filiação à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) em 2006, e o apoio a criação à Biblioteca Regional de

Medicina/Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) – Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) Ciências do Esporte, em 2007. Para além dos três sub-eixos é destacável o aprofundamento na discussão sobre a política científica e a produção do conhecimento em EF/CE, tema do XV CONBRACE e II CONICE, bem como, o lançamento do I Prêmio CBCE de Literatura Científica.

Diante do exposto, é notório que o CBCE tem se empenhado na qualificação de sua intervenção nos meandros da Pós-Graduação. Como a produção e veiculação científica no Brasil estão diretamente atreladas ao sistema de Pós-Graduação, não é errôneo afirmarmos que este fortalecimento da natureza científica do CBCE se dá necessariamente nela, uma vez que a CAPES, o CNPq, e os periódicos científicos, são constitutivos da Pós-Graduação com suas funções específicas e relativamente autônomas, mas que alimentam e são alimentados pelo sistema instituído. Contudo, é errôneo reduzir a atividade do CBCE à Pós-Graduação, ou ter ela como horizonte de finalidade (ideal) a ser alcançado. Em outras palavras, não concordamos com o que defende Ferreira Neto (2005, p. 21-22), a saber, que a Pós-Graduação se torne a locomotiva do Colégio. O autor vê três possibilidades:

- 1) manter a perspectiva vigente;
- 2) criar, em função da primeira, uma associação de pós-graduação na área, o que deixaria ao CBCE a responsabilidade de fazer interface mais direta com os mais de 400 cursos de graduação do país;
- 3) estabelecer um acordo que permita que a pós-graduação seja a locomotiva do CBCE até que se analise detidamente a viabilidade ou não de transformação do CBCE em associação nacional de pós-graduação da área.

Ferreira Neto escreve antes de 2005, o que o impediu de avaliar as ações do Colégio, como por exemplo, o I Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física. Ao contrário do que perspectivava Ferreira Neto, Silva (2007) entende que o Colégio deve estabelecer uma relação crítica com a pós-graduação, mantendo a autonomia do CBCE, como também, os seus vários vetores de ação, o que implica não se restringir a uma perspectiva entre as políticas e a ciência.

Silva (2007) ao escrever sobre a relação do CBCE com a Pós-Graduação assevera que foi necessário, no início, o Colégio aceitar as regras impostas para poder participar com as suas características e interferir. No entanto, foi preciso não se encantar – o que segundo a autora (p. 153) ocorreu com Ferreira Neto – para não passar a defender e acreditar no modelo

hegemônico, que se baseia numa Educação Física fundada nas Ciências Biomédicas e da Saúde, além de não esquecer que maior do que a Pós-Graduação é o que deve orientar a produção do conhecimento, isto é, a busca de uma vida digna (Cf. SILVA, 2007, p. 152).

É questionando a inadequação do enquadramento da Educação Física na Grande Área da Saúde, e a partir disso a avaliação inadequada da sua produção, principalmente, a lastreada nas Ciências Sociais e Humanidades, bem como, o objetivo da produção de conhecimento, que levaram, entre outros motivos, o CBCE criar em 2006, num esforço coletivo, o I Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física. Ao analisarmos a introdução (motivos) e a justificativa da realização deste encontro percebemos que o Colégio se coloca numa perspectiva crítica, e, por conseguinte, contra-hegemônica. Desse modo, o I Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física ocorreu

(...) com intuito de construir um espaço permanente e qualificado para discussão da Pós-Graduação em Educação Física no Brasil. Apesar dos avanços na produção do conhecimento na Pós-Graduação em Educação Física, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o campo ainda se ressentia da falta de comunicação e de maior transparência no estabelecimento de políticas de desenvolvimento e crescimento da área. A Pós-Graduação em Educação Física não está organizada de modo que docentes, alunos e coordenadores vinculados aos respectivos programas – bem como docentes da área não vinculados a programas, mas interessados pela temática da pós-graduação – se encontrem, debatam e expressem suas sugestões e avaliações sobre o curso da política científica para a área como um todo¹³⁴.

Como podemos notar mediante a citação, o Fórum possibilita a participação de todos os que se interessarem pelos rumos da Pós-Graduação em Educação Física, diretamente e, indiretamente, pela Pós-Graduação brasileira. Segundo Castellani Filho¹³⁵ é o Fórum de Pós-Graduação mais abrangente.

O Fórum por ele organizado, ao lado de outros dois (o da própria área 21 e o de coordenadores de programas de Pós-Graduação em Educação Física) se configura com plena legitimidade junto à comunidade acadêmica, pois é o único que abre suas portas a toda ela e não só aos coordenadores dos programas, que falam na maioria das vezes a partir do entendimento próprio que possuem sobre o tema e não a partir da construção de uma representação fiel ao pensamento de seus representados.

¹³⁴ O material informativo é intitulado: Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física; documento final. Consulta feita no sítio da entidade <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=133>. Acesso em 01/05/2009.

¹³⁵ Ver (Anexo 5).

A perspectiva apontada por Castellani Filho acerca das possibilidades de participação, por si só já se contrapõe aos outros fóruns. Entretanto, só a abertura socializante não basta para que o Fórum ganhe densidade e legitimidade. Poder-se-ia afirmar que um componente que se soma à forma socializante é o conteúdo pautado. Em outras palavras, a forma e o conteúdo indicam uma perspectiva de Pós-Graduação distinta da imperante. Podemos usar como indicativo a justificativa para a criação do Fórum. Esta foi dividida em cinco itens. O primeiro versa sobre a carência de mestres e doutores nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, por conta do aumento de vagas e ausência de uma política explícita de formação de professores e pesquisadores; o segundo diz respeito a natureza da Educação Física, que é uma área de produção de conhecimento e intervenção multidisciplinar, o que a põe em condição de fazer parte tanto da Grande Área da Saúde como da Grande Área das Ciências Humanas e Sociais; o terceiro item refere-se ao não atendimento de áreas e subáreas da Educação Física de características diversas da predominante, o que faz necessário a criação de mecanismos de organização e avaliação por parte da CAPES e do CNPq correspondentes, para que se possa potencializar as iniciativas acadêmicas; o quarto nota que, embora o Fórum de Coordenadores da Área 21 (Educação Física, Fonaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional) congregue representantes das subáreas e coordenadores de Programas, não tem sido possível a discussão de aspectos particulares de cada subárea; o quinto aponta que existem

(...) problemas de comunicação, de diálogo e composição entre os diferentes segmentos na Educação Física sobre uma série de temas: qualificação, natureza e quantidade de periódicos vinculados, direta ou indiretamente, à área de Educação Física; critérios de concessão de financiamento e bolsas de pesquisa para docentes; critérios de avaliação e expansão dos cursos de Pós-Graduação em Educação Física; critérios para bolsa de produtividade, entre demais problemas. Em outras palavras, não existe um debate amplo sobre a construção desses critérios junto com a comunidade científica e as entidades científicas da área¹³⁶.

Diante da justificativa exposta acima o Fórum foi dividido em Grupos de Trabalho (GT): Classificação da Educação Física nas áreas, CNPq, Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa (FAPs) e CAPES; Avaliação da produção intelectual; Qualificação dos periódicos¹³⁷. No caso do primeiro, “Classificação da Educação Física nas áreas, CNPq,

¹³⁶ <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=133>. Acesso em 01/05/2009.

¹³⁷ Utilizaremos como fonte o Documento Final acessado no dia 01/05/2009 no sítio da entidade <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=133>. Na introdução le-se o que segue: “O documento foi

Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa (FAPs) e CAPES”, chegou-se ao consenso de que a alocação da Educação Física na Grande Área das Ciências da Saúde não tem atendido as características e diversidades epistemológicas dessa área, principalmente quando se trata da produção do conhecimento alicerçada nas Ciências Humanas e Sociais. Duas saídas foram propostas para resolver este problema. A primeira sugeria que a Educação Física se mantivesse em sua Grande Área sensibilizando as demais subáreas para a necessidade de ser avaliada com critérios e mecanismos de avaliação correspondentes com as suas características e diversidades epistemológicas, como também, se articular as subáreas que passam por dificuldades semelhantes. A segunda saída sugerida foi a de construir junto a CAPES a possibilidade de uma subárea como a Educação Física se localizar em mais de uma Grande Área, o que possibilitaria a escolha por parte do Programa de uma Grande Área onde gostaria de ser avaliado. Como complemento a primeira saída/proposta foi sugerida a mudança do nome Educação Física para Ciências do Esporte ou Ciências do Movimento Humano, o que no entender daqueles que encaminharam tal sugestão, indicaria a abrangência, diversidade e especificidade da área.

No GT de “Avaliação da produção intelectual” foram apontados encaminhamentos a curto, médio e longo prazo. Reproduziremos na íntegra o que foi sugerido.

Curto prazo: 1. Adoção imediata do Qualis Livro; 2. Reconhecimento do Qualis Periódico de outras áreas quando houver publicação nos seus periódicos; 3. A diversidade da área deveria ser contemplada na composição do Comitê de Avaliação; 4. O Fórum da área 21 deveria sugerir as bases de dados e os periódicos considerados na avaliação do triênio, considerando o tempo necessário para indexação e qualificação dos periódicos.

Médio prazo:

1. Estabelecer Comissão de Trabalho do Fórum da Área 21 para eleger critérios de qualificação dos periódicos e fazer uma reunião com os editores científicos para pensar uma política de curto e médio prazo; 2. Rever a avaliação da produção intelectual, acrescentando pontuação de “Qualis eventos”, como uma das formas de pontuação e não como substituta da publicação em periódicos; 3.

elaborado por comissão de sistematização com base nas discussões efetuadas nesses dias, apresentando os problemas, os impasses e sugestões para a constituição e implementação de políticas para a Pós-Graduação em Educação Física. Participaram do evento o representante da Área 21 na Capes; o presidente do Fórum de Pós-Graduação da Área 21; os coordenadores da maioria dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física; convidados; e colegas interessados. É importante ressaltar ainda a parceria estabelecida com a Secretaria Estadual do CBCE-SP e a FEF-Unicamp para concretização da reunião deste Fórum”.

Estabelecer critérios para avaliação e sistema de pontuação de projetos de inovação tecnológica e de intervenção.

Longo prazo:

Considerar os esforços da construção de estratégias, que não só priorizem mas também busquem superar os impasses originários da especificidade da área, para avaliar a possibilidade de dupla filiação dos programas.

No GT que tratou da “Qualificação de Periódicos” a discussão encaminhou-se pela revisão das questões atinentes a forma (como o conhecimento é apresentado) e o conteúdo (o que é apresentado), bem como, aos aspectos que devem ser levados em conta para a avaliação de um periódico. Assim, sugeriu-se que a avaliação levasse em conta a indexação nas bases de dados somada a uma avaliação da “comunidade” da área, levando em conta: “a. Qualidade científica estabelecida graças à revisão pelos pares; b. Representatividade do corpo editorial; c. Tipo de conteúdo que abrange; d. Regularidade da publicação; e. normalização”¹³⁸.

Há duas observações importantes feitas neste GT. A primeira de que seria preciso corrigir distorções no Qualis relacionados aos periódicos que circulam a produção de destacados pesquisadores com reconhecida atuação nos Programas de Pós-Graduação, o que caberia a criação de uma comissão para a requalificação – o entendimento que é possível realizar é de que a qualificação dos periódicos estaria aquém, tendo em vista a importância da atuação destes pesquisadores. Mas isso não está explicitado no documento. A segunda diz respeito aos casos de publicação em Periódicos externos a Educação Física. Sugeriu-se que o Qualis da área externa fosse mantido para efeitos de qualificação da produção.

Diante do exposto, isto é, dos encaminhamentos sugeridos pelo I Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física, percebe-se que o CBCE por meio de seus intelectuais estava atento as configurações assimétricas da Pós-Graduação em Educação Física, que desde a configuração da área, passando pela avaliação da produção intelectual até a qualificação dos periódicos, se encontravam orientadas pela lógica das Ciências Biomédicas e da Saúde. Desse modo, a luta pela hegemonia não poderia se dar nem pelo encantamento e nem pela negação em si. Em outras palavras, se fazia necessário participar por dentro como Silva (2007) nota, isto é, a participação só pode se iniciar se for pelos ordenamentos vigentes, independente, se a perspectiva do CBCE e de seus intelectuais orgânicos e associados seja ou não contra-hegemônica. É preciso cumprir esta etapa, algo que parece estar sendo feito. A forma como o I

¹³⁸ <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=133> . Acesso em 01/05/2009.

Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física foi trabalhado indica as questões que se colocavam como central para a Educação Física – pelo menos a fração que participa do CBCE – naquele momento e que deveriam ser tratadas.

O CBCE em sua história não deixou de travar disputas em questões centrais e vitais para a EF/CE. A política científica nos dias de hoje apresenta-se como uma das questões deste tipo. E é por decorrência de toda essa atividade acima descrita, em torno da política científica, que o Colégio organizou o XV CONBRACE e II CONICE, na cidade de Recife (PE), em 2007, sob a temática “Política científica e produção do conhecimento em Educação Física. A apresentação¹³⁹ aponta de forma clara os motivos da escolha do tema oficial.

Não foi um tema novo e a sua recorrência aponta para a necessidade de aprofundarmos o debate no que se refere às questões que desafiam o âmbito da pesquisa e da pós-graduação nacional, de modo geral, e as áreas de concentração e linhas de pesquisa, por exemplo, no campo específico, sem perder de vista o motivo pelo qual fazemos pesquisa. (...) O CBCE, ciente da importância da discussão e da construção de uma política científica coerente com os interesses e necessidades da área específica tem se empenhado em garantir espaço para a comunidade discutir e construir propostas para uma formação profissional cada vez mais qualificada e para a ampliação do acesso da comunidade às instâncias que organizam e implementam ações voltadas para a pesquisa nos diversos campos. Agregar pesquisadores, estudantes e instituições acadêmicas e científicas no sentido de fortalecer, consolidar e ampliar nossos espaços de interlocução considerando e promovendo sempre o “encontro” diante da pluralidade e singularidade que determinam os modos de produzir conhecimento e política científica em Educação Física/Ciências do Esporte no Brasil é o motivo maior que nos moveu para mais este Conbrace.

Corroborando com a temática do Congresso, a conferência de abertura e as mesas redondas tiveram os seguintes títulos respectivamente: A política de Pós-Graduação no Brasil; Pesquisa e desenvolvimento científico: divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física; Divulgação e apropriação do conhecimento científico: intervenção, agentes e instituições da Educação Física; e Política científica e produção do conhecimento: desafios para o CBCE. Destaca-se, além das mesas-redondas, a realização do II Encontro do Fórum de Editores de Periódicos Científicos da Área da Educação Física e do II Encontro do Fórum Nacional de Pós-Graduação em Educação Física.

¹³⁹É possível ter acesso aos anais do XV CONBRACE e II CONICE no sítio da entidade. O trecho citado da apresentação ao Congresso foi acessado no endereço seguinte: <http://www.cbce.org.br/cd/apresentacao.htm> . O acesso ocorreu em 23/12/2010.

Além do empenho do CBCE em organizar espaços de discussão, debates e proposições acerca das políticas científicas¹⁴⁰ e educacionais, como é o caso do Fórum Permanente de Pós-Graduação, e do Fórum de Editores de Periódicos Científicos, era preciso estar em outras frentes de atuação. Pode-se a partir dos relatórios das gestões de Fernando Mascarenhas apontar algumas delas, que cronologicamente antecederam o Congresso de 2007, e alguns casos, mas, que devido ao estabelecimento dos mesmos eixos de atuação política para efeitos de relatório e avaliação é possível fazermos algumas comparações entre as duas gestões (2005-2007/2007-2009).

Consideramos os eixos “Consolidação da relação orgânica junto à SBPC”, “Articulação em torno da construção de políticas públicas”, “Ampliação da política de informação” e “Cooperação e relações internacionais”, exemplares acerca da atuação do CBCE em várias frentes. Por conseguinte, apontaremos algumas atividades referentes a estes eixos o que nos ajudará a evidenciar o desenvolvimento de questões centrais para a política de qualificação e para a qualificação da política, o que confirma a idéia de que o CBCE não pode se orientar apenas pela/para Pós-Graduação, ao passo que as demandas que a entidade necessita dar respostas advêm de vários vetores do que constitui a Educação Física em sua amplitude.

O eixo “Consolidação da relação orgânica junto à SBPC” demonstra como o Colégio tem participado de demandas científicas postas no âmbito da SBPC. Além das Reuniões Anuais e das Regionais, o CBCE participou da reunião com o Ministério da Educação (MEC), em 2005, sobre a reforma universitária; participou no GT de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a construção do Projeto Ciência e Tecnologia no Brasil (2005-2006); participou da reunião com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) para a discussão do Plano Plurianual (PPA) de Ciência e Tecnologia 2007-2010; participou na reunião para indicação de representantes da comunidade científica para o Conselho Deliberativo do CNPq; e contribuiu

¹⁴⁰ Não podemos esquecer a “Carta à Comunidade Acadêmica da Educação Física e Ciências do Esporte, Coordenadores e representantes dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, Candidatos à representação da CAPES e integrantes do Fórum de Pós-Graduação da Área 21”, intitulada “Por uma política científica democrática, participativa, transparente e responsável para a Educação Física e Ciências do Esporte” em que o CBCE aponta o que tem feito para contribuir com a democratização dos debates e discussões acerca da política científica brasileira e nota que o cronograma criado à época pela CAPES para a escolha do representante da Área 21 era impróprio para estabelecer o debate e a consulta junto aos pares. Isso levou a entidade a somente acompanhar o andamento do processo, visando resguardar a sua real efetivação, como também, declarar seu voto, qual seja, a abstenção. Ver o COMUNICADO 040/2007/DN de 23 de outubro de 2007 no sítio da entidade: www.cbce.org.br acesso realizado em 01/05/2009.

com o Programa Nacional de Bibliotecas para o Ensino Médio numa parceria entre MEC e SBPC. Se o Colégio não ampliou, segundo o relatório, significativamente as suas atividades junto a SBPC, passou a participar, pelo menos das atividades de maior impacto político-científico, o que indica alcance de amadurecimento e de reconhecimento por parte das outras entidades científicas.

O eixo “Articulação em torno da construção de políticas públicas” aponta para as atividades do CBCE em torno das políticas de educação, esporte e saúde. As políticas que envolvem este eixo certamente conduzirão, junto com as questões sobre a natureza científica, as atividades da entidade, uma vez que estamos entrando numa quadra histórica de realização de mega-eventos (Jogos Olímpicos em 2016; Copa do Mundo de Futebol em 2014; entre outros) que tem conduzido hegemonicamente os debates, eventos, seminários, congressos regionais, etc., que se desenvolvem pela Educação Física. Por outro lado, a atenção com as políticas sociais deverá ser redobrada, pois se corre o risco do advento de pautas reacionárias dominarem as discussões e as realizações efetivas das mesmas. O tratamento da Educação Física escolar como componente curricular que “deveria”, no juízo de muitos, formar atleta, é um exemplo de pauta reacionária.

Posto isto, vamos às atividades desenvolvidas pelo Colégio neste eixo entre os anos de 2005-2007. Ao partirmos do relatório é notória uma atividade mais intensa em torno da Conferência Nacional do Esporte, e as atividades relacionadas, como o processo de construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, e o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da II Conferência. No que diz respeito aos tramites viabilizadores da política esportiva no Brasil, a Conferência Nacional do Esporte é ilustrativa, pois estão presentes as forças que constituem o poder hegemônico no quadro da disputa por hegemonia. O CBCE, portanto, esteve presente fazendo parte da contra-hegemonia, uma vez que se pauta na defesa pela universalização do esporte enquanto direito social, o que não tem sido a corrente seguida, por mais que esteja consignada em todos os documentos produzidos pelo Ministério do Esporte¹⁴¹. Neste sentido, a

¹⁴¹ Não podemos tratar neste estudo das questões que envolvem a atual disputa por hegemonia na política esportiva brasileira. Em verdade, existe uma conquista da supremacia esportiva por parte dos “aparelhos privados de hegemonia” que dominam as articulações econômicas e políticas. A cartilha da III Conferência Nacional do Esporte demonstra como têm sido determinados os rumos das políticas esportivas brasileiras através de um trabalho ideológico lastreado pela idéia de um Brasil olímpico. Em outras palavras, estamos vivendo uma espécie de “de volta para o futuro”, em que perspectivas ídeo-culturais e ídeo-políticas que haviam sido superadas na batalha das idéias, essencialmente nos anos oitenta e início dos anos noventa, mas adormecidas concretamente, o que possibilitou uma vitalização através de uma pseudo-vanguarda esportiva representada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pelo CONFEF. O próprio tema da III Conferência, a saber, “Por um time chamado Brasil” ilustra como tem sido defendida a idéia de que todos estão em busca de um mesmo objetivo,

conclusão daqueles que participaram dos processos da II Conferência Nacional do Esporte é razoável na medida em que nos dá um parâmetro das correlações de poder que estão presentes.

Nunca é demais lembrar que tais ações e participação têm sido parametrizadas pela transparência e democracia interna da entidade, com o envolvimento de suas instâncias e associados. A despeito da heterogeneidade dos segmentos que se fazem representar neste processo – órgãos da gestão pública, clubes, federações e confederações esportivas, movimento olímpico e paraolímpico, indústria do esporte, atletas amadores e profissionais, universidades e instituições de ensino, grupos de pesquisa, ONGs, sindicatos, movimentos populares, entidades profissionais, entre outros –, bem como do conflito de interesses presente, julgamos ser importante a participação e o posicionamento do CBCE, obviamente que pautado por uma postura crítica, autônoma e propositiva, sintonizada com a necessidade de construção de políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento de um país mais justo e que possam beneficiar todo o compute da população brasileira, ampliando a oferta e o acesso ao esporte e ao lazer como direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, o encaminhamento que sugerimos às instâncias da entidade – especialmente, para as Secretarias Estaduais e Comissões Provisórias – é que busquem pautar nos Estados a discussão sobre a participação do CBCE na 2ª Conferência, fomentando o debate e a tomada de posição junto aos sócios sobre os limites e possibilidades que se colocam e que se abrem neste processo. Seria interessante ainda alargar nosso diálogo junto aos diversos segmentos representativos do setor esportivo em cada Estado, além de construir o exercício de vigilância democrática junto aos gestores municipais e estaduais para que a 2ª Conferência – em todas as suas etapas – constitua-se de fato como expressão de um amplo debate com a sociedade civil organizada¹⁴².

Com isto, podemos notar como a participação do CBCE, além de ser pautada numa perspectiva não-hegemônica, depende para uma atuação efetiva e conseqüente da

isto é, em busca de transformar o Brasil em potência olímpica. Desse modo, passa-se como imprescindível, a idéia de que essa busca estaria ampliando a inclusão social e o desenvolvimento humano, em que a lógica da pirâmide esportiva superaria as críticas historicamente recebidas. Em outras palavras, é notória a defesa do caminho que parte da massificação do acesso ao esporte – a Educação Física escolar é vista como panacéia neste aspecto – e segue até a elitização ampliada. Eis uma justificativa para o Brasil entrar como protagonista no mercado transnacional esportivo, realizando grandes eventos, instalando indústrias esportivas, fortalecendo o setor de comunicação, informação e midiático – principalmente televisivo. Enfim, precisamos pesquisar até que ponto as Conferências tem tido uma atividade democrática, e não uma atividade legitimadora de decisões pré-estabelecidas, que infelizmente, no Brasil, são correntes no senso comum. E neste sentido, Castellani Filho aponta em seu texto no sítio do Observatório do Esporte como a lógica do esporte-espetáculo subordinou a Conferência Nacional de Esporte, tornando-a um espaço de legitimação (“guerra de mentirinha”) de decisões estabelecidas pelos homens de negócio do esporte na “guerra de verdade”. É importante que fiquemos atento à esse movimento. Ver o texto de Lino Castellani Filho em: <http://observatoriodoesporte.org.br/iii-conferencia-nacional-de-esporte-e-lazer-intervir-e-preciso/#comments>. Acesso em 01/02/2010. No sítio do Ministério do Esporte é possível acessar os documentos sobre as Conferências e constatar o que estamos afirmando. Ver: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>. Acesso realizado em 01/02/2010. É prudente consultar, também, as atas das reuniões do Conselho Nacional do Esporte, que podem ser acessadas no sítio: <http://www.esporte.gov.br/conselhoEsporte/default.jsp>.

¹⁴² <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=23>. Acesso realizado em 18/10/2010.

organização constante de suas instâncias. É importante notar que se o CBCE se postou numa perspectiva crítica e contra-hegemônica, tal fato não se generalizou nas atividades da entidade, uma vez que não temos notícia de qualquer evento, reunião, etc., que tivesse o intuito de discutir com os associados e demais interessados o que fazer acerca da formalidade que tem caracterizado as Conferências e legitimado políticas centradas somente na realização dos Mega-Eventos, contrárias a todos os princípios e diretrizes da Política Nacional de Esporte. Portanto, estamos diante de um processo de legitimação a despeito de todo o avanço democrático que possa ter adquirido a política de esporte com tais Conferências.

Mesmo levando em conta estes problemas, em nosso juízo o CBCE avança e amplia seu raio de ação o que aumenta a necessidade dos seus braços – instâncias – se adensarem e passarem a se ampliar seguindo o mesmo compasso. Isso não é afirmar um evolucionismo. É afirmar que a entidade passa a dar respostas a demandas antes inexistentes. E uma delas é a internacionalização do CBCE. Acima, quando tratávamos da gestão da Profa Ana Márcia Silva, mencionamos as atividades internacionais que o Colégio iniciava. Notamos, do mesmo modo, que este movimento de internacionalização não se devia apenas ao empenho do CBCE, pois havia ocorrido encontros entre universidades brasileiras e argentinas, bem como, o fato de a SBPC passar a estabelecer intercâmbio com a Asociación Argentina para el Progreso de la Ciencia (AAPC). Além disso, e após a gestão da Profa Ana Márcia Silva, há todo um conjunto de esforços visando o intercâmbio, cooperação e integração na América Latina *pari passu* ao CBCE. A proposta de criação da Universidade Federal da América Latina (UNILA), e a fundação da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE), em 2007, são exemplos desses esforços.

Na vigência de Fernando Mascarenhas o Colégio continua esse movimento de “Cooperação e relações internacionais”, com a participação no Foro Mercosur Latinoamericano para La Democratización de La Educación Física, El Deporte Y La Recreación, com a criação da Rede Latino-americana de Educação Física e Ciências do Esporte, com a distribuição da RBCE internacionalmente, e com II CONICE. Todavia, entre 2005 e 2009 o CBCE mantém os mesmos caminhos. Evidentemente, a via não é de mão única. São esforços vindos de várias frentes e perspectivas – o caso da ALESDE e a perspectiva disciplinar da Sociologia do Esporte – buscando estabelecer relações políticas, culturais e científicas, sem mencionar os acordos comerciais, políticos e científicos existentes entre os países da América do Sul. Em verdade, os

desafios para a construção de uma cooperação internacional nos vários vetores correspondentes as atividades do CBCE e das demais instituições são demasiados complexos. Silva (2007) nos dá alguns indicativos do que no seu entender é a perspectiva de internacionalização e os desafios correspondentes para a entidade.

O diálogo internacional pode constituir-se como um importante caminho também na divulgação do conhecimento, com base em políticas de ação mais solidárias. Possibilita, ainda, constituirmos pesquisas de base comparativa que nos permitam refletir melhor sobre nossos métodos investigativos e de intervenção. Entre outras possibilidades, o trânsito internacional de alunos e professores, assim como a constituição de banco de dados conjuntos, até a editoração de periódicos para divulgação, são elementos fundamentais nesse projeto. Fundamentais, não apenas para fazer avançar a pesquisa, mas para, de fato, alterarmos a realidade social em curso em nossos países. Para tanto, o CBCE pode ser um importante vetor, sensibilizando as universidades, as agências de pesquisa e o poder público brasileiro em um primeiro momento, de forma que linhas de financiamento de pesquisa sejam propostas nessa direção, assim como convênios interinstitucionais e governamentais sejam assinados. O trânsito de pessoas e informações é fundamental para a constituição dessa rede de cooperação internacional, e os impeditivos legais e institucionais devem ser minimizados para que isso possa ocorrer e consigamos construir soluções que sejam adequadas aos nossos problemas objetivos. O crescimento do CBCE pode auxiliar induzindo a política científica nessa direção, por vislumbrar a importância da cooperação e as possibilidades solidárias daí decorrentes (SILVA, 2007, p. 150).

Como é perceptível pela citação, as tarefas postas pelo processo de intercâmbio e cooperação internacional são difíceis e depende que o CBCE, concomitantemente, resolva os seus problemas nacionais, que não são poucos, para que possa contribuir significativamente na construção de uma Rede Latino-americana atuante de fato.

Assim, o Colégio seguia caminhando em suas atividades tendo que dar respostas aos velhos e novos desafios nacionais, que a partir do momento em que a entidade amplia suas fronteiras, tanto administrativo-organizacionais como políticas e científicas, as dimensões se ampliam em seus principais vetores. Desse modo, o CBCE em 2008, quando completara 30 anos, era uma entidade que estava consolidando a sua estrutura, isto é, o seu Congresso, a sua RBCE, e as suas Secretarias Estaduais, porém, do mesmo modo caminhava para a consolidação de sua estrutura mais nova posta pelos GTTs e pelo seu processo de internacionalização. Evidentemente que a estrutura basilar – Congresso, RBCE e Secretarias Estaduais – foi sendo enriquecida pelas diversas e distintas gestões que haviam dirigido a

entidade. A criação do GTT é o exemplo mais claro desse enriquecimento. E *pari passu* a este constante salto qualitativo tivemos a busca constante de qualificação da RBCE, que em certo momento institui uma política editorial por temática que possibilitou orientar a demanda da EF/CE, fazendo com que se mantivesse a periodicidade e a quase normalidade. Tal fato faz com que não nos esqueçamos do trabalho feito pelas gestões de Valter Bracht e Elenor Kunz para criar uma autonomia financeira para Revista¹⁴³, o que custou muito trabalho e, possibilitou, tendo em vista a qualidade do periódico, na entrada dos anos dois mil o alcance doutro patamar de qualidade pela Revista.

Justamente por conta de seu constante enriquecimento o Colégio chega a 30 anos tendo que estabelecer intercâmbio, interlocução, e participar das discussões em torno de implementação das políticas atinentes a sua atividade, dependendo de sua qualificação constante. E nessa empreitada as dificuldades são muitas. Antes de passarmos à comemoração dos 30 anos enumeraremos algumas delas: 1) dificuldade estrutural de enraizamento e capilarização da entidade. Como o CBCE depende da atividade militante de seus intelectuais orgânicos e associados simpáticos às suas premissas históricas, a regularização de uma estrutura administrativa em cada estado e Distrito Federal se torna crônica. Talvez tal fato se deva a posição contra-hegemônica da entidade fundada na atividade de intelectuais orgânicos com o perfil de um período que a entidade viveu intensamente o processo de redemocratização e que se simpatizou com uma “intenção de ruptura” ensaiada nos anos oitenta. Assim, a conformação atual da política científica brasileira é extremamente contrária a esta perspectiva de entidade coletiva e referendada socialmente. O que nos impõe a necessidade de pensarmos as respostas, que devem ultrapassar os princípios teóricos – as diversas epistemologias que estão presentes na entidade e que levam a posições políticas muitas vezes equivocadas e desmobilizadoras –, e se orientar numa ação política coletiva; 2) As dificuldades das Secretarias Estaduais se estendem aos GTTs, e também são estruturais, uma vez que estes congregam pesquisadores e intelectuais de quase todo o país, o que possibilita a organização regional em conjunto com as Secretarias para realização de Congressos e intervenção junto as políticas científicas, educacionais, esportivas e da saúde, mas que tem figurado apenas como potência em que a realização se dá isolada e esporadicamente. Este é um aspecto da atividade que terá que ser reforçado com maior ênfase,

¹⁴³ É importante mencionar que a estabilização financeira da RBCE não se deu logo e com facilidade. Lino Castellani Filho em depoimento assevera que para que o primeiro número em formato livro da Revista fosse publicada pela Editora Autores Associados, teve que fazer um empréstimo pessoal para pagar a nova edição.

pois com as atividades do CBCE num ambiente que o tem seduzido – a Pós-Graduação – corre-se o risco de ir perdendo a força contra-hegemônica que o tem conduzido; 3) O financiamento do Congresso e da RBCE são sempre um problema estrutural para a entidade, e esta tem dependido das agências de fomento e instituições governamentais para manter estas atividades fundamentais. Para que haja financiamento tem sido necessária a qualificação da entidade de acordo com a política científica – neoprodutivista – e a internacionalização da entidade, principalmente, da RBCE, o que depende da qualificação que é vertida em indexação nacional e internacional (uma espécie de valor de troca). Este processo levou – não somente ele – o Colégio às questões conjunturais, como a criação do Fórum de Periódicos em Educação Física, o Fórum de Pós-Graduação em Educação Física e a participação na Rede Latino-américa. Porém, como temos enfatizado o Colégio tem sempre participado e protagonizado suas intervenções de forma progressista e contra-hegemônica, o que o leva a depender das agências de fomento e das políticas científicas, ao contrário do se que se esperaria, de um modo que não se coloque numa posição acrítica em conjunto com outras entidades científicas que questionam a política científica brasileira e latino-americana. No entanto, este é um movimento incipiente (de crítica) e questionável por parte de alguns sócios orgânicos da entidade, como por exemplo, Bracht (2010) e a Contra Carta de Salvador, em que cobra-se da entidade que não se deixe seduzir pela perspectiva hegemônica da Pós-Graduação em detrimento de outras frentes (formação profissional; política de esporte; desigualdade regional entre os programas de Pós-Graduação, etc.); 4) O isolamento da entidade nas questões concernentes a política esportiva e o constante fortalecimento de movimentos reacionários. O Colégio participou ativamente da construção das duas Conferências do Esporte, mas, no que diz respeito à orientação das políticas esportivas, que hegemonicamente tem vislumbrado o esporte espetáculo na forma dos grandes e megas eventos, tem tido uma atuação completamente isolada por defender uma visão de esporte democrática e contrária a da pirâmide esportiva. Portanto, requer uma atenção da entidade para esta frente de atuação, o que não tem sido dada as últimas gestões. Pelo caminho que tem rumado às políticas de esporte brasileira, em que a perspectiva dos mega-eventos (do capital) predomina, o CBCE precisa criar um amplo debate e se posicionar a respeito.

Foi com estes e outros desafios que o CBCE completou 30 anos. A Comemoração coroou o trabalho de Laércio Elias Pereira sob a coordenação geral da comemoração, da Diretoria de Comunicação e da Coordenação Nacional das Secretarias

Estaduais, que organizaram um Painel Comemorativo, que transmitiu a entrada da atuação das Secretarias Estaduais e suas articulações regionais a um novo patamar. A festa foi realizada em São Caetano do Sul (SP) na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) na cidade e instituição em que se realizou o primeiro CONBRACE em 1979. A festa se deu em simultaneidade com os Congressos Regionais e transmitidos em tempo real pela internet. Foi a primeira vez na história do CBCE que os Congressos Regionais ocorrem na mesma data, e a realização de uma comemoração é transmitida em tempo real pela internet. Mas, não parou por aí a comemoração dos 30 anos. Tivemos o lançamento da RBCE On-Line corroborando a política de socialização e democratização do conhecimento defendida historicamente pela entidade. É um passo importante para fazer chegar o CBCE e a RBCE aos mais diversos lugares do Brasil. Por conseguinte, a Revista dá um passo importante para a sua qualificação ao mesmo tempo em que disponibiliza boa parte do seu acervo para consulta e cópia digital. Neste sentido, as possibilidades de conhecer e acessar o periódico se ampliou.

Mediante estas inovações o CBCE comemorou seus 30 anos. Em comunicado publicado no sítio¹⁴⁴ da entidade assim se apresentava a comemoração:

O CBCE, no dia 17 de Setembro de 2008, celebra seu trigésimo aniversário de fundação e, como divulgado anteriormente, estaremos organizando como evento comemorativo um painel comemorativo, a se realizar em São Caetano do Sul-SP - cidade de fundação do CBCE -, com transmissão via internet em tempo real. O painel comemorativo, além de buscar reunir presencialmente associados, ex-dirigentes e dirigentes do CBCE, o que será um presente à memória da entidade, simbolicamente, convidará todos para uma revisita à sua primeira cidade sede, em São Caetano do Sul-SP. Vale destacar que tal atividade constará da programação de nossos congressos regionais, todos já confirmados e agendados para o período entre 17 e 21 de setembro. O painel, além de comportar uma mesa de debate sobre a trajetória do CBCE, envolverá ainda homenagem aos ex-dirigentes da entidade, lançamento de vídeo comemorativo dos 30 anos e lançamento da Revista Brasileira de Ciências do Esporte 30.1 que, ao também comemorar seu aniversário de 30 anos, terá o lançamento de sua versão eletrônica.

O Painel Comemorativo contou com uma mesa redonda que tratou de realizar um balanço dos 30 anos da entidade, cujo tema foi “CBCE: 30 anos fazendo história”. O debate ficou a cargo de Victor Matsudo, o primeiro presidente, e Lino Castellani Filho. Foi possível constatar duas posições distintas sobre a história do Colégio. A de Victor Matsudo que apontou

¹⁴⁴ Confira em: <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=499>. Acessado em 18/12/2010.

para a fundação do Colégio e as dificuldades existentes para realizar o I CONBRACE em 1979 e publicar a RBCE. Matsudo muitas vezes enfatizou que o CBCE não tinha nem as formas de comunicação existentes hoje (fax, sedex, email, etc.) e muito menos computadores e meios de armazenamento como disquete, compact disc (cd), pen-drive, etc, mas, mesmo assim, tinha mais de mil sócios. Matsudo, ironicamente, deu a entender que a comparação é possível¹⁴⁵, embora, em alguns momentos elogiasse as realizações do CBCE após a sua desvinculação. O fundamento da sua comparação estava nas premissas que, segundo ele, eram sonhos que orientaram a fundação da entidade, mas foram abandonados. Quais sejam: “sonho de ter um colegiado dos representantes das diferentes áreas do saber” e “sonho de respeito mútuo entre as áreas do saber como preceito fundamental para avanços verticais (sic!)”. A idéia de área no início do CBCE estava muito marcada não somente pelas disciplinas científicas, como a Biologia, a Matemática, a Fisiologia, a Psicologia, etc., mas também, pela idéia de área profissional. Assim, as pesquisas atrelavam-se imediatamente as características da profissão e a necessidade de dar respostas científicas à sua prática. O próprio Matsudo em sua exposição dá exemplos da concatenação entre as olimpíadas estudantis e o Laboratório de Atividade Física de São Caetano do Sul (LAFISCS), que o mesmo julgava ser diferente dos laboratórios do “poder”.

É justamente contra este estreitamento que é feita a intervenção de Lino Castellani Filho. Matsudo e Laércio E. Pereira (2007) entendem que o Colégio se fechou em torno da Educação Física, tratando esta tão somente como uma área profissional – uma das críticas de Laércio E. Pereira (2007) é que o Colégio é conhecido Brasil a fora como contrário ao CONFEF – não levando em consideração a ampliação acadêmica e profissional dos dias de hoje. Castellani Filho enfatiza que tanto para participar do CBCE como para dar aula nos cursos de Educação Física não é necessário ser da Educação Física. O que é necessário é tratar das problemáticas teóricas e práticas referentes aos objetos concernentes à área acadêmica. Desse modo, a Educação Física entendida como área acadêmica não elimina a possibilidade de realização das Ciências do Esporte, e muito menos que as suas pesquisas sejam veiculadas e debatidas no âmbito do CONBRACE e da RBCE. Portanto, consideramos constatável que o

¹⁴⁵ É interessante a noção de história de Laércio E. Pereira que confunde *post festum* com analogia anacrônica autocomplacente. Ele diz na Comemoração dos 30 anos do CBCE, que no CONBRACE Norte/Nordeste realizado em 1980, o primeiro Congresso Regional da história do Colégio, havia cinco presidentes presentes (Victor Matsudo, Cláudio Gil S. de Araújo, Lino Castellani Filho, Celi Taffarel e o próprio Laércio E. Pereira) e nunca mais na história isto seria visto. Com exceção de Victor Matsudo, que era o presidente à época, todos os outros se tornaram presidentes posteriormente. Como Laércio E. Pereira sabia que ele virariam presidentes?

“sonho” germinal do CBCE não se concretizou. O que quer dizer, noutras palavras, que todas as instâncias que as pesquisas nomeadas de Ciências do Esporte são realizadas, avaliadas, fomentadas e efetivadas em intervenções profissionais (CAPES, CNPq, FAPs, CNE/ME, CNE/MEC, ME, MEC, MCT, etc.) tem correlação com o que historicamente tem sido denominado Educação Física, como enfatiza Castellani Filho em resposta a Matsudo.

Enfim, se acolhermos as sugestões de Matsudo talvez o CBCE em uma espécie de “de volta para o futuro” se tornasse uma entidade de Ciências do Esporte. Entretanto, as premissas fundadoras do CBCE foram e são em parte realizadas na história da entidade. Não há, por exemplo, intolerância quanto as distintas perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas como sugere Matsudo em sua comunicação. O que há é uma disputa por hegemonia dentro do CBCE e fora dele na Educação Física, o que faz com que determinados pesquisadores e intelectuais orgânicos de perspectiva de EF/CE tradicional, não participe dos Congressos e contribua para o enriquecimento da entidade. Agora, a premissa do “colegiado dos representantes das diferentes áreas do saber”, de fato não se realizou na história do CBCE, pois indicava uma perspectiva disciplinar que aos poucos foi sendo dissolvida na entidade, à medida que a Educação Física se amplia e as pesquisas vão se tornando predominantemente multidisciplinares impactando estruturalmente o Colégio.

O Painel Comemorativo de 30 anos de Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte mostrou uma verdade que não foi contestada, a saber, a necessidade de militância intelectual e política para a manutenção da sua atividade vital. O fato de o Colégio se formar ao mesmo tempo que a área acadêmica da Educação Física e de ter abrigado uma crise da Educação Física e vários debates correlativos, possibilitou que fosse visto como espaço estratégico de intervenção científica, ídeo-política e ídeo-cultural, o que com o passar do tempo tornou-o um ponto de apoio para a qualificação científica das teorizações em torno da Educação Física, e consequentemente, para a presença nas discussões e disputas acerca das implementações de políticas. Essa atividade o manteve vivo. Porém, há mais um aspecto, talvez o busfalis da questão: o CBCE se tornou um espaço estratégico para um segmento progressista da Educação Física a partir de 1987, e por isso, tem durado todo este tempo, uma vez que este segmento o tem como sua arma mais qualificada na disputa pela hegemonia na Educação Física, e enquanto esta disputa durar, a vida do CBCE é razoavelmente certa.

Pois bem, alcançamos em nossa exposição os 30 anos do CBCE. O nosso objetivo era este. Releva considerar que, embora não possamos tratar os anos seguintes, muito do que ocorreu foi continuidade do que expusemos acima. O relatório da gestão 2007-2009 é um bom indicativo desta continuidade. Como já notamos, os eixos da política de atuação são os mesmos (com exceção do eixo sete que substitui informação por comunicação, ou seja, preocupasse desde 2007 com a comunicação), o que varia é uma ou outra atividade. Neste sentido, podemos notar alguns pontos da atuação da entidade considerados novos.

A implantação do SOAC facilitou o acesso aos anais dos Congressos a partir de 2009 – no sítio do Colégio era possível acessar o conteúdo do Congresso de 2007, mas não pelo SOAC – mesmo para quem não participou do Congresso ou para quem não é associado da entidade. O ingresso da RBCE no Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) que “(...) além de facilitar o manuseio por parte dos usuários, autores, avaliadores, revisores e leitores, amplia a produção e o acesso ao material publicado pela RBCE”¹⁴⁶ também foi um passo importante para a socialização e democratização do conhecimento em EF/CE. Outra inovação relacionada à RBCE foi o lançamento dos Cadernos de Formação que visam se aproximar das questões referentes à prática pedagógica cotidiana.

Do ponto de vista da qualificação do CONBRACE e da democratização das ações organizativas deu-se autonomia aos GTTs para que estes organizassem as suas programações contando com o apoio da DN. Uma atuação que não é novidade na história do Colégio e se mantém constante é o acompanhamento e participação na construção das políticas públicas. Assim, o CBCE seguiu participando de várias comissões (Dança, Capoeira e Yoga; Conselho Nacional de Esporte; Estatuto do Torcedor e III Conferência Nacional do Esporte) somadas a co-organização do III Encontro Nacional de Gestores de Educação: a Educação Física na Educação Básica, à continuidade no debate sobre a formação de professores em Educação Física junto ao CNE e proposta de um Fundo Setorial do Esporte (CT-Esporte).

Em relação à ampliação da política de comunicação notamos um avanço considerável não só nas mudanças de layout do sítio, mas nas possibilidades de acesso aos informes, comunicados, documentos, vídeos, fotos e listas de discussões em parceria com o CEV. Soma-se a isso a possibilidade de criação de sítios independentes como o do GTT Comunicação e

¹⁴⁶ No comunicado 001/2009/DN de 15 de janeiro de 2009 é possível encontrar um esboço do que havia sido realizado até o início de 2009. <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=544> acessado em 18/12/2010.

Mídia e a criação do sítio da Rede Latino-Americana de Educação Física e Ciências do Esporte. Neste último caso, o da internacionalização do Colégio preocupou-se com a construção de uma Política Internacional para entidade.

Para finalizar há que mencionar mais dois aspectos que estão aos poucos ganhando dimensão. O primeiro é o aumento do quadro administrativo, isto é, secretária administrativa, contador, webmaster, serviço de apoio ao SOAC e ao SEER, e os bolsistas de comunicação, CONBRACE, CONICE e RBCE. O segundo aspecto é a votação eletrônica. Assim, o CBCE se atualiza. Quem sabe em pouco tempo não poderemos acompanhar o CONBRACE/CONICE e os Congressos Regionais de casa via internet.

5.2 – A Revista Brasileira de Ciências de Esporte e a necessária qualificação científica

Optamos por tratar a RBCE neste subcapítulo em separado por entender ter havido nela uma transformação considerável. A Revista já havia dado um salto qualitativo com o trabalho realizado por Elenor Kunz que conseguiu dar regularidade e periodicidade, com algumas exceções evidentemente, além de consolidar os números temáticos, em meio a uma escassa e instável fonte de financiamento. Tal trabalho teve continuidade com Giovani Di Lorenzi Pires, responsável editorial pela Revista no transcurso da gestão de Kunz. Com a eleição de Lino Castellani Filho a RBCE passa a ter como editor executivo Amarílio Ferreira Neto, Diretor Científico da entidade. Seu volume 22, nº 1, de setembro de 2000 surpreende a todos ao se apresentar sob formato de livro, editada pelo CBCE em co-edição com a editora Autores Associados. A parceria operacional com aquela conceituada editora trouxe benefícios a ambos parceiros: maior prestígio à RBCE, dado o inusitado de seu projeto gráfico, e legitimidade à editora para a consolidação de sua presença também nessa área acadêmica, tal e qual possuía no âmbito da Educação, se valendo inclusive da chancela do CBCE na edição de boa parte de seus livros voltados à Educação Física e Esporte.

Poder-se-ia afirmar, neste sentido, que a RBCE passou por três etapas: a primeira, conduzida por Amarílio Ferreira Neto (1999/2003), teve a função de alçar o periódico ao nível das exigências para financiamento, para a qualificação pautada pela CAPES e para

indexação; a segunda, sob a égide de Jocimar Daólio e Carmen Lúcia Soares (2003/05), teve como função manter o patamar alcançado e buscar afinar a relação com os GTTs; a terceira inicia-se com Alex B. Fraga e Silvana V. Goellner (2005/07) e segue até a vigência de Alexandre Vaz e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2007/09), com a busca pela indexação condizente com o seu processo de internacionalização.

É importante, ressaltar, ainda, o protagonismo do CBCE com a criação do Fórum de Editores de Periódicos Científicos de Educação Física que passou de um patamar de aceitação das exigências postas pela política científica brasileira, para um processo de interlocução crítica com os demais editores visando ir além dos critérios de avaliação e fomento em si.

Como introdução, cabe a advertência, que diferente do que fizemos no *bloco quatro*, o nosso objetivo neste subcapítulo não é o de mapear as temáticas da RBCE para indicar as tendências da Educação Física e, conseqüentemente, as do CBCE e da produção científica veiculada. A nossa intenção é notar a busca constante de qualificação do periódico e os caminhos percorridos, o que num exercício de mediação pode estabelecer vínculos com a política científica da entidade como um todo, indicando e corroborando com o que notamos no início deste capítulo, isto é, que a intervenção política passa a um novo patamar que se caracteriza por sua mediação constante pela política científica e, de forma mediada, pelas demais políticas relacionadas ao esporte, educação, saúde e lazer. Assim, a qualificação da RBCE passa da aceitação das normas de avaliação e fomento vigentes, principalmente na editoria conduzida por Amarílio Ferreira Neto que inequivocamente elevou o periódico a um patamar acima em todos os sentidos e características, para a crítica e proposição. Entretanto, isso só foi possível pela qualificação alcançada dando condições para o CBCE protagonizar algum movimento em torno da mudança nas normas de avaliação (quantidade e qualidade) e fomento postas. É importante, notar que a crescente produção da EF/CE, não só em quantidade, mas em qualidade, contribuiu e deu retorno a política editorial empreendida. Desse modo, quando nos referimos à qualificação da Revista, não a estamos entendendo como um processo realizado por força pura do Colégio e dos editores (as), ou seja, se não houvesse produção teórica e pesquisadores e intelectuais qualificados, dificilmente a RBCE seria reconhecida academicamente, receberia fomento de órgãos governamentais e alcançaria indexações internacionais. Estamos entendendo, portanto, o

processo de qualificação como uma inter-relação recíproca. São com estes pressupostos que notaremos a seguir indicativos desse caminho seguido pela Revista.

A vigência do editor executivo Amarílio Ferreira Neto anunciava em editorial, neste sentido, a nova forma da RBCE. O ano é o de 2000, e o vol. 21 n. 2 e 3. Ferreira Neto (2000) faz um arrazoado sobre a importância da Revista e da sua qualidade, tendo em vista o financiamento do CNPq e a referência “maior” na CAPES, bem como, a boa aceitação pelo campo acadêmico, mas diz que a nova diretoria¹⁴⁷ entendia que era a hora de dar um salto qualitativo. E segue:

Foi à luz da experiência acumulada ao longo de 21 anos de publicação da RBCE e da análise do contexto no qual nos situamos, que a atual diretoria do CBCE entendeu por bem ser a hora do estabelecimento de um novo salto de qualidade em seu periódico. Assim, com este volume 21, números 2 e 3, estamos dando por encerrada essa fase da RBCE. Isto significa dizer que daqui em diante estaremos trabalhando a partir de uma concepção editorial centrada na intenção de, por meio da definição de uma temática central de cada número da Revista, contemplarmos a produção emanada dos Grupos de Trabalho Temático – espaço vital de reflexão e produção de conhecimento do CBCE – além daquela tradicionalmente presente a partir da participação espontânea dos pesquisadores da área. Para darmos vazão à tal concepção editorial, anunciamos a publicação da RBCE, em formato livro, em co-edição acordada entre esta sociedade científica e a Editora Autores Associados (FERREIRA NETO, 2000a, p. 3).

Dessa forma a Revista passou a ser publicada com uma capa tendo o leiaute referenciado numa importante obra de arte que estivesse relacionada à temática do número. O Conselho Editorial da Editora Autores Associados e o Conselho Editorial da RBCE, bem como, os indexadores (Sibradid, Sportsearch, Sport Discus, Ulrich’s International Periodicals, Catálogo Coletivo Nacional de Publicação), agora são indicativos e pressupostos de qualidade editorial e acadêmica. Um indício do que viria com a internacionalização voltada para América Latina é a exigência, a partir da decisão tomada no encontro institucional na 52ª Reunião Anual da SBPC, de resumo em espanhol para a publicação na Revista. Diante desses avanços ainda se contava com problemas de ordem financeira. No editorial do primeiro número da Revista em formato livro, a saber, vol. 22 n. 1, é possível notar esta questão.

¹⁴⁷ Em depoimento, o professor Lino Castellani Filho se reporta a uma medida tomada pelas DN’s de suas duas gestões, referente ao compromisso de seus membros de não submeter suas produções acadêmicas à RBCE pelo período de suas presenças na DN da entidade. Tal compromisso foi tido como necessário ao fortalecimento da RBCE, não dando margem a entendimentos de uso indevido daquele periódico científico por parte de seus diretores.

No entanto, velhos problemas não permitiram que tal intenção se viabilizasse. O principal deles diz respeito à questão do financiamento. Como é de conhecimento de todos, vimos recebendo para a publicação da RBCE, nos últimos anos, recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fato esse que, para além da sua intrínseca importância de ordem material – por viabilizar, quase que exclusivamente com seus recursos, a veiculação da revista – expressa um outro tão ou mais significativo no plano simbólico, por representar um indicativo a mais de qualidade da nossa revista. Entretanto, o financiamento originário do CNPq tem enfrentado dificuldades presentes nas prioridades estabelecidas pelas políticas governamentais para ciência e tecnologia, as quais têm criado um quadro de incertezas acerca da aprovação ou não dos recursos solicitados e, quando aprovados, do momento exato da sua liberação, o que tem limitado nossas possibilidades de estabelecer um cronograma de desembolso que traduza a garantia, junto às empresas contratadas, de ser honrado. Dessa forma, paradoxalmente, as exigências de qualidade postas por agências governamentais como o próprio CNPq e CAPES – pertinentes à periodicidade, por ex. – ficam comprometidas por conta e risco de suas próprias políticas (FERREIRA NETO, 2000b, p. 8).

Diante do exposto nota-se que as dificuldades enfrentadas nas gestões passadas permaneciam, no entanto se esboçava uma crítica inicial a lógica que regia avaliação e o fomento da produção científica, que como vimos no subcapítulo anterior conduziu as intervenções do Colégio através dos Fóruns de Pós-Graduação e Periódicos em Educação Física.

Numa espécie de balanço o editor no editorial do vol. 24 n. 1 de setembro de 2002, considera que os números temáticos planejados em conjunto com o Conselho Editorial no XII CONBRACE haviam sido cumpridos. Considera, também, que o pedido de financiamento fora enviado ao CNPq em março daquele ano, e que a Revista havia superado as determinações desta instituição para que fosse financiada. E neste sentido, assevera que a RBCE estava quase 100% normalizada o que a colocava na condição de ser submetida ao índice normalização a qualquer indexador. Tendo em vista o trabalho realizado com a Revista, levando em conta as variáveis clássicas, normalização, duração, periodicidade, difusão, colaboração de autores, difusão de conteúdos e indexação, o CBCE atuava também nesse segmento como entidade científica de referência. Todavia, ainda havia desafio posto, qual seja:

Trata-se de qualificar a autoridade científica do periódico, o que quer dizer que temos de aperfeiçoar a relação editor, conselho editorial nacional, conselho editorial internacional (a ser criado), pareceristas *ad hoc* e comunidade científica em geral. Tudo em função de elevar o *quantum* de artigos originais em cada

número temático do periódico, combinado com o progressivo aumento da titulação dos autores individuais por artigo veiculado. (...) reside um princípio cada vez mais consistente aceito no mundo acadêmico, mesmo no Brasil: existe uma correlação positiva entre autoridade científica do periódico, qualidade da produção veiculada e titulação dos autores”. (FERREIRA, NETO, 2002, p. 7-8). Os itálicos são do original.

O editor adota os critérios de qualidade estabelecidos pelo mundo acadêmico como o horizonte a ser perseguido para avançar com a Revista. Nesse período ainda não está posto no CBCE – como vimos com o Encontro do Fórum de Editores de Periódicos Científicos de Educação Física – a crítica aos parâmetros dados como corretos para avaliar e, conseqüentemente, para fomentar os periódicos, bem como, o que diz respeito a qualidade não baseada tão somente no parecer da elite acadêmica, reduzindo-a juntamente com a ciência ao discurso, linguagem e modelos normativos ensimesmados. O que estava posto era a necessidade de atender certas exigências para que os subsídios financeiros pudessem ser regulados e estabilizados. Para, além disto, estava posto o afinamento da relação da Revista (editor) com o campo acadêmico. Uma das questões que marcaram este período foi o intercâmbio com os GTTs que não se realizou da forma como planejado. Em tese, a idéia de desaguar a produção teórica veiculada e debatida nos GTTs indicava êxito inequívoco. Todavia, segundo Ferreira Neto (2003, p. 7-8) não foi isso o que ocorreu.

Pode-se afirmar, pelo que foi impresso na RBCE, após a criação dos GTTs (1997) e a desejável contribuição mútua entre tais mecanismos de disseminação do conhecimento da área acadêmica da educação física, que a produção científica divulgada no âmbito dos GTTs, apenas, minoritariamente tem sido encaminhada para análise e possível publicação na RBCE. Esse fato incontestável requer uma detida discussão acerca da atual política científica ou, melhor dizendo, da maneira como vêm sendo estabelecidos os GTTs e suas práticas no interior do CBCE. É inevitável a aplicação de maior rigor na definição das temáticas da RBCE, uma vez que sua consolidação como periódico de referência depende em grande medida desse processo que envolve necessariamente a comunidade científica qualificada pela formação acadêmica, pela experiência de pesquisa, pelo conhecimento circunstanciado das vicissitudes da área. Tudo isso tem como eixo a especificidade e as lutas históricas submetidas à crítica e autocritica que os novos tempos político-acadêmicos exigem.

Não se trata como faz entender o editor de uma via de mão única. É preciso considerar a especificidade do GTT das diferentes origens das comunicações e pôsteres (Trabalho

de Conclusão de Curso, texto sem lastro em pesquisa sistemática e preparado somente para o Congresso, dissertação e tese em andamento, etc.) expostos, isto é, nem tudo que é apresentado tem condições de ser publicado na RBCE. Desse modo, era preciso uma inter-relação recíproca entre estas instâncias do CBCE para que se pudesse levar a cabo a tarefa. O próprio editor na sequência do trecho citado dá um exemplo ocorrido com o planejamento de um número temático sobre Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer, que fora prevista para 2001, mas por ausência de texto foi postergada para o futuro, sendo publicada no número do editorial citado acima. Nós sabemos que as temáticas foram estabelecidas nos encontros institucionais ocorridos nas Reuniões Anuais da SBPC, como também, na reunião do Conselho Editorial ocorrida em 2001, em Caxambu. Isso indica que houve problema de planejamento e cronograma, o que não diz respeito apenas ao interesse dos membros de determinado GTT, ou a falta de qualidade das produções teóricas.

O trabalho editorial da RBCE perseguia com constância e determinação a qualificação e muitas vezes apontava como decorrente das dificuldades a falta de compromisso do “campo acadêmico das chamadas ciências do esporte” (Cf. FERREIRA NETO, 2003b, p. 7-8). E neste sentido, o editor assevera que de acordo com a RBCE impressa e materializada e as tendências dos periódicos naquele período, era possível perceber um descompasso. Foi necessário para que se entrasse no compasso

“(...) importar conhecimento e tecnologia, principalmente da área de ciência da informação, objetivando “empatar o jogo” para, então, começarmos a “apertar” o rigor no uso de critérios de cientificidade na RBCE, levando-os à comunidade científica, especialmente aquela que se identifica a partir da educação física”.

A herança deixada por Ferreira Neto à frente da RBCE foi esta, além de “regularizar e sanear as finanças” e conduzir a Revista ao Qualis “A” da CAPES.

Os novos editores, a saber, Carmen Lúcia Soares e Jocimar Daolio, no primeiro número aos seus cuidados enfatizam em editorial o que era visto como necessário empreendimento.

O objetivo maior de todo periódico científico constitui-se, sem dúvida, em divulgar e socializar a produção acadêmica de sua área de abrangência. Para atingir esse objetivo, é necessário que a atual editoria da RBCE tenha por tarefa precípua sua qualificação contínua, conquistando, em decorrência, melhores

indicadores de avaliação, tanto em âmbito nacional como internacional. Se, por um lado, temos certeza de que a qualificação da RBCE é consequência da produção acadêmica da área e do rigor de análise por parte dos pareceristas, por outro lado devemos envidar esforços no sentido de superar problemas básicos nos artigos que chegam à RBCE, sejam de falta de revisão nos textos ou aqueles relativos às referências bibliográficas, problemas de tradução nos resumos em inglês e espanhol, questões de conteúdo, falta de indicações de todos os autores, enfim, problemas que dificultam a avaliação e podem atrasar a publicação do respectivo número. É necessário também que as temáticas da Revista, após serem definidas a partir de demandas dos Grupos de Trabalho Temático (GTTs) do CBCE, bem como de problemáticas relevantes relacionadas à área de conhecimento, sejam amplamente, e com antecedência, divulgadas a toda a comunidade, a fim de possibilitar que os melhores trabalhos sejam encaminhados à RBCE e julgados pelos pareceristas mais qualificados em cada campo de atuação (DAOLIO e SOARES, 2004, p. 7-8).

Nesta RBCE, vol. 25 n. 3 de maio de 2004, temos uma mudança qualitativa fundamental em seu Conselho Editorial – em 2002, Ferreira Neto notou que já estava sendo criado, o que indica que o processo ter-se-ia iniciado em sua editoria – com a entrada de pesquisadores internacionais. Tínhamos até então no Conselho Editorial: Dr. Antonio Carlos Bramante (UNICAMP); Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel (UFBA); Dr. Dartagnan Pinto Guedes (UEL); Dr. Eduardo Kokubun (UNESP); Dr. Elenor Kunz (UFSC); Dr. Go Tani (USP) e o Dr. Valter Bracht (UFES). Com a inclusão de pesquisadores internacionais a composição ficou do seguinte modo: Alexandre Fernandez Vaz (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil); Andreas H. Trebels (Universität HannoverInstitut für Sport, Alemanha); Christopher Rojek (Nottingham Trent University, Faculty of Humanities, Inglaterra); David W. Hill (University of North Texas, Department of Kinesiology, Health Promotion and Recreation, EUA); Eduardo Kokubun (Universidade Estadual Paulista/Rio Claro, Brasil); Georges Vigarello (Université de Paris V, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França); Go Tani (Universidade de São Paulo, Brasil); Hugo Rodolfo Lovisolo (Universidade Gama Filho, Brasil); Manuela Hasse (Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Portugal); Mauro Betti (Universidade Estadual Paulista/Bauru, Brasil); Pietro Cerveri (Politecnico di Milano, Biomedical Engineering Department, Itália); Ricardo Machado Leite de Barros (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); e Valter Bracht (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil).

Com o estabelecimento de um Conselho Internacional o CBCE e, especificamente, a RBCE, deram prosseguimento a busca da sua internacionalização. Além desse empreendimento que se vislumbrava, a editoria de Daolio e Soares procurou estabelecer uma

aproximação dos GTTs, como também, incentivar a publicação de temáticas pouco atendidas ou nunca dantes publicada, como os casos, respectivamente, da infância e do doping. A vigência dos editores restringiu-se a uma gestão, mas contribuiu para dar continuidade na qualificação do periódico.

Os novos editores, Alex B. Fraga e Silvana V. Goellner, iniciam a sua vigência, como todos iniciaram, fazendo o balanço do passado e apontando os desafios para o futuro.

Autonomia editorial, Conselho Editorial internacional e altamente representativo do campo, números temáticos que abarcam a diversidade de estudos e pesquisas produzidas pelos mais diferentes grupos, rigoroso processo de avaliação mediado por pareceristas de reconhecida capacidade científico-acadêmica e a conquista da periodicidade, vital para a credibilidade de um periódico perante a comunidade de pesquisadores, são sem dúvida nenhuma nossa melhor herança nesse processo de transição. Diante desse quadro positivo, nossas atenções e esforços passam a estar voltados à ampliação do processo de indexação da RBCE nas principais bases de dados nacionais e internacionais, tarefa árdua e de longo prazo que só será possível com a seqüência do trabalho afinado com os integrantes do atual Conselho Editorial para alinharmos a revista aos critérios gerais por elas estabelecidos (FRAGA e GOELLNER, 2006a, p. 7-8).

Para perseguir os objetivos almejados a primeira RBCE organizada pelos editores, qual seja, vol. 28 n. 1 de setembro de 2006, tratou de propor em sua temática o que estava em debate com o que se convencionou chamar de “globalização”. Desse modo, estabeleceu-se como tema central “o local e o global na prática cotidiana da EF/CE”, o que segundo Fraga e Goellner (2006b, p. 7) atende a necessidade de estabelecer veios internacionais na Revista.

Nossa intenção era propor um debate em torno de uma questão que tem afetado direta ou indiretamente nossa comunidade: a crescente demanda por internacionalização das produções científico-acadêmicas como forma de validação do conhecimento circulante na área. Algo que foi respondido por parte da comunidade cuja resposta foi muito positiva, o que pode ser percebido pelos textos recebidos. As repercussões desse processo nas pesquisas ainda não são nítidas, mas já é possível vislumbrar alguns dos seus efeitos na forma de se fazer pesquisa, na formação profissional e no campo de atuação.

Este número da RBCE contou com três artigos internacionais o que indica os efeitos do Conselho Internacional e o acesso à Revista para além das fronteiras nacionais. Desse modo, o encaminhamento de contribuir com a internacionalização da entidade foi a forma com

que se iniciou a vigência da nova editoria. Para tanto se fez necessária algumas mudanças normativas para que se adequasse as novas exigências acarretadas pelo processo de internacionalização, como também, as exigências nacionais e internacionais para indexação.

Introduzimos algumas alterações significativas nas normas após reunião com o conselho editorial realizada em julho de 2006, dentro da programação da 58ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Florianópolis: A revista deixa de ser exclusivamente editada por temas e passa a contar com duas grandes seções: Seção temática e Espaço aberto. Haverá exigência de documentos pertinentes à transferência de direitos autorais, declaração de responsabilidade de autores e co-autores e parecer de comitê de ética ou declaração de adequação aos princípios éticos que norteiam as resoluções brasileiras. Estamos abrindo um novo ciclo na longa trajetória da RBCE, alinhando-a às exigências contemporâneas de cientificidade, por isso, esperamos continuar contando com o apoio crítico dos(as) nossos(as) associados(as) para a permanente qualificação deste que é um dos maiores patrimônios do CBCE (FRAGA e GOELLNER, 2007a, p. 7-8).

Com as modificações realizadas era o início do fim da RBCE orientada exclusivamente por temáticas. É bem verdade que desde a primeira RBCE temática sempre houve textos fora da temática estipulada. Todavia, tal alteração será consumada somente na gestão seguinte.

O empenho do CBCE e da RBCE em tratar das questões atinentes à política científica conduziu a realização do XV CONBRACE e do II CONICE com uma temática correlacionada. O vol. 29 n. 1 de setembro de 2007, foi lançado no Congresso, e teve como tema de sua seção a “Avaliação da produção científica em EF/CE”. A escolha pela temática é justificada como segue:

A avaliação da produção científica em educação física e ciências do esporte é o foco central deste número. Apesar de não ser uma novidade no nosso campo é um tema que percorre a própria estruturação da área pautando inúmeras discussões em congressos científicos, periódicos, programas de pós-graduação e diferentes fóruns de debates. Ganha maior visibilidade na atualidade com a consolidação do sistema de avaliação da Capes, do CNPq e de outras instituições de fomento à produção do conhecimento. Se por um lado as exigências advindas destas instituições têm promovido uma produção acadêmica mais intensa na área, e de um modo geral mais qualificada, por outro traz consequências específicas para determinadas pesquisas nas subáreas que merecem uma avaliação mais cautelosa sobre os critérios por elas adotados. Essas questões têm provocado uma série de debates no campo da educação física e ciências do esporte tais como quantidade e qualidade da produção, difusão do conhecimento

produzido, impacto e inserção social das pesquisas desenvolvidas tratadas aqui nos diferentes artigos publicados (FRAGA e GOELLNER, 2007b, p. 7).

Diante do exposto é notório que o debate em torno dos Fóruns organizados pelo Colégio chega a RBCE. Era um indicativo de que a entidade estava tratando como central a política científica brasileira de Educação Física e estava produzindo reflexões teóricas.

A RBCE alcançara um nível neste período que colocava o problema do financiamento e da normalização da periodicidade no passado. Agora, os problemas eram outros, relacionados aos critérios de avaliação. Todo o trabalho realizado no passado para solucionar os problemas financeiros e de periodicidade parecia estar dando resultado. No mesmo editorial supracitado Fraga e Goellner (2007b, p. 8) escrevem a respeito: “o reconhecimento mais recente dos esforços empreendidos por diferentes editores/as nestes últimos anos foi reconhecido pela Capes com o conceito “Internacional C” (Qualis 2004-2006)”.

A RBCE seguia se qualificando e se modificando internamente. A partir do vol. 29 n. 1 ela passa a estar indexada no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (LATINDEX). Por outro lado, as capas com leiaute criado a partir de imagem de obras de grandes pintores modernos deixará de existir, passando a ser confeccionada com base em fotos retiradas do sítio www.photo.com¹⁴⁸.

A grande modificação da RBCE não se deu sem objetivo. Na história da RBCE tivemos números temáticos preparativos para o Congresso seguinte, como também, o que era de costume até 1997, os anais sendo publicado no número seguinte ao Congresso, o que normalmente acontecia no número de janeiro. Com a publicação dos anais em separado a RBCE passa a se desvincular do CONBRACE paulatinamente. A redução da RBCE de número temático para seção temática segue o mesmo caminho. Isto é, a criação da seção temática em conjunto com o espaço aberto já indicava a necessidade de atender o aumento da produção teórica de pesquisadores e grupos de estudos de matrizes epistemológicas das Ciências Biomédicas e das Ciências Naturais. Desse modo, ao se estabelecer uma temática precisa para cada número induzia-se o envio de artigos. Ao “abrir espaço” as possibilidades aumentam, tanto para atender as diferentes matrizes epistemológicas advindas das diferentes Ciências (Naturais e Sociais) e Humanidades, como para aumentar a qualidade da Revista, uma vez que o aumenta o número de artigos de pesquisadores doutores nacionais e internacionais o que contribui para atender aos

¹⁴⁸ Não há nenhuma informação se a decisão foi da RBCE ou da Editora Autores Associados.

requisitos avaliativos e de indexação, e atender à produção teórica advinda dos programas de Pós-Graduação.

As modificações realizadas na RBCE foram parte do projeto de Fraga e Goellner que encerravam a gestão editorial em janeiro de 2008. Quase tudo que projetaram em 2005, a saber, continuidade no processo de internacionalização e de indexação, fora realizado. A exceção foi a integração ao SEER. Este passo na qualificação da Revista não foi possível de ser dado por estes editores. Vejamos em suas palavras.

O compromisso acordado com a Direção Nacional era o de manter em nossa gestão as conquistas que havíamos herdado, seguirmos com o processo de qualificação editorial, ampliarmos a presença de autores estrangeiros e ajustarmos a *RBCE* aos critérios dos principais indexadores nacionais e internacionais. Nesse período editamos seis números; foram submetidos à apreciação 220 manuscritos, dentre os quais publicamos 79. Destes, dez são assinados por autores estrangeiros (Canadá, Chile, Equador, Espanha, EUA, França, Inglaterra, Portugal, Uruguai). O índice de rejeição beirou os 65% e contamos com a participação de, aproximadamente, 250 consultores *ad hoc*, todos doutores na área da educação física e afins. Para nós a grande modificação foi a introdução das novas normas para publicação. Depois de apresentarmos nosso projeto de alteração ao conselho editorial, e incorporarmos várias das sugestões ali estabelecidas, nosso periódico deixa de ser exclusivamente editado por temas e passa a contar com duas grandes seções: *Seção temática* e *Espaço aberto*. Manter um periódico científico com qualidade editorial de forma que atenda aos critérios básicos dos indexadores internacionais não é tarefa fácil. Pressupõe investimentos que envolvem não apenas a editoria mas a própria comunidade científica na qual se insere. A nova editoria da *RBCE* tem vários desafios pela frente, um deles será a integração da revista ao sistema SEER, algo que não foi possível realizarmos até esse momento, mas que agora tem criadas as condições para tal modificação também significativa. (Cf. FRAGA e GOELLNER, 2008). Os itálicos são do original.

A nova editoria, composta por Alexandre Fernandez Vaz e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, além do desafio de integrar a RBCE ao SEER, faria uma modificação logo à partida, que já estava sinalizada na vigência de Alex B. Fraga e Silvana V. Goellner, qual seja, a suspensão da orientação temática. No vol. 29 n. 3 de maio de 2008, os editores anunciaram a mudança acompanhada de uma justificativa e de uma explicação.

Colocam-se muitas questões que requerem atenção aos novos editores. Elas se referem não apenas à revista, mas à própria área de educação física/ciências do esporte. Nesse processo destacam-se os números temáticos, temporariamente

suspensos em favor de uma outra dinâmica editorial. Entendemos que a eleição de temas para cada número da revista foi importante como política de indução de demandas, além de ter fomentado uma dedicação mais intensiva a questões específicas em nossa área. Por outro lado, observamos que os números temáticos já talvez inibissem a divulgação – e mesmo a produção – mais ampla em educação física/ciências do esporte, em especial em um momento em que se fortalecem e são criados novos programas de pós-graduação, algo que tem potencializado o movimento da pesquisa entre nós. Dessa forma, a decisão editorial de suspender essa modalidade procura atender a um movimento da própria área. Isso não significa que não se possa voltar a ela, na mesma medida que outras formas de organização possam vir a coexistir na edição da RBCE. Nesse mesmo quadro coloca-se a perspectiva de um incremento na publicação de artigos originais oriundos de pesquisa, teóricas ou empíricas, assim como artigos de revisão, algo muito importante para uma área de conhecimento, mas, infelizmente, pouco freqüente nos periódicos de educação física/ciências do esporte. Esse esforço aponta também para a aceleração do processo de internacionalização da revista, tanto em seu alcance como referência para nossos colegas no exterior, quanto como catalisadora da produção oriunda de outros países. (VAZ e OLIVEIRA, 2008a, p. 7-8).

Como havíamos apontado segundo as modificações da editoria precedente, a suspensão da temática era um indício. Ainda não é possível avaliar – estamos na passagem de 2010 para 2011 – se a ausência de temática de fato contribui para a qualificação, uma vez que artigos originais e de revisão poderiam estar relacionados a uma temática específica. Agora, parece não restar dúvidas que se não há uma temática a possibilidade de envio de artigos para a publicação se amplifica, o mesmo ocorrendo com a possibilidade de publicação de artigos oriundos dos mais variados tipos de pesquisa e orientações teórico-metodológicas e epistemológicas. Isto contribui para que o diálogo e interlocução com os pesquisadores enraizados em perspectivas teóricas e epistemológicas das Ciências Biomédicas e Ciências Naturais que se afastaram e mantiveram os seus grupos e orientandos afastados do Colégio, de algum modo possam ter a Revista como espaço para publicação. Diante dos critérios de avaliação de periódicos atuais é positivo para o CBCE tal restabelecimento de relação, uma vez que as pesquisas que se realizam nessa perspectiva de conhecimento da EF/CE e a sua publicação em formato de artigo (o famoso *paper*) são aderentes a forma hegemônica de avaliação, além de os objetos que são pesquisados estarem com maior possibilidades de publicação em revistas internacionais bem avaliadas. Em resumo, a RBCE com estas modificações (Cf. VAZ e TABORDA DE OLIVEIRA, 2009a) estaria buscando atender os critérios para qualificação internacional se tornando uma revista com publicação de qualidade em diversas temáticas relacionadas à EF/CE. Desse modo, o binômio EF/CE tem mais sentido. Porém, a RBCE se

afasta cada vez da sua vinculação com o CONBRACE e as posições políticas da entidade, uma vez que deixa de ser uma espécie de indicativo em que possamos captar as tendências da entidade.

Na vigência de Alexandre F. Vaz e Taborda de Oliveira a RBCE comemorou 29 anos e o CBCE 30 anos, com o lançamento da RBCE On-Line, o que a integra ao SEER, e com a indexação na base de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Está indexação se deu tarde e a Revista aparece em 2009, não muito bem avaliada pela CAPES, com o Qualis B3 (Cf. VAZ e TABORDA DE OLIVEIRA, 2009a).

A RBCE sentia cada vez mais os efeitos de uma avaliação pouco condizente com as suas características. Se o CBCE estava (está) protagonizando todo um movimento em torno das discussões sobre os critérios de avaliação e fomento na Pós-Graduação e conseguindo avanços – o Qualis-Livro é um exemplo – que condizem com a diversidade multidisciplinar, a RBCE enfrentava uma tarefa parecida. Vaz e Taborda de Oliveira (2009b, p. 7) no editorial demonstram no vol. 30 n. 3 de maio de 2009, certo incomodo com a avaliação de periódicos, ao ponto de o intitular de, “Um comentário sobre a avaliação de periódicos”. Vejamos alguns trechos:

Entre as diversas questões que compõem o debate contemporâneo sobre a educação física/ciências do esporte, encontra-se uma que diz respeito às formas de produção e veiculação de conhecimento. Referimo-nos à avaliação dos periódicos, tema que se coloca no epicentro do debate e que desperta todo tipo de posição, algo correspondente ao esforço que vem sendo feito por pesquisadores e instituições no sentido do desenvolvimento acadêmico da área. A *RBCE* tem participado ativamente desse processo, como parte diretamente interessada, não apenas porque também tem sido avaliada, mas porque entende que deve desempenhar um papel no conjunto das discussões, às vezes acaloradas, sobre critérios de avaliação e perspectivas políticas e científicas para a área. Nesse sentido, a *RBCE* tem-se colocado na direção de uma ampliação dos critérios de avaliação dos periódicos pela Área 21, bem como no apoio a um esforço conjunto que se dê menos pela concorrência e mais pela cooperação entre os periódicos. Entendemos que só assim conseguiremos contribuir para que a área como um todo cresça e dê sentido à divulgação dos trabalhos de nossos pesquisadores. Para tanto, nossa posição, expressa no recente Fórum de Pós-Graduação e de Periódicos de Educação Física, em Florianópolis, é a de buscar a pluralidade na produção do conhecimento e sua correspondente divulgação. Para tanto, entendemos que é preciso discutir e admitir a extensão da produção de conhecimento em educação física/ciências do esporte, inclusive no que se refere à forma de expressão dessa multiplicidade, ou seja, o formato dos artigos originais, a valorização da indexação em bases de diferentes campos do conhecimento, entre outros pontos. Os *itálicos* são do original.

A organização e discussão com editores e responsáveis pela lógica de avaliação de periódicos é um desafio que tem sido enfrentado pelo CBCE através do Encontro do Fórum de Editores de Periódicos Científicos de Educação Física. Todavia, diante do exposto no editorial a tarefa parece estar caminhando com dificuldade, na medida em que há muita competição e pouca cooperação, o que dificulta o consenso na Área 21, espaço que a RBCE se levado em conta o seu tipo de publicação, está alocada indevidamente, como também, a Educação Física.

O CBCE tem se mantido orgânico em sua frente de intervenção, como se manteve em seus trinta anos. Se observarmos a forma como a RBCE vem sendo conduzida pelos seus editores é perceptível uma sincronia com a política científica da entidade no seu todo. Por mais que a RBCE tenha se autonomizado relativamente do Colégio, a sua política científica tem sido orgânica. As preocupações com a avaliação que tem sido destinada aos periódicos brasileiros e a forma com que estes têm se internacionalizado, bem como, a política de fomento daí decorrente, não está descolada das preocupações do CBCE com a Pós-Graduação e os critérios de avaliação dos programas e produções individuais, do mesmo modo que não está das questões relacionadas à formação profissional. Esta última pode ser notada com a recente publicação dos Cadernos de Formação da RBCE, que já se encontra no segundo número do volume um e com a temática central do XVI CONBRACE e II CONICE, a saber, “Formação em Educação Física e Ciências do Esporte: políticas e cotidiano”.

O balanço feito por Vaz e Taborda de Oliveira (2009c, p. 7-8) em relação aos dois anos à frente da RBCE, indica um pouco do que estamos afirmando. Embora, seja uma citação longa, mostra a relação entre o projeto de RBCE e a orientação geral do CBCE.

Pretendíamos dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas equipes anteriores, ao mesmo tempo em que procurávamos enfrentar os desafios propostos por uma agenda do campo: os interesses da própria revista como órgão do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), com seu lugar social na educação física/ciências do esporte, precisavam ser combinados com outros vetores do campo, entre eles, as políticas de avaliação e fomento dos órgãos gestores da pesquisa no Brasil. Nossa avaliação é a de um relativo sucesso nessa empreitada. Com uma equipe competente (...) suspendemos os números temáticos para que o fluxo de artigos submetidos pudesse ser mais dinâmico, fizemos um esforço de indexação que rendeu bons frutos, implementamos a versão on-line da RBCE, mantivemos a periodicidade em dia, desenvolvemos um fluxo de comunicação efetivo com autores e revisores. Em contrapartida, estamos aquém da internacionalização pretendida, embora

também aí tenhamos encontrado algum êxito, sobretudo na formação de uma rede de periódicos ibero-americanos. No dia a dia da administração da revista, não são poucos os problemas, desde um sem-número de trabalhos submetidos que nos chegam indevidamente formatados, até a compatibilização dos prazos entre autores, revisores, equipe editorial e a empresa que edita o periódico. (...) Tampouco conseguimos estabelecer uma relação mais efetiva com outros periódicos e com os órgãos de avaliação, embora também nesse processo tenhamos tido algum êxito. Outro importante passo foi a criação dos Cadernos de Formação RBCE publicação periódica especialmente destinada aos professores atuantes na prática pedagógica, nas escolas e fora delas. Os Cadernos fortalecem a RBCE, na medida em que assumem uma demanda específica, deixando espaço para que ela siga com foco nos trabalhos originários de pesquisas, teóricas e empíricas. A RBCE está sendo pensada com metas de longo prazo. Ao mesmo tempo em que seguem e se avolumam as demandas cotidianas, as grandes questões dizem respeito ao lugar que a revista deve ocupar no debate da produção e divulgação do conhecimento em educação física/ciências do esporte.

Mediante o exposto é possível afirmar que o CBCE tem construído um protagonismo na política científica em várias frentes, seja via SBPC e internacionalização da entidade junto ao Foro Mercosur Latinoamericano para La Democratización de La Educación Física, El Deporte Y La Recreación e a Rede Latino-Americana de Ciências do Esporte, seja via Pós-Graduação e agências de avaliação e fomento. A RBCE, neste contexto, tem caminhado como órgão de fato, embora de uma forma distinta do passado, em que se desvincula do CONBRACE, mas contribui significativamente para a qualificação científica e política da entidade. Os desafios imediatos postos aos CBCE, quais sejam, os relacionados à política esportiva orientada para os mega-eventos e os da política educacional centrada nas diretrizes curriculares e na formação profissional, necessitarão de um suporte da RBCE. Quem sabe os recém criados Cadernos de Formação não possibilitarão uma nova forma de intervenção do Colégio em conjunto com os GTTs e com as Secretarias Estaduais. No entanto, os problemas para que isso ocorra são muitos a serem enfrentados. Por enquanto é somente possibilidade e tendência.

6 – CONCLUSÃO: posições e questionamentos sobre o ser e o dever ser do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

As coisas devem ser o que podem ser.

Shakespeare

O Colégio Brasileiro de Ciências de Esporte constitui-se historicamente em meio às disputas por hegemonia no campo da Educação Física.

No início da gênese do CBCE não existiu de fato uma relação de hegemonia e contra-hegemonia porque as críticas à Educação Física existente era inicial, isolada e assistemática. O Congresso Brasileiro de Ciências de Esporte Região Norte/Nordeste é ilustrativo neste aspecto. Em compasso com este processo de iniciação do CBCE – que não se restringia à Educação Física, mas que as idéias circuladas tinham estreita ligação com ela – tínhamos o início de sistematizações teóricas críticas que estavam sendo realizadas por professores da área. João Paulo S. Medina e Vitor Marinho de Oliveira são os mais conhecidos. É somente quando confluem os encontros e as teorizações que temos o início de posições contrária ao estabelecido pela Educação Física. Se, por um lado, já havia intelectuais orgânicos de uma perspectiva hegemônica de esporte, saúde e Educação Física, não havia, por outro lado, intelectuais orgânicos de uma perspectiva contra-hegemônica. Isso só vai ser possível, tempos depois, precisamente a partir de 1983, tendo em vista a vinda de Manuel Sérgio ao CONBRACE de Guarulhos e a temática da mesa redonda que ele falaria, a saber, “Desporto e desenvolvimento humano” (Cf. CASTELLANI FILHO, 2007b), mesma temática do Congresso Regional de 1980, e que foi composta por Laércio E. Pereira, João Paulo S. Medina, Lino Castellani Filho além do próprio Manuel Sérgio.

O ocorrido foi a primeira expressão clara de que estava sendo construída uma crítica ao hegemônico em EF/CE. No entanto, ainda não era um processo de contra-hegemonia dentro do CBCE, somente indícios críticos. É possível afirmarmos o mesmo para a Educação Física em geral.

É somente na vigência da gestão de Laércio E. Pereira que começa um processo contra-hegemônico, uma vez que já se iniciara nesse momento uma produção teórica crítica que dava sustento (os livros de Medina e Vitor Marinho já estavam publicados, somado ao texto de Lino Castellani Filho sobre a (des) caracterização filosófica da Educação Física), isto é, a formação de intelectuais orgânicos, além de ter sido possível a organização política de alguns professores protagonistas da mudança no Colégio. Neste aspecto, foram os Congressos que possibilitaram o encontro de professores descontentes com a Educação Física hegemônica. Como a produção crítica que sustentava a perspectiva da Educação Física progressista estava se iniciando, nós vemos o reflexo do início de uma contra-hegemonia no CONBRACE e vemos muito pouco na RBCE. Porém, conforme ganha força a construção da contra-hegemonia passa a ser possível perceber na RBCE e no CONBRACE (neste muito mais) o impacto no plano ideal.

É importante sublinhar que a gestão de Laércio E. Pereira e a primeira gestão de Celi Taffarel é que vão dar conta da contra-hegemonia. Ela se criou com as mudanças organizativas – reforma do estatuto, criação de Secretarias Estaduais, fim do presidente-eleito, etc. –, com uma intensa publicidade ideológica na RBCE, que teve uma correspondência teórica inicial, com as estruturações temáticas dos Congressos, sem mencionar as influências macro-políticas de um Brasil que passava por um movimento de redemocratização que influenciava a posição contra-hegemônica que se adensava no Colégio.

Por mais que a Educação Física estivesse se desenvolvendo academicamente ainda estávamos contando com os livros do João Paulo S. Medina e do Vitor M. de Oliveira, somados ao de Kátia Cavalcanti sobre o Esporte Para Todos, e ao artigo de Valter Bracht sobre a criança que pratica esporte e as regras capitalistas.

O que precipitou a chegada à hegemonia foi a segunda eleição de Celi Taffarel. A eleição de 1989 foi central no processo de conquista da hegemonia dentro do CBCE por parte de uma Educação Física progressista e revolucionária. Nesse momento, as diferenças políticas e científicas se aclaram, ao passo que foram desnudados os projetos de EF/CE distintos e colidentes. Estamos no âmbito da Educação Física, no auge do que Hungaro (2010) chamou de “intenção de ruptura”. Este momento gerou nexos causais que estão sendo sentidos até hoje no Colégio, como por exemplo, a idéia de que a entidade havia se partidariado e estava tomada ideologicamente.

É quando a Educação Física progressista e revolucionária se torna hegemônica no Colégio que vai se possibilitar alguns questionamentos dessa hegemonia. Não que isto não houvesse ocorrido no passado. É possível constatar que o CBCE no *bloco um* teve em seu seio matizes e posições colidentes num processo de ampla hegemonia – dentro e fora da entidade. A curta vigência da gestão de Cláudio Gil S. de Araújo, que ao que tudo indica foi interrompida pela impossibilidade de gestar com a composição das vice-presidências discordantes, ou seja, que não fazia parte de seus projetos, é um dado interessante sobre os matizes e perspectivas distintas nos marcos de uma mesma hegemonia. No *bloco dois*, em meio à transição, temos as discordâncias entre Lino Castellani Filho e Laércio E. Pereira (Cf. PAIVA, 1994) acerca dos posicionamentos sobre a condução da entidade e suas ações por meio das vice-presidências, que deveriam ser tomados mediante o compromisso estabelecido na construção da chapa para a eleição de 1985.

O tom dado a partir de 1989 pela gestão de Celi Taffarel fez com se sentisse que não havia espaço para a pluralidade teórico-metodológica e epistemológica o que não é verdadeiro, visto que houve um movimento de abandono do CBCE depois da derrota de 1989, por parte de intelectuais, professores, estudantes, etc., que se vinculavam a uma perspectiva epistemológica de matriz empírico-analítica e que centravam seus estudos nos aspectos conhecidos como da “aptidão física”, isto é, não houve tempo para que se sofresse qualquer impossibilidade de publicação e participação das atividades da entidade. Se nos apoiarmos na RBCE e nos anais do CONBRACE veremos que chega a quase 50% a quantidade de artigos e comunicações com as características acima mencionadas – das produções vinculadas a matriz empírico-analítica.

O espaço a esses estudos e seus respectivos estudiosos será de fato diminuído somente no *bloco quatro* sob a égide da “divergência científica com vigilância democrática” o que é no mínimo um paradoxo. Os esforços para a retomada de interlocução com os pesquisadores vinculados a esta perspectiva epistemológica que se aproxima muito mais das Ciências Naturais, se deram somente nos anos dois mil em meados de sua primeira década.

O aforismo “divergência científica com vigilância democrática” estava posicionado contra a condução ideológica da entidade que havia se dado na gestão de Celi Taffarel, muito embora, a gestões do *bloco quatro* continuassem os desenvolvimentos do *bloco três* como asseveram Valter Bracht (Anexo 6) e Elenor Kunz (Anexo 3). Nesse sentido, a

hegemonia da Educação Física progressista se complexifica, uma vez que o avanço acadêmico da Educação Física estava possibilitando a formação de matizes teóricos e políticos, ativadas pela conjuntura econômico-política e cultural – avanço do neoliberalismo e da pós-modernidade –, com a queda do Muro de Berlim e o fim do “socialismo real”. E nesse processo o que se valoriza é a pluralidade metodológica – os estudos de Souza e Silva (1990 e 1997) apontam para o crescimento da perspectiva fenomenológico-hermenêutica – que ganha força em detrimento da “intenção de ruptura” fundada no marxismo.

Em toda a vigência da gestão de Valter Bracht teremos um forte acento nas discussões epistemológicas e nas discussões sobre a prática pedagógica, o que põe, muito mais o primeiro caso, o Colégio num rumo distinto. As suas atividades políticas para além da prática pedagógica são diminuídas e só voltaram a ganhar intensidade com a gestão de Elenor Kunz e os processos da LDB e dos PCNs.

Dessa maneira, é possível notar que a Educação Física que havia se gestado nos anos oitenta vai mudando de característica, se ampliando em termos de programas de Pós-Graduação, Revistas e pesquisas críticas, e impactando o Colégio, ao passo que este em toda a história se formou no metabolismo desta.

Agora, temos uma Educação Física progressista mudada. Se nos anos oitenta havia uma clara perspectiva de ruptura com sociedade burguesa, que não era somente marxista, nos anos noventa vai haver um acento na questão da democracia e da necessidade de uma formação qualificada para intervir criticamente e contribuir com uma formação não restrita aos aspectos biológicos do ser social. A “intenção de ruptura” perde força, não só por conta da democratização formal ocorrida no Brasil, mas também, por conta do fim do “socialismo real”, da ofensiva neoliberal e a dissolução do rascunho de Welfare State brasileiro, e do advento das teorias pós-modernas como face ídeo-cultural do capital.

É importante notar que mesmo com um contexto sócio-cultural desfavorável para a afirmação de qualquer “intenção de ruptura”, nos anos noventa o Colégio seguirá na contra-hegemonia – em relação à concepção de Educação Física; em relação às políticas de esporte e de lazer; em relação à concepção de saúde; em relação à concepção de formação profissional; em relação à prática pedagógica e profissional (no sentido do bacharelado); etc. – mas numa perspectiva progressista modificada. Ora, o CBCE por meio de seus intelectuais que operam com diferentes matizes epistemológicos e teórico-metodológicos mantém-se contrário as

perspectivas biologizantes da Educação Física, bem como, a favor dos direitos sociais relacionados à saúde, ao lazer e ao esporte, o que nos marcos do neoliberalismo e das corporações reacionárias da Educação Física, é se manter numa posição progressista. No entanto, tal posição tem sido a partir de meados dos anos noventa cada vez mais defensiva, tendo um hiato na gestão de Lino Castellani Filho que empreendeu uma atividade política ofensiva num empenho em fazer com que o CBCE criasse um protagonismo em torno das decisões em políticas educacionais, esportivas e científicas, mas que não perdesse a sua característica contra-hegemônica.

Neste sentido, também não podemos perder de vista que a Educação Física do ponto de vista acadêmico está se ampliando, tanto em programas e revistas, como em temáticas estudadas e intercâmbio com outras áreas acadêmicas. Conforme avança, em meio à qualificação da RBCE e sua constante melhora no Qualis e indexação, as discussões sobre as funções das instâncias organizativas (GTT, DN e Secretarias), o intercâmbio internacional, a filiação à SBPC e a construção dos Fóruns (Pós-Graduação e Periódicos), novos matizes e a instabilidade no processo de manutenção da hegemonia aparecem.

Talvez nas últimas gestões do *bloco cinco* o que tem mais gerado divergências e que aponta para a construção de uma tensão no que diz respeito a hegemonia dentro do Colégio, é a questão da entidade centrar esforços nas discussões relacionadas à política científica, principalmente, o que diz respeito à Pós-Graduação. Há quem defenda que a locomotiva do CBCE tinha que ser a Pós-Graduação (Cf. FERREIRA NETO, 2005) e há quem defenda que ao o CBCE pôr ênfase na Pós-Graduação tem ladeado e se afastado da prática pedagógica que é segundo Bracht (2010) o defensor dessa idéia, a característica central da área. E ainda há quem defenda que o CBCE deveria fazer o jogo hegemônico da Pós-Graduação para se tornar representante de toda a área nos assuntos de política científica, o que certamente em pouco tempo traria dificuldades para a entidade agir de forma contra-hegemônica. A Contra Carta de Salvador, como veremos adiante, externa um entendimento de que o CBCE já está aceitando acriticamente as regras hegemônicas da Pós-Graduação.

É importante notar que o questionamento sobre o ser e o dever ser do CBCE é constitutivo de sua história. O questionamento sempre nos lembra que a hegemonia não quer dizer um movimento monolítico. A construção de hegemonia é a construção de um caminho em

que no essencial há concordância. Ou seja, é direção e consenso. A construção de hegemonia pressupõe, por conseguinte, divergências e questionamentos.

Não é novidade o CBCE ser questionado por seus associados e intelectuais orgânicos sobre o rumo que segue em cada época. Lembremos que desde o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – Região Norte/Nordeste, há questionamento sobre as formas e conteúdos que constituem a entidade em sua efetivação político-científica. Não esqueçamos que questionamentos sobre como o CBCE encaminhava suas decisões e como se dava a sua organização no Brasil, culminou na reforma estatutária de 1987, o que conduziu a entidade a uma estruturação organizacional e administrativa. Outro fato importante foi a criação dos GTTs que surge de questionamentos a forma como a entidade organizava o seu Congresso e se relacionava com o conhecimento produzido na Educação Física. Isso resultou numa enorme modificação que gerou implicações até mesmo nas demandas de produção teórica. Mas, sabemos que ainda hoje o CBCE segue acompanhado por produções teóricas sob a lógica das disciplinas.

Os questionamentos e mudanças decorrentes não se deram em mar tranquilo. A divergência esteve sempre presente. Em 1987, se dava entre os fundadores da entidade tomados pela idéia do colegiado de diferentes áreas, o que não necessitava de representação estadual e distrital, mas sim, de representantes escolhidos pela entidade, e aqueles que vislumbravam uma sincronia com os tempos de redemocratização e que percebiam certo sentido aristocrático na lógica dos representantes escolhidos. Ao criar as Secretarias Estaduais, por conta da Reforma Estatutária, o CBCE se transforma, uma vez que está posta a possibilidade de criação de microcosmos pelo país a fora.

Em relação aos GTTs a questão se dava entre os defensores da lógica disciplinar de disposição e departamentalização do conhecimento científico e aqueles que entendiam que a Educação Física havia se multifacetado e se ampliado de forma multidisciplinar o que não fazia sentido uma organização do CONBRACE que não atendesse as demandas da área acadêmica. Esta questão dos GTTs envolvia como as das Secretarias também, a disputa por hegemonia não somente dentro da entidade, mas fora dela. A afirmação da organização temática que tentava atender as demandas da área estava diretamente relacionada a negação de uma visão de Educação Física disciplinar hegemônica não somente na Pós-Graduação, nas políticas de esporte, educação, saúde e lazer, mas numa espécie de *ethos* da Educação Física de nossa época. Assim, a negação deste *ethos* iniciada nos anos oitenta pela Educação Física gerou nexos que

culminaram nos anos noventa na discussão da identidade epistemológica e em diversas proposições. O CBCE se colocou numa posição multidisciplinar por conta das possibilidades de totalidade na compreensão da Educação Física, e tal orientação manteve aqueles pesquisadores e intelectuais orgânicos da Educação Física progressista e do CBCE numa posição necessariamente contra-hegemônica.

A partir daí inicia-se um entendimento do CBCE, que também é um questionamento, segundo o qual este teria se restringido à Educação Física e abandonado as Ciências do Esporte (tese propagada impenitentemente por Laércio E. Pereira e corroborado no vídeo comemorativo dos 30 anos da entidade por Victor Matsudo) como se estas tivessem uma dimensão gnosiológica maior do que a da Educação Física. Na verdade quem defende esta tese se funda em modelos estrangeiros que se desenvolveram na perspectiva disciplinar, como o caso do International Council of Sport and Physical Education (ICSSPE), e que não são tão abrangentes como se supõe, visto que se observarmos numa ótica multidisciplinar a fragmentação é significativa. Outro aspecto que não se externa neste entendimento do que deveria ser o CBCE, é a visão que se tem de Educação Física, que se restringe aos aspectos de uma profissão, principalmente no que diz respeito à escola, e não nota, a sua abrangência acadêmica, que nos dias de hoje alcança através das pesquisas em Pós-Graduação, por exemplo, boa parte das dezenove áreas de atuação do ICSSPE.

De todo modo, o CBCE tem empreendido um esforço de interlocução com os pesquisadores de temáticas com pouca presença no CONBRACE e na RBCE, que em sua grande maioria se afinam com a matriz epistemológica empírico-analítica e com a perspectiva disciplinar, mas que estão localizados na área acadêmica Educação Física. É importante ressaltar que por mais que o CBCE se organize em torno da área acadêmica Educação Física, esta além de ter se ampliado, tem mantido interlocução através de seus programas, pesquisadores e intelectuais com as Ciências Sociais e Humanidades (que também pesquisam de forma disciplinar), além das chamadas atualmente pela CAPES e pelo CNPq de Ciências da Vida.

Nesse sentido, o CBCE tem retomado com vistas a estabelecer interlocução com os pesquisadores referenciados nas Ciências Naturais, a discussão sobre os GTTs e as possibilidades de criação de Grupos de Trabalho Disciplinares. Ou seja, tem sido hegemônico o entendimento de que as temáticas são propícias a ampliação da produção teórica e também da sua divulgação. Ao retornar a esta questão disciplinar o CBCE repõe debates com novas mediações o

que pode implicar em transformação em médio prazo nas características da entidade. Por outro lado, sabemos que a Educação Física hegemônica é enraizada na perspectiva disciplinar. O Colégio pode entrar num processo de ampliação de sua capacidade de aglutinar pesquisadores e, portanto, pode se qualificar cientificamente, mas, abre espaço para uma disputa de hegemonia com sérias implicações para o futuro.

O que temos tentado evidenciar é que a Educação Física à medida que vai se estruturando academicamente traz ao CBCE novas necessidades que requerem novas mediações sem par no passado, o que combina a manutenção do que está posto, e no caso do CBCE sua histórica contra-hegemonia no âmbito da Educação Física, com o seu questionamento. Os problemas advindos através da relação do CBCE com a Pós-Graduação trouxeram novos e velhos questionamentos sobre o que deve ser o CBCE. Este movimento entre o velho e o novo perpassa o CBCE. No entanto, alguns questionamentos acerca dos novos rumos da entidade acabam sendo mais centrais que outros, dada a conjuntura que se inserem. Apontaremos na sequência dois pontos de vista sobre o CBCE que são atuais, mas que trazem questões antigas mediadas por novas, e que algumas de fato a entidade vai ter que tomar posição em detrimento da perda de capacidade diretiva.

O primeiro está consignado na palestra intitulada, “30 anos do CBCE: os desafios para uma associação científica”, que Valter Bracht proferiu na Reunião Anual da SBPC, em julho de 2008, e publicado na RBCE vol. 30 n. 3 de maio de 2009. O segundo diz respeito à Contra Carta de Salvador, a qual nos foi enviada por Celi Taffarel, e que segundo ela é “(...) uma expressão de síntese do que defendo na atualidade em relação ao CBCE”¹⁴⁹.

É válido ressaltar que ambos os posicionamentos são decorrentes de pontos de vista já explicitados em outras ocasiões por estes ex-presidentes (Cf. BRACHT, 1999 e 2007; TAFFAREL, 2007). No entanto, eles permanecem sendo explicitados e reforçados.

Valter Bracht (2009) identifica duas questões que precisam ser enfrentadas: a primeira, diz respeito à participação nas decisões da entidade. Como construí-la democraticamente? A outra diz respeito ao afastamento do que no entender do intelectual

¹⁴⁹ Essa Carta foi encaminhada pela professora Celi Taffarel ao GTT CBCE/Epistemologia no lugar de uma sua intervenção, para a qual havia sido convidada e confirmado presença. Sua ausência no evento – desde a mesa de abertura, que contou com a presença do Reitor da UFBA, da qual ela é docente e diretora da Faculdade de Educação – reflete um entendimento de política a nosso ver equivocado e dissonante dos esforços de construção de uma entidade científica para a qual, em outros tempos, dedicou respeitosa atenção. Ao a professora responder o questionário que a enviei, disponibilizou-me gentilmente uma cópia da Contra Carta que encontra-se na íntegra no anexo 2.

orgânico é a característica central da Educação Física, ou seja, a intervenção. Este (o afastamento) tem se dado, segundo ele, devido ao CBCE ter se focado em demasia nas questões de política científica, notadamente na Pós-Graduação.

Bracht (2009) considera que a partir dos anos noventa com o avanço nos institutos democráticos, que segundo ele não se deu sem retrocessos, levou as diferentes organizações da sociedade civil a rever a sua participação no cenário político. Para o CBCE não foi diferente, o que o permitiu, no início dos anos dois mil, “(...) reascender a intenção e a possibilidade de uma (re)conciliação de interesses e ações (ou pelo menos um maior diálogo) entre diferentes posições e concepções presentes no campo como um todo” (p. 37).

Tendo em vista a luta pela hegemonia na Educação Física, Bracht (2009) afirma que o CBCE ficou visto como uma instância que representava apenas um grupo ou segmento do campo da Educação Física. Tal fato levou a entidade, através de suas mais recentes direções a

(...) empreender ações que pudessem atrair pesquisadores e lideranças que dele se haviam distanciado e que representam posições e concepções não hegemônicas em seu interior. Essas ações visavam não só fortalecer a associação, mas também fortalecer o próprio campo da educação física nas lutas no âmbito do campo científico mais amplo (por exemplo: por recursos nas agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação) (p. 37).

Por outro lado, sempre segundo Bracht (2009), gerou um receio de que a entidade viria a se “acomodar” no âmbito das regras dominantes no campo científico em geral, o que custaria a função de “resistir” que o Colégio historicamente vem desempenhando. Assim, o próprio campo da Educação Física gostaria de contar com uma instituição representativa política e cientificamente, mas devido a sua história a desconfiança predomina. Bracht (2009) entende que tal acomodação às regras das políticas científicas dominantes causaria um afastamento da intervenção, característica fundamental da Educação Física. Seguiremos a linha de argumentação do autor e deixaremos para tratar este aspecto por último.

Bracht (2009) não nega que a entidade avançou ao criar o Fórum Permanente de Pós-Graduação, pelo contrário vê tal criação com estima. Não obstante, aponta que tal protagonismo gerou tensões cujas raízes estão nas regras dominantes do campo científico, que são criticadas, e dificultam a adesão dos programas de Pós-Graduação ao Fórum.

A comunidade do CBCE e suas diretorias entenderam que, dada a importância da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia brasileiro, seria fundamental e estratégico intervir na vida da pós-graduação da área da educação física. Isso tem provocado um novo foco de tensão na área em função das posições majoritariamente presentes no CBCE que, em parte, rivalizam com as posições dominantes no campo como um todo. Essas diferentes visões dificultam a adesão dos programas de pós-graduação ao fórum, caso o CBCE não assuma uma posição claramente corporativa e consoante com a política de pós-graduação brasileira (p. 38).

Estas tensões e críticas estão relacionadas a forma com a qual o CBCE encaminha as suas decisões, isto é, de que forma se dá a participação de intelectuais, grupos de pesquisas, associados, etc., nas decisões. Diante disto Bracht (2009) faz uma comparação entre o estatuto do CBCE e o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em que o primeiro propõe, “(...) posicionar-se em questões de políticas referentes às áreas com as quais guarda relação de estudo e produção do conhecimento” (CBCE apud BRACHT, 2009, p. 38) e a segunda, “(...) promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país, especialmente no tocante à pós-graduação” (ANPED apud BRACHT, 2009, p. 38). Tal comparação foi realizada por Bracht (2009) para que fosse evidenciada a diferença entre a entidade se posicionar acerca de questões políticas e promover encontros para diferentes posições sejam postas e debatidas. Tal comparação o leva a algumas perguntas, quais sejam:

(...) seria diferente a associação representar a comunidade e posicionar-se em seu nome em vez de ela promover fóruns e possibilidades nas quais seus filiados posicionam-se, ou seja, não se autorizando que a direção fale em nome da associação? Como se dão os processos internos que culminam com a construção de uma posição oficial da associação? Como são tratadas nesses processos as diferenças internas? Qual a qualidade política desses processos? Esse parece ser já um grande desafio (trata-se do complexo e difícil tema do exercício da delegação/representação): se a decisão for participar como associação, com posição, é preciso dedicar muita atenção ao processo interno de construção dessa posição – na maioria das vezes, as posições refletem o pensamento da diretoria ou então do grupo que representam (BRACHT, 2009, p. 39).

Diante do citado, é possível afirmar, no nosso entender, o Colégio tem condições potenciais para avançar nestas questões acerca da participação posta pelo autor. O próprio processo que aludimos no *bloco cinco* sobre a relação das Secretarias Estaduais e GTTs,

em torno da construção sistemática de intervenções científicas e políticas pautadas em encontros regionais é um indicativo das “possibilidades” existentes.

Releva notar que Bracht (2009) não discorre sobre as possibilidades de o Colégio seguir a ANPED. Ele centra a atenção no que historicamente se deu na entidade, em seu juízo, e assevera que durante um bom tempo predominou duas posturas semelhantes pautadas na idéia de acesso privilegiado à verdade, quais sejam: uma postada ao lado da idéia de neutralidade científica e a outra ao lado da idéia de objetividade e verdade histórica – o que Bracht (2009) na esteira de Bauman nomeia de postura “legisladora” ou “intelectuais legisladores”. Uma postura contraposta é a que propõe a provisoriidade e a relatividade da verdade científica (antifundacionalistas, deflacionistas e relativistas). No que concerne a intervenção política esta postura não acredita que seja possível estabelecer um projeto de sociedade justa “*a priori*” – este termo é utilizado por Bracht (2009, p. 40). A perspectiva do autor, no entanto, é outra. Considera ele:

Boa parte da comunidade acadêmica da educação física gostaria de ver o CBCE apenas como um espaço em que as diferentes “especialidades” ou subáreas pudessem veicular e afirmar o conhecimento produzido, circunscrevendo sua intervenção ao próprio campo acadêmico, bem a gosto da racionalização utilitarista. A isso, não nos parece mais possível (ou interessante) opor uma postura de engajamento político do tipo “legislador”. É preciso reconhecer que essa pretensão estava baseada na ideia de que algum grupo ou categoria social tenha um acesso privilegiado à verdade. Entendo, na esteira de Habermas (2004), que devemos abandonar a atitude de detentores das chaves e providenciar, de maneira menos dramática, uma orientação ao mundo da vida (2009, p. 40-41).

É com este mote, o do mundo da vida, que Bracht (2009) vai criticar a pressão que sofre o CBCE para que se torne uma associação de Pós-Graduação, o que é defendido por Ferreira Neto (2005) como vimos. Para encerrar as posições de Bracht (2009, p. 41) faremos mais uma citação sobre esta questão.

Outra tensão identitária que perpassa o CBCE é aquela provocada pela pressão para que opte por ser uma associação centrada ou organizada a partir dos interesses estritamente acadêmicos da área; uma associação, por exemplo, da pós-graduação. Por que se constitui como tensão? Porque a educação física é fundamentalmente uma prática social de intervenção. Distanciada da intervenção a pós-graduação estaria comodamente instalada na ambiência acadêmica, sendo sua qualidade avaliada não em termos da qualidade política de sua produção, e sim a partir de critérios do próprio mundo acadêmico (os tais fatores de impacto

que se constituem a partir do número de citações em periódicos indexados). Parece haver uma incompatibilidade entre atender aos critérios acadêmicos e atender às demandas da prática/intervenção, o que tem contribuído para um certo “desligamento” da produção acadêmica da intervenção. As aspas são do original.

É preciso pensar, diante das posições do autor, se o CBCE mesmo afastado da Pós-Graduação esteve próximo da prática interventiva? Será que a aproximação da Pós-Graduação não pode se dar num movimento que contribua com as demais preocupações. Não podemos perder de vista que o CBCE é uma entidade científica, e não de formação, e o que a caracteriza é contribuir com a qualificação da área, e sabemos nós, como o próprio Bracht (2009) notou acima, que tal qualificação se dá em grande escala na Pós-Graduação. Portanto, a crítica de Bracht (2009) é pertinente para chamar a atenção sobre a questão da intervenção pedagógica, por outro lado, é problemática quando não aponta relação entre esta e a Pós-Graduação.

Veremos abaixo na “Contra Carta de Salvador” que são notadas questões que dizem respeito à discussão de Bracht as quais poderemos retornar após o seu tratamento.

A Contra Carta de Salvador intitula-se “Carta aberta aos sócios do CBCE: por outros rumos para a entidade”. Esta começa com um breve arrazoado sobre a conjuntura em que vivemos, o qual reproduziremos a seguir:

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte realiza o seu XVI CONBRACE e o III CONICE, em Salvador, Bahia, em setembro de 2009, exatamente no momento histórico em que se abrem os debates sobre sucessão presidencial no Brasil, momento de balanços e avaliações para definir os rumos da política científica, educacional, tecnológica e esportiva. Momento em que são divulgados os aterrorizantes índices educacionais no Brasil e, em especial, no nordeste, onde em média o brasileiro permanece 7,1 anos na escola contra 5,9 anos para os nordestinos. Momento em que as descobertas do PRÉ-SAL colocam um outro patamar de relações internacionais entre o Brasil e os países imperialistas, que estão se armando para, através de seus negócios bélicos, fazer valer os interesses dos capitalistas norte americanos e europeus. Momento em que os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, são menores do que a média da América Latina. Momento em que se acentuam a criminalização dos movimentos de luta social no Brasil, principalmente os ataques aos Movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores, como é o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Momento em que a embaixada do Brasil, em Honduras, é atingida por abrigar um presidente deposto por um golpe militar. São dados da conjuntura que demonstram, pelos fatos, o grau de acirramento da luta de classe.

Em seguida ao exposto acima se considera que o Colégio abre o seu evento de forma que não leva em consideração o “acirramento da luta de classes”, o que indica, somando outras questões, os rumos que estaria tomando a entidade, o que faz com que a responsável pela Contra Carta o questionem frontalmente. Uma entidade científica no entendimento da Contra Carta além de cumprir com as questões relevantes em âmbito científico e profissional, que dêem conta da produção de conhecimento e de sua circulação, deve ser reconhecida por sua capacidade de síntese. Desse modo, o CBCE é reconhecido nas “Ciências do Esporte” e para além dela, devido a luta histórica travada por muitos “cientistas” e professores que antecederam as atuais direções. Diante dessa compreensão são listados onze itens aos quais cobra-se uma posição da entidade, ou melhor, a ausência de posição à respeito. São eles:

1. As descobertas do Pré-Sal e as propostas de criação de fundos para tratar de questões sociais como educação, esporte, ciência e tecnologia;
2. A política em implementação para transformar o Brasil em um “país Olímpico”, com os investimentos maciços no esporte competitivo de alto rendimento;
3. O financiamento da política do Esporte no Brasil;
4. A política de formação de professores, as diretrizes curriculares e o aparato de avaliação em curso sem o correspondente orçamento para sanar os problemas identificados nas avaliações;
5. A situação das universidades públicas, com a implementação do REUNI – programa de governo imposto as IFES - que não recuperou o sucateamento implementando por Fernando Henrique Cardoso e muito menos, ampliou significativamente, como deveria, os investimentos em educação superior no Brasil;
6. O marco regulatório, a legislação vigente que mais limita o desenvolvimento do que incentiva a democratização, o acesso, o êxito nas práticas esportivas culturais;
7. Ao padrão cultural esportivo da classe trabalhadora brasileira, muito mais voltado para o esporte para o público, via mídias, do que as práticas corporais esportivas criativamente ensinadas, prazerosamente exercitadas e, histórica e socialmente produzidas.
8. A situação da educação física escolar, e do esporte escolar brasileiro, completamente abandonados, ou colocados em última prioridade, com péssimas condições de materialização das proposições pedagógicas inovadoras e de êxito nos empreendimentos, considerando os mais de cinco mil municípios brasileiros.
9. Os assaltos aos cofres públicos para a realização de eventos esportivos internacionais que já conseguem patrocinadores e investimentos do capital nacional e internacional;
10. A violência expressa na intervenção do CREF/CONFED na atuação dos professores de educação física.
11. A violência da mídia privatizada que inculca, e mantém padrões culturais esportivos de referência muito mais voltados para o consumo e o

mercado capitalista do que pára a emancipação humana, para a transição/superação do modo do capital organizar a vida.

É possível afirmar que alguns itens, a saber, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, estão contemplados nas produções teóricas e discussões realizadas nos GTTs, em eventos, como os últimos Congressos Regionais e, em publicações da entidade. No entanto, do ponto de vista do cobrado pela Contra Carta, a saber, de uma ação efetiva e de resposta, é reconhecível que a crítica é razoável. Porém, é preciso que se reconheça a incapacidade da entidade para dar resposta sem a base maciça dos seus associados. Não podemos entificar o CBCE. Em relação ao item 1 a questão é atual e requer a criação de quem sabe um Fórum para que seja debatida, no entanto, é preciso que levemos em conta a forma como as corporações do esporte, da educação e da tecnologia estão dispostas na correlação de forças, o que se for negligenciado pode levar a um voluntarismo ingênuo.

É interessante notar que as questões postas nesta Contra Carta trazem uma concepção de atividade política e científica um pouco confusa. Na mesma medida em que cobra o posicionamento do CBCE acerca de questões caras à construção de uma sociedade emancipada, a forma com que é possível entender que este posicionamento seja feito é contrario a uma perspectiva política emancipatória, uma vez que não se discute como o CBCE deve realizar as grandes sínteses, o que dá a entender que o posicionamento da entidade seja dado por ela mesma, o que é no mínimo uma contradição e não resolve os problemas de representação e participação e debate em torno de posições divergentes. Não podemos esquecer que o CBCE é a confluência das suas instâncias organizativas com a participação dos seus associados, o que invariavelmente se dá em meio aos mais diversos pontos de vistas ídeo-políticos e ídeo-teóricos. Vejamos:

Para que, afinal de contas, serve uma entidade científica? Para que serve o CBCE? Não lhe cabe a responsabilidade social de elaborar as convertê-lo em força material, em arma nas mãos dos trabalhadores da educação física e esporte, pelas reivindicações da classe trabalhadora?

Supõe-se que o Colégio domine o que são as reivindicações da classe trabalhadora – e não entendo e domínio como simplesmente compreender as tendências conjunturais –, o que indica um super-dimensionamento das capacidades do CBCE. Julga-se nesse sentido, que tal fato se deve ao esvaziamento da entidade de conteúdos teóricos e políticos

revolucionários e que contribuam, por conseguinte, para a classe trabalhadora e para transição ao socialismo. Desse modo, a entidade estaria cumprindo uma função contra-revolucionária à medida que dilui conhecimentos de pesquisadores sérios e rigorosos e impossibilita a participação dos estudantes por meio de valores exorbitantes praticados no CONBRACE. Em outro trecho fica mais explícito o que se espera da entidade, ou seja, direções capazes de cumprir um papel de vanguarda, a partir, do conhecimento que circula e se debate em seu seio.

De acordo com a Contra Carta a entidade está esvaziada de conteúdo revolucionário por ter adotado discussões diluídas, difusas e sem referentes históricos e se “acomodado” – este é um termo usado por Bracht (2009) – às exigências hegemônicas da política científica.

Com isto, dispersa e dilui a força de seus pesquisadores que, imersos em um espectro de temas, diluídos e difusos, sem referências históricas, não vêem as direções capazes de elaborar sínteses, de caráter político, a partir do conhecimento produzido e veiculado no seio da entidade. Com isto, o CBCE tem servido muito mais, como palco de vaidades, e imposturas intelectuais, para atender exigências de agências de financiamento, e com isto colaborar com a política que mantém os fossos entre as regiões do Brasil, os fossos no acesso de recursos públicos, ou seja, mantém os pactos e as conciliações de classe que beneficiam o capital e não a classe trabalhadora.

O CBCE deveria desse modo, “(...) se debruçar sobre as questões candentes e importantes da realidade brasileira e não priorizar o debate sobre o ‘tema da moda’”. E quais as questões candentes e importantes da realidade brasileira:

Não seria de maior interesse de seus associados à defesa, pela DN, da recomposição do orçamento do Ministério do Esporte, ao invés da defesa do Fundo Setorial? Política essa que se limita a lutar por 10% das riquezas produzidas pelo esporte e ser conivente com o fato das oligarquias esportivas se apoderarem dos 90% restante. Não seria de maior interesse de seus associados à defesa da elevação do lastro científico e tecnológico nacional, que passa pela defesa da educação física escolar sem a ingerência do CREF/CONFED? Não seria o enfrentamento da questão da descontinuidade das políticas públicas, inclusive do esporte, e a falta de um Sistema Nacional Integrado de Esporte uma das questões primordiais a serem enfrentadas no próximo período?

Diante do exposto sobre a Contra Carta de Salvador se percebe uma série de questionamentos relevantes e nodais e que de fato devem ser tratados com cautela e rigorosidade. Não obstante, precisamos levar em conta quem compõe a entidade, qual o metabolismo de suas

instâncias organizativas e os limites de seu campo de ação. Em outras palavras, o que se cobra na Contra Carta muitas vezes está aquém das possibilidades da entidade. Sabemos, por exemplo, que a participação do CBCE no Conselho Nacional de Esporte tem que ser relativizada, tendo em vista os arranjos hegemônicos estabelecidos no interior do Conselho.

Não podemos do mesmo modo, confundir uma entidade científica com entidade classista, sindical ou corporativa, e muito menos, aguardar posições iluminadoras e revolucionárias e, quando estas não aparecem, acusar tal ausência de contra-revolucionária. Será que a entidade não carece do protagonismo dos que confeccionaram a Contra Carta, no sentido de construir uma contra-hegemonia?

O CBCE tem sido historicamente uma entidade contra-hegemônica por ter construído as posições a partir dos seus intelectuais orgânicos. Desse modo, se há a percepção de que a entidade está sendo tomada pelas teorias pós-modernas e pela “moda acadêmica” – como sugere a Contra Carta –, é necessária a intervenção por dentro, como historicamente ocorreu. Em outras palavras, precisa de participação crítica e de qualidade e não a negação pela negação.

No nosso entender, este último aspecto, ou seja, o da participação e não a negação em si, como também, a prioridade dada pelo CBCE às questões da política científica brasileira, está contida nas preocupações de Valter Bracht.

Releva notar que não compreendemos a relação do Colégio com as regras dominantes da política científica como sendo “acomodada”. Na nossa compreensão, a qual expusemos no *bloco cinco*, o CBCE tem passado de uma posição de aceitação para uma posição de crítica, o que o ainda não conduz a uma posição ofensiva. O próprio Bracht (2009) traz indícios desse trânsito quando menciona a criação do Fórum Permanente de Pós-Graduação. Com esta medida o Colégio passa a participar de discussões que antes passavam longe da entidade e que possibilitava o aumento constante da hegemonia dos setores conservadores da Educação Física que aplaudiam (e continuam aplaudindo) o Qualis Periódico e o fordismo/taylorismo acadêmico. O mesmo está se dando em relação ao Fórum de Periódicos criado também pela entidade. O editorial da RBCE vol. 30 n. 3 de maio de 2009, assinado por Vaz e Taborda de Oliveira, indica o incomodo presente nestes encontros, bem como, com os critérios hegemônicos de avaliação e, conseqüentemente, de indexação.

Entendemos, a partir do estudo que realizamos até aqui, que o Colégio precisa construir formas de tirar posições legítimas e que contribuam com o avanço da contra-hegemonia

que historicamente tem sido a característica da entidade, nas questões de fundo e que estão em pauta há algum tempo, aos moldes do que tem sido feito em relação a política científica (Pós-Graduação e Periódicos), isto é, criando encontros e fóruns através da sua DN, Secretarias Estaduais e GTTs. Não obstante, vale ressaltar que a construção de mecanismos decisórios que promovam o encontro e os debates não deve prever a eliminação da contradição dentro da entidade, tornando-a um espaço monolítico sectariamente, seja lá qual for a orientação ídeo-política. É preciso sim, explorar as contradições postas pelo metabolismo social do capital, que tanto influencia a forma o que se produz cientificamente, no entanto, o espaço do CBCE deve ser destinado para a batalha das idéias para não se tornar infértil do ponto de vista qualitativo.

Neste sentido, não se pode negar que as posições de Bracht e de Taffarel apontam para problemas decorrentes da contemporaneidade e que não são exclusivos do CBCE. Entendemos que é preciso levar em conta a incidência severa da reestruturação produtiva, que como vimos no *bloco cinco*, foi uma resposta ofensiva do capital à queda da taxa de lucro emergente da crise estrutural de meados dos anos setenta – não esqueçamos que toda resposta do capital leva-se sempre em conta o seu oponente estrutural, o trabalho. Desta reestruturação emergiu uma face política, o neoliberalismo, e uma face cultural, a pós-modernidade, que causaram um impacto significativo no mundo contemporâneo, e evidentemente, tem sido sentida no CBCE, principalmente, no novo século.

Poderíamos asseverar que imediatamente o CBCE tem sido impactado pelo neoprodutivismo (2007), na sua variante neotecnicista, o que se deve as suas atividades intensas em torno das questões de política científica. Ora, o impacto que sofre a entidade – e no nosso modo de ver é por este motivo as suas atividades – se dá por meio das suas relações com a produção acadêmica, uma vez que é uma entidade científica e estabelece relações com os programas, com os periódicos, com as agências de fomento e com a formação profissional. Desse modo, se o CBCE na condição de entidade científica depende da filiação de intelectuais para se manter vivo, estes acabam por constituir a sua substância. Isto explica o tipo de intervenção crítica e progressista que empreendeu a entidade ao largo de sua pouca idade. À medida que num campo autônomo relativamente da entidade, que é a universidade brasileira, começa a medir a produção teórica por critérios desiguais e que desconsideram a função social do conhecimento, bem como, o seu caráter de reprodução ideal do movimento do real, se não há respostas algo de complacente à lógica do produtivismo acadêmico estaria sendo indicado. Não podemos idealizar

a capacidade do CBCE. Ao observarmos a recomposição conservadora do campo da Educação Física, perceberemos que a entidade até que tem se mantido firme, mas a garantia de êxito não existe.

O texto de Carvalho e Manoel¹⁵⁰ demonstra como o campo da Educação Física tem gravitado em torno da Biodinâmica com cada vez mais atração. Trata-se justamente da forma neotecnista com que a Pós-Graduação brasileira em Educação Física tem se estruturado. Os critérios para credenciamento, para qualidade do programa, qualidade dos periódicos, acesso à fomento para pesquisa estão todos alicerçados na produtividade. Mas, embora a produtividade possa ser vista como quantidade, tal fato é fenomênico, ao passo que a qualidade da produção existe, mesmo que não seja a defendida por nós. Basta ver os programas que estão mais bem avaliados pela CAPES como indicam os autores. Eles chamam a atenção para o fato de, a partir de 1998 a avaliação dos programas passar a se parametrizar na internacionalização. Está se torna possível mediante a publicação de artigos em periódicos com alto fator de impacto. Estes são todos internacionais, o que faz com que o programa que tiver artigos de seus docentes e discentes neles publicados tragam a possibilidade de caminhar para a nota 6 e 7 da CAPES, que são as mais altas, ou dito doutro modo, com maior “qualidade” internacional. Porém, os periódicos com alto fator de impacto são em sua grande maioria filiados epistemologicamente às Ciências Naturais, o que privilegia, do ponto de vista das possibilidades de publicação, a subárea da Biodinâmica em detrimento das subáreas pedagógicas e socioculturais.

Na medida em que toda a avaliação se funda na produtividade e esta é mensurada de acordo com a publicação, que, diga-se de passagem, tem seu critério qualitativo fundado num índice que ignora a função social do conhecimento, bem como, a sua produção que muitas vezes se dá para iluminar problemas regionais e nacionais, e não internacionais, o resultado só pode ser a tendência aos campos do saber que são hegemônicos e funcionais ao capital. No caso específico da Educação Física, inicia-se um processo de pulverização toda a possibilidade de progresso crítico, uma vez que os periódicos possíveis para a publicação de textos das subáreas que não a hegemônica são de outras áreas ou de menor fator de impacto, o que dá no mesmo, visto que o valor da publicação em termos quantitativos e válidos para

¹⁵⁰ Ver o texto de Yara M. de Carvalho e Edison de J. Manoel intitulado, "Pós-Graduação na Educação Física Brasileira: A atração (fatal) para a biodinâmica" que estará incluído no próximo número da revista Educação e Pesquisa (vol.37 n. 2 - mai/ago 2011).

avaliação da produtividade é baixo e não mantém o sujeito credenciado se não cumprir uma jornada proletária.

A outra face desse processo é a dissociação da questão dos motivos da produção de conhecimento, e nessa lógica a se afastar dos referentes materiais e da verdade. Ou seja, é uma ordenação propícia para o avanço da pós-modernidade. O conhecimento se encontra em seus nichos de aceitação especializados e dissociados da totalidade, e quem os avalia qualitativamente o faz do alto da cátedra. Ora, no caso das subáreas pedagógica e sócio cultural – continuo utilizando a nomenclatura de Carvalho e Manoel – tal processo se torna muito perigoso uma vez que pode levar a um idealismo e a autonomia quase absoluta em relação aos referentes materiais em geral, bem como, aos referentes prático-pedagógicos e profissionais, em específico.

No que concerne à Pós-Graduação a tarefa é dupla. De um lado, combater e propor alternativa acerca do caráter homogêneo e desigual em que se avalia a produção – sabemos que o Qualis Livro tem sido levado em conta por um intenso trabalho da Diretoria Científica do CBCE. Doutro, é estar atento ao “relativismo” que tem implicações sérias e vai ao encontro do distanciamento da produção teórica em relação à prática, conduzindo aos “jogos de linguagem” e à “discursividade”. O CBCE tornar-se-ia o palco para o estabelecimento da verdade retórica, ou seja, como diria Souza Santos citado por Netto (2010, p. 284) “...uma pausa mítica numa batalha argumentativa contínua e interminável travada entre os vários discursos de verdade”. Assim, no que diz respeito à política científica, o CBCE precisa se articular para compreender as possibilidades de saída de uma posição defensiva – que participa sob as regras hegemônicas e ensaia respostas – para uma ofensiva. Todavia, tal operação não é simples, pois como vimos com Bracht (2009) há uma suspeita permanente do CBCE, o que dificulta a correlação de forças.

No que diz respeito aos demais vetores que conformam a atividade político-científica da entidade, quais sejam, as políticas educacionais, esportivas, de lazer e de saúde, a questão é mais complexa, pois estes vetores comparecem na entidade tanto na forma teórica por meio da produção acadêmica, como por meio da sua dimensão de política social. Desse modo, o avanço na produção acadêmica se inter-relaciona a intervenção política – com autonomia relativa. Uma face é a veiculação da produção por meio das instâncias publicistas do Colégio, outra face é a necessidade de o CBCE contribuir com a defesa dessas políticas enquanto direitos sociais, o que a entidade tem sido menos atuante.

Por conseguinte, precisamos considerar a maciça e poderosa mercantilização dos direitos sociais nos marcos da ofensiva neoliberal, que pode ser muito bem dividido, entre o direito que passa a ser comprado, e o conteúdo deste que ganha autonomia mercantil e desenvolve várias dimensões. O lazer, o esporte, a saúde e a educação, são todos ilustrativos neste aspecto. Ao mesmo tempo em que a educação é um direito social historicamente conquistado, quando a sua demanda é insuficientemente esgotada pelo Estado, ela passa a ser oferecida no mercado e toda a sua composição se mercantiliza. Desde material escolar até sistemas de ensino. Caso semelhante é o esporte. Buscando se legitimar, através da Conferência Nacional do Esporte e da Política Nacional do Esporte, mediante um conjunto de idéias social-democratas caras ao Welfare State, a sua verdadeira face enquanto política garantida pelo Estado, é a própria do capitalismo contemporâneo, ou seja, a lógica dos Mega-eventos criaram novas formas de acumulação a partir do esporte, casada com as peculiaridades regionais, que se torna uma sedução para países em desenvolvimento e aspirantes à composição hegemônica entre os “dez mais”, e com a centralização de poder em torno das corporações, como as que estão na interface da acumulação esportiva, como a FIFA, o COI, em terrenos nacionais, a CBF e o COB.

No entrecruzamento posto pela incapacidade do “Welfare State” brasileiro e o avanço do neoliberalismo, ajustado conforme o mercado e sua mão invisível, surgem os “novos movimentos sociais” – funcionais e contestadores – com o seu imaginário pós-moderno e suas intervenções restringidas aos locais e às particularidades – como vimos – que são perfeitamente re-funcionalizados na perspectiva do capital, uma vez que se voltam contra questões locais e regionais, com pouca possibilidade de força em espaços amplos, pois necessariamente se concretizam em torno de questões não-universais. Este aspecto, evidentemente, diz respeito aos movimentos contestadores. No caso dos funcionais, a maior incidência é perceptível na figura das ONGs, que passa a se incorporar ao Estado realizando funções sociais caras às políticas sociais (Cf. MONTAÑO, 2007). E neste sentido, cria-se toda uma burocracia relativamente autônoma que passa a disputar o orçamento público¹⁵¹ e contribuir com todo o tipo de precarização e flexibilização em escala social – não mais trabalhista somente.

Todavia, o pior da confluência entre capitalismo contemporâneo e suas faces política e cultura – neoliberalismo e pós-modernidade – que incide sobre o CBCE, é a aparência de uma realidade fragmentada e sem nexo em termos globais e nacionais, em alguns casos, até

¹⁵¹ O caso da rede indireta de Escolas Municipais de Ensino Infantil no município de São Paulo é exemplar.

regionais (veja o caso do Rio de Janeiro). Tal aparência leva a defesa da ineficiência de toda e qualquer ação política universalizante, uma vez que as “realidades” são muitas e sem nexos substanciais, o que conduz a falsas alternativas e a paliativos temporários – toda a ideologia da cidadania, por exemplo. A Educação Física e, especialmente, o esporte e a saúde, são muito propícios a esta aparência, visto que vivemos num país de extensão continental e marcado por tradições ídeo-corporais fundadas em aspectos religiosos e culturais dos mais variados e matizados. Assim, a alternativa quando “moderna” – pois pretende universalizar o acesso ao o que seria matéria de política social – se encontra, não na transformação radical da sociedade burguesa, mas em utopias, do tipo da “Caravana do Esporte”, e falsificações ideológicas do tipo do “Agita São Paulo”, e similares. Já as “pós-modernas” se situam em projetos sócio-educativos e sócio-esportivos para a formação de “cidadãos”, como também, em projetos culturais para a preservação da identidade, que inclui desde capoeira até corrida de tora – e aqui não se entende que não se deva valorizar a cultura negra e indígena, mas que é preciso envolvê-las num processo de crítica a sociedade burguesa e não de volta ao passado.

Portanto, se as posições de Bracht e Taffarel são verdadeiras, e o CBCE se encontra tomado pela dominância do neotecnicismo, bem como, empobrecido na ação diante dos avanços neoconservadores no esporte, educação e saúde, o caminho é o mesmo do capital, isto é, a expansão contínua. Para tanto, o CBCE não disponibiliza do exército de excedentes de trabalhadores e de personificações do capital, e sim, de intelectuais orgânicos tomados por esse “espírito do tempo” que buscamos esboçar minimamente. Isso quer dizer que não podemos idealizar a sua capacidade de resposta e de construção de alternativas.

Se o CBCE precisa se expandir para se fortalecer, precisa ir, obviamente, onde pouco comparece. Nas Diretorias de Ensino, nos Departamentos e Secretarias de Educação, de Esporte e de Lazer, e nas universidades (públicas e privadas) onde é ignorado. Para o CBCE sair de uma posição contra-hegemônica defensiva é preciso que os seus intelectuais cumpram uma função crítica e pública em *pari passu* com a expansão da entidade.

Estamos diante não de dificuldades para saber em que direção se expandir, e sim, de como efetivar a expansão numa ambiência tão desfavorável para a militância do intelectual orgânico. Estes em tempos de mistificação da crítica e de produtividade acadêmica em escala e escopo são difíceis de formar. Desse modo, é importante que entendamos os limites nos quais o CBCE se formou nesses trinta anos. Não podemos esquecer que o CBCE sempre foi

alimentado pela militância intelectual, desde a sua fundação, o que nos dias de hoje está cada vez mais difícil de manter, uma vez que cada vez mais a lógica produtivista da CAPES aperta o cinto. É válido ressaltar, que a militância intelectual da qual o CBCE depende é historicamente orgânica à dimensão progressista da Educação Física, o que torna ainda mais difícil a organização e formação de quadros para levar o CBCE adiante sem sucumbir à Educação Física dominante. E neste sentido, não podemos esquecer o entendimento de intelectual orgânico legado por Gramsci (1978), a saber, o de ser formado na luta entre os grupos e classes sociais fundamentais e cumprir com a função de construir processos de hegemonia em função do grupo e classe social ao qual se vincula organicamente.

Ao levarmos em consideração esta noção de Gramsci, mais um problema se coloca, qual seja, o de o CBCE se posicionar politicamente sem que isso desqualifique a sua atividade científica. Para nós o CBCE deve ser inexorável quanto ao compromisso social com uma sociedade democrática, ao passo que nos dias de hoje levar às últimas consequências as atividades democratizantes significa se postar no mínimo numa perspectiva anticapitalista.

Parece que o CBCE chegou num momento de repensar a forma com que se organiza. Pode ser que se a entidade não avançar e aprofundar as relações necessárias entre os GTTs e as Secretarias Estaduais, em que se criem mecanismos de intervenção mediante as produções teóricas que circulam e são produzidas a partir das problematizações nos GTTs, e a capacidade organizativa das Secretarias Estaduais para poder realizar encontros, mas também, se organizar de modo que participe e interfira nas questões políticas nos Estados e Municípios. Pode ser que sem este avanço as possibilidades de formação de quadros orgânicos e que contribua com as posições críticas e contra-hegemônicas que a entidade historicamente tem defendido, são poucas. É um processo evidentemente de retro-alimentação – na mesma medida que precisa de mais quadros imprescindíveis dos que têm para formar – e que depende muito da militância intelectual e acadêmica.

Assim, para que se leve a um novo patamar a capacidade organizativa da entidade, temos que procurar entender os limites da entidade, não somente nos aspectos organizativos, mas na sua capacidade política e científica de dar respostas aos problemas do seu tempo. Nem tudo é passível de intervenção crítica e conseqüente do CBCE. Da lista da Contra Carta de Salvador boa parte das questões caberá ao CBCE promover encontros para o debate,

mas a possibilidade de intervenção prática requer outras mediações, tendo em vista a conjuntura conservadora e o lugar que a entidade ocupa no cenário mais amplo.

Enfim, os desafios postos ao CBCE desde o presente são talvez os mais difíceis a serem superados, ao passo que a conjuntura atual é pouco propícia para as resoluções das necessidades organizativas coletivas que se colocam cada vez mais inevitáveis para que o CBCE mantenha o seu protagonismo contra-hegemônico. Sem levar a cabo a sua organização entre as Secretarias Estaduais e os GTTs de maneira orgânica e democrática – e que não faça de princípios teóricos determinantes absolutos das posições políticas –, o que pode possibilitar a construção de formas permanentes de debate acerca das questões fundamentais para a Educação Física, em particular, e para a sociedade, em geral, tenderá cada vez mais à perda de sua capacidade combativa composta historicamente pelos seus intelectuais orgânicos. Desse modo, mais do que Cartas é necessário um empenho efetivo para enfrentar a conjuntura extremamente conservadora que nos permeia para que retomemos através da “batalha das idéias” o processo de “intenção de ruptura” iniciado nos anos oitenta e que ficou para trás. Tal empenho somente será possível de forma coletiva e organizada, o que implica a resolução das questões internas da entidade que impedem este passo à frente. E neste caminho quem sabe o CBCE contribua com o processo revolucionário de emancipação humana.

Para finalizarmos não podemos esquecer a advertência que nos faz Leandro Konder (2000, p. 101):

O que é importante, (...) é ressaltarmos a observação de que toda atuação política efetiva, nas condições da sociedade hegemônica pela burguesia, marcada por acentuadas divisões, é uma atuação desenvolvida com base na *articulação* entre as lideranças – querendo ou não, explícita ou implicitamente – assumem um *compromisso*, que se traduz em um quadro de prioridades para as ações. Essa articulação e esse compromisso, por si mesmos, impõem limites até mesmo às lideranças mais dignas de admiração. Os itálicos são do original.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTI, A. J. & GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERSON, P. Um balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P. **O pós-neoliberalismo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1994.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARANA, H. G. **Positivismo: reabrindo o debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

ARAÚJO, C. G. S. Curso de medicina do exercício. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.2, n.3, p. 13-27, maio 1981.

_____. Curso de medicina do exercício: aspectos toco-ginecológicos do exercício. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.3, n.1, p. 5-15, set. 1981.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BETTI, M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. In: **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-97, jul./set. 2005.

BOITO Jr., A. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In: **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, ago. 1999b.

_____. A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo... capitalista. In: _____. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **Educação Física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Unijuí, 1999.

_____. Educação Física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.22, n.1, p. 53-63, set. 2000.

_____. Epistemologia e política na educação física brasileira. In: _____. **Educação Física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Unijuí, 1999.

_____. Identidade e crise da Educação Física: um enfoque epistemológico. In: BRACHT, V. & CRISORIO, R. (Orgs.). **Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectiva**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

_____. Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta “o que é educação física”. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 2 n. 2, p. I-VIII, jun. 1995.

_____. Um pouco de história para fazer história. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, n. especial, p. 12-18, set. 1998.

BRANDÃO, C. da F. **Batendo bola, batendo cabeça: os problemas da pesquisa em educação física no Brasil**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1994.

BRECHT, B. Vida de Galileu. In: BRECHT, Bertold. **Teatro completo, em 12 volumes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUARQUE, C. **Pelas tabelas**. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=pelastab_84.htm

COMUNICADO DOS EDITORES DA RBCE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.4, n.2, jan. 1983.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.4, n.3, maio 1983.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.5, n.2, jan. 1984.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.5, n.3, maio 1984.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.6, n.1, set. 1984.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.6, n.2, jan. 1985.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.6, n.3, maio 1985.

CANFIELD, J. T. A ciência do movimento humano como área de concentração de um programa de pós-graduação. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.14, n.3, p. 146-148, maio 1993.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física da escola e a Educação Física na escola: a Educação Física como componente curricular**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. CBCE: partilhando de sua história. In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007a. p. 107-137.

_____. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Corpo e Motricidade)

_____. Manuel Sérgio: professor e filósofo da motricidade humana. In: SOUSA, J. A. de (Org.). **Motrisofia: homenagem a Manuel Sérgio**. Lisboa: Ed. Inst. Piaget, 2007b, p. 149-155. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. **Política educacional e Educação Física**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CORRÊA, A. L. Apresentação. In: COSTA, L. P. da. **Diagnóstico de Educação Física / Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

CORTE, R. & FERREIRA NETO, A. A produção do conhecimento na Revista Brasileira de Ciências do Esporte de 1979-2004: entre o biológico e o pedagógico. **XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, Brasil, jul. 2009. Disponível em:

<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/470/547>.

Acesso feito em: 02 Out. 2010.

COSTA, L. P. **Diagnóstico de Educação Física / Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

_____. Uma questão ainda sem resposta: o que é educação física? In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 3 n. 4, p. I-X, 1996.

COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil. In: COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje. In:

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DAOLIO, J. **Educação Física brasileira: autores e atores da década de 1980**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1997.

DAOLIO, J. et al. Memória, cultura e corpo: intervenção e conhecimento. In: GOELLNER, S. V. (Org.). **Educação Física/Ciências de Esporte**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. pp. 185-195.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.

EDITORIAL. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.1, n.1, set. 1979.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.1, n.3, maio, 1980.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.7, n.1, set. 1985.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.7, n.2, jan. 1986.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.8, n.1, set. 1986.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.9, n.3, maio 1988.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.10, n.1, set. 1988.

_____. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.10, n.2, jan. 1989.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FENSTERSEIFER, P. E. A crise da racionalidade moderna e a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.22, n.1, p. 29-38, set. 2000.

FERNANDES, F. **A constituição inacabada**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. **A transição prolongada: o período pós-constitucional**. São Paulo: Cortez, 1990.

FERREIRA, S. H. A SBPC e sua história. In: Cientistas do Brasil. São Paulo: SBPC, 1998. pp. x-xix.

FREDERICO, C. (Org.). **A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a crise do “milagre brasileiro”**. vol. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa em educação física: as inter-relações necessárias. **Motrivivência**, América do Norte, 1, ago. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/14499/13280>. Acesso em: 05 Out. 2010.

GOELLNER, S. V. Apresentação. In: GOELLNER, S. V. (Org.). **Educação Física/Ciências de Esporte**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. pp. 11-13.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia: que é a Sociologia**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **Dialética e Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRANDO, B. L. et al. Trajetória e perspectivas do GTT corpo e cultura. In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. pp. 175-195.

GUIRALDELLI Jr, P. A volta ao que parece simples. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 2 n. 2, p. XV-XVII, jun. 1995.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNGARO, E. M. A educação física e a tentativa de “deixar de mentir”: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”: novas contradições e desafios do século XXI**. 25.ed. rev. e aum. Campinas: Papirus, 2010.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KONDER, L. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2 ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KUNZ, E. Ciências do esporte da educação física e do movimento humano: prioridades, privilégios e perspectivas. In: In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. pp. 87-106.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.12, n.1,2,3, p. 247, 1992.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.13, n.2, p. 280, jan. 1992.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.13, n.3, p. 320, maio 1992.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.14, n.1, p. 5, set. 1992.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.14, n.2, p. 59, jan. 1993.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v.14, n.3, p. 109, maio 1993.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria, v.15, n.2, p. 165, jan. 1994.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria, v.15, n.3, p. 225, jun. 1994.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria, v.16, n.1, p. 5, out. 1994.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria, v.16, n.1, p. 5, out. 1994.

_____. Intervenção e conhecimento: o livro. In: GOELLNER, S. V. (Org.). **Educação Física/Ciências de Esporte**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. pp. 7-9.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, H. L. A. Epistemologia, relativismo e Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.22, n.1, p. 65-77, set. 2000.

LOPES, A. & MOTA, C. G. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

LOVISOLO, H. Mas, afinal, o que é educação física? a favor da mediação e contra os radicalismo. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 2 n. 2, p. XVIII-XIV, jun. 1995.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1974.

MALINA, A. **Um Olhar sobre os Intelectuais da Educação Física a partir do Debate Epistemológico na Revista Movimento**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PPGEF/UGF, 2001.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Avante!, 1981.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O capital: crítica da economia política (livro 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATSUDO, V. K. R. & CALDEIRA, S. Curso de metodologia científica: estatística aplicada a ciências do esporte. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.2, n.2, p. 5-10, jan. 1981.

_____. Curso de metodologia científica: estatística aplicada a ciências do esporte. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Caetano do Sul, v.2, n.3, p. 6-12, maio 1981.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”: novas contradições e desafios do século XXI**. 25.ed. rev. e aum. Campinas: Papirus, 2010.

MELO, Victor A. e OLIVEIRA, Sávio A. Papel das secretarias estaduais no desenvolvimento do CBCE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, número especial, p. 65-71, set. 1998.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLINA NETO, V. et al. Formação profissional e campo de trabalho no interior do CBCE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu, **Anais...** Caxambu: CBCE, 2003 (cd-rom).

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORENO, A. et al. O GTT memórias da educação física e esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção (1989-2005). In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. pp. 245-300.

NETO, A. F. Leituras dos 20 e 25 anos do CBCE: política, comunicação e (in)definição do campo científico. In: NETO, A. F. (org.). **Leituras da natureza científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **Estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 233-286.

OLIVEIRA, V. M. **Consenso e conflito da educação física**. Campinas: Papirus, 1994.

PAIVA, F. **Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.

_____. Constituição do campo da Educação Física no Brasil: ponderações acerca de sua especificidade e autonomia. In: BRACHT, V. & CRISORIO, R. (Orgs.). **Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectiva**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

PALAFOX, G. H. M. **Educação física no Brasil: aspectos filosófico-pedagógicos subjacentes à política nacional em ciência e tecnologia para esta área no período 1970-1985**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

_____. O que é educação física? uma abordagem curricular. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 3 n. 4, p. XI-XIV, 1996.

PARDO, E. & RIGO, L. C. Educação Física como ciência: para sair do século XIX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.22, n.1, p. 39-51, set. 2000.

PEREIRA, L. E. Tempos antigos do CBCE... In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. p. 13-16.

PIRES, G. L. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 211, maio 1996a.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 5, set. 1996b.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.18, n.2, p. 85, jan. 1997a.

_____. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.18, n.3, p. 165, maio 1997b.

SANTIN, S. A respeito de comentários. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 2 n. 2, p. IX-XIV, jun. 1995.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAVIANI, D. **Historia das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÉRGIO, M. A ciência da motricidade humana e a sua lógica social. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 254-259, maio 1996

SILVA, F. C. T. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, M.Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, O. J. Editorial. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.20, n.1, p. 3, set. 1998.

SOARES, C. L. Do corpo, da educação física e de muitas histórias. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 9 n. 3, p. 125-147, set./dez. 2003.

SOUZA e SILVA, R. V. **Mestrados em Educação Física no Brasil: pesquisando suas pesquisas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1990.

_____. O CBCE e a produção do conhecimento em Educação Física. In: NETO, A. F. (org.). **Leituras da natureza científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005

_____. **Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

STIGGER, M. P. Editorial. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 1 n. 1, p. 4-5, 1994.

TAFFAREL, C. N. Z. CBCE: memórias e tendências. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria, v.15, n.2, p. 200-204, jan. 1994.

_____. Política científica e produção do conhecimento na Educação Física/Ciências do Esporte: a conjuntura, as contradições e as possibilidades. In: CARVALHO, Y. M. & LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. p. 17-71.

TAFFAREL, C. N. Z. & SANTOS Jr., C. L. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. In: TERRA, D. V. & SOUZA Jr., M. (Org.). **Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia: CBCE, 2010. pp. 13-47.

TANI, G. 20 anos de Ciências do Esporte: um transatlântico sem rumo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, número especial, p. 19-31, set. 1998.

VAZ, A. F. Metodologia da pesquisa em Educação Física: algumas questões esparsas. BRACHT, V. & CRISORIO, R. (Orgs.). **Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectiva**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

VIANNA, L. W. ABC 1980: a dura luta pela conquista da cidadania operária. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v.9, p. 219-227, 1980.

ANEXO A - QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DRA ANA MÁRCIA SILVA

- 1) Professora gostaria que a senhora comentasse sobre os motivos de sua filiação ao CBCE.

R. Estou filiada ao CBCE desde o fim dos anos oitenta, por compreender a importância de uma entidade científica para a organização coletiva de uma comunidade acadêmica, suas possibilidades de intervenção na política científica nacional e na democratização da pesquisa e do conhecimento produzido.

- 2) Professora tivemos nas gestões de 1985 a 1991, dois momentos que ainda hoje são vistos como um “autoritarismo numa roupagem democrática”, doutro modo, no sentido de uma imposição da verdade “absoluta”. O primeiro: o embate (cf. Paiva, 1994, p. 129 et seq.) entre Lino Castellani Filho (à época vice-presidente de esportes) e o presidente Laércio E. Pereira, cujo conteúdo implicava na cobrança por parte do primeiro de um posicionamento político-ideológico límpido por parte do segundo, como também, na necessidade de tornar o Colégio uma entidade científica democrática, sobretudo no que diz respeito às decisões estruturais. O segundo: a posse da Professora Celi Taffarel, e o encaminhamento de uma *radicalização política* (expressão de Castellani Filho que quer dizer a consonância do CBCE com os desafios do seu tempo), em que visava colocar o CBCE num papel de protagonista em relação às políticas sociais, de C&T, econômica, etc., que mantivessem *a fortiori* relações, e enfim, toda a peleja na eleição de Brasília. Diante desses fatos e de outros menos importantes, acusaram essas gestões de *partidarizarem*, no sentido de partido político, o Colégio. Corroborando com isso, a própria chapa de Valter Bracht, intitulada *Consolidando*, carregava o lema da *divergência científica com vigilância democrática*. Como a senhora compreende todo esse complexo período?

R. Não acredito que tenha havido partidarização, tal como no sentido indicado, em nenhuma destas gestões ou situações acima mencionadas. Acredito sim, que existam diferenças e confrontos nas concepções de política científica entre estes protagonistas elencados, sobretudo, em seus conceitos de política e ciência.

- 3) É possível, no seu entender, afirmar que as gestões de Bracht e de Kunz foram semelhantes e de continuidade, e seguiram a *divergência científica com vigilância democrática*? E mais, que ambas as gestões culminaram no que Castellani Filho (2007, p. 121) entendeu como um “modelo eclético de sociedade científica, motivador de um ‘voltar-se para dentro’ através do chamamento à pluralidade...”?

R. Até onde consigo avaliar como associada naquele momento e tendo já se passado vários anos desde o fim destas gestões, parece-me que guardavam sim, semelhança e continuidade entre estas. Quanto a uma leitura de modelo conforme mencionado, a ênfase

em ambas as gestões, sobretudo na primeira, foi de organização interna e de obtenção de financiamento para atividades fundamentais de uma entidade científica, em especial, para a publicação sistemática da RBCE; problemas os quais não haviam sido enfrentados ou superados em gestões anteriores e que podem dar uma falsa idéia de “voltar-se para dentro”.

- 4) A senhora vê ruptura na gestão de Lino Castellani Filho em relação às precedentes, isto é, as gestões de Bracht e de Kunz? Se sim, em que sentido? Se não, por quais motivos?

R. A gestão de Castellani Filho pode enfrentar outros desafios mais amplos, dado que alguns destes problemas mencionados anteriormente já haviam sido superados, com a publicação sistemática e ininterrupta da RBCE que fez com que, na seqüência, fosse avaliada como o melhor periódico científico do campo da EF. Assim, a filiação a SBPC, entre outros movimentos desta gestão foram enfrentados, possibilitando que novos objetivos fossem alcançados, o que não necessariamente pode ser caracterizado como de ruptura com gestões anteriores.

- 5) Sabemos que a senhora assume a presidência do CBCE, com a saída do Professor Lino Castellani Filho, e logo em seguida vai para outra gestão. Houve mudanças? Como a senhora avalia esse período do CBCE?

R. O termino desta gestão mencionada, assim como a posterior, caracterizaram-se, em minha compreensão, por consolidação da estrutura interna da entidade com ampliação gradativa do quadro de associados, de secretarias estaduais e grupos de trabalho, alicerçadas nas reformas estatutária e regimentais, na normalização dos financiamentos para organização de eventos e publicação do periódico, além de profissionalização da secretaria administrativa da entidade. Esta consolidação possibilitou uma inserção representativa em diversas instâncias governamentais e não governamentais, conselhos nacionais e, em especial, junto ao conselho de entidades da SBPC.

- 6) Em 1987, tivemos a reforma estatutária, que culminou entre outras coisas, na inversão da lógica representativa (antes o CBCE se fazia representar nos estados, agora os estados se fazem representar no CBCE), e também, na figura das secretárias. Como a senhora avaliou esse processo, e como vê a relevância das secretárias/representações estaduais nos dias de hoje?

R. Não me parece adequada esta leitura da lógica representativa indicada acima. A idéia que parece estar presente nestas ultimas gestões, inclusive naquilo que o regimento e a prática cotidiana indicavam, é a tentativa de construção de uma única entidade democrática e representativa, evitando a concepção de que o CBCE é incorporada em sua Diretoria Nacional (DN).

- 7) Em 1997, o Conbrace passe a ser organizado através de Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs). Parece que tal fato possibilitou a ampliação do espectro temático circulante, que de alguma forma condiciona a produção acadêmica – a senhora parece concordar em seu texto (2007, p. 154). Por outro lado, formou-se o que Castellani Filho (2007) chamou de

tribalização. A senhora concorda com estas assertivas? Como pensa o papel dos GTTs na atualidade?

R. Parece ter se constituído com a organização dos Grupos de Trabalho, uma possibilidade de leitura mais abrangente das temáticas a serem problematizadas nos eventos, a partir da construção de eixos nas diversas interfaces que esta comunidade acadêmica estabelece em seu cotidiano e com suas peculiaridades. Esta contribuição que cada Grupo pode trazer deve ser cotejada com a leitura mais ampliada que a DN constrói no cotidiano da política científica nacional. Há possibilidades estatutárias e regimentais para isso, assim como o nível de maturidade acadêmica desta comunidade assim o permite, de forma a evitar o que poderia ser compreendido como *tribalização*; se esta possibilidade se consolida em cada momento histórico desta entidade ou não é que merece ser analisado mais detalhadamente.

- 8) É possível afirmar que as gestões de 1999-2009, buscaram, novamente, dar ênfase na participação e protagonismo político do CBCE, iniciados na gestão de 1985, e de certa forma diminuídos nas gestões de Bracht e de Kunz? A senhora concorda com esta asserção? Se sim, vê diferenças entre uma gestão e outra? Se não, por quais motivos?

R. Como afirmei anteriormente, avalio que as gestões Bracht e Kunz foram levadas, necessariamente, a enfrentar outros desafios estruturais que colocavam em jogo, inclusive, a própria manutenção da existência do CBCE, nos âmbitos político, jurídico e financeiro. Há, sem dúvida, diferenças significativas entre todas estas gestões elencadas; porém, parece haver muito mais uma relação de continuidade entre estas e inclusive com a de 1985, do que uma relação de ruptura.

- 9) Como avalia as duas gestões de Fernando Mascarenhas?

R. Foram excelentes gestões as quais ampliaram os avanços alcançados pelas gestões anteriores, tanto no âmbito da organização interna, como da ação político-acadêmica, enfrentando novas questões que vão se colocando, em cada período, com um nível de abrangência e complexidade sempre maior no âmbito da política científica nacional e internacional.

- 10) O que espera da nova gestão encabeçada por Leonardo Alexandre Peyré-Tartaruga?

R. Tal como a gestão dirigida por Mascarenhas, esta direção nacional reúne grandes possibilidades de fazer um excelente trabalho.

- 11) O que a senhora entende como tarefa do Colégio no nosso momento histórico?

R. Os eixos desenvolvidos em gestões anteriores ainda parecem ser adequados para o CBCE neste momento, ainda que se mostrem cada vez mais diversos e complexos. Há importantes ações iniciadas no que diz respeito a contribuição no nível da formação inicial em Educação Física, assim como da pós-graduação, além das relações internacionais e ações em políticas públicas, sobretudo nos âmbitos da educação, saúde e lazer, as quais devem ter continuidade. Destacam-se, também, as ações, em alguma medida, indutoras por parte do CBCE a sua comunidade acadêmica, respondendo a sociedade civil organizada e ao poder público, as questões relativas as políticas publicas de esporte, especialmente em época de preparação de grandes eventos no país

Questões enviadas em:
18 de novembro de 2009
Devolvidas respondidas em:
10 de fevereiro de 2010

ANEXO B – QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DRA CELI N. Z. TAFFAREL

- 1) Professora gostaria que a senhora comentasse sobre os motivos que te levaram a se filiar ao CBCE.

R: MOTIVO PRINCIPAL: Lutar organizada pelo desenvolvimento científico e tecnológico da área.

- 2) Para muitos a eleição de Laércio E. Pereira iniciou o processo de rompimento com determinada orientação político-epistemológica hegemônica no Colégio. É possível afirmar que no processo de construção da transição para a gestão do professor Laércio havia um movimento de contra-hegemonia, ou os representantes da ordem vigente acreditavam estarem resguardados no que viria com o Laércio E. Pereira?

R: SIM É POSSIVEL, vez que o movimento de contra-hegemonia não estava claramente delineado para alguns. No entanto, a expressão de diferenças políticas, científicas, acadêmicas foram, com a luta, os confrontos e conflitos estabelecendo as contradições, as diferenças, as rupturas.

- 3) Há, também, o entendimento, de que a eleição de 1989, foi a gota D'água, ou seja, o processo de contra-hegemonia iniciado na vigência de Laércio E. Pereira alcançou o seu limiar na vitória em Brasília. A senhora concorda com este entendimento? Poderia falar um pouco da sua visão sobre a eleição de Brasília?

R: SIM concordo, visto que em Brasília haviam bem delineados os dois grupos que se enfrentaram com concepções completamente antagônicas. Isto pode ser reconhecido no perfil da chapa, nas propostas que defenderam.

- 4) Professora, tivemos nas gestões de 1985 a 1991, dois momentos que ainda hoje são vistos como um “autoritarismo numa roupagem democrática”, doutro modo, no sentido de uma impositação da verdade “absoluta”. O primeiro: o embate (cf. Paiva, 1994, p. 129 et seq.) entre Lino Castellani Filho (à época vice-presidente de esportes) e o presidente Laércio E. Pereira, cujo conteúdo implicava na cobrança por parte do primeiro de um posicionamento político-ideológico límpido do segundo, como também, na necessidade de tornar o Colégio uma entidade científica democrática, sobretudo no que diz respeito às decisões estruturais. O segundo: a posse da senhora, e o encaminhamento de uma radicalização política (expressão de Castellani Filho que quer dizer a consonância do CBCE com os desafios do seu tempo), em que visava colocar o CBCE num papel de protagonista em relação às políticas sociais, de C&T, econômica, etc., que mantivessem *a fortiori* relações, e enfim, toda a peleja na eleição de Brasília. Diante desses fatos e de outros menos importantes, acusaram essas gestões de *partidarizarem*, no sentido de partido político, o Colégio. Corroborando com isso, a própria

chapa de Valter Bracht, intitulava-se *divergência científica com vigilância democrática*. Como a senhora compreende todo esse processo?

R: O CBCE não pode ser analisado sem consideração do contexto. Neste período acirrava-se o confronto e o conflito na política em geral. A classe trabalhadora avançava em suas organizações. A luta por um marco legal que contemplasse os interesses da classe eram evidentes na construção da constituição (1988), no estabelecimento de referências sobre o Plano nacional de Educação, por exemplo, entre muitas outras lutas. O CBCE, nesta época, já estava inserido na luta, nos fóruns democráticos, levando a frente posições. Estas posições apresentavam sintonia com os interesses da classe trabalhadora e poderíamos exemplificar isto na construção de representações mais democráticas na entidade, na divulgação e socialização do conhecimento acumulado, na participação das instâncias, nas reivindicações frente as políticas públicas. Os que não se identificam com as posições de classe desqualificam estas reivindicações e usam o termo “partidarização”. Na verdade é a expressão da luta e dos interesses da classe.

5) É possível, no seu entender, afirmar que as gestões de Bracht e de Kunz foram semelhantes e de continuidade, e seguiram a *divergência científica com vigilância democrática*? E mais, que ambas as gestões culminaram no que Castellani Filho (2007, p. 121) entendeu como um “modelo eclético de sociedade científica, motivador de um ‘voltar-se para dentro’ através do chamamento à pluralidade...”?

R: SIM é possível afirmar que são semelhantes. Sim é possível reconhecer a ênfase em uma política científica mais voltada para o interior do CBCE, para as questões pertinentes ao âmbito da própria entidade, fortalecendo uma perspectiva de ciência onde prevalecessem as regras e normas estabelecidas pela comunidade científica.

6) Em 1987, tivemos a reforma estatutária, que culminou entre outras coisas, na inversão da lógica representativa, e também, na figura das secretárias. Como a senhora avaliou esse processo, e como vê a relevância das secretárias/representações estaduais nos dias de hoje?

R: Mais uma vez destaco o contexto, as necessidades e os rumos das relações estabelecidas neste período histórico. Saímos de um regime militar com baixo grau de participação, de representação, de mobilização. Buscava-se novos marcos regulatórios para organizações mais avançadas, mais diferentes do que eram os marcos na época do regime militar. Este processo foi muito importante. Avançamos. Até hoje destaco como um dos grandes fatores que permitiram ao CBCE se consolidar. Das representações, às secretarias que articulam as ações da entidade nos estados.

7) Em 1997, o Conbrace passou a ser organizado através de Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs). Parece que tal fato possibilitou a ampliação do espectro temático circulante, que de alguma forma condiciona a produção acadêmica. Por outro lado, formou-se o que Castellani Filho (2007) chamou de *tribalização*. A senhora concorda com estas assertivas? Como pensa o papel dos GTTs na atualidade?

R: O grande problema dos Grupos de Trabalho é perder de vista um projeto histórico, o papel da entidade e os objetivos do grupo em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico e a contribuição na formação de quadros. Isto só é possível com a construção de uma orientação

em torno de uma política científica e tecnológica que oriente e estabeleça os eixos em torno dos quais gravitam as elaborações científicas, permitindo-se, assim, reconhecer avanços, tanto na fronteira do conhecimento, quanto nas proposições políticas. Em não havendo isto ocorre uma fragmentação, diluição, perda de referencia, pulverização. Não existe unidade em torno de um projeto histórico. É cada um por si.

8) É possível afirmar que as gestões de 1999-2009, buscaram, novamente, dar ênfase na participação e protagonismo político do CBCE, iniciados na gestão de 1985, e de certa forma diminuídos nas gestões de Bracht e de Kunz? E nesse sentido, a senhora vê matizes nas diferentes gestões?

R: São outros tempos, outra conjuntura econômica e política. Hoje o neoliberalismo avançou. A tática é implementação das políticas de consenso, colaboração de classe. Este é o problema de fundo. É neste ponto que a atuação do CBCE está sendo questionada. Até que ponto esta entidade científica está inserida na tática da mundialização da economia, da ciência, da educação? Quais foram as conseqüências da hegemonia de concepções científicas apuradas na linha da argumentação da defesa do “pluralismo democrático”? Estamos em um período de acentuada degeneração do sistema, acentuada e violenta decomposição do capital. A humanidade está colapsada. Temos que nos perguntar pelo papel da entidade científica neste contexto.

9) Enfim, como a senhora vê a fundação do CBCE, o seu desenvolvimento, e a sua atualidade. E partir disso, o que a senhora entenderia como tarefa do Colégio no nosso momento histórico.

R: A fundação no final dos idos de 70 respondeu a uma necessidade histórica de organização. Seu desenvolvimento se deu em meio a confrontos, conflitos e contradições e na atualidade temos que questionar a entidade. É isto que se segue.

Questões enviadas em:

20 de outubro de 2009

Devolvidas respondidas em:

05 de dezembro de 2009

Subscrevi a CONTRA CARTA DE SALVADOR. Ela segue como uma expressão de síntese do que defendo na atualidade em relação ao CBCE.

Autorizo que você coloque este conteúdo no anexo de tua tese para ser fonte de dados para estudos futuros.

Atenciosamente

Celi Zulke Taffarel

No olho da tempestade na luta sempre contra o capital.

**A CONTRA CARTA DE SALVADOR
CARTA ABERTA AOS SÓCIOS DO CBCE
POR OUTROS RUMOS PARA A ENTIDADE**

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte realiza o seu XVI CONBRACE e o III CONICE, em Salvador, Bahia, em setembro de 2009, exatamente no momento histórico em

que se abrem os debates sobre sucessão presidencial no Brasil, momento de balanços e avaliações para definir os rumos da política científica, educacional, tecnológica e esportiva. Momento em que são divulgados os aterrorizantes índices educacionais no Brasil e, em especial, no nordeste, onde em média o brasileiro permanece 7,1 anos na escola contra 5,9 anos para os nordestinos. Momento em que as descobertas do PRÉ-SAL colocam um outro patamar de relações internacionais entre o Brasil e os países imperialistas, que estão se armando para, através de seus negócios bélicos, fazer valer os interesses dos capitalistas norte americanos e europeus. Momento em que os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, são menores do que a média da América Latina. Momento em que se acentuam a criminalização dos movimentos de luta social no Brasil, principalmente os ataques aos Movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores, como é o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Momento em que a embaixada do Brasil, em Honduras, é atingida por abrigar um presidente deposto por um golpe militar. São dados da conjuntura que demonstram, pelos fatos, o grau de acirramento da luta de classe. O CBCE abre o seu maior evento e o faz sem uma conferência de abertura que explicita a posição da entidade perante a luta de classes.

Esta decisão da Comissão Científica, é mais uma que se soma a um conjunto de outras decisões que nos levam, hoje, a questionar frontalmente os rumos desta entidade científica. Pode-se reconhecer uma área como científica porque, além de sua entidade, possui, por exemplo, problemáticas sociais significativas; métodos investigativos próprios; comunidades científicas; instituições de formação de professores e pesquisadores, técnicos, atletas, praticantes; agências de fomento à pesquisa; meios de comunicação – revistas, jornais, eventos; financiamentos; pesquisadores, entre outros. Mas, pode-se reconhecer uma área como científica, fundamentalmente, pela capacidade de síntese de sua entidade. O CBCE, no campo das ciências do esporte, é a entidade reconhecida na área e para além dela. Isto se deve à luta histórica de muitos professores e cientistas que antecederam as atuais direções.

As evidências são muitas e listamos, para o debate atual, algumas, na forma de questionamentos à direção do CBCE. Perguntando-nos sobre a posição do CBCE frente:

1. As descobertas do Pré-Sal e as propostas de criação de fundos para tratar de questões sociais como educação, esporte, ciência e tecnologia;
2. A política em implementação para transformar o Brasil em um “país Olímpico”, com os investimentos maciços no esporte competitivo de alto rendimento;
3. O financiamento da política do Esporte no Brasil;
4. A política de formação de professores, as diretrizes curriculares e o aparato de avaliação em curso sem o correspondente orçamento para sanar os problemas identificados nas avaliações;
5. A situação das universidades públicas, com a implementação do REUNI – programa de governo imposto as IFES - que não recuperou o sucateamento implementando por Fernando Henrique Cardoso e muito menos, ampliou significativamente, como deveria, os investimentos em educação superior no Brasil;
6. O marco regulatório, a legislação vigente que mais limita o desenvolvimento do que incentiva a democratização, o acesso, o êxito nas práticas esportivas culturais;
7. Ao padrão cultural esportivo da classe trabalhadora brasileira, muito mais voltado para o esporte para o público, via mídias, do que as práticas corporais esportivas criativamente ensinadas, prazerosamente exercitadas e, histórica e socialmente produzidas.
8. A situação da educação física escolar, e do esporte escolar brasileiro, completamente abandonados, ou colocados em última prioridade, com péssimas condições de materialização das

proposições pedagógicas inovadoras e de êxito nos empreendimentos, considerando os mais de cinco mil municípios brasileiros.

9. Os assaltos aos cofres públicos para a realização de eventos esportivos internacionais que já conseguem patrocinadores e investimentos do capital nacional e internacional;

10. A violência expressa na intervenção do CREF/CONFED na atuação dos professores de educação física.

11. A violência da mídia privatizada que inculca, e mantém padrões culturais esportivos de referência muito mais voltados para o consumo e o mercado capitalista do que para a emancipação humana, para a transição/superação do modo do capital organizar a vida.

Para que, afinal de contas, serve uma entidade científica? Para que serve o CBCE? Não lhe cabe a responsabilidade social de elaborar as grandes sínteses, em termos político, do conhecimento produzido, convertê-lo em força material, em arma nas mãos dos trabalhadores da educação física e esporte, pelas reivindicações da classe trabalhadora?

As direções do CBCE, inebriadas pelo poder, esqueceram que o conhecimento científico adquire, no modo do capital organizar a vida, força produtiva, política e ideológica?

Estamos levantando, perante a comunidade científica da área, a hipótese de que o CBCE está esvaziado de conteúdo científico significativo, de caráter revolucionário para a classe trabalhadora e para a transição - do capitalismo ao socialismo. O CBCE, pelas suas direções nos últimos anos, está diluindo a força dos conhecimentos gerados por pesquisadores sérios, rigorosos e responsáveis que estão produzindo conhecimento científico no Brasil. Está limitando a participação dos estudantes pelos exorbitantes preços que vem cobrando para permitir o acesso aos seus eventos. Está diluindo uma força que poderia ser potencializada, pelas direções, para outro rumo que não o da conciliação de classe. O CBCE cumpre um papel contra revolucionário ao dificultar a democratização, o acesso ao seu seio, aos estudantes, por exemplo, no XV CONBRACE - III CONICE. Isto está comprovado na negativa da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física em apoiar o evento.

Com isto, dispersa e dilui a força de seus pesquisadores que, imersos em um espectro de temas, diluídos e difusos, sem referências históricas, não vêem as direções capazes de elaborar sínteses, de caráter político, a partir do conhecimento produzido e veiculado no seio da entidade. Com isto, o CBCE tem servido muito mais, como palco de vaidades, e imposturas intelectuais, para atender exigências de agências de financiamento, e com isto colaborar com a política que mantém os fossos entre as regiões do Brasil, os fossos no acesso de recursos públicos, ou seja, mantém os pactos e as conciliações de classe que beneficiam o capital e não a classe trabalhadora.

Para nós, o CBCE, a maior e mais importante entidade científica da área, deve se debruçar sobre as questões candentes e importantes da realidade brasileira e não priorizar o debate sobre o “tema da moda”. Há uma enorme diferença entre uma opção e outra. Porque da primeira emerge uma necessidade vital de travar o debate científico profundo, radical e conseqüente; da segunda posição temos apenas o encontro de amigos para uma conversa sobre o tema. Algo aparentemente “desinteressado”, típico de quem (e de uma entidade), apartado da realidade, não ousa mais fazer ciência para transformar a realidade profundamente injusta, o que num país com as desigualdades abissais existentes é, no mínimo, lamentável.

Vamos nos perguntar seriamente sobre o legado científico e político dos últimos CONBRACES deixados ao nordeste do Brasil, região que sustenta os piores indicadores de desenvolvimento social do Brasil: Para que serviu realizar estes mega eventos no nordeste do Brasil, no que diz respeito ao enfrentamento dos grandes problemas para elevar o padrão esportivo cultural da classe trabalhadora nordestina? Em que ajudou a enfrentar os problemas das

negativas da CAPES para abertura de programas de Pós-graduação em Educação Física no nordeste Brasileiro?

Entendemos que nos últimos anos, o CBCE, vem cada vez mais, de maneira permissiva, sendo contaminado pela teoria pós-moderna que nega a luta de classes, servindo de base ideológica às políticas neoliberais que aprofundam as injustiças. O CBCE vem sendo pautado por demandas externas aos interesses do conjunto de seus associados e, principalmente, aos interesses da classe trabalhadora. Desconsiderando, inclusive, posições assumidas pelas suas instâncias, como foi no caso das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Não seria de maior interesse de seus associados à defesa, pela DN, da recomposição do orçamento do Ministério do Esporte, ao invés da defesa do Fundo Setorial? Política essa que se limita a lutar por 10% das riquezas produzidas pelo esporte e ser conivente com o fato das oligarquias esportivas se apoderarem dos 90% restante.

Não seria de maior interesse de seus associados à defesa da elevação do lastro científico e tecnológico nacional, que passa pela defesa da educação física escolar sem a ingerência do CREF/CONFED?

Não seria o enfrentamento da questão da descontinuidade das políticas públicas, inclusive do esporte, e a falta de um Sistema Nacional Integrado de Esporte uma das questões primordiais a serem enfrentadas no próximo período?

Somos professores de Educação Física, professores de Faculdades e Universidades brasileiras, pesquisadores, militantes, sócios do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Por diversas ocasiões já estivemos na linha de frente de construção desta entidade – em postos na Direção Nacional, em Secretarias Estaduais, na Coordenação de GTT ou em seus comitês científicos. Queremos o CBCE assuma compromissos com a classe trabalhadora, com questões pertinentes aos interesses que dizem respeito à produção de uma política de Estado que possa reconstruir um Sistema Nacional de Esporte e Lazer não somente centrado no esporte de rendimento, no esporte espetáculo, no esporte midiático para o público, mas sim com bases educacionais, científicas e tecnológicas para a educação das amplas massas e desenvolvimento soberano do Brasil.

Salvador, setembro de 2009

ANEXO C - QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. ELENOR KUNZ

- 1) Professor gostaria que o senhor comentasse sobre os motivos que o levaram a filiar-se ao CBCE.

R. Filiei-me ao CBCE no período em que cursava Mestrado, pois naquela época, 1982-83, era muito difícil o acesso a qualquer literatura ou discussão científica da área. E o CBCE já representava esse acesso.

- 2) Como o senhor avalia as duas gestões de Celi Taffarel?

R. Na primeira gestão da colega Celi [Taffarel] estive fazendo doutorado no Exterior e naquele tempo não era tão fácil como hoje de acompanhar qualquer coisa que ocorria no País. Na segunda gestão participei do processo eleitoral polêmico e comecei a entender melhor o papel que Celi queria atribuir, desempenhar com o CBCE. No início também achei que era muita discussão política e pouco científica, mas depois fui vendo que pelo momento histórico que o Brasil e em especial nossa área vivia isto foi de máxima importância. No popular diria que: “abriu os olhos de muita gente”!

- 3) Na bibliografia que trata de alguma forma da história do CBCE (DAÓLIO, 1998, NETO, 2005; etc.) os autores se referem à gestão de Bracht e a do senhor como sendo um rompimento com a gestão de Celi Taffarel. Já Paiva (1994) evidencia aspectos de continuidade, chamando a atenção para a nomeação da chapa presidida por Bracht, eleita em 1991, a saber, *Consolidação*. Parece que há uma divergência no entendimento dessa transição, e muito se deve ao lema *divergência científica com vigilância democrática*, que para alguns indica a concordância de que houve uma politização excessiva na vigência de Taffarel, chegando a uma espécie de *partidarização* do Colégio. Como o senhor vê essas questões atualmente?

R; Não acredito que tenha havido rompimento o que houve foi uma gradativa mudança de foco. Já que as questões de emergência política estavam colocadas e o CBCE não é e nunca foi o seu presidente, mas o conjunto de seus associados e, especialmente, pesquisadores. Esses associados e pesquisadores foram crescendo muito a partir da gestão do Valter [Bracht], logo outros interesses e valores foram sendo descobertos e priorizados. Na gestão do Valter, por exemplo, foi dado muita ênfase as discussões científicas da área, o campo se constitui uma ciência? Que ciência é essa? Foram temas sempre presentes na sua gestão e foi muito acentuado a valorização do jovem pesquisador, dos centros acadêmicos, voltados não apenas para questões políticas que foram e continuam sendo de grande importância em todos os níveis de discussões científico/acadêmicas, mas especialmente sua inserção e participação na atividade científica.

- 4) Professor, na segunda gestão de Valter Bracht o senhor surge como vice-presidente. Na sucessão o senhor é eleito como presidente. Como foi o processo de entrada como vice e como se deu construção da sua chapa para presidente?

R. Minha entrada no âmbito administrativo do CBCE já se deu na primeira gestão do Valter quando fui Editor da Revista RBCE. E acredito que pelo esforço de resgate da Revista que não vinha cumprindo com a periodicidade até a conquista do seu financiamento pelo CNPq e enfim consolidando a circulação da revista como Carro Chefe do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, fui convidado pelo Valter para atuar como seu vice e ainda continuar com a mesmo trabalho com a Revista, na sua segunda gestão. A partir disso então, não era o que esperava e nem o que queria na ocasião, mas como existia – e ainda existe – um problema sério na ocasião para encontrar candidatos à sucessão eu fui mais ou menos considerado “candidato natural” para dar continuidade à gestão do Valter, e tive que aceitar.

- 5) É razoável afirmar que a sua gestão deu continuidade à precedente? E nessa continuidade houve aspectos distintos?

R. Sim como disse acima, foi uma tentativa de dar continuidade à gestão anterior. Mas, na década de 90 o mundo, o País e tudo mais mudaram muito. Começamos a viver mais intensamente a era eletrônica, da informática e isso acelerou o mundo, acelerou tudo e o CBCE não podia ficar fora disso tudo. Resumindo: da gestão do Valter herdamos uma máquina Olivetti. A que foi usada pelos presidentes anteriores para sua comunicação com os associados e com os profissionais do País. Na nossa gestão já foi possível usar a Internet e por aí se pode ver quantas mudanças. Isso influenciou muita coisa que se fazia e se fez no CBCE. Ou seja, ampliamos muito o número de sócios, a revista ficou com aspectos muito mais profissionais de uma revista e etc. Então, embora fossemos pela continuidade da gestão anterior os momentos históricos, os novos níveis de abrangência, o crescimento e a qualificação científica da área exigiram de certa forma mudarmos um pouco os rumos do CBCE e que foi feito, acredito que, para melhor.

- 6) Em 1987, tivemos a reforma estatutária, que culminou entre outras coisas, na inversão da lógica representativa (antes o CBCE se fazia representar nos estados, agora os estados se fazem representar no CBCE), e também, na figura das secretárias. Como o senhor avaliou esse processo, e como vê a relevância das secretárias/representações estaduais nos dias de hoje?

R. Conforme mencionei anteriormente, na nossa gestão o CBCE cresceu muito e logo fizemos um grande esforço para fortalecer e ampliar ainda mais o trabalho das secretarias estaduais. Elas foram fundamentais na nossa gestão e creio que conseguimos uma excelente integração com os seus trabalhos além de ampliar ainda mais a abrangência da política científica do CBCE. Foi nesse período que as Secretarias Estaduais começam inclusive a organizar os seus Pré-Conbraces hoje prática comum em muitos estados brasileiros.

- 7) Em 1997, na sua gestão, o Conbrace passa a ser organizado através de Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs). Parece que tal fato possibilitou a ampliação do espectro temático circulante, que de alguma forma condicionou a produção acadêmica, como também, gerou nexos na intervenção. Por outro lado, formou-se o que Castellani Filho (2007) chamou de *tribalização*. O senhor concorda com estas assertivas? Como pensa o papel dos GTTs na atualidade?

R. Ficou notório que especialmente a partir da gestão da Celi a Educação Física brasileira ficou dividida. Eram muitas as denominações que se davam a época a esta fragmentação: tecnicistas x pedagogistas, práticos x teóricos, alienados x revolucionários, etc. A tendência era de um total rompimento e quebra de diálogo, que poderia ser extremamente prejudicial do ponto de vista científico e pedagógico para a área. Já na gestão do Valter se tentou uma aproximação. Foi no Conbrace de Vitória especialmente que se levantou a questão do diálogo entre as diferentes áreas. Embora Valter Bracht mesmo tenha considerado que foi um “diálogo de surdos”, acredito que aquele momento foi importante para definir as preocupações científicas e políticas da área pelo CBCE. Foi então que 1997 criamos os GTTs, Grupos de Trabalhos Temáticos. E insistimos para que realmente fossem reuniões de grupos por temáticas e não disciplinares, para justamente evitar a “tribalização”. E acredito que o êxito foi muito grande. Ouviu-se muitos comentários do tipo: “Continuo no CBCE por causa dos GTTs”. É claro que o propósito não era para o CBCE servir de cobertura, guarda-chuva para a “grande família” da Educação Física. Tinha-se como propósito qualificar o debate de todas as áreas e começar a estabelecer prioridades. Isso foi e continua, no meu modo de ver, muito importante para a área. Tão importante que acredito que temos uma urgente discussão a fazer nesta mesma perspectiva para a Pós-Graduação da Educação Física Brasileira.

- 8) É possível afirmar que as gestões de 1999-2009, buscaram, novamente, dar ênfase na participação e protagonismo político do CBCE, iniciados na gestão de 1985, e que de certa forma, nas gestões Bracht e Kunz, fora diminuída, tendo em vista as preocupações com os debates epistemológicos e relacionados à intervenção pedagógica?

R. Aqui gostaria de me limitar a dizer que depende do entendimento do conceito político. O político pode se expressar de fora para dentro e de dentro para fora no âmbito das instituições públicas e privadas. As ações políticas são muito diferentes de ações científicas e pedagógicas, mas as ações científicas e pedagógicas trazem em si o potencial político. Simplificando: uma idéia política para a construção de um mundo melhor, mais justo, igualitário e tudo mais que já conhecemos da ideologia socialista, pode ter um potencial revolucionário muito maior através de conhecimentos científicos e pedagógicos por meio de ações políticas indiretas do que por ações políticas diretas (discurso) de pequena abrangência populacional.

- 9) É razoável afirmar que as gestões de 1999-2009, são contínuas e semelhantes? Se o senhor concorda, o que identifica como substanciais dessas gestões? Se não concorda, em quais aspectos identifica as discontinuidades?

R. Minha opinião é que desde a gestão do Prof. Laércio [Elias Pereira] em 1985 as gestões do CBCE são contínuas, as diferenças menores são por influência deste ou daquele presidente e suas idéias um pouco mais ou um pouco menos radicais com relação às questões políticas em especial, mas as grandes diferenças se deram mais em função de contingências históricas, de mudanças que ocorreram e ocorrem no mundo e nos atingem, atinge as instituições entre as quais o CBCE enfim, o que não dá para mudar.

- 10) Como o senhor vê o Colégio nos dias de hoje e quais os desafios e tarefas que considera serem primordiais para o CBCE na atualidade?

R. Tenho com a nova diretoria do CBCE uma grande expectativa. A diretoria é formada por profissionais com pouca relação com tudo que já ocorreu no CBCE desde a gestão do Laércio. Mas são novos tempos. Vão encontrar desafios que nós, das gestões anteriores, não tivemos e quem sabe se não estão mais bem preparados que os anteriores. Torço muito pelo novo grupo e acho que vão dar conta do recado. De qualquer modo todos os participantes de diretorias anteriores devem ficar atentos e se disponibilizar para auxiliá-los nesta difícil jornada. Estou me propondo a isso.

Questões enviadas em:
18 de novembro de 2009
Devolvidas respondidas em:
3 de fevereiro de 2009

ANEXO D – QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. LAÉRCIO ELIAS PEREIRA

- 1) Professor gostaria que o senhor comentasse sobre os motivos que te levaram a participar da fundação do CBCE.

R: O principal motivo da criação do CBCE foi a oportunidade de mais um foro de ação dos professores de Educação Física, e dos pesquisadores das atividades físicas e dos esportes. Estávamos no período da ditadura e isso era uma grande (re) pressão. Eu já militava nas Associações de Professores de Educação Física (APEFs) e na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os sindicatos estavam imobilizados.

- 2) Professor, o que se passou na gestão de Cláudio Gil Soares de Araújo? Sabemos que ele renunciou restando nove meses para o término da gestão. Paiva (1994, p. 108-9), diz que no II Conbrace, em sua posse teria havido um conchavo para eleger as vice-presidências pensando em continuar por dentro da DN, como também na gestão seguinte, que seria de Osmar de Oliveira, e que o empossado não havia concordado, mas que no processo eleitoral – que seguira o estabelecido em estatuto – a sua chapa fora vencida. O senhor afirma em texto recente (2007, p. 15) que haveria problemas nessa gestão, pois a diretoria eleita não era a proposta pelo presidente eleito. Castellani Filho (2007) se refere a esse processo como sendo de ordem política, devido ao tipo de estatuto vigente no Colégio, em que a gestão presente pode interferir na autonomia da futura. O renunciante diz ter sido por causa do seu doutoramento. Realmente, é um período da história do CBCE, um tanto encoberto. O que o senhor tem a dizer sobre esse momento?

R: Foi mais simples do que isso. Foi mais um ramo da antiga disputa - hoje restrita aos times de futebol - entre Rio e São Paulo. Com o Cláudio Gil o CBCE saíria do controle de São Paulo (sob o CELAFISCS). Como existia a situação do presidente-eleito, que ficava para a gestão seguinte criaram uma chapa com paulista para suceder o Cláudio Gil e uma diretoria paulista para um presidente carioca, o que inviabilizou a administração do Cláudio Gil. Daí a renúncia, acredito.

- 3) Sabemos que o senhor foi o primeiro presidente do CBCE “não médico”. Como se deu a transição para que o senhor chegasse à eleição de Osmar de Oliveira como presidente-eleito?

R: Acho esquisita essa afirmação “médicos contra professores”. Existia um enfrentamento, mas era com a ditadura. O clima era muito mais tenso do que os mais jovens podem imaginar. Quem tentava qualquer reunião de pessoas era preso, torturado e até sumido. Participo do CBCE desde antes da fundação, na reunião em que criamos o CBCE éramos três professores de Educação Física e dois médicos. Na primeira gestão fui Diretor de Educação, e a socióloga Maria Izabel de Souza Lopes coordenadora do GT de Educação. Na terceira gestão do CBCE fui presidente eleito e na quarta presidente. Não vejo ruptura aí. Houve, sim, mais tarde, uma espécie de aparelhamento da Educação Física, com a provocação do afastamento de especialistas de outras áreas das ciências do esporte, e a turma acabou usando essa bandeira “médicos contra

professores”. Basta conferir a relação dos sócios-fundadores para constatar que a maioria é professor de educação física, e entre os fundadores tinha psicólogos, advogados...

- 4) Muito se fala e pouco se escreveu – em Paiva (1994) há indícios – que o senhor seria responsável pela continuidade do CBCE gestado nas três gestões anteriores. Entretanto, parece-nos que se partirmos da ata de posse, poderíamos afirmar que houve divergência/disputa na composição da DN na sua posse em Poços de Caldas, uma vez que havia nomes mais próximos de Victor Matsudo e de Osmar de Oliveira, que não os defendidos pelo senhor. Ou seja, o mesmo que o ocorrido na gestão de Cláudio Gil, mas sem êxito. Procedem tais idéias? Gostaria que o senhor falasse sobre essas questões.

R: Sim, acredito que a nossa gestão tenha dado continuidade aos princípios do CBCE. Não tenho notícia de cisão ou mais do que a disputa natural de uma eleição democrática, com duas chapas concorrendo em 1985, o que se tornou uma raridade, a última disputa foi em 1989. Uso isso como indicador do empobrecimento do CBCE.

- 5) Sabemos que logo quando o senhor se tornou presidente propôs uma auditoria para organizar o CBCE. Segundo o testemunho de Lino Castellani Filho, a preocupação era de ordem administrativa, e não de desconfiança de Osmar de Oliveira e toda DN. Paiva (1994, p. 122) remete a desorganização e a dívida (entre Cr\$54.000.000,00 e Cr\$57.000.000,00) à renúncia de Cláudio Gil, que causou a transferência da DN para São Paulo, como também, o adiantamento da posse de Osmar de Oliveira. O que o senhor pensa desses acontecimentos e de suas interpretações?

R: Dada a minha monumental incompetência (e inapetência) para questões administrativas o, digamos, sucesso (tínhamos em 85-87 tantos sócios como 20 anos depois) da gestão do CBCE foi a sorte de termos como Secretário Executivo o Prof. Emédio Bonjardim (que, inclusive conseguiu uma nova sede sem custo para o CBCE no centro de São Paulo, num acordo com o IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. Nos dias de hoje se tornou USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul) e o Diretor de Esportes, Prof. Lino Castellani Filho. Como a diretoria anterior entregou a gestão com a revista em dia (foram três números entregues em Poços de Caldas) recebemos o caixa quase a zero e, além de desocupar a sede paga da Av. Brigadeiro Luis Antonio, tivemos que fazer várias ações de recuperação. O Diretor de Eventos Wiliam Lemos levou as 1.400 fichas que esperavam aprovação (tínhamos esse filtro neurótico pra espantar a repressão) e recuperamos 250 mandando cartas seladas com a aprovação; começamos a distribuir os boletins do CBCE junto com os Sumários Correntes do IBICT (Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia) para economizar o selo (essa ação foi acusada depois de cooptação com o governo!), em vez de carta de cobrança começamos, com a informatização, a colocar o ano de entrada e última anuidade paga em cada etiqueta das correspondências para os sócios... Entre essas ações o Prof. Lino Castellani propôs a auditoria pra gestão anterior com o argumento de que era apenas uma medida administrativa que facilitaria o início da nossa gestão financeira do zero, enquanto arrumássemos os balanços anteriores. Apenas participei no consentimento, pois. Quanto a esses Cr\$57 milhões que a nossa querida Fernanda acredita que tenham sido pagos por mim, acho que não pode ser. Nunca tive dinheiro pra pagar um tanto desses. Certamente boa parte do meu salário – como da maioria das diretorias do CBCE em toda a história – ficou no CBCE. Mas, não tanto.

- 6) Professor até o fim do seu mandato o senhor participou de todas as diretorias, com exceção da de Cláudio Gil. De lá para cá, não vimos mais o nome do senhor envolvido no CBCE. O que aconteceu? Sabemos que o senhor acredita que o CBCE se tornou uma entidade científica da EF – a mesma posição de Matsudo – e que as Ciências do Esporte fora abandonada ou ladeada. O senhor não acha, que o que chamamos de EF no seu sentido acadêmico, englobaria de certa forma as Ciências do Esporte? Digo isso por acreditar que a EF se ampliou significativamente em relação à época em que o CBCE foi fundado, e muito do que é tratado como das Ciências do Esporte tem espaço nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Até mesmo as agências de fomento (FAPESP, CNPq, etc.) identificam as discussões acerca do esporte como sendo da Educação Física. O que o senhor pensa?

R: O pessoal fica chateado quando sinalizo o aparelhamento (usaram a expressão “circunscrito à Educação Física” na reforma do Estatuto acabou sendo um fato consumado). Vejo os mais jovens achando que o CBCE foi sempre só da Educação Física. Gosto de lembrar que o CBCE foi ciências do esporte antes mesmo do ICSSPE – International Council of Sport Science and Physical Education - que era só Educação Física nos primórdios e assumiu Ciências do Esporte depois da criação do CBCE. Regredimos, pois. Agora, acho que a fila andou. Nesse meio tempo as diretorias assumiram bandeiras pessoais como sendo do CBCE sem consultar a comunidade – como na arenga com o CONFEF, e não com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Federal de Medicina (CFM), Conselho Federal de Administração (CFA)... O que isolou ainda mais o CBCE. Acredito que agora, inclusive com a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Física (ANPPEF) em 2008, o CBCE precisa caminhar para a participação em fóruns e conselhos de entidades.

Quanto ao meu afastamento do CBCE, discordo com veemência. Já ocupei os cargos de vice-presidente, presidente-eleito e presidente. Continuo atuando sem cargos. Colocamos o CEV a serviço da comunicação e divulgação do CBCE – com remuneração mínima e eventual para especialistas com trabalhos pontuais, não para a ONG CEV. Temos listas de discussão e comunidades da diretoria, GTTs e sócios & simpatizantes. Participamos da introdução do CBCE na Internet desde o primeiro até o portal que está no ar. Temos feito divulgação agressiva de TODOS os congressos do CBCE, desde a criação do CEV em 1996. Estamos recuperando e ampliando a indexação de todos os trabalhos apresentados em CONBRACEs na biblioteca do Centro Esportivo Virtual. Não creio que isso caracterize meu distanciamento do CBCE. Acho até que participo muito.

- 7) Enfim, como o senhor vê a fundação do CBCE, o seu desenvolvimento, e a sua atualidade. E nesse sentido, o que o senhor entenderia como tarefa do Colégio no nosso momento histórico.

R: Durante a ditadura o CBCE não aceitava a participação ou ingerência dos governos. Nem nos congressos, solenidades ou revistas. Andou com dificuldade mas com altivez nesse tempo. Atualmente vejo a criação dos GTTs como um grande avanço; alguns têm marcado a fronteira do conhecimento nas suas áreas. Preocupa-me o número de sócios, declinante, não me conformo com a desculpa de que o CBCE é só de pós-graduação. Nos bons tempos tínhamos clara a responsabilidade para com os estudantes e aos não-pós-graduados (até porque ainda não existiam). Acho que o preço da anuidade é alto, um obstáculo. Vejo com tristeza professores do

interior do Ceará fazendo rifa e coleta nas ruas pra poder em pagar a anuidade. Mas, de qualquer forma, tenho orgulho de participar da história de uma sociedade científica consolidada e de quem a gente ainda espera muito.

Questões enviadas em:

20 de outubro de 2009

Devolvidas respondidas em:

21 de abril de 2010

ANEXO E - QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. LINO CASTELLANI FILHO

- 1) Professor, o senhor disse em seu texto (2007, p. 108) sobre as duas gestões que esteve à frente do CBCE, que teve o primeiro contato com a entidade em 1980, no Maranhão, na organização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte da região norte/nordeste. Qual foi a motivação para a promoção desse evento? São as mesmas da sua filiação ao Colégio?

R) Bem... Vivíamos em nosso país um momento de “abertura política”, que em nosso campo se apresentava como a possibilidade de debatermos publicamente questões até então não presentes no âmbito da Educação Física. Éramos parte de um pequeno grupo de professores de educação física com curso superior que, no Maranhão, vivenciavam a experiência ímpar de explorar situações e lidar com desafios inimagináveis para quem mal começava a trilhar seus caminhos na profissão... Queríamos uma educação física diferente, embora não soubéssemos exatamente qual e como ela deveria ser. Realizar o Congresso era colocar o Maranhão (e nos colocar) no “mapa” dessa nova era que se descortinava à nossa frente...

- 2) No mesmo texto e página, o senhor diz que já à época havia um tom dissonante, por sua parte, em relação ao tom prevalecente na instituição. Quais eram os tons e os motivos?

O CBCE, recém fundado, estava impregnado do viés positivista de ciência, influenciado pelo “olhar” biomédico nele presente hegemonicamente. Embora sem compreensão teórica desenvolvida, à época, nos era notório que aquela concepção de ciência e de “fazer científico” não respondia às perguntas que a realidade maranhense nos fazia cotidianamente... Essa “sensibilidade” foi, obviamente, construída objetivamente por “n” determinações... O curso “clássico” no lugar do “científico”; o curso de Direito antes do de EF (que mesmo não concluído reforçou a presença das ciências humanas e sociais em minha formação acadêmica); a participação no projeto Rondon em Marabá, PA, que “apresentou” a um jovem paulistano um Brasil desconhecido por ele; a inserção no departamento de interiorização da Pro - reitoria de extensão da UFMA, que me fez conhecer o Maranhão por dentro e em ações multi/inter/transdisciplinares... Queria uma Educação Física que se sintonizasse com aquele Brasil, e o CBCE a mim apresentado estava muito longe disso...

- 3) Professor, o que se passou na gestão de Cláudio Gil Soares de Araújo? Sabemos que ele renunciou restando nove meses para o término da gestão. Paiva (1994, p. 108-9), diz que no II Conbrace, em sua posse teria havido um conchavo para eleger as vice-presidências pensando em continuar por dentro da DN, como também na gestão seguinte, que seria de Osmar de Oliveira, e que o empossado não havia concordado, mas que no processo eleitoral – que seguiu o estabelecido em estatuto – a sua chapa fora vencida. O senhor em texto recente (2007) se refere a esse processo como sendo de ordem política, devido ao tipo de estatuto vigente no Colégio, em que a gestão presente pode interferir na autonomia da futura. O renunciante diz ter sido por causa do seu doutoramento. Realmente, é um

período da história do CBCE, um tanto encoberto. O que o senhor tem a dizer sobre esse momento?

R) O CBCE foi estatutariamente constituído tendo como referência o modelo norte-americano dos “Colleges” (até 1985/6, o papel timbrado do CBCE trazia o “Brazilian College Of Sports Sciences”). Nele constava a figura do “presidente-eleito”, vale dizer, aquele que assumiria a presidência do Colégio lá na frente, dois anos depois... Acontece que a diretoria que o acompanharia em sua gestão seria eleita no momento de sua posse, junto com o próximo presidente-eleito...

Até então, o “poder” estava em São Caetano do Sul, cidade do primeiro presidente (1979/81) e idealizador-mór da entidade (a sede do CBCE era no endereço de sua clínica de ortopedia, Avenida Goiás, 1400...). Acontece que o presidente-eleito para tomar posse em 1981 era do Estado do Rio de Janeiro... Ora, por ocasião de sua posse e eleição de sua Diretoria, o grupo de São Caetano/São Paulo simplesmente lhe impôs uma composição distinta daquela por ele, Cláudio Gil, pretendida... Bem... Ele tomou posse a contragosto e a certa altura do mandato, alegando sua saída do país para doutoramento, renunciou, assumindo em seu lugar Osmar de Oliveira, o presidente-eleito para o mandato 1983/85 que, por conta disso, antecipou sua posse.

- 4) No seu texto o senhor escreve na (2007, p. 111): *Foi por ocasião do III Conbrace (Guarulhos, SP, 1983), que amadureceu entre os que dirigiam a entidade, a compreensão da chegada da hora de se ter na presidência do CBCE, não mais um médico, mas sim um profissional de educação física, já àquela altura presente majoritariamente — e de maneira atuante — no quadro associativo da entidade.* Logo à frente (pp. 112-3) o senhor continua: *Laércio Elias Pereira foi o presidente-eleito, naquela ocasião, para a gestão 1985/87. Possuía os requisitos desejados pelos que detinham o poder de decisão, quais sejam, era professor de educação física, participante da fundação do CBCE e merecedor da confiança dos que vinham conduzindo os destinos da entidade. Não obstante, com o compromisso de fazer uma reforma estatutária e assumir desde aquele momento uma ação de diretoria mais condizente com o modelo que defendíamos implantar, assume com uma diretoria composta pela Celi Taffarel (presidente-eleita, logo após a posse abdicando desse cargo e passando a coordenar as Representações estaduais), Apolônio Abadio do Carmo (vice-presidente de Educação), Alberto dos Santos Puga Barbosa (vice-presidente de Ciências Básicas), João Ricardo Tuma Magni (vice-presidente de Medicina), Emedio Bonjardim (secretário Executivo), José Alberto Aguillar Cortez (tesoureiro) e por mim, como vice-presidente de Esporte.* Temos aí, questões importantes desse período. Primeiro, a presença de Manuel Sérgio e o fato de o senhor relacionar com isso uma determinação para o que veio depois, e dizer que o Colégio nunca mais foi o mesmo. Segundo, o senhor diz que o que veio depois com a gestão do Laércio E. Pereira, não coincidiu com os projetos daqueles que estavam na gestão anterior. Terceiro, parece que houve um efeito contrário ao que ocorreu com a gestão de Cláudio Gil? Gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre os trechos e sobre essas questões.

R) O III Conbrace foi paradigmático! Realizado nas dependências de uma faculdade de educação física no município de Guarulhos, SP (FIG), onde tanto o Victor quanto o Osmar eram docentes, contou com uma maciça presença de estudantes de educação física e de professores que, àquela época e ainda dando seus 1ºs passos na articulação de “grupo”, se encontravam em seus

momentos de estudos de pós-graduação trilhando os caminhos das ciências humanas e sociais, notadamente o da Educação.

Foi deles (eu aí incluído) a iniciativa de trazer Manuel Sergio de Portugal. Passo a você um texto onde detalho a forma como isso aconteceu (fiz referências a ele no artigo que você vem mencionando). A repercussão de sua presença foi tamanha que a diretoria do CBCE resolveu atribuir a ele o título de sócio honorário (ou benemérito, não me recordo), o único até hoje concedido pela entidade. Ao mesmo tempo, entendeu ter chegado a hora de colocar um professor de educação física à frente da entidade. Mas teria que ser alguém de extrema confiança e ninguém melhor do que o Laércio.

Bem... A eleição da Diretoria do Laércio ocorreu no IV Conbrace, ocorrido em Poços de Caldas, MG, e, salvo engano, uma outra “chapa/nomes” que não aquela indicada pelo Laércio foi apresentada na assembléia onde a eleição ocorria. Certo é que a ainda recente desastrosa experiência anterior (em relação à diretoria do Cláudio Gil) e talvez mais algumas coisas (vale a pena perguntar a Laércio – sequer me recordo se chegou a haver “bateção” de chapa, penso que sim...) fizeram com que os nomes indicados por ele fossem eleitos. Deles, boa parte (Apolônio, Celi, eu próprio) já éramos identificados como do “movimento renovador” da EF brasileira...

- 5) O senhor coordenou a primeira reforma estatutária em 1987, e no seu texto (2007, p. 113) afirma que foi nessa que se formalizou... *a figura das Diretorias e das Secretarias Estaduais tal e qual (com nuances) vemos até os dias de hoje, oferecendo-lhe base legal e organizativa para expressar maior eficiência e eficácia no seu agir institucional, voltamos a dizer, comprometido com seu tempo.* De tal assertiva me ocorrem quatro questões: Primeira: Havia representações estaduais anteriores a reforma estatutária? Segunda: O que de fato significa essa eficiência e eficácia no agir organizacional? Terceira: Em que sentido essas secretarias e diretorias poderiam agir comprometidas com o seu tempo? Quarta: Houve naquela reforma algo, para além do mencionado no texto, que o senhor gostaria de lembrar, considerando a relevância para o CBCE nos dias de hoje?

R) Coordenei a de 1987 e também a de 2002... Vamos às questões: 1) O que havia era a figura do representante da DN no Estado e não o representante do Estado junto à DN. Já na gestão do Osmar de Oliveira, quando assumi a função de coordenador das representações estaduais, busquei dar à representação o sentido que passaria a ter formalmente a partir da reforma estatutária; 2) Quando me referi à “eficiência e eficácia no agir institucional” estava me reportando à configuração das condições objetivas para que o CBCE pudesse se “capilarizar”, se fazer presente em todo o território brasileiro de forma institucional e não a partir de uma pessoa, um pesquisador, um docente... Daí a figura das Secretarias Estaduais; 3) Perspectivava-se uma ação político-acadêmica... Recorde que à época experimentávamos a frustração com o malogro das “Diretas-Já” e de um governo (“Nova República”) que não contava com legitimidade junto a setores progressistas da nossa sociedade. No âmbito das “Ciências do Esporte”, a área acadêmica EF ganhava contornos ratificadores da concepção de ciência que refutávamos e o CBCE passou a ocupar o lugar de crítico dessa lógica e detentor do esforço contra-hegemônico para sua superação... Daí uma ação político-acadêmica sintonizada com uma sociedade científica contra hegemônica...

- 6) O senhor no seu texto (2007, p. 115) se refere a idéia de irreversibilidade do Colégio, apontada pelo editorial da RBCE v. 1, n.1, de set. de 1979, de maneira a discordar. Diz que concorda que o Colégio esteja seguindo em frente. O que eu gostaria de ouvir com menos ligeireza do senhor é o que vem adiante: *E o faz na direção da radicalização da sua mudança paradigmática, muitas vezes entendida de forma distorcida, ou por incompreensão ou por má fé ou por ambas as hipóteses.*

R) Bem... Nada é irreversível no campo histórico e social. Assim, o que desejavam *irreversível* era o “tom” a pautar o “ir adiante” do CBCE (concepção positivista de ciência e uma “ciências do esporte” de natureza exclusivamente bio-fisiológica).

O que quero apontar no texto é que o CBCE de 1979/85 é superado por uma outra percepção político/epistemológica... O que muitas vezes foi distorcida pelos motivos que aponto é a conotação de sua politização e de seu agir político (nunca partidária, como quiseram fazer crer).

- 7) O senhor menciona as duas gestões (1987/1989 e 1989/1991) como sendo contundentemente defensoras de uma visão de ciência comprometida com a “minimização do quadro de exclusão social da realidade brasileira”. Sabemos que na passagem de uma gestão para a outra, houve uma eleição ímpar na história do CBCE, em que se dizia que havia uma partidização ideológico-política da entidade. O senhor poderia falar sobre esse momento?

R) A gestão 1987/89, presidida pela Celi [Taffarel], foi a responsável pela explicitação da ruptura paradigmática “anunciada” na gestão que a precedeu (que podemos chamar de “gestão de transição”). Para entendê-la se faz necessário não perdermos de vista o Brasil daqueles anos... O impacto causado por ela aos setores que, se não conservadores no sentido político (seria incorreto dizer que todos se igualavam no apoio aos militares, por exemplo) o eram no sentido epistemológico, vinculados ao campo do grupo que manteve o poder na entidade desde sua fundação até 1985. O embate jamais se deu no campo político partidário, mesmo porque os partidos estavam se lixando para a questão das políticas esportivas e mesmo o que se via no interior do PT se devia mais ao nosso esforço de fazer a discussão sobre políticas esportivas e de lazer em seu interior do que a compreensão de suas lideranças da importância de tal discussão). Por sua vez, o envolvimento do [Manoel] Tubino naquelas eleições foi algo absurdo, dado o fato, dentre outros, dele ser o Secretário da SEED/MEC acumulando o cargo com o de presidente do CND. Seus esforços a favor da chapa derrotada podem ser confirmados em conversas com professores da UnB (Prof. Iran e Prof. Osmar) e da UFSM (o Prof. Aloísio, da Biomecânica, por exemplo)

- 8) De acordo com a pergunta anterior, citarei um trecho do editorial da RBCE v.1 n.1, de (1979, p. 2), para entendermos melhor as posições e contraposições *históricas* em a relação ciência e política nesse período do Colégio, ao passo que as contraposições são postas por um grupo de intelectuais da instituição que, grosso modo, se vinculavam com o projetado e desenvolvido nos seus primórdios. Vamos ao trecho: *“Nada de credos políticos e religiosos, nada de favorecimento, mas a ética em primeiro lugar. O CBCE poderá estudar a política do esporte, sem fazer política no esporte”*. Poder-se-ia afirmar que tínhamos duas posições antinômicas acerca da ciência? E assim sendo, projetos societários distintos, em que num grupo teríamos uma ética abstrata e atemporal, e noutro,

uma projeção ética, em que a produção teórica e científica estaria por princípio politicamente lastreada?

R) Olha... Os que escreveram esse editorial faziam política no esporte sim, se entendermos como tal a busca de espaços institucionais (como a coordenação da COPED/MEC (veja a dissertação de mestrado do Gabriel Palafox) ou a relação do CELAFISCS com o governo federal nos tempos do FHC e nos dias de hoje com o governo de São Paulo... O que dizer do “Agita São Paulo”, Brasil...). Com o que estou dizendo pretendo defender a tese de que mais do que uma “ética abstrata e atemporal”, o que se explicitava naquele editorial era um discurso manipulador e falacioso...

- 9) Professor, usei na última questão, quando me referi as posições e contraposições, propositadamente o termo *históricas*, por acreditar que a partir de 1991, as posições e contraposições se constituem de outra maneira, ou seja, nos marcos da gnosiologia e da epistemologia, ao passo que a discussão sobre a função social do conhecimento, que poderia a partir de 89, amadurecer, acabou sendo ladeada. Não quero dizer com isso que toda teoria redundava numa posição política. E sim, que as coisas estão um tanto quanto veladas. O senhor mesmo dá os indícios no seu texto (2007, p. 121). Vejamos: “*Assim, as gestões compreendidas no período de 1991 a 1999¹⁵² buscaram se desvincilhar tanto do estigma da partidarização colado à entidade, a nosso ver descabido, como também do referencial marxista, exercitando um movimento que as levou a revestirem-se de um modelo eclético de sociedade científica, motivador de um voltar-se para dentro através do chamamento à pluralidade, àquilo em certo momento por eles próprios batizado de divergência científica com vigilância democrática*”. Se concordarmos que a área acadêmica se constitui sincronicamente com a formação do CBCE, uma vez que este em boa parte das vezes foi o plenário dos debates desta, temos na entrevista dada pelo senhor ao professor Daolio (1998, p. 82) outro indício, uma vez que o Professor fala em pacto da não-agressão. Cito: “*Eu não vejo na produção atual, no momento atual, nas universidades, nos congressos, não vejo o debate se dando. Pelo contrário, cada vez mais o pacto da não-agressão acadêmica está presente*”. O senhor concorda com essa minha afirmação?

R) São duas reflexões de coisas distintas. A primeira, localizada no texto de 2007, está diretamente vinculada ao entendimento dos que vieram depois da Celi, de que a sua gestão havia “politizado” a entidade se não de forma partidária, de maneira a se confundir com outras entidades (sindicatos, p.ex) ou movimentos sociais, abdicando ou se distanciando em demasia da sua especificidade de “sociedade científica”. Acontece que tal compreensão foi propalada de forma a permitir o entendimento da partidarização do CBCE (pelo menos desconheço posicionamentos públicos refutando tal compreensão).

Já o que digo para o Jocimar tem a ver com outra situação. Reporto-me à configuração da área acadêmica EF e à busca de sua consolidação... Tento assinalar que a postura de “enfrentamento” cede lugar a uma outra de “acomodação”, onde a defesa da pluralidade dos constructos epistemológicos é confundida com um absurdo ecletismo e mascaramento dos referenciais teóricos a partir dos quais a produção de conhecimento se processava... O CBCE daquele período navega nessas águas...

¹⁵² As gestões dos biênios 1991/93 e 1993/95 tiveram na presidência Valter Bracht. As dos biênios 1995/97 e 1997/99, Elenor Kunz.

10) Uma questão importantíssima nos últimos 12 ou 14 anos do Colégio tem sido a dos GTTs. O senhor se refere a sua formatação, no seu livro, como sendo não consensual, e também, como um dos grandes desafios da entidade, pois, segundo o senhor (2007, p. 124) corre-se o risco da tribalização. Gostaria que o senhor tratasse desses dois pontos.

R) Os GTTs ganham forma no CBCE no Conbrace de Goiânia em 1997, portanto há 12 anos. A tese da estrutura disciplinar perde para a da organização temática. O descontentamento se fez presente mais na área biomédica – historicamente organizada disciplinarmente –, mas não só nela (Amarílio [Ferreira Neto], p.ex. da História, jamais se sentiu contemplado no GTT corpo e memória...).

A idéia central era tê-los como núcleos de produção coletiva de conhecimento a partir dos quais a DN nortearia suas ações/intervenções políticas/científicas. Isso não ocorreu e sim o que chamei de “tribalização” (cheguei a pensar no termo “Guetização”, mas acabei optando pelo outro)... Cada um deles foi apropriado por uma determinada tribo, que não só se descolou do “todo” CBCE, construindo como que um mundo/universo a parte, como também deu vazão à disseminação de uma produção “familiar/tribal” (eu, meus orientandos, os orientandos dos meus orientandos... e tome “rasgação” de seda...).

Temos que reverter isso...

11) Como se deu a mudança da RBCE para o formato livro ocorrida em sua gestão?

R) Sabíamos que tínhamos que aproveitar o início de gestão para desbancar os que duvidavam de nosso Grupo, principalmente em nossa capacidade de lidar com as questões acadêmicas sem “disvirtuá-las” com posturas políticas dos moldes que identificavam na gestão da Celi. Assim fortalecer a política editorial do CBCE nos pareceu um bom caminho. Nesse movimento de fortalecimento, uma medida que impactou e que deu mostras que não estávamos de brincadeira, foi a decisão que tomamos de não encaminharmos – nós da DN – artigos nossos para publicação na RBCE. Se isso hoje pode parecer exagerado, na época não, pois a RBCE tinha em sua história passagens de presidente compondo só e com co-autores todo um nº de um volume da RBCE, assim como editor-executivo publicando nela. Em relação ao financiamento, fizemos fortes gestões junto ao CNPq, mas antes de obtermos êxito tive que fazer um empréstimo pessoal para bancar uma edição dela, a primeira pela Autores Associados. Refresco a RBCE só teve quando de nossa passagem pelo ME, quando garantimos uma política de apoio editorial a ela e a outros periódicos reconhecidos pela nossa área.

12) No seu texto (2007, p. 125-6) o senhor fala da necessidade de uma intervenção junto aos órgãos e instituições públicas responsáveis pelas políticas governamentais, como também, a construção de uma interlocução com as universidades, sociedade científicas, entre outras. Há também (2007, p. 127-131) indicações de manifestações ideológico-políticas do CBCE, como por exemplo, os dois manifestos destinados a duas edições do Fórum Social Mundial. Nos dois casos, como foram tecidas as posições do Colégio? Elas emanaram da Direção Nacional ou de acúmulos oriundos dos congressos, encontros, fóruns e etc?

R) No primeiro caso, quando assumi a sua direção, deixamos claro (já na própria carta através da qual nos apresentamos à comunidade pleiteando seu apoio à nossa pretensão) que nossa ação seria política no sentido de intervenção no campo das políticas científica & tecnológica (daí nossa

associação à SBPC, passando a sermos uma das 51 sociedades científicas a ela filiadas), esportiva, educação e saúde... Que não seria *corporativa*, pois não representávamos a *comunidade da educação física* e sim uma *área acadêmica* que também se chamava EF... No segundo caso, a construção do documento através do qual nos apresentamos ao Fórum Social Mundial foi construído junto à Direção Nacional e a alguns GTTs mais afins com a temática (políticas públicas, movimentos sociais...). Mas é óbvio que foi levado em conta o acúmulo da entidade...

13) Professor. O CBCE, salvo engano, participa desde sua fundação das reuniões anuais da SBPC. Sabemos que a filiação do Colégio se deu na sua gestão, em 2000, após quase 22 anos. O que era necessário para a filiação? Em linhas gerais, como se deu o processo?

R) Não há muito que dizer Luciano. A história do CBCE, sua legitimidade, foi nosso cartão de apresentação. Fizemos gestões junto à diretoria da SBPC explicitando nossa intenção e... Demos vazão aos procedimentos administrativos necessários à sua configuração. *Vontade política* acima de tudo!

14) No mesmo ano de filiação à SBPC, criou-se na 52ª Reunião Anual desta sociedade, o GTT de Pós-Graduação. De lá para cá muito tem se discutido sobre a pós-graduação nos âmbitos do Colégio. Como o senhor vê a função do CBCE, nesse sentido, visto que se tem acumulado um debate que acaba gerando nexos externos à entidade, e que pode até se configurar numa espécie de política científica, se considerar que a produção do conhecimento no Brasil, passa em sua quase totalidade pelas universidades e seus respectivos cursos de pós-graduação.

R) A criação do GTT de Pós-Graduação naquele julho de 2000, em Brasília, foi parte de uma ação política que buscou desmobilizar a intenção presente na pessoa do Go Tani, então representante da área 21 da CAPES (onde a Educação Física se localiza), de formar uma Associação de Pós-Graduação. Para tanto o convidamos a proferir a palestra de abertura de nossa programação junto a 52ª Reunião da SBPC e, na mesma ocasião anunciamos a criação do GTT e o convidamos a dele fazer parte, o que não pode recusar dada às circunstâncias.

De lá para cá o CBCE só fez aumentar sua legitimidade junto aos Programas de Pós-Graduação da área 21, os da Educação Física em particular, tendo hoje um papel fundamental nos debates, como por exemplo, sobre o conhecido como “*Qualis-Livro*”. O Fórum por ele organizado, ao lado de outros dois (o da própria área 21 e o de coordenadores de programas de Pós-Graduação em Educação Física) se configura com plena legitimidade junto à comunidade acadêmica, pois é o único que abre suas portas a toda ela e não só aos coordenadores dos programas, que falam na maioria das vezes a partir do entendimento próprio que possuem sobre o tema e não a partir da construção de uma representação fiel ao pensamento de seus representados.

15) Como o senhor tem visto esse movimento do Colégio em estabelecer interlocução com pesquisadores e militantes estrangeiros, de uma maneira formalizada, a partir da criação do CONICE, simultaneamente ao CONBRACE, e da política de cooperação internacional?

R) Mais do que estabelecer interlocução com pesquisadores estrangeiros, o que vem sendo buscado é a configuração de cooperação e intercâmbio institucionais, dando um enorme salto

qualitativo sobre o que existia em seus primórdios, onde a relação ela construída por caminhos individuais daqueles que possuíam, à época, condições pessoais (materiais, financeiras, etc) para participar em eventos internacionais fora do país, quando então faziam contato que, na maioria das vezes só se revertia em benefícios próprios (eu lhe convido e você me convida).

Quanto ao CONICE penso ser um espaço de maior visibilidade dessa intenção do CBCE de interagir com as questões internacionais... Não é o fato de trazer convidados internacionais que faz do evento um acontecimento internacional, mas sim a priorização do debate entorno das questões afetas às Ciências do Esporte na América Latina, Europa, América do Norte... Em tese, ele não seria necessário, bastava pautar esse debate no CONBRACE (e isso já se deu), mas não restam dúvidas que um espaço próprio faz bem...

Essa questão abre a possibilidade de você derrubar o discurso falacioso de que antes (leia-se tempo do Vitor, Osmar...) a interlocução internacional era maior do que hoje...

Outra é a de que o CBCE está voltado para a Educação Física e não para a Ciência do Esporte (Laércio no vídeo de 30 anos insiste nisto). Ora quando falamos Educação Física falamos área acadêmica... Se hoje temos mais sócios com formação em EF do que antes, é porque hoje temos a área acadêmica estruturada e antes não... (é natural que se observe mais sociólogos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências do Esporte (ANPOCSC) do que pesquisadores de outras origens, mas isso não faz dela exclusividade dos sociólogos ,mas sim de que aborda sociologicamente os tema da realidade social... E por aí vai...)

16) Quais os grandes desafios atuais para o CBCE, no seu entender?

R) Ampliar sua representatividade junto aos estudiosos/pesquisadores das Ciências do Esporte/EF [área acadêmica]; Construir cada vez mais institucionalmente (a partir de suas instâncias) as posições a serem defendidas junto a entes governamentais, não governamentais, IES; E talvez o maior deles nos dias de hoje, continuar formando quadros dentro de um perfil acadêmico/militante (Militância acadêmica é algo raro quando o que se cobra dos pesquisadores é uma produtividade intelectual pautada em padrões equivocados).

Questões enviadas em:

18 de agosto de 2009

Devolvidas respondidas em:

5 de setembro de 2009

ANEXO F - QUESTÕES PARA OS EX-PRESIDENTES DO CBCE - PROF. DR. VALTER BRACHT

- 1) Professor gostaria que o senhor comentasse sobre os motivos que o levou a filiar-se ao CBCE.

Em 1979, quando ainda era aluno do curso de Educação Física da antiga Escola de Educação Física e Desportos do Paraná e já atuava como professor no SESC de Curitiba-PR, tive a oportunidade de participar de um Congresso Internacional de Medicina Esportiva realizado em São Paulo. Foi um importante evento e lá tive a oportunidade de conhecer o Dr. Victor K. Matsudo e o prof. Dartagnan Pinto Guedes. Fiquei impressionado com o mundo científico com o qual tive contato naquele evento e também com a proposta do Dr. Matsudo (de tornar a EF mais científica). Comprei na oportunidade um exemplar dos Anais do VI Simpósio de Ciências do Esporte realizado em 1978 e organizado pelo Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (um dos berços do CBCE). Este documento era uma brochura fotocopiada e originalmente datilografada. Entre os autores encontram-se o próprio Victor Matsudo, Dartagnan P. Guedes, Paulo Sérgio Chagas Gomes e, também, João Batista Freire que apresentou um trabalho com o curioso título de “Vermes x Atletas”. No início do ano de 1981, após ter colado grau em 1980 e realizado curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Treinamento Esportivo, fui contratado pela Universidade Estadual de Maringá, onde então, motivado por aqueles encontros iniciais, iniciei minhas atividades de pesquisa e busquei minha filiação ao CBCE, tendo participado já ativamente do II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte realizado em Londrina/PR naquele mesmo ano. Ou seja, desenvolver pesquisa na nossa área profissional significava participar do CBCE; essa foi a principal razão de minha filiação.

- 2) Professor, salvo o engano, o senhor antes de 1989 não teve participação em nenhuma diretoria do CBCE. Sua participação anterior sempre foi como congressista – me parece que a partir de 1981, como secretário de uma das sessões de temas livres – e autor da RBCE. Como foi o processo de construção da sua chapa?

Primeiro que não foi a **minha** chapa, participei sim de uma chapa liderada pela Profa. Celi Taffarel. Minha participação na chapa como candidato a Diretor Científico foi decorrência de um longo processo. Em 1983 durante a assembléia do III Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, que acontecia antes do início do Congresso, ocasião na qual se elegia a Diretoria do CBCE e o presidente que assumiria no congresso posterior, fiz a proposta de realizar a assembléia no decorrer ou ao final do evento para dar oportunidade à comunidade para discutir as propostas das chapas. Essa proposta foi derrotada com o argumento de que politizaria o congresso. Naquela ocasião tive a oportunidade de conhecer o Prof. Lino Castellani Filho que passou a ser, junto com Celi, Laércio, Maria Isabel de Souza Lopes, Kátia Brandão Cavalcanti e outros um interlocutor importante no interior do CBCE, em função da afinidade de posições e princípios. Esse envolvimento acentuou-se no IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte realizado em 1985 em Poços de Caldas/MG. Na ocasião não assumi maiores compromissos, pois em 1986 fui para a Alemanha para realizar o doutorado. Assim, não participei ativamente do V

CONBRACE realizado em Recife em 1987 por estar na Alemanha. No entanto, meu contato, por meio de cartas, com os colegas Celi, Lino, Carmen Lúcia Soares foi mantido. O que estava sendo gestado por um grande grupo, entre eles os colegas mencionados acima, era um movimento na EF brasileira que postulava um entendimento de ciência, conhecimento e EF diferente daquele que vinha sendo hegemônico no interior do CBCE; esse grupo constituía uma oposição no interior do CBCE (que assumiu a direção entre 1985 e 1989). E, em 1989, por telefone, fui convidado a participar da chapa que estava sendo articulada por Celi, Lino, Aguinaldo e outros e aceitei. Neste ano então, participei do VI CONBRACE, realizado em Brasília, onde, durante o congresso aconteceram os debates e a eleição propriamente dita, tendo sido nossa chapa eleita com uma margem pequena de votos. Diga-se de passagem que essa eleição configurou um grande cisma político do CBCE e definiu em largos traços o futuro da entidade.

- 3) Continuando a questão acima, na bibliografia que trata de alguma forma da história do CBCE (DAOLIO, 1998, NETO, 2005; etc.) os autores se referem a sua eleição/gestão como sendo um rompimento com a gestão da Celi Taffarel. Já Paiva (1994) evidencia aspectos de continuidade, chamando a atenção para a nomeação da chapa eleita, a saber, *Consolidação*. Parece que há uma divergência no entendimento dessa transição, e muito se deve ao lema *divergência científica com vigilância democrática*, que para alguns – e o senhor me parece que sustentou essa posição – indica a concordância de que houve uma politização excessiva na vigência de Taffarel, chegando a uma espécie de *partidarização* do Colégio. Como o senhor pensa atualmente?

Luciano, tenho escrito muito sobre isso. Assim, sugiro que você busque também nos meus escritos uma resposta (talvez mais elaborada) a essa questão. A relação da ciência ou do conhecimento científico sempre se constituiu como um grande problema e objeto de grande polêmica entre os intelectuais. Veja o debate entre Merleau-Ponty e Sartre ao qual fiz menção no meu escrito sobre o CBCE publicado no livro organizado recentemente pela Yara. No CBCE nós tivemos duas posições antagônicas: uma que postulava a neutralidade (política) da ciência e outra, aquela que fez oposição e que assumiu a direção do CBCE com a Celi, que postulava o engajamento político da ciência. O grande problema dessas posições extremas ou polarizadas é que, a primeira era simplesmente ingênua ou então astuta e corria o risco de ser instrumentalizada pelo *status quo* (historicamente, aliás, sempre esteve ao lado do poder), e a segunda, tendia, também a abrir mão de sua autonomia relativa e, portanto, de sua capacidade de crítica ao submeter-se totalmente aos interesses políticos. Não diria que tenha havido um rompimento com a orientação da gestão da Celi (mesmo porque participei da diretoria), já que no início do movimento mais importante era ganhar espaço. Minha posição, talvez influenciada pelos escritos de Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu sempre foi mais matizada (daí o slogan da chapa): engajamento com vigilância democrática. Isso é fundamental para não ser seduzido pela idéia de suprimir as diferenças ao contrário de mover-se no âmbito das diferenças. Isso tudo tem a ver com a noção de verdade, da possibilidade de acesso à verdade. Bem, mas discutir isso aqui seria ir muito longe....

- 4) Sabemos que o mandato do senhor chegou ao fim sem sucessão viabilizada, o que o levou a uma nova gestão. Quais foram os problemas, no seu entendimento, que levaram a não viabilização de uma sucessão em 1993?

Esse não foi um problema especificamente do final de minha gestão. Ao que eu saiba, em todos os finais de gestão esse problema se coloca. Deve-se ao fato de que dirigir o CBCE demanda um esforço pessoal grande e um abrir mão de projetos mais pessoais. A verdade é que uma gestão de dois anos, embora exija bastante das pessoas e seja desgastante, para efeitos de consolidar um trabalho ou uma direção política é um tempo muito exíguo. Assim, entendi como produtiva uma segunda gestão. A reeleição tornou-se uma certa tradição, acredito que por essas duas razões: dificuldades de encontrar pessoas dispostas a dedicar-se dois anos a esse trabalho e, a possibilidade de numa segunda gestão consolidar uma determinada direção política.

- 5) É possível dizer que a gestão de Elenor Kunz foi uma continuidade da sua gestão? Se sim, em qual sentido? E se não, por qual motivo?

Acho que sim. Entre eu e Kunz sempre existiu uma grande afinidade em relação ao entendimento do papel do CBCE, embora no caso de Kunz, por razões que estão ligadas à sua personalidade e história de vida, talvez o jargão político estivesse ainda mais ausente de seu discurso do que no meu caso.

- 6) Em 1987, tivemos a reforma estatutária, que culminou entre outras coisas, na inversão da lógica representativa, e também, na figura das secretárias. Como o senhor avaliou esse processo, e como vê a relevância das secretárias/representações estaduais nos dias de hoje?

Foi uma alteração que tornou o CBCE mais democrático. As representações da Diretoria nos estados eram uma forma de controle centralizado que não cabia numa instituição que pretendia a participação ativa e democrática dos seus membros. No entanto, como a construção da democracia demanda tempo e grande esforço, na prática parece que a participação das secretarias na gestão do CBCE continua aquém do esperado. Todas as direções, inclusive as das minhas gestões, fizeram grandes esforços para incrementar essa participação, mas, repito, ficou aquém do desejável. É interessante lembrar que a própria SBPC se ressentia desse problema.

- 7) Em 1997, o Conbrace passou a ser organizado através de Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs). Parece que tal fato possibilitou a ampliação do espectro temático circulante, que de alguma forma condiciona a produção acadêmica. Por outro lado, formou-se o que Castellani Filho (2007) chamou de *tribalização*. O senhor concorda com estas assertivas? Como pensa o papel dos GTTs na atualidade?

Discordo totalmente da afirmação de que os GTTs são os responsáveis por uma *tribalização* do CBCE. A organização dos GTTs foi/são uma tentativa de resolver alguns problemas, entre eles exatamente a “tribalização” do CBCE e particularmente do CONBRACE. As tribos sempre existiram e constituíram-se pelas diferentes disciplinas científicas. Com o crescimento do CBCE ficou claro que as diferentes subdisciplinas ou subáreas não dialogavam. Uma tentativa de explicitar isso e encaminhar uma solução foi o CONBRACE realizado em Vitória em 1995 e que teve como tema a Interdisciplinaridade. Os GTTs não são disciplinares (embora o grupo da História tenha feito várias tentativas de criar o GTT de História) e sim temáticos. No GTT escola podemos encontrar estudos orientados pela história, pela sociologia, pela cineantropometria, pela fisiologia, etc. Ou seja, reunir grupos de interesse. Lembro que nos CONBRACES anteriores, os chamados temas-livres eram organizados também por temáticas. O

que talvez seja necessário é dar outra dinâmica aos GTTs, no sentido de permitir a criação momentânea em torno de temas emergentes e também de um maior intercâmbio entre os GTTs. Outro problema que os GTTs procuraram atacar é o da identidade da área. Qual a identidade epistemológica da comunidade científica reunida no CBCE? (lembrar que algumas novas associações científicas foram fundadas também porque não havia como contemplar os interesses específicos de uma determinada comunidade de pesquisadores: eu sempre critiquei isso, mas era preciso viabilizar a discussão específica sem cair na divisão disciplinar para garantir o debate em torno de questões mais amplas). Os GTTs poderiam então constituir-se em pequenas comunidades de diálogo e fazer, a partir do compartilhamento de uma problemática teórica própria, avançar o conhecimento. Como articular essas discussões específicas ou comunidades específicas com as temáticas mais gerais sempre constituiu-se num grande problema no CBCE; em parte isso é resultado da dinâmica própria da produção do conhecimento. Há que se insistir em superar isso, mas...

- 8) É possível afirmar que as gestões de 1999-2009, buscaram, novamente, dar ênfase na participação e protagonismo político do CBCE, iniciados na gestão de 1985, e que certa forma, nas gestões Bracht e Kunz, fora diminuída, tendo em vista as preocupações com os debates epistemológicos e relacionados à intervenção pedagógica?

Sinceramente não sei responder de forma contundente essa pergunta. Tenho dúvidas em relação a vários aspectos. Não sempre dissemos que a educação é política?! Se isto é verdade, porque a preocupação com os debates relacionados à intervenção pedagógica (e epistemológicos) significaria não dar ênfase à participação e protagonismo político do CBCE? Parece-me que a questão não é de entender o papel do CBCE como agente político (uma posição) ou como um agente pedagógico e científico (outra posição). As questões são: como intervir politicamente a partir da especificidade de uma associação científica? Uma associação científica deve intervir no cenário político da mesma forma que um partido político ou de um sindicato? Quais são os seus mecanismos internos de construção de posições políticas?

- 9) É razoável afirmar que as gestões de 1999-2009, são contínuas e semelhantes? Se o senhor concorda, o que identifica como substanciais dessas gestões? Se não concorda, em quais aspectos identifica as descontinuidades?

Tenho poucos elementos para avaliar de forma adequada, mas, trabalhando com esses poucos elementos talvez possa dizer que as gestões de 1999 a 2009 tenham sido mais atuantes no cenário político do que as gestões Bracht e Kunz. (não tiro a conclusão de que essas gestões foram mais politizadas, isso é coisa diferente). As gestões de 1999 a 2009 foram mais atuantes e efetivas nas suas ações no cenário político, eu diria mesmo, mais competentes; o CBCE cresceu sua participação em diferentes instâncias (um pequeno parêntese: quando assumi o CBCE as dificuldades organizacionais eram tremendas, aspecto que foi se suavizando nos anos posteriores e que também colocou as condições de possibilidade de uma maior atuação política). Além dos traços pessoais, particularmente dos presidentes, que nas gestões 1999-2009 tinham um histórico de maior militância política, talvez isso possa ser explicado também pelo fato de que essas direções sentiram-se legitimadas pela própria eleição a intervir no cenário político defendendo suas posições. São mais hipóteses do que afirmações taxativas.

- 10) Enfim, como o senhor vê a fundação do CBCE, o seu desenvolvimento, e a sua atualidade. E a partir disso, o que entenderia como tarefa do Colégio no nosso momento histórico.

Também já escrevi bastante sobre o papel e o protagonismo do CBCE na história da EF brasileira; por favor, consulte esses escritos. O CBCE vem desempenhando um papel importantíssimo porque permite e dá visibilidade e força (como comunidade organizada) à posições que não têm sido historicamente hegemônicas na Educação Física e no Esporte no Brasil; tanto no que diz respeito ao entendimento de ciência como o próprio entendimento do que é ou deve ser a Educação Física e o Esporte. Mas, e essa é uma posição e um alerta, sua intervenção na EF brasileira somente será coerente, se simultaneamente garantir também a sua democracia interna. Esses dois movimentos exigem-se mutuamente.

Questões enviadas em:

18 de novembro de 2009

Devolvidas respondidas em:

12 de fevereiro de 2010

ANEXO G – MENSAGEM AOS EX-PRESIDENTES DO CBCE

Olá, Professores e Professoras,

Boa noite!

Em primeiro lugar, gostaria de me apresentar. Sou Luciano (Galvão Damasceno) e estou realizando mestrado na Unicamp sob a orientação do Prof. Lino Castellani Filho.

A pesquisa de mestrado que iniciamos tem o CBCE como objeto de estudo. Ao tratarmos a bibliografia percebemos (muito mais pelo envolvimento do Prof. Lino com o Colégio do que pelas leituras) que há alguns acontecimentos (do ponto de vista político e epistemológico) relevantes na história do Colégio que não são tratados ou apontados - descritiva ou teoricamente - em lugar algum. Desse modo, uma saída possível vislumbrada por nós, foi a realização de entrevistas com os ex-presidentes. Entretanto, necessitamos do aceite dos senhores(as) para que tal entrevista seja realizada.

Em relação a realização da entrevista há uma complicação que diz respeito a distância. Moro e trabalho em São Paulo, o que inviabiliza a minha ida aos seus estados. O que eu e o Prof. Lino fizemos e testamos, foi criar a entrevista e enviar ao entrevistado (já realizamos a do Prof. Lino). O mesmo responde no próprio documento. Tal medida evitou a necessidade de revisão, mas pode causar o incomodo da digitação.

Enfim, consideramos fundamental ouví-los, ou melhor, lê-los sobre a história do CBCE.

Aguardo a resposta e agradeço a atenção dispensada, desde já.

Saudações acadêmicas,

Luciano

Mensagem enviada em 06 de outubro de 2009 por email aos ex-presidentes: Victor K. R. Matsudo; Laércio E. Pereira; Celi N. Z. Taffarel; Valter Bracht; Elenor Kunz; Lino Castellani Filho; Ana Márcia Silva e Fernando Mascarenhas